



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

LORENA MÁRCIA NASCIMENTO CARDOSO

**O ABRIGO, A CRIANÇA E A FAMÍLIA: caminhos da reinserção
familiar.**

Salvador
2019

LORENA MÁRCIA NASCIMENTO CARDOSO

O ABRIGO, A CRIANÇA E A FAMÍLIA: caminhos da reinserção familiar.

Tese apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos.

Salvador
2019

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

C268 Cardoso, Lorena Márcia Nascimento

O abrigo, a criança e a família: caminhos da reinserção familiar
Lorena Márcia Nascimento Cardoso . – Salvador, 2019.
315 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade
Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos.

1. Reinserção Familiar 2. Equipe Técnica 3. Criança Abrigada
I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação II. Bastos, Ana Cecília Sousa Bittencourt – Orientadora
III. Título.

CDU 316.356.2-053.2

TERMO DE APROVAÇÃO

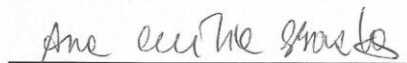
Lorena Márcia Nascimento Cardoso

“O ABRIGO, A CRIANÇA E A FAMÍLIA: caminhos da reinserção familiar.”

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

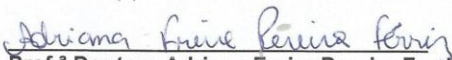
Salvador, 25 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

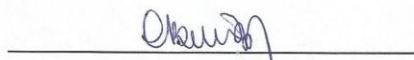


Prof.ª Doutora Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos

Orientador(a) – UCSAL



Prof.ª Doutora Adriana Freire Pereira Ferriz - UFBA



Prof.ª Doutora Cinthia Barreto Santos Souza - FACEMP



Prof.ª Doutora Elaine Pedreira Rabinovich - UCSAL



Prof.ª Doutora Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima – UCSAL



Prof.ª Doutora Miriã Alves Ramos de Alcântara - IFBA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que fazem de sua vida um presente para o outro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir enxergar além de um universo de aparências.

Ao meu pai, Paulo (em memória), por ter me dado o melhor que ele poderia ter dado e, em seu último ato, em um momento de amor e fé, ter me ensinado com a sua partida como é conviver com a certeza da ausência física paterna com a mesma intensidade em que se aprende a abraçar com o coração e a força do pensamento, reencontrando o afago no imaginário dos sonhos e nas lembranças guardadas na memória.

À minha mãe, Elisabete, meu exemplo, minha melhor amiga, meu apoio seguro e o colo que sempre me cabe! Gratidão por me amar incondicionalmente, por ser esta mãe e avó incrível, e que, afetivamente, me ensinou a ser forte e a sempre seguir em frente.

Ao meu amor, Henrique, companheiro de todas as horas, presente em todos os meus sorrisos e em todos os meus sonhos. Gratidão por ter você ao meu lado nesta caminhada, pelo nosso lar repleto de amor e luz, pela nossa família linda e por ser meu companheiro desta e de muitas outras vidas.

Ao meu Daniel, meu melhor presente na vida, meu melhor motivo para sorrir, cuja a presença me transforma e ensina a ser cada vez melhor. Gratidão por tornar a vida mais leve, ser meu companheirinho de aventuras e de escrita, e pelas importantes anotações que você, aos três anos de idade, teceu em meus escritos que me fizeram sorrir em momentos de maior tensão. Filho, ser sua mãe fez crescer ainda mais a minha responsabilidade cidadã e profissional para com as nossas crianças, para que, quem sabe em um dia não tão distante, todas elas possam crescer amadas e cuidadas em um lar com laços afetivos fortes e seguros.

Aos meus irmãos, Thiago, Pablo, Michelângelo e Alice, que cada um ao seu jeito, faz parte da minha história. Me reconheço em cada um de vocês.

À minha querida Tia Ione, uma segunda mãe, que sempre me incentiva e acompanha.

Aos meus amados sobrinhos, Bianca, Marcos, Eduardo, João Arthur e Miguel, cuja lembrança do sorriso e do abraço caloroso é sempre um acalento.

À Maria, Cristina e Thalita, família querida e muito importante em minha vida.

À minha orientadora, Professora Dra. Ana Cecília Bastos, que com doçura e generosidade, me apontou caminhos e foi o meu apoio em todas as etapas da minha pesquisa. Gratidão pelo encontro, acolhimento, valiosas contribuições em minha formação e por ter me acompanhado nessa jornada.

Às Profas. Dras. Marilena Ristum, Miriã Alcântara, Isabel Lima e Elaine Rabinovich, integrantes da banca de qualificação, pelas importantes contribuições a este trabalho.

Às Profas. Dras. Adriana Ferriz e Cinthia Souza que gentilmente acolheram este trabalho.

À Professora Dra. Vanessa Cavalcanti, pela disposição e carinho em compartilhar aprendizados, “olhares, pontes e sapatos” que foram além desse estudo.

Aos queridos colegas do grupo de pesquisa, Família, (auto)biografia e poética (UCSAL), que a cada encontro ampliaram o meu olhar, as minhas possibilidades de pesquisa, em um contexto afetivo de diálogo e de rica e colaborativa aprendizagem.

Às queridas amigas, Katharine e Dani, que com muito carinho estiveram ao meu lado nesta caminhada e muito contribuíram.

Aos professores, colegas e funcionários do curso de pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL).

Às participantes desta pesquisa, Conceição, Marina, Letícia, Maria, Joana e Bárbara (nomes fictícios), que gentilmente compartilharam a sua trajetória de trabalho e de vida, cuja as vozes deram o tom, a forma e o sentido deste trabalho.

Às “Crianças Perdidas da Terra do Nunca”, que estão crescendo quase invisíveis nos abrigos espalhados pelo Brasil, e que sempre foram a base do meu estudo. A voz de vocês precisa ser ouvida!

À FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

Este ano
O compasso do tempo
Correu em uma marcação diferente.
Os dias, as semanas, os meses
Foram, silenciosamente, registrados
Em um contratempo de presença/ausência.
Anestesiada senti o tempo correr,
Por vezes me rebelava
E me permitia parar ali,
Em uma curva de memórias e de saudade.
Ficava e me demorava,
Como se retornasse
A uma casa nossa,
De outrora...
E, entre lembranças, lágrimas e saudade,
O tempo voltava
Ao seu compasso,
Lento e marcado.
(a Autora)

CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento Cardoso. **O abrigo, a criança e a família: caminhos da reinserção familiar.** 318f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2019.

RESUMO

Os aspectos sociais e familiares relacionados ao afastamento de crianças de suas moradias e, em alguns casos, do convívio familiar, põem em cena a situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas famílias brasileiras. Neste cenário temos o acolhimento institucional de crianças em abrigos e os mecanismos que agem diretamente no processo de reinserção familiar. Diante do exposto, o nosso objeto de pesquisa é a perspectiva de profissionais técnicas que atuam/atuaram no acompanhamento de crianças acolhidas em abrigos e de seus familiares no processo da reinserção familiar. Temos a seguinte questão de pesquisa: Que realidade familiar é desvelada ao longo de um processo de reinserção de crianças acolhidas em abrigos em suas famílias e como o profissional técnico da instituição vivencia este processo? Para respondê-la, levantamos como objetivo geral: i) analisar a trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento. E como específicos: ii) mapear os tipos de intervenção/acompanhamentos direcionados à família da criança acolhida realizados por profissionais técnicos do abrigo, discutindo os elementos que interferem na reinserção; iii) identificar as condições do contexto (a casa e a estrutura familiar) para uma reinserção bem sucedida, na perspectiva de profissionais que fazem parte da equipe técnica de abrigos; iv) analisar a relação do profissional membro da equipe técnica do abrigo com a família da criança em acolhimento e os demais sistemas que integram a rede sócio assistencial e jurídica de proteção à criança, frente à possibilidade de reinserção na família de origem; e v) analisar o significado do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar para profissionais técnicos de abrigos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o delineamento de estudo de casos múltiplo (Yin, 2003; 2005; 2015). Foram realizadas entrevistas semi estruturada com seis profissionais que atuam/atuaram como profissional técnica em serviço de acolhimento institucional para crianças, na modalidade de abrigo, no município de Salvador/BA. A análise dos dados partiu da construção de categorias baseadas no modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1979/1996). Foram utilizados como aportes teóricos a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998) e a Teoria Estrutural Sistêmica Familiar (Minuchin, 1966/1990; Minuchin, P., Colapinto & Minuchin, 1999; 2011; Minuchin & Fishman, 2003), com o intuito de fundamentar a análise e compreensão dos dados. Assim, concluímos que o acolhimento institucional de crianças compõe um território complexo e os dados obtidos nos permitiu acessar esta realidade através da perspectiva, advinda de uma trajetória profissional, que por vezes se entrelaçava e se confundia com a trajetória de vida.

Palavras-chave: Reinserção Familiar; Equipe Técnica; Criança Abrigada.

CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento Cardoso. **The shelter, the child and the family: Paths of family reintegration**. 318f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2019.

ABSTRACT

The social and familiar aspects related to the removal of children from their homes and, in some cases, the family life, put on the scene the situation of vulnerability in which are found many Brazilian families. In this scenario we have the institutional reception of children in shelters and the mechanisms that operate directly in the process of family reintegration. On this, our research object is the perspective of technical professionals that have been or are monitoring sheltered children and their families in the process of reintegration. We have the following research question: What family reality is unveiled throughout a process of reintegration of sheltered children in their families and how do the institution's technical professional experience this process? To answer it, we have raised as main goal: i) analyze the track of family reintegration considering the context of the institution and of the sheltered child's family of origin, in the perspective of technical professionals that operate this modality of reception. And, as specifics: ii) map the types of intervention/receptions targeted to the sheltered child's family made by the shelter's technical professionals, discussing the elements that interfere on reintegration; iii) identify the context's conditions (house and family's structure) to a successful reintegration, in the perspective of the shelter's technical professionals; iv) analyze the relation of the shelter's technical professionals with the child's family and other systems that are part of the social and legal assistance to child protection network, facing the possibility of reintegration in family of origin; and v) analyze the meaning of institutional reception of children and family reintegration to shelter's technical professionals. This is a qualitative research, with the design of a multiple case study (Yin, 2003; 2005; 2015). Half structured interviews were carried out with six professionals that operate or have operated as technicians in institutional childcare service, in the city of Salvador- BA. The data analysis was based on the construction of categories based on the bio-ecological model of Bronfenbrenner (1979/1996). The following were used as theoretical contributions: Bioecological Theory of Human Development (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998) and the Family Systemic Structural Theory (Minuchin, 1966/1990; Minuchin, P., Colapinto & Minuchin, 1999; 2011; Minuchin & Fishman, 2003), with the purpose of substantiating the analysis and understanding of the data. Thus, we conclude that the institutional reception of children composes a complex territory and the data obtained allowed us to access this reality through the perspective, coming from a professional trajectory, that sometimes was intertwined and confused with the trajectory of life.

Key words: Family reintegration; technical team; sheltered child.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR	Abrigo Residencial
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DERCCA	Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Criança e o Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPP	Escalas de Práticas Parentais
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
Index Psi	Index Psi Periódicos Técnico-Científicos
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PePSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - O contexto de desenvolvimento da criança abrigada.....	81
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equipe Profissional Mínima - Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.....	85
Quadro 2 - Categorias bioecológicas geradas a partir do modelo PPCT.	115
Quadro 3 - Caracterização das participantes conforme aspectos demográficos e profissionais.	117
Quadro 4 - Acolhimento Institucional X Reinserção na Família de Origem - Perspectiva das Participantes.	255
Quadro 5 - Caracterização do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.....	260
Quadro 6 - A equipe técnica e as ações direcionadas à reinserção familiar.	274

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
2 A REINSERÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS ABRIGADAS: UM OLHAR SOBRE AS TENDÊNCIAS PRESENTES EM PESQUISAS NA ÁREA.....	27
3 A CRIANÇA “SILENCIADA” E O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO	51
4 DA CASA PARA O ABRIGO: O CONTEXTO FAMILIAR DA CRIANÇA ABRIGADA.....	59
5 CAMINHOS PARA O ABRIGO: DA CHEGADA À PERMANÊNCIA	73
5.1 A criança acolhida no abrigo: rupturas e construções.....	79
6 DO ABRIGO PARA CASA: MECANISMO DA REINSERÇÃO FAMILIAR	89
7 METODOLOGIA	108
7.1 Desenho do estudo	109
7.2 Participantes e contexto do trabalho	110
7.3 Coleta de dados	111
7.4 Tratamento e análise dos dados	111
7.5 Aspectos éticos e análise de riscos e benefícios	112
8 RESULTADOS.....	115
8.1 A Pessoa: Conceição	117
8.1.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	118
8.1.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.....	122
8.1.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.	131
8.1.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância.	137
8.1.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.....	145
8.2 A Pessoa: Marina	155
8.2.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	156
8.2.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.....	158
8.2.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.	161

8.2.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância	163
8.2.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.....	168
8.3 A Pessoa: Letícia	174
8.3.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	175
8.3.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.....	177
8.3.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.	180
8.3.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância	185
8.3.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.....	188
8.4 A Pessoa: Maria	192
8.4.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	192
8.4.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.....	198
8.4.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.	199
8.4.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância	201
8.4.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.....	205
8.5 A Pessoa: Joana	211
8.5.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	212
8.5.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.....	216
8.5.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada	219
8.5.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância	220
8.6 A Pessoa: Bárbara	229
8.6.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	231
8.6.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.....	235
8.6.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada	238
8.6.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância	239
8.6.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.....	244
9 DISCUSSÃO	249
9.1 Mulher, quem é você que compartilha uma trajetória?.....	249

9.2 “Onde tem uma casa, se tem uma família?”: as condições do contexto na reinserção familiar.....	259
9.3 Traçando caminhos para a reinserção familiar: do papel para o concreto	269
9.4 “Reinserir ou não reinserir, é uma questão de escolha?”: a equipe técnica diante da família e da Rede.....	283
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS.....	303
APÊNDICE.....	313
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	313
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	314

APRESENTAÇÃO

Antes de enveredar nesse estudo é preciso compartilhar que a minha¹ atuação profissional como psicóloga clínica no atendimento a crianças é a principal fonte motivadora de meu direcionamento para este universo de pesquisa. A possibilidade de fazer a diferença real na vida de outra pessoa e poder contribuir através do meu conhecimento técnico para que a modificação de crenças, pensamentos e comportamentos² seja possível, ainda em uma fase da vida em que os danos possam ser revertidos ou minimizados, é um momento mágico que me motiva a buscar mais e a seguir em frente. Trabalhando com a criança aprendi a trabalhar com a família, com seus costumes, expectativas, dramas e fragilidades.

Em 2012, durante uma aula prática que ministrava aos alunos do quinto semestre do curso de psicologia em um abrigo para crianças localizado no interior da Bahia, fui convidada a adentrar em meu futuro universo de pesquisa por um pedido feito por um menino, que na época estava com sete anos de idade e abrigado aproximadamente há quatro anos. O menino, buscando um resgate da sua história e convivência com a sua mãe, liderou um grupo de outras crianças e juntas danificaram as instalações da instituição de acolhimento, e o único motivo gerador desse ato era a possibilidade de ser “devolvido” para a sua casa, para a sua família. Ele queria respostas que lhes foram negadas, queria retornar para a sua casa. Infelizmente as respostas quanto ao tempo em que ele permaneceria naquele local ou paradeiro da sua mãe ou o motivo que o levou para o acolhimento não estavam acessíveis para o menino e para as cuidadoras do abrigo, e as perguntas dele e demandas ficaram, como ele mesmo estava, perdidas no vazio da espera.

A busca daquele menino e de tantos outros que estão crescendo quase que invisíveis em abrigos espalhados pelo Brasil conduziu a minha pesquisa para o curso de mestrado em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), em que

¹ Neste momento, destaco que quando faço o uso na primeira pessoa do singular e me apresento no texto é para abordar a minha experiência profissional e motivações que me levaram a pesquisar o tema abordado. No entanto, de modo geral, ao longo do trabalho, opto por escrevê-lo na primeira pessoa do plural, conforme exigência para escrita de textos acadêmicos e científicos. Com isso, ao mesmo tempo em que me implico com meu objeto/sujeito de estudo, mantenho o suposto nível de imparcialidade e rigor acadêmico deste estudo.

² Do ponto de vista sistêmico, o comportamento é explicado como uma responsabilidade compartilhada, surgindo de padrões que desencadeiam e mantêm as ações de cada indivíduo. (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011).

busquei compreender a percepção de crianças atendidas em abrigos têm em relação ao seu contexto familiar e à sua permanência na instituição.

A busca daquele menino e de tantos outros, como ele abrigados, refletiu na minha proposta de pesquisa para o curso de mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Fui aprovada no processo seletivo e em janeiro de 2013 iniciei o mestrado como aluna regular, passei a morar na cidade de Salvador/BA e me dediquei exclusivamente aos estudos, sendo contemplada com a bolsa de pesquisa PROSUP/CAPES.

Paralelo às disciplinas obrigatórias da linha de pesquisa Contextos Familiares e Subjetividade, às disciplinas optativas e pesquisa orientada, fui apresentada aos grupos de pesquisa, Família, (auto)biografia e poética (UCSAL) Contextos e Trajetórias de Desenvolvimento (UFBA), que em seus diálogos, projetos e escritas me apresentaram uma nova forma de vivenciar a construção do conhecimento e da pesquisa.

Com a orientação da Profa. Dra. Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos, busquei compreender a percepção que crianças atendidas em abrigos têm em relação ao seu contexto familiar e à sua permanência na instituição. Considerando a natureza desse estudo, bem como, as características do público do alvo, foi formulado um roteiro de entrevista semi-estruturado, adequado à linguagem e perspectiva infantil, em formato de um livreto de atividades, intitulado “Ei, estamos aqui!”. O uso de uma metodologia e estratégias de coleta de dados adequada ao público infantil poderá representar além da obtenção dos dados uma possibilidade de auxílio ao processo de adaptação à realidade institucional por parte das crianças público-alvo da pesquisa e oferecer estratégias para que a reintegração em um convívio familiar, com a família de origem ou uma família substituta, seja mais efetiva, minimizando a possibilidade de gerar reações de medo, bem como de novas rupturas e dificuldades na consolidação de novos vínculos afetivos.

Em 23 de outubro de 2014, defendi a minha dissertação “A criança abrigada e a sua família: marcas e trajetórias”. A conclusão da minha pesquisa no mestrado me conduziu para uma nova busca, os resultados obtidos geraram novos questionamentos que foram materializados nas falas e pensamentos das crianças participantes do estudo. Tendo em vista que todas elas possuem família e amplo número de parentes e que mesmo na ausência de contato físico ainda é mantido um forte vínculo com o seu meio familiar, emergiram os seguintes questionamentos:

quando foi que a criança deixou de “pertencer” à família? Por que diante das dificuldades dos genitores em manterem o cuidado dos seus filhos não há a presença de outro familiar que assuma o cuidado e/ou mantenha o interesse pela convivência com a criança abrigada? Quais são os fatores presentes na desobrigação que a família manifesta diante da consolidação do acolhimento?

Assim, entrei em contato com o objeto que despertaria o meu interesse de uma nova investigação: a reinserção familiar. Essa minha nova busca me fez desenvolver um projeto de pesquisa no curso de doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, na linha de pesquisa Contextos Familiares e Subjetividade, que resultou nesta tese, intitulada “O ABRIGO, A CRIANÇA E A FAMÍLIA: caminhos da reinserção familiar”.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O abrigo se configura como um contexto diferencial de desenvolvimento. Diferentemente do que ocorre em outros contextos institucionais, o abrigo traz em cena as condições externas que agem e atravessam o desenvolvimento de crianças e adolescentes acolhidos. Logo, o acolhimento institucional de crianças em abrigo compõe o cenário de uma medida protetiva e traz consigo a situação de vulnerabilidade social de famílias que vivenciam múltiplas crises.

Assim, a retomada da convivência familiar e as ações para a reinserção familiar, seja na família de origem ou na extensa, nos casos em que traga benefícios à criança e ao adolescente, é o objetivo inicial do acompanhamento. Contudo, para que a reinserção seja efetivada é imprescindível o enfrentamento ou adequado acompanhamento das causas que conduziram ao acolhimento.

No Brasil, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária é reconhecido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Em âmbito internacional está consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário (Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990).

Os aspectos sociais e familiares relacionados ao afastamento de crianças de suas moradias e, em alguns casos, do convívio familiar, põem em cena a situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas famílias brasileiras. Elas ocupam um espaço nas discussões e nas políticas públicas de assistência social que consideram que a vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias está diretamente relacionada com a origem e consequências de problemas sociais como, por exemplo, o aumento da violência urbana e doméstica, pobreza, desemprego e baixa escolaridade.

Neste momento é importante advertir que, em um contexto de vulnerabilidade, de acordo com Hutz e Koller (1997), tem a presença de eventos externos de risco que estão relacionados às condições adversas do ambiente no qual as crianças se desenvolvem. Estes podem ser riscos proximais (em microsistemas nos quais elas interagem face a face) ou distais (sistemas nos quais elas não estão presentes, mas que têm influência sobre elas – nível exo ou macrossistêmico). Os comportamentos de risco também podem expor as crianças à vulnerabilidade social e pessoal e referem-se a ações ou atividades realizadas (Hutz e Koller, 1997).

Ou seja, o risco pode envolver os aspectos, físico (doenças genéticas ou adquiridas, prematuridade, problemas de nutrição, entre outros), social (exposição a ambiente violento, a drogas) ou psicológico (efeitos de abuso, negligência ou exploração). E também pode ser originado por uma combinação destes aspectos (Hutz e Koller, 1997).

Assim, diante de situações de vulnerabilidade familiar, o ECA prevê um conjunto de medidas socioprotetivas que priorizam o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. O acolhimento em abrigos inclui-se nessas medidas e, apesar do fator de proteção, pode potencializar o afastamento do convívio familiar e o rompimento de vínculos.

Vale ressaltar que o abrigamento pode refletir um atravessamento do espaço público no espaço privado e o conseqüente afrouxamento de suas fronteiras, gerando uma questão de impasse ético entre o particular e o bem comum (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011).

Para Cavalcante, Silva e Colino (2010), partindo do ponto de vista da criança institucionalizada, os efeitos gerados pela inexistência ou fragilidade dos vínculos familiares já estabelecidos podem ser agravados diante da permanência prolongada em ambiente institucional, devida à carência de adultos/cuidadores com quem possam estabelecer uma relação estável e duradoura, diante do atendimento massificado e despersonalizado que costuma caracterizar esse tipo de instituição.

De modo geral, essas crianças, ao serem inseridas na rede de proteção pública, são protegidas de circunstâncias, de fato, de extrema carência econômica e afetiva, e de situações de violência doméstica. Contudo, nesses espaços, dificilmente as famílias e suas crianças são devidamente escutadas e atendidas em suas demandas, de modo tal que possam quebrar um ciclo vicioso de repetições, inclusive o de uma sucessão de abrigamentos ao longo de suas vidas (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011).

Segundo o relatório apresentado pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao período de março/2012 a março/2013, existem no Brasil mais de 30 mil crianças e adolescentes vivendo em 2.247 entidades de acolhimento institucional, tendo o fator econômico como principal motivo desencadeador do acolhimento.

A rigor, a pobreza não poderia levar à retirada da criança do convívio familiar, visto que a família deveria ter acesso aos programas que viabilizassem a

complementação de renda para prover esses cuidados e aos serviços especializados na rede de apoio que atendessem suas necessidades específicas. Todavia, a negligência e violências originadas pela pobreza são motivos que conduzem à inserção de crianças e adolescentes em medidas de acolhimento institucional, e a dificuldade das famílias em se reestruturarem faz com que os seus filhos permaneçam por tempo indeterminado em abrigos.

Esse quadro é agravado devido à dificuldade de reinserção na família nuclear e da ausência de pessoas com grau de parentesco que manifestem interesse em assumir a guarda. A permanência no acolhimento sem uma expectativa real de saída pode durar anos e, na medida em que a criança vai crescendo, diminui a possibilidade de reinserção na família de origem e também de adoção, visto que no Brasil há uma notória preferência de adoção por bebês ou crianças pequenas.

Esse contexto de desenvolvimento pode efetivar uma experiência dramática, potencializando o sentimento de desamparo, em que as crianças vivenciam um silenciamento acerca do seu passado e grande incerteza quanto ao futuro imediato (Cardoso, 2014). Aqui se insere a questão do pertencimento e do afastamento da família, sem a garantia da preservação de quaisquer vínculos positivos, condenando essas crianças à perda de uma “identidade familiar”, de uma história.

Contudo, a medida protetiva não pode atuar como uma punição ou uma substituição da responsabilidade da família. A reinserção familiar, seja na família nuclear ou na extensa, nos casos em que traga benefícios à criança, deve ser vista como uma medida a ser efetivada. Desenvolver estratégias sólidas e seguras de avaliação e intervenção nos processos de reinserção familiar é uma ação delicada, visto que falhas nesse processo podem desencadear o reabrigamento, e conseqüentemente, novas rupturas de vínculos afetivos, dificultando ainda mais a próxima tentativa de reinserção (SIQUEIRA et al, 2007).

Na literatura constam diferentes formas de nomear o processo de saída da criança/adolescente da situação de acolhimento institucional e de retorno ao convívio familiar (seja junto à família de origem, extensa ou adotiva), tais como: desligamento institucional, desabrigamento, reintegração familiar, desinstitucionalização, retorno à família/convivência familiar, reunificação familiar e reinserção familiar (Azôr & Vectore, 2008; Siqueira, 2009; Silva & Nunes, 2004; Siqueira & Dell’Aglío, 2007). Nos documentos jurídicos é comumente adotado o termo *reintegração familiar*. Neste estudo, apesar de nos apoiarmos nos aspectos legais, optamos pelo uso do termo

reinserção familiar por entendermos que esta nomenclatura traz consigo um significado que melhor se alinha ao que nós entendemos como possibilidade desta ação. Visto que, quando falamos de *reintegrar* (termo utilizado nos documentos jurídicos), estamos falando de uma recondução e também ao reestabelecimento de posse ou de um direito. Já, a *reinserção*, significa recolocar, reinserir, devolver ao mesmo local. Logo, a *reinserção de uma criança em sua família de origem*, não se trata apenas da manutenção do direito pela guarda mas, de um retorno a um lugar de pertença.

Tendo em vista que a maioria das crianças institucionalizadas possui família e amplo número de parentesco, acreditamos que estudos que se debrucem sobre tal objeto contribuem significativamente para que novas formas de intervenção e acompanhamento da criança e de sua família sejam estabelecidas, beneficiando a reinserção, efetivando o direito à convivência familiar e comunitária tal como previsto em lei.

Diante do exposto, apresentamos esse estudo que se inscreve na linha de pesquisa Contextos Familiares e Subjetividade, do programa de doutorado em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), norteado pela seguinte questão de pesquisa: Que realidade familiar é desvelada ao longo de um processo de reinserção de crianças acolhidas em abrigos em suas famílias e como o profissional técnico da instituição vivencia este processo?

Para responder a esta questão norteadora, o presente estudo apresenta como objetivo geral: i) analisar a trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento. Como objetivos específicos vislumbramos: ii) mapear os tipos de intervenção/acompanhamentos direcionados à família da criança acolhida realizados por profissionais técnicos do abrigo, discutindo os elementos que interferem na reinserção; iii) identificar as condições do contexto (a casa e a estrutura familiar) para uma reinserção bem sucedida, na perspectiva de profissionais que fazem parte da equipe técnica de abrigos; iv) analisar a relação do profissional membro da equipe técnica do abrigo com a família da criança em acolhimento e os demais sistemas que integram a rede sócio assistencial e jurídica de proteção à criança, frente à possibilidade de reinserção na família de origem; e v) analisar o significado do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar para profissionais técnicos de abrigos.

Neste estudo, compreendemos a família enquanto sistema cultural de crenças e práticas que se regulam constantemente, envolvendo afetos e herança transgeracional, que se materializam na vinculação e nas interações que são estabelecidas dentro deste sistema.

A complexidade da temática de acolhimento institucional de crianças em abrigos e a possibilidade de reinserção na família de origem, trazem consigo questões que se relacionam com as noções de barreiras, fronteiras e limites entre os vários níveis do sistema ecológico. Atravessam, ainda, os aspectos das transições ecológicas e desenvolvimentais, com os riscos e potencialidades aí implicadas.

Assim, considerando os nossos objetivos, as bases teóricas utilizadas neste estudo doutoral são: a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998) e a Teoria Estrutural Sistêmica Familiar (Minuchin, 1966/1990; Minuchin, P., Colapinto & Minuchin, 1999; 2011; Minuchin & Fishman, 2003). Essas duas teorias têm como pressupostos básicos a abordagem sistêmica, que analisa as relações e interações que formam um determinado sistema.

Bronfenbrenner, estruturou a Teoria Bioecológica do desenvolvimento Humano evidenciando a importância da análise do desenvolvimento humano no contexto e demonstrando um modelo teórico-metodológico adequado para pesquisas em ambiente natural. E, por sua vez, a Teoria Estrutural Sistêmica foi elaborada, originalmente, a partir da prática clínica com famílias que apresentavam dificuldades, conflitos ou comportamentos não adaptados ao contexto social e cultural em que viviam e estavam em atendimento terapêutico, em um olhar direcionado à patologia.

Impetrando uma nova abordagem, Minuchin (1986/1990; Minuchin, P., Colapinto & Minuchin, 1999, 2011; Minuchin & Fishman, 2003) formulou uma proposta de modelos familiares que valorizam como as relações devem ser estabelecidas, isto é, como as famílias devem funcionar para desenvolver seus membros de forma saudável (Nichols & Schwartz, 2007).

Koller, De Antoni e Carpena (2012) defendem a posição de que a família é o microsistema fundamental para a interação das pessoas com seu ambiente nos diversos níveis ecológicos. Apresenta-se como palco do desenvolvimento humano, das transições ecológicas e dos processos proximais.

Tecendo os fios que unem a teoria bioecológica do desenvolvimento humano e a teoria estrutural sistêmica familiar, elucidamos o entrelaçar deste estudo doutoral

que se debruça na problemática que envolve o processo de reinserção familiar de crianças abrigadas. Compreendemos que a utilização destas duas teorias conduz para uma análise ampliada da relação existente entre as características da pessoa e do contexto como fatores determinantes do desenvolvimento do indivíduo e as características das estruturas e funcionamento dos sistemas familiar e institucional, ao longo do tempo.

A perspectiva bioecológica também foi adotada para a compreensão da influência do contexto, que insere a pessoa-profissional técnica, a pessoa-criança abrigada e o sistema familiar como parte de um contexto mais amplo e sujeito a influência do contexto socioeconômico, histórico e cultural. Associando o enfoque sistêmico que representa uma mudança de paradigmas por não restringir ao indivíduo (neste estudo, a criança acolhida), menor unidade do sistema, as avaliações, formulações e práticas.

Partindo do princípio sistêmico, mas adicionando outras características, P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999, 2011) alicerçaram uma prática que focaliza a família no atendimento oferecido por serviços direcionados à população em situação de vulnerabilidade e de risco, que devido as suas dificuldades e das crises múltiplas que enfrentam sucessivamente, se tornam dependentes dos serviços públicos. Estes autores apresentam uma abordagem sistêmica de intervenção com enfoque na família, com o objetivo de oferecer aos profissionais da rede de atendimento uma maneira de pensar e trabalhar que proporcione serviços humanos mais eficientes e integrados.

Grandesso (2000) considera que, a prática sistêmica dirige a escuta e o olhar para a dinâmica das relações, mais do que para o funcionamento psicológico individual, para a causalidade circular e para a importância dos contextos no diagnóstico, tratamento dos problemas e nas práticas interventivas. Sanchez (2012) acrescenta que na visão sistêmica, ao sair do unitário para o comunitário, a ação terá como base a teoria da comunicação, a antropologia cultural, a autopoiese e a resiliência como princípios praticados nas intervenções terapêuticas com a família e a comunidade.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o delineamento adotado foi de Estudo de Caso Múltiplo (Yin, 2003; 2005; 2015), abordando a perspectiva de profissionais que atuam no acompanhamento de crianças acolhidas em abrigos e de seus familiares no processo da reinserção familiar, acreditamos que a discussão no âmbito

da interdisciplinaridade ampliará a possibilidade de criação de ambientes favoráveis a este atendimento, bem como a escuta deste profissional propiciará a criação de um espaço de diálogo, em que os seus dramas, medos e crenças sejam acolhidos e acompanhados. Através das experiências compartilhadas pelos participantes deste estudo levantamos possibilidades de ação que orientem todos aqueles que trabalham diariamente em abrigos.

A nossa busca não caminhou para uma descrição de uma realidade ou para um levantar de causas, conceitos e experiências. A nossa busca foi além, mas do que elucidar dados, nos disponibilizamos a dialogar com esta realidade experienciada, narrada e observada, dentro de uma escuta colaborativa. Caminhamos cuidadosamente neste universo de estudo, calçadas em um aporte teórico que nos permitiu chegar a um ponto novo e singular.

Em face do exposto, consideramos que este estudo se justifica diante da relevância acadêmica e social da temática do acolhimento institucional de crianças em abrigos e a possibilidade da reinserção em sua família de origem. A escolha pela modalidade de estudo de caso, mesmo com uma quantidade determinada de seis participantes, proporcionou uma discussão aprofundada do objeto de estudo que aqui se propôs investigar. Destacamos ainda que as participantes desse estudo são pessoas que, pelo exercício da sua profissão e pela posição que ocupa/ocupou na instituição de acolhimento, são informantes privilegiadas desta realidade de abrigamento de crianças/adolescentes e do processo de reinserção familiar.

Descreve-se aqui a estrutura desta tese segundo os seus capítulos:

No capítulo 2, “A reinserção familiar de crianças abrigadas: um olhar sobre as tendências presentes em pesquisas na área”, são apresentados os estudos que se aproximam da realidade aqui estudada, em que da discussão de cada relato de pesquisa, em caráter reflexivo, possibilita uma melhor compreensão da problemática que envolve o acolhimento de crianças e o processo de reinserção na família de origem.

O capítulo 3, “A criança ‘silenciada’ e o contexto de desenvolvimento”, discutiremos as concepções de infância dentro da história e na atualidade, apresentando as mudanças ocorridas na forma de se perceber a criança bem como discutiremos os contextos bioecológicos de desenvolvimento humano e suas possíveis implicações.

No capítulo 4, “Da casa para o abrigo: o contexto familiar da criança abrigada”, seguido dos subitens, “A família e a suas interações” e “Fragilidade e rupturas no contexto familiar da criança abrigada”, são discutidos os elementos do contexto familiar da criança, bem como a estrutura, o funcionamento e relações que são estabelecidas no sistema familiar e que, em um cenário de vulnerabilidade, podem desencadear o acolhimento de crianças em abrigos.

O capítulo 5, “Caminhos para o abrigo: da chegada à permanência”, contendo o subitem “A criança acolhida no abrigo: rupturas e construções”, discutimos a trajetória do acolhimento institucional de crianças em abrigos, a questão da institucionalização e do abrigamento pautado pelo novo olhar que foi introduzido com a promulgação do ECA, abordando o limiar existente entre a proteção e a institucionalização.

Já no capítulo 7, “Do abrigo para casa: mecanismo da reinserção familiar”, são abordadas as questões inerentes ao processo que envolve o retorno de crianças abrigadas para as suas famílias de origem, discutindo a proposta de reinserção e as dificuldade na implantação de programas de acompanhamento familiar.

Por uma questão didática, o capítulo 8 corresponde à metodologia, aqui retomamos os objetivos da pesquisa e a metodologia adotada, bem como a escolha e caracterização dos participantes, instrumentos e procedimentos utilizados para a coleta de dados, tratamento e análise dos dados, aspectos éticos, análises de risco e benefícios.

No capítulo 9, são apresentados, de forma discursiva, os casos que compõe a amostra investigada neste estudo. Em seguida, no capítulo 10, temos a discussão do casos, pautadas nas categorias de análise. Por fim, nas “Considerações finais”, tecemos nossas reflexões a partir da realidade que nos foi apresentada, com apontamentos e recomendações que trazem o nossa perspectiva do diálogo realizado no trabalho como um todo.

Dessa forma, os resultados que foram alcançados neste estudo doutoral contribuirão para a produção de conhecimento técnico aplicado a esta realidade em estudo, possibilitarão a construção de propostas de intervenção para o acompanhamento integrativo de crianças abrigadas com a sua família no processo de reinserção, além de ampliar a possibilidade de criação de ambientes favoráveis ao atendimento e acompanhamento nesses processos, o que pode resultar numa otimização dos resultados nas intervenções.

Por fim, das considerações arroladas nessa seção, é importante destacar, de forma bastante concisa e sucinta, que uma intervenção no contexto de origem da criança pode se deparar com sistemas familiares que necessitam de um tempo maior para interromper padrões de funcionamento que aumentem a condição de vulnerabilidade dos seus membros. Talvez, seja bem provável que o tempo necessário nesta ação interventiva seja superior ao tempo em que a criança-alvo da medida protetiva possa aguardar no serviço de acolhimento. Contudo, é preciso ampliar esta linha de ação para o alcance da prevenção, mesmo que as estratégias não obtenham resultados que permitam a reinserção desta criança-alvo, elas poderão prevenir que outros momentos de crises gerem o abrigamento de outras crianças deste sistema familiar.

2 A REINserÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS ABRIGADAS: UM OLHAR SOBRE AS TENDÊNCIAS PRESENTES EM PESQUISAS NA ÁREA

A complexidade da temática da reinserção familiar de crianças acolhidas em abrigos, relacionada aos aspectos desenvolvimentais e consonante à manutenção dos vínculos familiares, traz um cenário delicado de relações, perspectivas e mudanças. Ao abordarmos as questões de abandono, violência, negligência na infância que culminaram na aplicação do acolhimento institucional de crianças, nos deparamos com uma vasta literatura especializada. Contudo, analisando os relatos de pesquisa em periódicos e revistas científicas em três bases de dados *online* (SciELO, PePSIC e BVS)³ nos últimos dez anos, pouco se identifica na literatura estudos realizados no Brasil que enfoquem diretamente a reinserção na família de origem discutindo as práticas dos profissionais técnicos que atuam nos abrigos.

Nesta seção serão apresentados os estudos que mais se aproximam desta pesquisa. Logo, foram selecionados apenas aqueles que contemplam a temática da reinserção/reintegração de crianças/adolescentes acolhidos em abrigos em suas famílias de origem, que se enquadrem como pesquisa de campo e tenham sido publicados no período de 2007 a 2018.

Os estudos foram pré-selecionados mediante os títulos e as leituras dos resumos, com base no critério de inclusão citado acima. Foram excluídos os artigos que abordavam outras problemáticas, como o acolhimento institucional de outras populações, por exemplo, mulheres em situação de violência, assim como trabalhos em que a reinserção familiar na família de origem não era o tema principal de discussão e/ou que se destinavam prioritariamente à discussão e/ou análise da lei sem incluir os aspectos subjetivos e relacionais do processo de reinserção na família de origem.

Dada a carência de estudos mais específicos, optamos por analisar extensamente os estudos selecionados. De maneira que, a partir da discussão de cada um, em caráter reflexivo, seja possível uma melhor compreensão dos fenômenos relacionados à esta temática.

³Plataformas eletrônicas de pesquisa de publicações científicas na web.

Ao abordar a questão da reinserção temos um aspecto central que consiste no que se legitima como fatores de risco e de proteção de crianças e adolescentes que estão inseridas na medida protetiva de acolhimento institucional e de suas famílias. Nesse tocante, Siqueira e Dell'Aglio (2007), discutem o percurso e os resultados de uma pesquisa que, por meio do estudo de caso único, investigam e discutem estes fatores com base nos pressupostos e conceitos do modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979, 1996) e bioecológico de Bronfenbrenner e Morris (1998).

O objetivo da pesquisa citada era investigar os fatores de risco e proteção presentes no processo de reinserção familiar de uma adolescente de 12 anos, que esteve abrigada por seis meses devido a suspeita de abuso sexual por parte do padrasto.

Para alcançar tal objetivo, as autoras adotaram como metodologia a inserção ecológica e acompanharam o caso ao longo de cinco meses. Os dados foram coletados através de entrevistas com a adolescente, sua mãe, membros do abrigo, de uma ONG, do Conselho Tutelar e da escola.

Os resultados alcançados indicaram a existência de expressivos e numerosos fatores de risco no ambiente familiar que resultaram no reabrigamento da adolescente. Para as autoras, o processo de transição ecológica vivenciado pela adolescente, do abrigo para a família, ocorreu de forma inadequada por não contar com condições favoráveis para um desenvolvimento saudável no contexto familiar. Diante desta condição, apontaram para a necessidade de discutir o alcance e a aplicação das políticas públicas de maneira que seja assegurado o acompanhamento dessas famílias, de maneira que a reinserção familiar de crianças e adolescentes aconteça de forma segura e definitiva.

Aqui, está em questão o direito à convivência familiar das crianças e adolescentes em situação de risco; compreende-se que a preservação da criança ou do adolescente na família de origem deve ser vista como prioridade, a fim de evitar a separação e os problemas associados. Contudo, é preciso uma maior intervenção quando, para a proteção da criança ou adolescente, a separação do convívio familiar ou com um determinado componente do grupo é inevitável.

Neste estudo de caso, o motivo desencadeador do afastamento da adolescente foi a suspeita de abuso sexual, tendo como possível autor o padrasto que morava na mesma casa, como podemos visualizar na descrição do caso feita pelas autoras:

Manuela residia com seus irmãos, cinco irmãs de nove, oito, sete, três anos e um bebê de cinco meses e dois irmãos de quatro e dois anos, sua mãe e o padrasto, em uma casa simples de dois quartos. Seu pai é falecido, entretanto, mesmo antes de seu falecimento, não mantinha contato com a filha. Ela foi cuidada pelos avós maternos, cuja avó já é falecida, e pela tia materna quando tinha entre quatro e sete anos. Durante a coleta de dados deste estudo, tanto dona Maria quanto o padrasto estavam desempregados e recebiam ajuda de entidades filantrópicas e de uma ONG. Dona Maria é HIV positiva desde os 17 anos, sendo que as filhas de nove, oito anos e cinco meses são portadoras do vírus. Manuela foi abrigada devido à denúncia de suspeita de abuso sexual, realizada pela escola, onde comentou com uma colega e uma professora que o padrasto “se passava com ela” na hora do banho (SIQUEIRA & DELL’AGLIO, 2007 p. 138).

Neste ponto, despertou a nossa atenção a maneira como foi acolhida e conduzida a denúncia da menina. De acordo com o histórico apresentado pelas autoras, o padrasto de Manuela não foi afastado do convívio familiar, apenas foi chamado ao Juizado da Infância e da Adolescência e ela esteve abrigada numa instituição de abrigo não-governamental, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, distante da área urbana e da moradia de sua família de origem. Em relação à estrutura da instituição tem-se que esta é composta por três casas-lares onde moram cerca de dez crianças e adolescentes em cada, com idades entre sete e quinze anos.

Enquanto à adolescente foi retirada da sua casa e do seu meio social, o padrasto permaneceu em sua moradia, rotina e convívio com a mãe e irmãos sem que nenhuma outra medida fosse tomada. Durante a institucionalização, Manuela frequentou uma escola pública e encontrou com sua mãe e seus irmãos em três momentos: os dois primeiros encontros ocorreram no Conselho Tutelar e o terceiro, na casa de sua família, sendo estabelecido o desligamento subsequentemente. Como podemos observar, o processo de reinserção não contou com uma efetiva participação da família, de acordo com os dados apresentados, a adolescente não recebeu visita de sua mãe durante o período em que esteve abrigada, mesmo não havendo impedimento.

Siqueira e Dell’Aglío (2007) relatam que:

Segundo uma das monitoras, durante o período em que esteve abrigada, Manuela era uma menina calma e quieta, aceitava as orientações e gostava muito de brincar no pátio e mexer na horta. Ela mencionava, ainda, sentir saudades da mãe e principalmente dos irmãos, apesar de sentir-se chateada pela mãe não ter acreditado nela no momento da revelação do abuso. A ONG, que acompanha a família de Manuela há pelo menos cinco anos, prestava ajuda material, fornecendo alimentos, roupas para as crianças, gás, entre outros. Além disso, a partir de visitas domiciliares periódicas e longas conversas com a mãe e o padrasto, a assistente social da ONG esclareceu o que significava “abuso sexual”, destacando os prejuízos ocasionados às

vítimas, e explicando que não se tratava somente de intercurso sexual. Após o desligamento institucional, Manuela só retornou à escola depois de um mês de iniciadas as aulas.

Durante o período de reinserção de Manuela, sua mãe teve o oitavo filho, tendo permanecido hospitalizada durante 20 dias, devido a problemas de saúde. Durante esse período, Manuela assumiu as obrigações e tarefas domésticas, juntamente com sua irmã de nove anos, e faltou à escola durante todo o período de internação da mãe, perdendo, inclusive, provas trimestrais. Após este período de reinserção com a família, Manuela retornou ao mesmo abrigo, por determinação judicial. Esse abrigo baseou-se em dois pontos: no relatório de uma visita domiciliar produzido pelas assistentes sociais do Juizado; e nas novas suspeitas de abuso sexual por parte do padrasto, ocorrido durante o período de internação hospitalar de dona Maria. (SIQUEIRA & DELL'AGLIO, 2007 p. 138).

Optamos por trazer a descrição acima de maneira que fiquem evidentes os inúmeros e severos fatores de risco presentes no caso acompanhado e a ineficácia nas ações que foram realizados nesta intervenção. Quando os fatores de risco na família são mais expressivos do que os de proteção, e frente à ausência de uma rede familiar extensa, a única estratégia de proteção possível é a permanência no abrigo e a busca para a inserção em uma nova família.

Os resultados também indicam que a adolescente apresentava uma percepção positiva em relação ao abrigo, o que pode ser justificada pelas próprias características da instituição, que funciona na modalidade de casa lar, possuindo um atendimento individualizado em uma casa com cerca de dez crianças e adolescentes, em ambiente amplo e arborizado, propício para atividades lúdicas. Além desta estrutura física, também foi evidenciado positivamente um contexto de cuidado, rotina de higiene, tarefas domésticas e escolares, além de relações afetivas e recíprocas.

Para Siqueira e Dell'Aglio (2007), o caso de Manuela mostra uma tentativa do abrigo e da ONG de acompanhar o retorno da adolescente, orientando sua mãe e padrasto. Entretanto, devido ao pouco preparo dos profissionais da assistência social e a ausência do Sistema Judiciário nesse processo, as ações não foram efetivas. Tem-se que neste processo de reinserção, a adaptação, tanto da família quanto da adolescente, não ocorreu de forma progressiva, através de visitas mais frequentes e entrevistas sistematizadas.

Por fim, as autoras concluíram que:

A situação da família não se modificará sem uma intervenção consistente e planejada. Desenvolver estratégias sólidas e seguras de avaliação e intervenção nos processos de reinserção familiar representa uma tarefa crucial, visto que falhas nesse processo podem levar ao reabrigo, e

consequentemente, a novos rompimentos de vínculos afetivos, dificultando ainda mais a próxima tentativa de reinserção (SIQUEIRA & DELL'AGLIO, 2007 p. 143).

Logo, diante do exposto, consideramos que o estudo de caso apresentado é representativo de muitos outros casos que compõem a realidade de crianças e adolescentes que estão abrigados, bem como sinaliza para as possíveis fragilidades na rede de assistência e proteção e as dificuldades dos profissionais que atuam nesta área. Chegamos a esta consideração tendo como base os dados constantes em relatórios técnicos emitidos por entidades governamentais e não-governamentais também em estudos nos âmbitos nacional e estadual que destacam que os motivos que levam uma criança e um adolescente ao serviço de acolhimento, se conectam direta ou indiretamente à pobreza. As crianças e adolescentes são retirados e devolvidos em seu sistema familiar sem que as questões que fragilizam o funcionamento do seu microsistema sejam solucionadas. E neste quesito, fica a nossa pergunta: é possível solucionar tais questões respeitando o tempo da criança e também da família?

Nesse mesmo cenário do acolhimento institucional, Azôr e Vectore (2008) realizaram um estudo que teve como objetivo conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes ex-abrigados em uma instituição do município de Uberaba (MG), durante o processo de institucionalização/desinstitucionalização que viveram. Para tanto, buscou-se identificar os aspectos que contribuíram para a institucionalização; as alterações ocorridas na estrutura familiar, durante o período de abrigo da criança/adolescente (todos foram abrigados na infância, porém saíram do abrigo na adolescência e início da vida adulta); os aspectos que contribuíram para reinserção do adolescente na família biológica; e a situação das famílias após a desinstitucionalização do adolescente.

As autoras acompanharam cinco famílias que haviam recuperado a guarda dos filhos e tiveram acesso às suas histórias de vida por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com o pai ou a mãe dos adolescentes, com os adolescentes e com a diretora do abrigo e também acessaram as fichas de identificação socioeconômica; os livros de registros do abrigo e das pastas arquivadas com informações dos adolescentes.

Em conformidade com outros estudos realizados nesta área, os resultados alcançados por Azôr e Vectore (2008) apontaram que as causas que levam ao abrigo

são multifatoriais, associadas à pobreza, carência de rede de apoio sócio-psicológica para a família, ausência da figura paterna e desestruturação familiar. Especificamente nas famílias estudadas, foi observado que o baixo nível socioeconômico foi um fator predominante na deflagração do processo de institucionalização. Todavia, o aspecto socioeconômico não apareceu isolado em nenhuma família, mas reforçado com outros indicadores: maus-tratos, maternidade precoce, comprometimento psíquico, história de vida dos genitores e número elevado de filhos, conforme pode ser comprovado pelo perfil apresentado das famílias.

Consoante com os dados identificados, Azôr e Vectore ao abordarem os elementos desencadeantes do processo de institucionalização da criança, trazem que:

Preliminarmente, chama a atenção que tal processo caracteriza-se como uma somatória de um grande número de variáveis, que podem ser identificadas desde o pertencimento das famílias aos estratos mais inferiores da sociedade, até fatores de adoecimento psíquico (alcoolismo e drogas, por exemplo) que, em algum momento da trajetória das famílias, se inter-relacionam e desestruturam a frágil organização familiar, culminando com uma medida extrema, representada pelo afastamento do membro mais suscetível, ou seja, a criança pequena. (AZÔR e VECTORE, 2008, p. 85).

Convém mencionar que o período de institucionalização neste estudo foi apontado como doloroso para filhos e genitores. Esse sentimento pode ser proveniente do que as autoras percebem da estrutura e funcionamento das instituições de abrigo que, normalmente recorrem às práticas prioritariamente disciplinadoras e não disponibilizam condições promotoras de um adequado acolhimento. Ao contrário, observa-se a ausência de figuras de referência para que seja estabelecido um vínculo afetivo e efetivo entre aquele que está abrigado e os profissionais atuantes na instituição.

De acordo com as autoras, a experiência de abrigamento constituiu-se como sendo paradoxal para a grande maioria dos adolescentes que foram entrevistados. Em seus relatos, seja em função de outros colegas abrigados, dos funcionários, da oportunidade de estudo ou do longo período de abrigamento, o abrigo é evidenciado como um espaço que favorece o estabelecimento de um vínculo afetivo, representando ou substituindo à família, o que pode explicar a dificuldade de alguns para se desligarem da instituição. Entretanto, também foram trazidos os aspectos negativos do acolhimento, como a ausência de liberdade, a presença de castigos e regras, o isolamento e a sensação de prisão que os envolvem. Constando ainda, o

distanciamento da comunidade que passa a representar o “lado de fora”, e a família parece representar o elo de conexão desses dois contextos sociais.

Na avaliação destes adolescentes sobre o período de suas vidas relacionado ao processo de institucionalização/desinstitucionalização, de acordo com os dados coletados, a adaptação foi considerada como uma experiência particularmente difícil, devido principalmente à existência de agressões físicas, à rigidez das regras institucionais, à ausência e saudade da família e, especialmente, ao momento de dormir, em que é frequente o sentimento de medo. Nesse ponto, as autoras afirmam que:

As regras, as normas e mudanças institucionais, além da ausência de liberdade e da família, deflagram a impossibilidade de se preservar no abrigo um “eu” desejoso e pensante. Assim, o singular dá lugar ao coletivo, por intermédio de uma transformação desencadeada por hierarquias e autoridades. (AZÔR E VECTORE, 2008 p. 84)

Analisando os dados obtidos nas entrevistas com as mães e pais participantes e as fichas de identificação, foi possível destacar a presença de três aspectos considerados como facilitadores no período relativo ao abrigamento dos filhos: a) possibilidade de reestruturação econômica da família; b) possibilidade de auxílio dos profissionais vinculados às instituições abrigo, Judiciário e Conselho Tutelar, o que, infelizmente, não se trata de uma conduta institucionalizada de efetivo apoio às famílias; e c) possibilidade de acesso à educação formal ou informal para os filhos, propiciada pela instituição.

Logo, dando seguimento, no que tange ao desligamento dos abrigados participantes da pesquisa, as autoras assinalam o trabalho efetivado pelas instituições envolvidas, o desejo dos adolescentes de sair do abrigo e a reestruturação financeira das famílias como sendo os fatores que auxiliaram neste processo. Contudo, o estudo evidencia a necessidade de um acompanhamento multiprofissional pós-desligamento.

Por conta disso, embora apresentassem motivações diferentes, na sua totalidade, as famílias estudadas contavam com as melhores expectativas quanto ao desabrigamento dos filhos. Todavia, o período após o desabrigamento foi marcado por dificuldades, principalmente devido às questões de ordem material (falta de conforto das moradias, despesas com alimentação, entre outras).

Azôr e Vettore (2008) consideram que o desabrigamento de crianças e adolescentes não é o final de um processo de desestruturação/reestruturação familiar biológica, mas apenas uma etapa do processo, que demanda acompanhamento pós-

abrigamento sistemático e bastante criterioso. A retirada do filho de uma situação de institucionalização não pode ser considerada como sendo um indicador de uma efetiva reestruturação familiar, visto que os dados obtidos permitem constatar que a questão do abrigamento das crianças/adolescentes é multifatorial, conforme já mencionado. “Desse modo, a reestruturação familiar é apenas um elo dessa grande corrente, sendo necessárias outras medidas que garantam a permanência na família.” (Azôr e Vectore, 2008 p. 88). Nas palavras das autoras:

Há necessidade de políticas públicas eficazes, quer seja em nível federal, estadual ou municipal, atreladas à intervenção de uma equipe multiprofissional, maximizando e otimizando o atendimento, resgatando a auto-estima (*sic*) das famílias e pautando-se na compreensão reflexiva das causas e no reconhecimento dos recursos de natureza externa e interna de que dispõe a família, não se fixando apenas no aspecto financeiro, mas também compreendendo o peso de variáveis afetivas e sociais, na tão almejada reconstrução familiar. (AZÔR e VECTORE, 2008 p. 88).

Diante do exposto, consideramos que a pesquisa acima retrata a realidade de crianças/adolescentes, das suas famílias e das instituições de acolhimento que vivenciam no dia a dia os reflexos do abrigamento frente à possibilidade/desafio de retorno à convivência no meio familiar.

Nessa perspectiva, compreender o funcionamento das famílias que estão relacionadas diretamente com a aplicação da medida protetiva que legitima o afastamento de crianças das suas casas, torna-se um ponto central. A família demanda soluções para o abrigo assim como o abrigo também deve direcionar ações para esse grupo. Portanto, são dois sistemas distintos que passam a interagir e em alguns momentos são vistos como aliados e em outros como um perigo eminente.

Para demonstrar como decorrem as aproximações desses dois sistemas, trazemos a seguir o estudo realizado por Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) que tem como objetivo investigar as interações entre famílias e as instituições de abrigo a partir do modelo bioecológico de desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner.

As referidas autoras realizaram um estudo de caso, em que por meio do uso do método de inserção ecológica na coleta de dados, foi possível a imersão delas nos diferentes sistemas de desenvolvimento. De tal forma que foi oportunizado focalizar nos processos proximais e demais elementos de influência presentes nas interações dos funcionários de uma instituição do extremo sul do Brasil e a família de uma criança institucionalizada durante o processo de reinserção familiar. Esta criança estava abrigada há mais de cinco anos.

Participaram diretamente da fase de coleta de dados: duas pesquisadoras da área da Pedagogia, a família de um menino de seis anos que estava em um abrigo e cinco trabalhadores do abrigo (três representantes atuavam na direção, uma cuidadora e uma assistente social).

Em um período de nove meses, foram realizadas trinta visitas à instituição de abrigo e doze contatos domiciliares com a família participante. Os procedimentos para a coleta de dados de acordo com cada contexto foram: o diário de campo durante a inserção ecológica das pesquisadoras no ambiente familiar e institucional; história de vida da família na modalidade da entrevista reflexiva; reuniões sistemáticas em grupo com os cinco funcionários da instituição (foram realizados encontros semanais, com duração de uma hora e meia).

Vale informar que, nesse estudo Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), diante dos resultados alcançados, abrem um espaço que possibilita a compreensão e reflexão sobre formas de intervenção institucional que sejam sustentadas por práticas educativas, direitos e deveres não só das crianças e adolescentes, mas também das famílias e dos trabalhadores dos abrigos.

Diante da inserção das autoras neste universo de pesquisa e da intervenção institucional do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da Universidade Federal do Rio Grande (CEP-Rua/UFRGS), que elas também fazem parte, foi realizada essa investigação sobre os processos de interação da instituição de abrigo, representada por seus coordenadores e cuidadores, com a família de uma criança abrigada.

Disso decorre que, o estudo de caso referenciado neste momento, traz a reinserção de uma criança, com foco na análise das etapas que permeiam este processo relacional entre o ambiente institucional e o ambiente familiar dos abrigados. Um fator diferencial nesta pesquisa é atenção dada ao momento da mudança de ambiente “casa-instituição/instituição-casa”.

Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) observam, analisam e discutem o momento de mudança de ambiente da criança como uma transição ecológica. Esse conceito trazido pelas autoras vem do modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1979, 1996) que, define o movimento de alteração de posição, atividades, relações e de papel como uma transição ecológica que ocorre em função da entrada da pessoa em um novo ambiente ecológico (VASCONCELOS, YUNES & GARCIA, 2009).

Contudo, essas transições podem ser normativas (são aquelas esperadas e vivenciadas pela maioria das pessoas em cada cultura) ou não-normativas (caracterizadas por algum evento inesperado). Em relação ao acolhimento institucional, as autoras afirmam que:

Assim, a retirada da criança ou adolescente do ambiente familiar para uma instituição de abrigo pode ser caracterizada como uma transição não-normativa, pois não é esperado social e psicologicamente que esses deixem de conviver precocemente com seus familiares mais próximos. A importância deste momento para crianças e adolescentes retirados das suas casas e de suas famílias, muitas vezes abruptamente, sem aviso e sem preparo, refere-se à necessidade de haver uma interação mínima entre os contextos que caracterizam a transição ecológica. Ou seja, é preciso haver diálogo e comunicação imediata entre os trabalhadores da instituição que vão abrigar a criança e a família que vai ter o filho abrigado. Outrossim, o impacto do momento da institucionalização pode efetivamente caracterizar mais um risco ao desenvolvimento saudável não apenas das crianças e adolescentes abrigados, como também dos integrantes do grupo familiar implicados. A interligação positiva e harmoniosa entre esses dois ambientes pode representar menos tempo de permanência na instituição e mais possibilidades de retorno ao convívio familiar original. (VASCONCELOS, YUNES & GARCIA, 2009 p. 223)

A retirada não-normativa da criança em estudo, ainda na fase de bebê, foi desencadeada pela condição de pobreza da família, apontada pelo conselho tutelar durante uma visita domiciliar solicitada pelo pai da criança para pedir apoio em relação ao comportamento de uma de suas filhas adolescente.

A família da criança institucionalizada era composta por onze pessoas, sendo dois adultos e os demais membros (crianças e adolescentes entre quatro e dezesseis anos de idade). Moravam em uma casa de três cômodos (um quarto, uma cozinha e um banheiro) construída com madeira coberta por latas de óleo para vedação e uma pequena parte de alvenaria com tijolos fabricados por eles mesmos em uma cooperativa da qual faziam parte, localizada em um bairro periférico com precárias condições de infra-estrutura.

Nesse cenário é ressaltada a função do Conselho Tutelar, que tem como uma das atribuições atender e aconselhar os pais e responsáveis, aplicando, quando necessário, medidas de encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de proteção à família, cursos ou programas de orientação, tratamento psicológico ou psiquiátrico, orientação e tratamento a dependentes químicos e usuários de drogas (artigo 136, ECA, Lei No. 8069, 1990).

Todavia, no referido estudo, os conselheiros tutelares, antes de qualquer tentativa de aconselhar, orientar ou conhecer a família e compreender suas estratégias de sobrevivência e de relacionamento, solicitaram de forma precipitada a retirada da criança de casa, como se essa fosse a única solução para a situação em questão. Isso se deu porque os conselheiros observaram a criança pequena dormindo dentro de uma caixa de papelão pouco maior que uma caixa de sapato. Para Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), tudo indica que essa atitude foi imediatamente julgada como negligência, o que resultou na retirada do menino do lar.

Neste ponto, concordamos com a observação das autoras no que tange ao olhar rígido dos conselheiros, contudo, também nos questionamos quanto ao ponto de vista destes e dos profissionais envolvidos neste caso. O impacto e significados de cada situação com que se deparam podem modificar o curso de suas ações, consolidando uma descrença quanto aos recursos e à forma de cuidar das famílias por eles assistidas. Portanto, apesar do objeto de estudo do nosso projeto de pesquisa não contemplar como participante os representantes dos conselhos tutelares e demais integrantes da rede de atenção à infância e adolescência, esse ponto silenciado da percepção dos conselheiros dialoga diretamente com a nossa investigação.

A partir da inserção das pesquisadoras nos microssistemas família e instituição de abrigo, os dados obtidos e documentados em diário de campo e na história da família, foram analisados qualitativamente, através dos temas que emergiram dos próprios dados durante a análise dos textos. Esses resultados foram separados em quatro dimensões de análise: história de vida da família; institucionalização da criança; percepções da família em relação à institucionalização; e crenças dos profissionais da instituição de abrigo.

A análise dos dados que emergiram nos discursos dos participantes deste estudo de caso denota que a relação mesossistêmica entre a família e a instituição tem por base sentimentos de desconfiança mútua. De acordo com a análise dos resultados, as autoras consideram que os profissionais das instituições de abrigo demonstram expectativas idealizadas e estereotipadas sobre os papéis, deveres e atitudes parentais que deveriam compor o ambiente familiar, tais como: o tipo de amor, as formas de externar afeto, maneiras de cuidar, dentre outros. E, por outro lado, as famílias, por medo das críticas recebidas e dos conflitos na comunicação, se afastam da convivência com a criança abrigada. Essas condições dificultaram e prorrogaram

a tentativa de reinserção da criança no ambiente familiar e interferiram diretamente no tempo de institucionalização da criança em questão.

A retirada da criança de sua casa trouxe um grande sofrimento para a família que não aceitava a saída de sua filha e nem o afastamento e tratamento recebidos pelas instituições. Investigando a história familiar, foi identificado que fazia parte da cultura da família paterna a acomodação de crianças pequenas em caixas de papelão como um elemento de proteção. Aqui temos um exemplo do silenciamento das vozes da família e da negação da singularidade presente nos legados advindos das suas relações intergeracionais. A prática de cuidado da família não correspondeu ao que era considerado como um “cuidado aceitável” para o conselheiro tutelar que percebeu como uma situação de descuido ou abandono e risco ao desenvolvimento.

Diante do exposto, os resultados apontaram para a necessidade de oportunizar às famílias condições para que possam refletir criticamente sobre esta transmissão geracional que pode perpetuar ou formar/construir outros papéis, funções e práticas educativas em família.

Por fim, Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), consideram que a instituição de abrigo busca um comportamento “ideal” do grupo familiar que está relacionado diretamente à sua situação socioeconômica. Esta visão julga a capacidade de cuidar e culpabiliza as famílias de acordo com as suas condições precárias de sustento e de sobrevivência. Logo, é preciso que as políticas públicas sejam eficazes na garantia do direito da família em resgatar e reafirmar os vínculos afetivos com a criança abrigada. Da mesma forma, é necessária a manutenção de uma rede de relacionamentos que favoreça o desenvolvimento das crianças e de suas famílias, minimizando, assim, os efeitos da institucionalização e da inevitável condição de violência sofrida pela família cujos membros foram retirados do convívio familiar.

Para além do olhar direcionado ao funcionamento de abrigos, Siqueira, Massignan e Dell’Aglia (2011), discutem as dificuldades presentes nos processos de reinserção familiar. Tendo como objetivo central compreender o processo de reinserção familiar malsucedido e a subsequente reinstitucionalização do ponto de vista de adolescentes, estudando dois casos em que estes processos foram vivenciados, as autoras supracitadas realizaram um estudo qualitativo, por meio de estudo de casos (Yin, 2003/2005), com duas adolescentes que estavam acolhidas em instituições de proteção governamentais no estado do Rio Grande do Sul, na modalidade abrigo residencial (AR), chamado informalmente de “casinhas”.

Na época da coleta de dados, Juliana e Sabrina (nomes fictícios utilizados pelas autoras do estudo), tinham 13 e 14 anos de idade e eram estudantes, respectivamente, da 8ª e 5ª séries do ensino fundamental de escolas públicas. Sabrina havia retornado para a casa de sua mãe biológica e Juliana para a casa de sua mãe de criação.

Contextualizando esses dois casos estudados, têm-se em comum a falta de acompanhamento de técnicos e educadores nos momentos das visitas familiares, o não cumprimento de um plano de visitação e a existência de tentativas anteriores malsucedidas de reinserção familiar, ocasionando rupturas sucessivas de vínculos afetivos.

Como foi relatado na pesquisa, nos dois casos em estudo, as adolescentes visitaram as suas famílias nos finais de semana, antes do desligamento. No entanto, as visitas ocorreram sem um plano de visitação e sem o acompanhamento e presença direta de técnicos ou educadores da instituição. Esta situação contraria a literatura especializada na área que demonstra a importância de um plano de visitação para o sucesso da reinserção familiar. O plano deveria ser composto por visitas planejadas, contendo objetivos construídos em conjunto com as famílias, de maneira que seja proporcionada a reconexão entre o adolescente/criança afastado da família e seus familiares, por meio da realização de atividades em conjunto (tarefas escolares/domésticas, atividades de lazer e etc.). “Dessa forma, pode-se constatar que, nos casos analisados, as visitas prévias não operaram como facilitadores, pois ocorreram sem planejamento, objetivos ou atividades conjuntas” (SIQUEIRA, MASSIGNAN & DELL’AGLIO, 2011 p. 388).

À vista disso, Siqueira, Massignan e Dell’aglio (2011) são contundentes aos abordarem os benefícios que um plano de visitação pode trazer para as crianças e adolescentes, tais como: sentimentos de que os pais/cuidadores os querem na família novamente, elaboração da experiência do afastamento e dos sentimentos acarretados pela separação e a manutenção dos laços familiares.

Sobre estas condições de reinserção apresentadas, as autoras afirmam que:

Estes importantes aspectos devem ser considerados no planejamento da reinserção familiar, visto que estas falhas podem levar ao fracasso desse processo e a novas rupturas, reforçando tais situações nas trajetórias de vida dessas crianças e adolescentes. (SIQUEIRA, MASSIGNAN & DELL’AGLIO, 2011 p. 389).

Outro aspecto elucidado foi a forma como ocorreu o processo de desligamento institucional. Nos dois casos, as adolescentes e seus irmãos (que também estavam institucionalizados), ao final do ano letivo escolar, foram autorizados a passar as festas de fim de ano com a mãe, sendo desligados da instituição subsequentemente. No caso de Sabrina, têm-se ainda que o desligamento foi “compulsório”, a partir da avaliação unilateral do Juizado da Infância e Juventude, não houve uma investigação substantiva da situação real e atual da família, na qual fosse possível constatar as condições para o retorno da adolescente. Neste aspecto, as autoras compartilham o pensamento de que, para fazer valer a característica de provisoriedade da medida protetiva, crianças e adolescentes são reinseridos em famílias que não têm condições de reassumir a parentalidade dos mesmos.

Nos casos estudados, o período após o desabrigo foi caracterizado por conflitos familiares, aliados à falta de apoio social e de segurança. “A falta de convivência familiar e de conexão emocional entre as adolescentes e suas responsáveis, acabou favorecendo o distanciamento entre as jovens e suas famílias, como consequência da institucionalização” (SIQUEIRA, MASSIGNAN & DELL’AGLIO, 2011 p. 388). Diante das fragilidades e conflitos no seu meio familiar, as adolescentes que foram reinseridas ao serviço de acolhimento institucional, apresentavam percepção satisfatória quanto ao retorno à instituição como uma possibilidade de garantia para que elas usufruam de possibilidades de crescimento e de uma vida melhor. Assim, diferentemente das suas representações acerca das suas famílias, a instituição constituía-se para as adolescentes como um lugar de referência e proteção.

Diante dos dados apresentados, concordamos com as autoras quando concluem que os resultados deste estudo, mesmo não contemplando os familiares e não contando uma amostra maior e mais diversificada, possibilitaram compreender o processo de reinserção familiar malsucedido e a subsequente reinstitucionalização, demonstrando a complexidade do tema. A ausência de planejamento e acompanhamento nas ações, a não realização de visitas domiciliares após o desligamento, podem ter influenciado o fracasso do retorno familiar nesses casos.

Abarcando a posição de Siqueira, Massignan e Dell’Aglio (2011), e adicionando outras características, Lauz e Borges (2013), discutem a percepção de família nas instituições de acolhimento.

Para alcançar os objetivos traçados, participaram do estudo três meninas, abrigadas em uma instituição de acolhimento, selecionadas a partir da proximidade

entre as idades, que variou de nove a dez anos e três profissionais que atuavam na instituição, sendo, uma assistente social (atua há aproximadamente três anos na instituição), uma monitora (atua há cerca de seis meses na instituição) e a diretora (que possui mestrado em Educação Inclusiva e que participa da equipe da instituição desde sua fundação, em 1995).

Os resultados alcançados por Lauz e Borges (2013) apontam para as diferenças existentes entre as percepções de família apresentadas pelas crianças e pelos profissionais, demonstrando o impacto dos estigmas sociais nos processos de acolhimento institucional e reinserção de crianças em suas famílias de origem.

Assim como foi revelado em outros estudos referenciados, aqui também temos presente nos resultados alcançados a presença de um discurso de culpabilização das famílias de origem das crianças atendidas. Os fatores que são vistos como riscos pelos profissionais entrevistados foram salientados em suas falas e eles não registraram a existência de fatores de proteção. Outro elemento observado por Lauz e Borges (2013), foi o que elas consideraram como um discurso moralista por parte destes profissionais, que colocaram como um fator de risco os arranjos familiares diferenciados. Para elas, foi perceptível o incômodo frente às escolhas amorosas das mães e dos pais que, na visão dos entrevistados, resulta em “um filho de cada pai”, no fracasso materno, e, por fim, em uma associação direta entre violência no contexto familiar e trauma infantil. Consequentemente, essa visão da família de origem como sendo disfuncional e prejudicial aos seus filhos, pode influenciar o processo de reinserção familiar dos jovens abrigados.

Nesse passo, por não perceberem nas famílias de origem das crianças em acolhimento a presença de uma estrutura compatível com as suas crenças, os profissionais acabam que reconhecem como sendo parte do seu trabalho o envolvimento direto no processo de reinserção familiar. Neste quesito, foi observado que há um discurso institucional de que tal papel cabe aos demais serviços da rede e, mesmo quando percebem a importância de intervenções direcionadas às famílias, eles alegaram que não possuem estratégias de intervenções (trabalho) junto às famílias e acreditam que isso compete às políticas públicas de Estado.

Ao finalizarem este estudo, Lauz e Borges (2013) se remeteram para a necessidade da problematização do conceito de família como um elemento fundamental para um trabalho efetivo dentro de instituições de acolhimento, uma vez que pode limitar as possibilidades de uma reinserção familiar. Diante desta

consideração das autoras, refletimos sobre o distanciamento entre o que está estabelecido no ECA acerca da preservação dos vínculos familiares e a disponibilidade e preparo dos profissionais que atuam dentro dos abrigos para esta ação. O profissional é o elemento presente tanto na porta de entrada do acolhimento quanto na de saída, e suas ações podem ser o elemento determinante para a permanência de uma criança/adolescente em uma instituição ou em uma família.

Logo, encerramos as ponderações sobre o estudo de campo realizado por Lauz e Borges (2013), reafirmando a necessidade de mais estudos que estejam voltados para uma escuta sensível e direcionada aos profissionais técnicos dos abrigos como uma forma de desvelar os nós que se ligam aos processos de reinserção familiar.

Acerca das condições e reflexos da medida de acolhimento institucional no Brasil, Zappe, Yunes e Dell'Aglio (2016) ressaltam que, diante do progressivo reconhecimento de riscos e suas consequências na vida adulta, a legislação e a política de institucionalização de crianças e adolescentes têm sido revistas e modificadas em nosso país. Atualmente, são observadas evoluções significativas que visam romper com a cultura de institucionalização que vigorou por muito tempo.

Versando sobre aspectos macrossistêmicos relacionados ao ambiente ecológico de crianças e adolescentes acolhidos e fomentando uma reflexão sobre crenças implícitas relacionadas às famílias, Zappe, Yunes e Dell'Aglio (2016), fundamentadas na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996), apresentam os resultados e as análises da pesquisa realizada por elas e que contou com a participação 202 pessoas (117 leigos e 85 profissionais de instituições de acolhimento institucional) residentes em três municípios do Rio Grande do Sul: 44 de Porto Alegre, 52 de Rio Grande e 106 de Santa Maria. Os participantes tinham idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$), sendo a maioria do sexo feminino (79,2%), solteiro (51%), com ensino médio (48%) ou curso superior (37,6%), 55% conhecia alguma criança ou jovem acolhido institucionalmente e 42,9% trabalhavam na área de crianças e adolescentes em risco e perigo.

Através da aplicação de um questionário aberto, elaborado especificamente para este estudo, buscou-se investigar as imagens sociais associadas às famílias com crianças e adolescentes institucionalizados, comparando-as com as imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes não institucionalizados e procedentes de diferentes *status* socioeconômicos. Também buscaram compreender se essas

imagens apresentam variações entre grupos de leigos e de profissionais que atuam em instituições de acolhimento.

Em termos conceituais, as autoras partem da definição de *imagens sociais* como sendo o resultado dos processos de classificação de indivíduos ou grupos a partir da construção de teorias implícitas ou sistemas de crenças acerca das subjetividades e dos motivos que levam as pessoas a optarem por determinados comportamentos.

A partir da análise dos dados obtidos, foi possível acessar as imagens sociais associadas a três diferentes tipos de famílias: famílias com crianças e adolescentes institucionalizados; famílias com crianças e adolescentes não institucionalizados de *status* socioeconômicos médio; famílias com crianças e adolescentes não institucionalizados de *status* socioeconômicos baixo. Zappe, Yunes e Dell'Aglio (2016), identificaram que estas imagens sociais diferem, principalmente à condição de *status* socioeconômico, sendo que imagens negativas são mais associadas às famílias com crianças e adolescentes institucionalizados e famílias com crianças e adolescentes não institucionalizados e *status* socioeconômico baixo.

Diante do exposto, as autoras concluem que a cultura de institucionalização, que promove o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em função de questões socioeconômicas, permanece no imaginário social. Desta forma, prevalece no pensamento coletivo e social e a concepção que associa a pobreza à incapacidade de cuidado e de proteção das suas crianças.

Vale destacar que essas imagens sociais não apresentam variabilidade entre os participantes, seja considerando aspectos sociodemográficos dos participantes ou à condição de leigos ou de profissionais que atuam em instituições de acolhimento. Assim, as autoras consideram como uma das principais conclusões deste estudo, a presença, no imaginário social, de uma visão pejorativa e depreciativa associada em especial às famílias com filhos institucionalizados, em termos macrossistêmicos, visto que estes aspectos foram abordados em estudos prévios apenas em termos microssistêmicos, considerando as percepções de famílias e profissionais, prioritariamente.

No que tange aos elementos do macrocontexto, as autoras chamam atenção aos diferentes entraves para a promoção do desenvolvimento integral de crianças/adolescentes institucionalizados, os quais podem ser resultantes de crenças, valores e representações associadas a essa condição e que influenciam muitas das

decisões e práticas/atendimentos nos serviços de apoio que atendem estas crianças/adolescentes.

Dessa forma, concordamos com as autoras quando avaliam que:

O fato de que grupos de leigos e de trabalhadores da área de proteção à infância e à adolescência não se diferenciam ao caracterizar as famílias com filhos institucionalizados revela a necessidade de promover uma revisão destas concepções, principalmente entre os trabalhadores das instituições, pois são estes que recebem e estão em contato permanente com as crianças/adolescentes e suas famílias. Se as percepções e sentimentos são negativos, o trabalho institucional fica atravessado por crenças que levam ao pessimismo e ao descrédito sobre as possibilidades de resultados positivos para o futuro desses grupos. Desta forma, fica difícil que estes profissionais se tornem “tutores de desenvolvimento” das crianças/adolescentes e de suas famílias e que façam cumprir a provisoriedade da medida de proteção. (ZAPPE, YUNES & DELL’AGLIO, 2016, p. 95)

Enfim, os resultados alcançados estão em consonância com a realidade nacional. É possível assimilar, do artigo acima apresentado, o lugar que a família pobre e com filhos acolhidos em abrigos ocupam no imaginário social, quea desvaloriza e vincula pobreza à institucionalização. Vale ressaltar que este é um ponto presente em outros estudos que se debruçam sobre esta realidade. Em suas considerações finais as autoras se posicionam indicando que mesmo com as inovações introduzidas na legislação e nas políticas de atendimento ao público infanto-juvenil, ainda é um desafio a superação dos estigmas. Sendo necessárias ações que promovam a conscientização da população bem como a capacitação dos profissionais que atuam nessa área para que possam investir na família que se apresenta, compreendendo suas necessidades e desenvolvendo ações que fortaleçam as competências familiares.

Abordando outro viés entrelaçado ao processo de saída da medida protetiva de acolhimento em instituições de abrigo, Penso e Moraes (2016) discutem o papel da rede de apoio, o estabelecimento de vínculo, a construção de identidade e transmissão geracional que estão intimamente ligadas à realidade dos acolhidos e de suas famílias.

As autoras apresentam como questionamento central e hipótese, a seguinte inquietação:

Ora, se há interesse da família em manter vínculo com o filho o que estaria então, impedindo sua saída definitiva do serviço de acolhimento? Uma possível resposta pode estar associada às falhas na execução das políticas

públicas voltadas para esse público como também na desarticulação de suas redes sociais, tanto a primária que é composta, por vizinho, familiares e amigos, como a secundária que abrange a escola, Unidade Básica de Saúde, CAPSi e CAPSiad do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema da Justiça da Infância e Juventude, os Serviços Socioassistenciais dos Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) e Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e os Conselhos Tutelares (PENSO & MORAES, 2016 p. 1524).

Assim, buscando responder a este questionamento e avaliar a hipótese levantada, as autoras utilizaram o modelo baseado no mapa de rede criado por Sanicola (2008 apud Penso & Moraes 2016) justificando ser este um instrumento eficaz para se conhecer as redes e que ajuda a pensar em estratégias para mobilizá-las e articulá-las.

Neste modelo, as redes são divididas em primárias e secundárias. As primárias refletem as preferências e as opções de relacionamento, bem como os vínculos afetivos de cada indivíduo, são constituídas nas relações significativas e nas histórias que as pessoas estabelecem cotidianamente ao longo da vida e que geradas no tempo, reconhecidas, promovidas e orientadas, se modificam ao longo do tempo, na medida em que se reforçam ou se enfraquecem, estabelecendo-se novos entendimentos e criando outros conflitos. Independente do seu funcionamento, família é uma rede primária. Já as redes sociais secundárias são compostas por profissionais e funcionários de instituições públicas ou privadas, organizações sociais, organizações não governamentais, grupos organizados e associações comunitárias, que fornecem atenção especializada, orientação e informação. Nesse viés, as autoras afirmam que:

Na construção de rede primária do indivíduo é necessário identificar quem são os membros de sua família nuclear e extensa, suas relações interpessoais de amigos, vizinhos, e, para a rede secundária é necessário identificar as relações de incentivo ao protagonismo juvenil, inserção comunitária, serviços sócio assistenciais, de saúde e justiça. As interações dessas redes favorecem a intervenção nos problemas em momentos de crise e disfuncionalidade familiar, de forma articulada para o apoio e resgate das competências das famílias. (PENSO & MORAES, 2016 p.1526)

Dessa forma, este artigo viabiliza uma observação direta nas redes primárias e secundárias em um caso real que dialoga com a realidade nacional. Foi analisada a situação de Diana (nome fictício utilizado pelas autoras), adolescente com a idade de 17 anos e sua genitora Lúcia (nome fictício utilizado pelas autoras). Este caso foi caracterizado como de múltipla medida de acolhimento e representa para as

pesquisadoras um universo de cento e quarenta e seis outros casos de múltipla medida de acolhimento no Distrito Federal, identificados na pesquisa: “Crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Distrito Federal: Estudo das condições familiares, institucionais e sociais”, desenvolvida por pesquisadores da Universidade Católica de Brasília, Universidade de Brasília em parceria com a Promotoria da Infância e Juventude do Distrito Federal, no período de 2007 a 2009.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: roteiro para coleta de informações no prontuário da instituição de acolhimento; roteiro de entrevista semiestruturada com a genitora; e roteiro de entrevista semiestruturada com a adolescente.

De maneira a contextualizar o caso em enfoque, têm-se a adolescente Diana, a quinta de um grupo de trezes irmãos. Sua irmã mais velha constituiu família e mora em outra cidade, um dos seus irmãos foi preso, o outro expulso de casa devido a atividades ilícitas, outra foi adotada, os irmãos gêmeos também foram adotados por outra família, outras duas irmãs foram morar com os avós paternos, um irmão faleceu antes de nascer e outros dois mais novos encontravam-se residindo com a genitora. A adolescente foi abrigada aos dois anos de idade e passou por outras duas instituições e também conviveu em uma família substituta por sete meses. No que tange às tentativas de reintegração, a menina retornou para a sua genitora por três vezes, sendo a última realizada, meses antes de completar a maioridade. Durante o período de acolhimento institucional, ela não conseguiu concluir o ensino fundamental, usou drogas e teve dois filhos, dos quais um está sob a guarda de Lúcia e o outro sob a guarda da adolescente na instituição.

Neste estudo de caso há semelhança com as histórias de outras famílias que migraram para os grandes centros do país em busca de melhores condições de vida e que se depararam a uma condição de difícil permanência agravada pelo afastamento de suas redes primárias. A respeito disso, as autoras enfatizam que em muitos casos, a condição de miséria e o afastamento das redes primárias, impossibilitam os cuidados com os filhos acarretando o acolhimento em instituições de abrigo.

Contudo, também foi evidenciado no vínculo estabelecido entre Lúcia e Diana, os aspectos de transmissão geracional quando se constata a repetição do abandono e da falta de cuidados sofridos pela mãe com relação aos seus pais na sua atual

relação com os seus filhos. Essa condição provoca sofrimento, afastamento entre as participantes e dificuldade de comunicação.

Para Penso e Moraes (2016):

Os resultados deste estudo de caso confirmam os estudos desenvolvidos por outros autores (Siqueira et al., 2011), que apontam que o fracasso nos processos de reintegração familiar se associa a falta da motivação e de engajamento familiar no processo de reinserção; a fragilidade dos vínculos afetivos familiares; aos conflitos familiares; as relações familiares permeadas por violência física; a ausência de confiança; a ausência de um plano de reinserção que contemple a preparação da família e dos acolhidos para o desligamento; a falta de uma avaliação da situação familiar tanto emocional quanto financeira e a ausência de um acompanhamento próximo durante os primeiros meses de reinserção. (PENSO & MORAES, 2016 p. 1529).

A partir das afirmações das autoras, é bom ressaltar que ao identificar os aspectos presentes nas relações familiares e no processo de transmissão geracional no que se refere ao abandono, dificuldades com o cuidado e a articulação da rede social primária e secundária no processo de reintegração familiar de uma adolescente com múltiplos acolhimentos institucionais, esse estudo reafirma os pontos de fragilidades no atendimento e acompanhamento das pessoas incluídas nos serviços de acolhimento institucional.

Assim, é nesse movimento que Penso e Moraes (2016) se apóiam e afirmam que o estudo da história familiar e das redes primária e secundária da adolescente denota a fragilidade das relações familiares que está relacionada aos seus aspectos sociais, as questões familiares transgeracionais e baixa articulação de sua rede de serviço. Mesmo não desqualificando os avanços na Política de Proteção à Criança e ao Adolescente, as análises aqui realizadas apontam para uma incongruência entre as propostas políticas e a realidade em que se encontram parte da infância e adolescência brasileira.

Por fim, as autoras consideram que, apesar do caso apresentado apontar para tentativas frustradas de reintegração familiar, é importante mencionar que muitas famílias vulnerabilizadas socialmente, não desistem do resgate dos filhos e conseguem alcançar estratégias que possibilitam sua sobrevivência e garantem a continuidade das principais trocas afetivas e de aprendizagem entre seus membros.

Logo, concordamos com as autoras sobre a necessidade de repensar as práticas que compõem a reintegração familiar. É preciso ir além da análise das condições econômicas dessas famílias e incluir no processo o estudo dos aspectos

relacionados aos vínculos afetivos familiares, o conhecimento das vivências de abandono dessas famílias, suas relações transgeracionais e, também, a valorização das expectativas das crianças e adolescentes que são acolhidos nesses serviços institucionais.

Libio e Zacharias (2017), em um estudo qualitativo, entrevistaram cinco famílias com histórico de acolhimento institucional, com o objetivo de compreender os significados atribuídos pelas famílias que tiveram filhos institucionalizados à experiência do acolhimento institucional e os impactos do retorno gerados neste contexto.

Vale informar, que este estudo contou com o apoio de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul que indicou as famílias participantes, dentro dos critérios que foram estabelecidos pelas autoras. Desta forma, as famílias participantes deveriam contemplar os seguintes critérios: famílias com histórico de acolhimento institucional de crianças (na faixa etária entre zero e doze anos na época do acolhimento) que, após a medida de proteção, retornaram ao lar; famílias que estiveram vinculadas ao serviço de assistência social supracitado durante ou após o acolhimento institucional.

De acordo com Libio e Zacharias (2018), os resultados indicaram que a experiência do acolhimento institucional foi retratada pelas famílias como positiva e como possibilidade de superação. E esta avaliação se deve ao fato de que a reinserção familiar da criança foi percebida pelas famílias como um elemento que gerou mudanças no sistema, principalmente, na melhoria dos relacionamentos estabelecido entre os pais e o filho reinserido. Assim, as ações de reinserção conduziram o retorno da criança ao lar e foi caracterizada como uma nova oportunidade para a família desempenhar seus papéis.

Ao nosso ver, este estudo acessou famílias cuja as reinserções foram conduzidas com êxito e que também foram acompanhadas, durante todo o processo, pela equipe do CREAS. Logo, temos uma rede aparentemente articulada que trabalhou para que a reinserção ocorresse.

Contudo, vale ressaltar que o fato das famílias terem sido indicadas pelo CREAS, pode ter direcionado a seleção dos participantes para um mesmo perfil de resultados. Porém, independente da forma de captação das famílias participantes, consideramos relevante este estudo por trazer a família como um sistema vinculado, e com a presença

de pontos fortes. Libio e Zacharias (2017), afirmaram que os significados gerados a partir da saída da criança do lar indicaram a presença de sofrimento na família e o reconhecimento de um lugar afetivo ocupado pela criança neste sistema. E que, apesar do sofrimento vivenciado, as famílias evidenciaram interesse e vontade em reaver a guarda, significando esta busca como sinônimo de luta.

Assim, com o devido suporte, as trajetórias para trazer o filho de volta foram atravessadas por condicionalidades e exigências impostas tanto pelo judiciário quanto pelos profissionais que acompanhavam, a fim de verificar o real interesse da família nos filhos. As referidas autoras concluem que, mesmo diante das tentativas da família, ainda permanece um olhar estigmatizador sobre estas, reconhecidas, em muitos momentos, como incapazes de cuidar de seus filhos.

Alcançar a família nas vivências dos profissionais técnicos que estão atuando na linha de frente no processo de reinserção familiar de crianças abrigadas, é como remontar um grande quebra-cabeça que caiu de uma caixa e contém peças faltando e outras muito desgastadas.

Assim, os dados das pesquisas comentadas nesta seção trouxeram: o abrigo como instituição que cumpre uma determinação judicial e representa um espaço de cuidado, atenção e oportunidade de desenvolvimento; a família de origem fragilizada; e a realidade de crianças e adolescentes acolhidos. Em contrapartida, ainda há pouco espaço para se debruçar nas dificuldades e crenças dos profissionais em trabalhar com essas famílias.

Desta maneira, acreditamos que essas considerações são suficientes para retratar a situação da problemática da reinserção familiar de crianças acolhidas em abrigos no Brasil. Buscamos referendar artigos de autoria de pesquisadores que são referência nesta área, que foram construídos através do contato direto com algum elo desta problemática (criança/adolescentes, família, profissionais/instituições) e publicados em revistas científicas avaliadas com conceitos A1 ou A2 ou B1 pela CAPES.

Devido à diferença no ano de publicação, os artigos apresentados ilustram a realidade de uma década de estudos. Observamos que neste período os avanços ocorridos nas políticas públicas ainda se distanciam e muito do que está preconizado no ECA, no que tange à garantia à convivência familiar e na brevidade da medida protetiva em acolhimento institucional.

Diante dessas colocações, cabe ainda uma justificativa não aprofundada por estes estudos. Se objetivamos desvelar a trajetória dos processos de reinserção familiar e levantar possíveis soluções para um melhor atendimento das crianças abrigadas e suas famílias, é imprescindível acessar as crenças, histórias de vida, motivações e experiências dos profissionais técnicos que atuam diretamente neste processo. Pois são estes profissionais que atuam diretamente na acolhida e na saída de crianças e adolescentes do abrigo, seja retornando para a família de origem ou para uma família substituta ou quando o desligamento ocorre devido o alcance da maior idade.

3 A CRIANÇA “SILENCIADA” E O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

Diferentemente do que sugerem as crenças baseadas no senso comum, a concepção da infância como um período peculiar do desenvolvimento humano, tal como entendemos hoje, não é um sentimento natural ou inerente à condição humana, visto que esse entendimento muda a cada tempo histórico e em cada contexto social.

Na atualidade, a criança ocupa um espaço abrangente na vida familiar, todavia, essa socialização não fazia parte da realidade anterior ao século XIX, visto que nesta época “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade” (ARIÈS, 1981 p.10).

De acordo com Ariès (1981), havia um sentimento superficial direcionado à criança em seus primeiros anos de vida, denominado pelo autor como “paparicação” onde a criança era vista como uma “coisinha engraçadinha”, que, como um passatempo, divertiam os adultos, mas que diante da fragilidade da sua existência e das constantes mortes ainda nessa idade, muitas não saíam de uma espécie de anonimato e, pois ao morrerem eram logo substituídas. Contudo,

A vida da criança era então considerada com a mesma ambigüidade (sic) com que hoje se considera a do feto, com a diferença de que o infanticídio era abafado no silêncio, enquanto o aborto é reivindicado em voz alta – mas esta é toda a diferença entre uma civilização do segredo e uma civilização da exibição. Chegaria um tempo, no século VII, em que a sage-femme, a parteira, essa feiticeira branca recuperada pelos Poderes públicos, teria a missão de proteger a criança, e em que os pais, melhor informados pelos reformadores, tornados mais sensíveis à morte, se tornariam mais vigilantes e desejariam conservar seus filhos a qualquer preço. (ARIÈS, 1981 p.18).

Foi no século XVII que a infância começou a ser esboçada e foram introduzidas algumas expressões para designá-la, anunciando um sentimento romântico do século XVIII, que com o surgimento do malthusianismos e a extensão das práticas contraceptivas, foi modificando a ideia de perda inevitável (ARIÈS, 1981).

Dando continuidade à essa mudança, nos séculos XIX e XX, emergia um sentimento novo que retratava um interesse dos pais pelos seus filhos, principalmente nas questões relacionadas com a educação.

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ARIÉS, 1981 p.12).

Mas, foi no final do século XX que a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as organizações não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa (Freitas, 1999).

Somando à referência histórica de Ariés (1981) e acrescentando uma análise crítica da infância na contemporaneidade, Castro (2013) nos convida a uma discussão que agrega elementos da realidade brasileira. Esta autora chama a atenção para o futuro da infância em um mundo em constantes transformações, que configuram os modos de vida e que refletem no lugar ocupado pelas crianças na sociedade. À vista disso, é possível pensar as diferentes infâncias, como foi pensado no período escravocrata. Sendo por tanto necessário, pensar na infância como não universalizada, visto que crianças podem não parecer crianças, dependendo do modo como vivem (Castro, 2013).

Seguindo nesta perspectiva, nos deparamos com uma concepção de infância que ultrapassa a categorização cronológica das fases de desenvolvimento, que se volta ao que esperar da pessoa de acordo com a sua faixa etária, em termos de maturação biológica e cognitiva.

Não se trata aqui de negar a visão evolutiva e os padrões de desenvolvimento do organismo. Mas, como também afirmou Silveira (2000), é favorável a visão de que a definição de infância está ligada à ótica do adulto, e como a sociedade está sempre em movimento, a vivência da infância muda conforme os paradigmas do contexto histórico. A importância da criança dentro de uma comunidade varia conforme o período em que ela está inserida, seus direitos e interferências que têm em diferentes momentos. Assim, a autora segue afirmando que cada período imprime à infância uma significação mais ou menos vinculada às condições sociais e não apenas a sua condição de ser vivente e biológico. Em um enfoque da atualidade, ela considera que através dos meios de comunicação e de sua narrativa, as crianças e os adultos "aprendem" o que é ser criança e o que devem consumir para isto. Desta forma, tem-se a influência de um artefato social na construção da significação da infância.

Contudo, a maioria dos manuais sobre o desenvolvimento infantil, a exemplo de Papalia (2000), assumem que a infância é um período do ciclo de vida que vai desde o nascimento até aproximadamente os 12 anos de idade. Este período é marcado por um grande desenvolvimento físico, pelo gradual crescimento da altura e do peso da criança - especialmente nos primeiros três anos de vida e durante a puberdade e também é nesta fase em que o ser humano desenvolve-se psicologicamente e forma as bases de seu comportamento e personalidade. A UNICEF, na Convenção sobre os direitos da criança em 1990, definiu criança como todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto os casos em que a lei nacional confere a maioridade mais cedo.

Concordamos que as crianças possuem características próprias à sua fase de desenvolvimento, o que não as torna menos competentes enquanto atores sociais nem seres incompletos ou imperfeitos, mas caracteriza elementos configuradores de um grupo singular na existência humana. Sobre isso, Oliveira (2002) destaca que:

A percepção das crianças enquanto Outros é o reconhecimento destas enquanto sujeitos singulares que são; completos em si mesmos; pertencentes a um tempo/espaço geográfico, histórico, social, cultural que consolida uma sociedade específica, onde meninos e meninas de pouca idade são simultaneamente detentores e criadores de história e cultura, com singularidades em relação ao adulto. Sujeitos de pouca idade sim, mas que lutam através de seus desenhos, gestos, movimentos, histórias fantásticas, danças, imaginação, falas, brincadeiras, sorrisos, caretas, choros, apegos e desapegos e outras tantas formas de ser e de expressar-se pela emancipação de sua condição de silêncio (p. 72).

Retomando as contribuições de Castro (2000), a invenção de novas narrativas da ou sobre a infância, reconhece a sua posição estruturante nos processos sociais e na cadeia geracional. Sendo vista como uma posição que gera saber sobre si próprio e que concorre para se autodeterminar e se autoconstruir, engrossando as perspectivas sobre o mundo social, co-atuando com os adultos. Ou seja, crianças e adultos interagem e se desenvolvem conjuntamente.

Dentro desse universo, a família exerce uma influência direta e intensa, tanto no aspecto favorável ao desenvolvimento global da criança quanto no aspecto prejudicial e desmotivador. Para Pereira e Dessen (2003), todos os sistemas sociais (ex.: escola, local de trabalho dos pais, clube) contribuem para o desenvolvimento da criança, contudo, são as interações estabelecidas no microsistema familiar que acarretam as implicações mais significativas.

O impacto gerado pela influência da família se consolida por ela funcionar como um tipo especial de sistema com características peculiares, tais como: 1) estrutura – padrões de interações recorrentes e previsíveis que refletem as filiações, tensões e hierarquias sociais; 2) padrões – definem os caminhos que a família utiliza para tomar decisões e controlar o comportamento de seus membros; 3) propriedades que organizam a estabilidade e a mudança (Silva et al, 2008).

Todavia, as experiências vivenciadas por muitas crianças nesse sistema não são representativas de um ambiente familiar adequado e seguro, elas sofrem diversos tipos de violência (física, psicológica e moral) que comprometem o seu desenvolvimento.

Na mão e na contra mão da sociedade tem-se um número crescente de crianças que diariamente são “silenciadas” em seus direitos fundamentais. Elas sofrem abusos de todas as formas e são lançadas a uma realidade de violência, negligência, rupturas e abandono. É-lhes negado um ambiente seguro e acolhedor que atenda e propicie condições favoráveis à sua condição de ser em desenvolvimento.

Essas crianças representam uma grande parcela da população brasileira que é objeto de intervenção (mesmo quando inadequada) por parte do Estado, que, por meio de suas políticas públicas que visam à proteção integral, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990), cria mecanismos de regulação nas práticas parentais, atravessando a estreita barreira do público e do privado.

Em muitas famílias, o uso de castigos físicos e a desqualificação das capacidades da pessoa são estratégias comumente utilizadas e são propagadas em todas as relações do sistema. Sobre este aspecto temos que, tanto o uso da violência quanto a situação de negligência, também podem ser características das crenças e dos modelos de educação internalizados por pais e mães, compreendendo uma cultura familiar. Vale ressaltar que estas práticas não são adotadas apenas por pais/cuidadores pertencentes às famílias com baixo poder aquisitivo. Contudo, são nestas famílias que o acesso à sua intimidade ocorre de forma direta, tornando as suas dores e dificuldades para um campo público e institucionalizado.

Apoiadas na literatura especializada na área e na prática clínica de acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes, identificamos que a infância vivida sob condições de vulnerabilidade, silenciamento e violências, pode

implicar em graves repercussões no desenvolvimento individual, tais como baixa na auto-estima, embotamento afetivo, dificuldades nas habilidades sociais, depressão, ansiedade, stress e agressividade, por exemplo.

Assim, quando falamos em desenvolvimento humano, consideramos a relação ativa e relacional entre a pessoa (no seu aspecto biológico, psicológico, cultural e social) e o meio físico, histórico e cultural. Logo, relacionamos os fatores do desenvolvimento em uma perspectiva do indivíduo inserido em um determinado contexto social. Ou seja, uma criança quando desprotegida poderá se fixar em uma teia de repetições que consolida e propaga as práticas abusivas da qual foi vítima e, futuramente, poderá assumir o papel do agressor.

Ao caminharmos nessa perspectiva, legitimamos o potencial que o contexto familiar inserido em uma cultura, repassada de geração a geração, exerce no desabrochar da criança. Sendo assim, quando estas são vitimadas por seus cuidadores que cometem abusos e/ou violência e/ou negligência e/ou abandono, elas são duplamente atingidas.

Contudo, não podemos negar a capacidade de transformação dos contextos, como resultado do processo de transição e adaptação de uma nova realidade ou demanda gerada por um dos seus componentes. Acerca disso, Dessen e Bisinoto (2014), apontam que as trajetórias de desenvolvimento ocorrem em um mundo também em desenvolvimento, onde a pessoa se insere em um contexto através do tempo e do espaço, e, permanece em estado de desenvolvimento desde a concepção à própria morte e entre as gerações.

Estamos falando do que uma pessoa é e do que ela poderia ou poderá vir a ser diante das circunstâncias da sua vida. Ou seja, o não atendimento das necessidades desenvolvimentais tem uma dimensão que vai além do indivíduo, refletindo a sua história e dinâmica familiar.

Segundo Dessen (2005), o desenvolvimento é um fenômeno multideterminado, produto da ação conjunta de forças biológicas e sociais, em que o equilíbrio entre essas forças somado à experiência, funcionam como promotores ou bloqueadores de mudança.

Disso decorre que a lógica advinda do que se vislumbra em uma concepção atual de infância reforça a necessidade de se proporcionar experiências positivas e relações estáveis e amorosas, em particular com as crianças, na qual se deve empregar atenção e proteção. Contudo, apesar das evidências acerca da

necessidade real desse espaço, nem sempre é fácil proporcionar esse tipo de ambiente favorável que permita um desenvolvimento harmonioso, de continuidade, atenção e reciprocidade emocional pelas próprias condições de vida (DINIZ & KOLLER, 2010).

Para o desenvolvimento global da criança, tem-se a família como um elemento de formação. Visto que nesta fase da vida a família representa o contexto do desenvolvimento da criança, em que a necessidade do outro para processos de individuação é ampliada, devido à imaturidade física e à competência social para a interação com os parceiros encontrar-se em fase de aquisição, é necessário atentar para os diferentes tipos de concepções e arranjos de família com o meio socioeconômico e histórico (PEREIRA, LIRA & PEDROSA, 2011). Contudo, como o desenvolvimento humano é um processo ativo e relacional, há uma interação constante entre os sistemas internos e externos, uma alteração em um deles poderá acarretar em consequências nos outros e conseqüentemente, na pessoa.

Diante do exposto, compreende-se que a pessoa em desenvolvimento deve ser considerada como uma entidade em crescimento, dinâmica, que sofre influência do meio ambiente, mas que progressivamente vai penetrando nesse meio em que reside e, ao penetrar, o reestrutura, ocorrendo um processo de acomodação mútua e recíproca (Bronfenbrenner, 1996).

Na visão da ecologia do desenvolvimento humano, o ambiente, necessário ao desenvolvimento, não se limita a um ambiente único, imediato, mas abrange as interconexões entre os vários ambientes; sendo assim, o meio ambiente ecológico é concebido topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte.

Na perspectiva de Bronfenbrenner (1997; 2001; 2005), a continuidade e a mudança ocorrem tanto no próprio indivíduo em desenvolvimento quanto no grupo social e na cultura de onde ele provém, sendo a passagem do tempo o elemento que impulsiona as mudanças desenvolvimentais. *“O desenvolvimento humano caracteriza-se pela interatividade entre os processos de mudança e de continuidade ao longo das várias fases do ciclo vital”* (DINIZ & KOLLER, 2010).

Sendo assim, na dicotomia social que envolve essa etapa da vida, nota-se a existência de dois mundos pertencentes às crianças, o mundo ideal e o mundo real. Alguns transitam entre os dois mundos, ora protegidos ora conduzidos por uma rotina não condizente às suas possibilidades de desenvolvimento e outros, uma boa parcela

das crianças brasileiras, são atropeladas diariamente em demandas e situações que comprometem sua própria condição de ser criança, trazendo a tona os aspectos das transições e da natureza, mais ou menos permeável, das barreiras entre os diversos níveis do contexto ecológico.

Nesse ínterim, Del Priore (2007), afirma que:

O mundo que “a criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes, sobrevive. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”, “vamos nos engajar em que”, até o irônico “vamos torcer para”. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, para o ensino, para o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente a ela está associada: do riso e da brincadeira.

No primeiro, habita a imagem ideal da criança feliz, carregando todos os artefatos possíveis de identificá-la numa sociedade de consumo: brinquedos eletrônicos e passagem para Disneylândia. No segundo, o real, vemos acumularem-se informações sobre barbárie constantemente perpetrada contra a criança, barbárie esta materializada nos números sobre o trabalho infantil, sobre a exploração sexual de crianças de ambos os sexos, no uso imundo que o tráfico de drogas faz dos menores carentes, entre outros. (p. 8-9).

Apesar das questões comuns relacionadas às dinâmicas de qualquer sistema familiar, há uma particularidade na organização de famílias em situação de vulnerabilidade e de risco social e pessoal.

Fazendo um paralelo com as condições socioeconômicas e simbólicas das famílias pertencentes às camadas médias, é visível a autonomia no poder de decisão sobre a entrada e os limites do auxílio/invasão dos especialistas (psicólogos, médicos, advogados, entre outros), em períodos de crises e dificuldades. Diferentemente, as famílias incluídas na faixa de pobreza, pela falta de recursos materiais e simbólicos, são limitadas no seu poder de escolha, favorecendo a ação tutelar das instâncias públicas e jurídicas e a entrada do auxílio/invasão dos especialistas (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011).

Muitas famílias, imersas em suas dificuldades financeiras, sociais e conjugais, bem como desprovidas de recursos que lhes permitam uma compreensão global de infância, assumem nas suas práticas, intenções e interações direcionadas às suas crianças, a constância e permanência da condição de vulnerabilidade que as deixam a margem de uma sociedade excludente e capitalista que acaba por silenciar a voz e as demandas dessas crianças, lhes negando o direito à cidadania.

Segundo P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), as famílias, mesmo que se importem uns com os outros, às vezes se fragmentam por não conseguirem encontrar

uma saída entre as desavenças. Contudo, as pessoas de uma família têm uma sensação especial de conexão uma com a outra, o que gera uma ligação que pode ser denominada como um vínculo familiar. Através das expressões de sentimento e percepções e pela maneira com que os membros descrevem sua história, suas atitudes e seu estilo, têm-se o que alguns chamam de "história familiar". Vale ressaltar, ainda segundo esses autores, que assim como a afeição familiar é constituinte neste sistema, o conflito também se faz presente. Visto que, todas as famílias têm desacordos e é por meio da negociação das suas diferenças que desenvolvem maneiras de lidar com o conflito.

Carvalho, Bussab e Rabinovich (2013) ressaltam que as transformações nos sistemas de cuidado parental acarretam ajustes nas concepções sobre a infância e educação. Com isso, os aparatos, público e da sociedade organizada, são constantemente convidados a intervirem no contexto e na vida dessas crianças em situação de vulnerabilidade, na tentativa de preencher a lacuna deixada pela ausência ou inadequações nas relações familiares e nas condutas de seus cuidadores.

Por fim, diante das considerações arroladas nessa seção, destacamos a necessidade de combater toda forma de silenciamento da infância, para que seja permitido às crianças desempenharem um papel ativo e condizente com a sua condição de ser em desenvolvimento, rompendo com paradigmas históricos que impõe o fator socioeconômico como um mecanismo de castração de sonhos e possibilidades. É preciso escutar esse "grito mudo" para que futuramente, as crianças de hoje possam cumprir um papel efetivo e transformador na sociedade.

4 DA CASA PARA O ABRIGO: O CONTEXTO FAMILIAR DA CRIANÇA ABRIGADA

A família é um espaço de referência simbólica fundamental que traduz, organiza e dá sentido ao mundo social. Neste contexto de desenvolvimento, o núcleo familiar desempenha um papel central para a sobrevivência humana visto que é na interação com esse microsistema que a criança é preparada para sobreviver e viver em sociedade. Cabe mencionar que, *“as interações criam laços de dependência e afetividade entre os indivíduos que se exprimem através de códigos simbólicos, sentimentos e crenças partilhadas e uma ética da vida em comum”* (Rodrigo & Acuña, 2005, p.262).

Para o desenvolvimento global da criança, tem-se a família como um elemento de formação, seja ele positivo ou negativo. Visto que nesta fase da vida a família representa o contexto primário do desenvolvimento da criança, em que a necessidade do outro para processos de individuação⁴ é ampliada, devido à imaturidade física e à competência social para a interação com os parceiros encontrar-se em fase de aquisição, é necessário atentar para os diferentes tipos de concepções e arranjos de família com o meio socioeconômico e histórico (PEREIRA, LIRA & PEDROSA, 2011).

Vale advertir que a convivência nesse grupo é uma relação diferenciada das demais que são construídas ao longo do tempo. Os laços de parentesco são importantes forças que ligam uma pessoa a outra e a um determinado grupo através das gerações. Observamos que mesmo diante de opiniões, atitudes e comportamentos que sejam conflitantes e até mesmo violentos entre os seus membros, há uma tentativa em sustentar essas relações e manter a família como um sistema íntimo que apresenta aspectos positivos e negativos – e qualquer abordagem

⁴A teoria boweniana considera que uma criança, ao nascer, encontra-se indiferenciada em relação à família e, ao longo da vida, o seu maior trabalho será aquele de diferenciar-se da mesma. O autor enfatiza a união familiar e o empenho do indivíduo para libertar-se dessa união, alcançando uma certa diferenciação. Dentro do contexto familiar os membros experimentam o sentido de *pertencimento* e *diferenciação*. Pertencer significa a garantia que o indivíduo tem de fazer parte de uma determinada família com crenças, valores, mitos, preconceitos e regras próprias, que formam sua identidade familiar. Quanto mais acolhido ele é pela sua família, maior liberdade terá para buscar sua individualidade. Diferenciar diz respeito à singularidade do sujeito, aos aspectos específicos que cada membro familiar possui e pretende que seja respeitado pelos demais, o que o torna ímpar e diferente de qualquer outra pessoa, mesmo daquelas pertencentes à sua família de origem (BOWEN, 1991).

de proteção e promoção ao desenvolvimento familiar deverá levar em conta essa dinâmica.

Pode-se pensar, portanto, que as transmissões ocorrem não só no âmbito nuclear, mas também em uma perspectiva global, já que o indivíduo está inserido em vários outros contextos sociais. Assim, para o enfrentamento de problemas, podem ser construídas estratégias tanto no sentido de resolvê-los quanto no de prevenir que outros momentos de crises ocorram. Durante as transmissões geracionais, podem ser feitas modificações criativas e transformações na herança geracional, ou se pode repeti-la. (Baptista; Cardoso; Gomes, 2012).

Interpolando uma posição mais completa, Bowlby, (1969; 1984) considera que o tipo de interações e vinculações que a criança estabelece com o meio exterior, em particular com as suas figuras cuidadoras, permitirão que seja formado um modelo relacional interno. A depender do contexto de desenvolvimento, poderá ser um modelo de confiança e segurança (quando os cuidadores apresentam uma ação contingente e constante às necessidades da criança), ou insegurança, se essas ações forem consideradas como inadequadas ou inconstantes, também interferindo diretamente nos padrões de apego atuais e futuros.

Contudo, para pensar a família na contemporaneidade, tanto no âmbito da pesquisa quanto das estratégias de intervenções, é imprescindível considerar as constantes transformações em seu conceito, configurações e na dinâmica relacional⁵, o qual compõe uma rede complexa de significado.

Carvalho (2000) chama a nossa atenção para o que ela considera como sendo duas premissas básicas quando se pretende refletir sobre o lugar da família na política social. A primeira se refere às expectativas em relação à família, presentes no imaginário coletivo, impregnadas de idealizações, das quais a família nuclear é um dos símbolos. Para esta autora, a maior expectativa é de que a família seja capaz de produzir cuidados, proteção, aprendizagem dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social. Contudo, isto são possibilidades e não

⁵Pierpaolo Donati (1991), em sua teoria relacional da sociedade, elaborou um novo paradigma denominado de "relacional" para compreender os fenômenos da sociedade, essa concepção é bem aplicada nos estudos que envolvem diferentes subsistemas da sociedade complexa, nas pesquisas em família e na intervenção de operadores sociais nesse segmento.

garantias, o contexto em que a família vive pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades.

Na segunda premissa tem-se o olhar à família em seu próprio movimento de organização-reorganização para que se torne visível a conversão de arranjos familiares entre si e sem estigmatizar as diferentes formações familiares.

Proporcionando uma visão numa perspectiva mais ampla, Donati (2011) considera que, apesar da complexidade que envolve o alcance do conceito de família, que varia em cada tempo histórico e em cada cultura, a família não deve ser definida como uma "coisa" e sim dentro de uma perspectiva propriamente relacional da família, "a qual pode ser definida: como lugar-espço (a casa), célula da sociedade (por analogia orgânica com o organismo biológico), modelo (padrão simbólico), relação social (isto é, como ação recíproca que implica intersubjetividade e conexões estruturais entre sujeitos)" (DONATI, 2011 p. 49).

Aprofundando o tratamento da questão, ⁶Bronfenbrenner (2011) considera que o ecossistema humano está fundamentado na unidade familiar, mas ampliado para além dela, ou seja, este ecossistema compreende o tecido social que sustenta a capacidade de viver e atuar em conjunto efetivamente, proporcionando que crianças e jovens se tornem membros competentes e comprometidos na sociedade. Nas palavras do autor, "*o coração do nosso sistema social é a família. Se quisermos manter a saúde da nossa sociedade, temos de descobrir a melhor forma de proteger este coração.*" (BRONFENBRENNER, 2011 p. 276).

Rodrigo e Palacios (1998; 2005) apontam quatro importantes funções e deveres da família enquanto contexto de desenvolvimento humano, a saber: espaço de construção de adultos com determinados níveis de auto-estima e de sentido de si mesmo; preparação e aprendizagem para o enfrentamento de desafios e aquisição de responsabilidades e compromissos que orientam os adultos rumo a uma dimensão produtiva, plena de realizações e projetos integrados no meio social; encontro entre gerações em que os adultos ampliam seu horizonte vital, construindo uma ponte

⁶ O Modelo Ecológico, criado por Urie Bronfenbrenner (1996), concebia o desenvolvimento como um produto resultante da interação entre o indivíduo que se encontra em desenvolvimento, e o meio em que este se insere. Sendo que a melhor forma de compreender o desenvolvimento, passa por estudar o indivíduo nos variados contextos/ambientes em que se vive. São identificados cinco níveis ou sistemas de influência ambiental, os quais o autor designa como microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema. Ao longo do tempo, Urie Bronfenbrenner foi reformulando a sua teoria, tendo esta evoluído para o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, o qual reforça a ênfase nas características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento.

ligando o passado (geração dos avós) e o futuro (a geração dos filhos); e de funcionar como rede de apoio social para as diversas transições vitais que a pessoa pode passar.

Ainda sobre o papel da família e o seu alcance como contexto de desenvolvimento humano, Bronfenbrenner (2011) diz que:

De todos os contextos que nos ajudam a sermos humanos, a família fornece as condições de desenvolvimento mais importantes: o amor e o cuidado que uma criança necessita para se desenvolver com sucesso. Uma criança que se transformará em um futuro adulto saudável é aquela que tem pessoas dedicadas, ativamente engajadas em sua vida – aquelas que a amam, que passam tempo com ela e estão interessadas no que ela faz e quer fazer, no que realiza no dia a dia. Outros contextos, como a escola, igreja ou creche são importantes para o desenvolvimento da criança, mas ninguém pode substituir esta unidade básica do nosso sistema social: *a família é o mais humano, o mais poderoso e o sistema mais econômico conhecido para tornar e manter os seres humanos mais humanos* (SIC).

Além disso, é a família que determina nossa capacidade de funcionar efetivamente e tirar proveito de uma experiência posterior em outros contextos nos quais os seres humanos vivem e crescem – a escola, o grupo de pares, a faculdade, as empresas, a comunidade e a nossa sociedade como um todo. Em todos esses contextos, o que aprendemos, assim como o que poderemos contribuir, depende do que provém das famílias das quais viemos e das famílias nas quais vivemos. Isso é válido desde a infância até o dia em que morreremos. (p. 279-280)

Diante de tais colocações, o referido autor reforça a sua concepção do desenvolvimento humano como um processo contínuo que ocorre em um contexto familiar e social integrado ao ambiente natural.

Tal pensamento dialoga com Minuchin e Fishman (1990) que compartilham da concepção de família como um sistema vivo e não uma entidade estática, inserida em um processo de mudança contínua, assim como seu contexto social. Logo, considerar os seres humanos fora da mudança e do tempo é somente uma construção linguística artificial.

Os autores acima afirmam que:

A família é um grupo natural que através dos tempos tem desenvolvido padrões de interação. Estes padrões constituem a estrutura familiar, que por sua vez governa o funcionamento dos membros da família, delineando sua gama de comportamento e facilitando sua interação. Uma forma viável de estrutura familiar é necessária para desempenhar suas tarefas essenciais e dar apoio para a individuação ao mesmo tempo que provê um sentido de pertinência. (MINUCHIN & FISHMAN, 1990 p. 21)

Adotando visões análogas, Bronfenbrenner e Minuchin & Fishman apresentam pressupostos básicos em suas abordagens que analisam as relações e interações do sistema familiar como forças constituintes de um contexto de desenvolvimento primordial. Neste ínterim, o primeiro autor chama a nossa atenção para um outro ponto desse sistema ao ponderar que:

A família não existe sem suas vulnerabilidades. Para um alcance maior do que temos imaginado previamente, a capacidade de funcionamento efetivo da família, criando e sustentando a competência e o comprometimento dos seres humanos, depende do apoio do outro, nos contextos mais amplos. Cada apoio social (como um negócio que fornece benefícios familiares para seus trabalhadores), ou a falta de apoio diminuem a unidade social mais íntima, a família, determinando a confiança ou o estresse que os pais levam para suas relações com seu filho. (BRONFENBRENNER, 2011 p. 280)

Em face do exposto, é necessário considerar que, de acordo com o autor supracitado, a necessidade de apoio familiar, incluindo o cuidado da criança, depende diretamente da estrutura da família e das circunstâncias sob as quais ela vive.

Compartilhando desta mesma linha de pensamento de Bronfenbrenner, os autores Minuchin P., Colapinto e Minuchin (1999) reforçam que:

Quando descrevemos as famílias como possuindo uma estrutura, queremos indicar algo mais que um mapa de quem pertence à família. Estamos nos referindo a padrões de interação recorrentes e previsíveis. Esses padrões refletem as filiações, tensões e hierarquias importantes nas sociedades humanas, e têm significado para o comportamento e os relacionamentos. Na maioria das famílias há padrões múltiplos de aliança, envolvendo pessoas que são emocionalmente próximas e prestam apoio mútuo. (MINUCHIN, P.; COLAPINTO; MINUCHIN, 1999 p. 23)

Logo, o diálogo traçado entre os autores citados neste item nos permite conceber que o significado atribuído às experiências vivenciadas no âmbito familiar, é imperativo na constituição do mundo subjetivo. Apresentando uma relação direta na experiência imediata que, dinamicamente, se modifica e estabelece disposições afetivas que modelam as suas crenças, refletindo no modo de ser e agir nas mais diversas situações do cotidiano.

4.1 A Família e as suas interações

Fundamentalmente, de acordo com Rodrigo e Palacios (1998; 2005) o estudo psicológico da família, por se tratar de um sistema dinâmico de relações interpessoais,

demanda de duas viagens: uma para dentro da família e a outra, na direção oposta, para os fatores externos a ela que, sem dúvidas, desempenham um papel muito importante em sua dinâmica interpessoal. Contudo, como bem orienta os autores, no que tange o aspecto exterior da família, é preciso considerar outros fatores ainda mais distais, como a existência de redes de apoio à família, as características do bairro em que vivem, as particularidades da experiência de trabalho dos pais, etc.

A tentativa em definir a família quanto às suas especificidades de maneira que ocorra uma clara distinção entre família e não-família traz à tona a observação interpretativa de como uma sociedade (uma cultura ou subcultura) demarca os limites socialmente vinculantes das relações íntimas entre os sexos e aquelas entre pais e filhos, manifestados nas determinações recíprocas que envolve a procriação e inculturação das novas gerações (DONATI, 2011).

É o reconhecimento da existência da reciprocidade nas relações entre os sexos, com as suas consequências sobre as gerações (e, pois, com o conjunto das expectativas que delas derivam), que transforma o mero grupo (família como 'relação intersubjetiva') numa instituição social (família como 'relação sistêmica'). Onde esse reconhecimento não existir, as relações permanecem no estágio da simples convivência (sem vínculos de reciprocidade). (DONATI, 2011 p. 50-51).

No que tange às interações pais/crianças, Wiese (2012) chama a atenção para a inclusão dos elementos culturais e transgeracionais, que estão na base da identidade psicológica e cultural do indivíduo. Visto que esta interação primária sofre muitas influências, desde aquelas vivenciadas durante à primeira infância como as provenientes de elementos da família estendida e do mundo externo, em um processo extremamente dinâmico e complexo.

De modo equivalente, Ceccarelli (2005) discute as relações de parentesco na organização da família considerando que essas agem como um sistema que atribui a criança aos pais e, ao mesmo tempo, os pais à criança, ocorrendo nesse sistema a combinação de três elementos de base - a aliança, a filiação e a residência - que variam segundo as culturas e as épocas.

Abarcando a posição de Cecarelli (2005), mas adicionando outras características, Zornig (2012) afirma que parentalidade traz consigo as marcas das fantasias e fantasmas parentais e pode ser exercida de forma criativa ou sistemática na função de transmitir a história transgeracional às gerações futuras ou de repetir sintomaticamente os segredos e conflitos passados.

Assim, concordamos com Minuchin & Fishman (1990) que, ao abordarem as interações no sistema parental, dizem que:

Aqui a criança aprende o que esperar de pessoas que têm maiores recursos e força. Aprende a considerar a autoridade como racional ou arbitrária. Aprenderá se suas necessidades serão apoiadas, assim como o modo mais efetivo de comunicar o que deseja dentro do seu próprio estilo familiar. Segundo as respostas de seus progenitores e de acordo que estas respostas sejam adequadas à sua idade, a criança modelará seu senso de adequação. Aprende quais os comportamentos que são recompensados e quais são desencorajados. Finalmente, dentro do sistema parental, a criança experiencia o estilo da sua família de lidar com o conflito e a negociação. (p. 27-28)

Neste segmento, diante de seus padrões de funcionamento, as famílias são vistas como sistemas multi-individuais de extrema complexidade que advêm de subsistemas de unidades mais amplas - a família extensa, a vizinhança, a sociedade como um todo. Nesse sistema relacional os pontos de atrito são presentes e necessários para que ocorra uma adaptação para fazer frente a demandas contextuais modificadas (MINUCHIN & FISHMAN, 1990).

Dessa maneira, o estilo relacional entre seus membros representa uma dimensão da análise familiar. Visto que durante todo o processo de criação e educação de filhos as relações interpessoais são formadas com base em um compromisso e envolvimento emocional entre pais e filhos que criam e moldam o clima afetivo e emocional da família. As outras relações estabelecidas em outros contextos acabam por também serem moduladas pela missão educativa dos pais para socializar seus filhos nas normas e valores do ambiente cultural próximo (RODRIGO & PALACIOS, 2005).

Disso decorre que os limites da família ultrapassam as distinções (ou barreiras) de ordem biológica, física ou material e são entendidos como modalidades culturais que abarcam as relações sociais tidas como estáveis entre sexos e gerações, às quais incluem relações de parentesco e/ou de serviço relativos às funções que são inerentes às primeiras (DONATI, 2011).

Contudo, se observa que, mesmo em tempos de crise, a família participa dos dinamismos próprios das relações sociais, sendo influenciada pelo contexto político, econômico e cultural em que está inserida. A perda de validade de valores, dos modelos da tradição e a incerteza quanto às novas propostas que se apresentam, fazem com a família seja desafiada a manter uma convivência com certa fluidez,

dentro de uma gama de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto e erro (PETRINI, 2005).

À vista disso,

Os membros da família não se experienciam normalmente como parte desta estrutura familiar. Todo ser humano se vê como uma unidade, um todo, interagindo com outras unidades. Sabe que influi sobre o comportamento de outros indivíduos e que eles influenciam o seu. E quando interagem dentro de sua família, experienciam o mapeamento do mundo da família. (MINUCHIN & FISHMAN, 1990 p.21)

No mesmo sentido, Rodrigo e Palacios (1998; 2005), ao proporem uma análise da família em termos de influências recíprocas, defendem a posição de que a família é um contexto que influencia seus membros, mas também que estes contribuem com suas características para configurar esse contexto. Ou seja, as peculiaridades de cada um dos membros do grupo familiar moldam e caracterizam o contexto que compartilham assim como os contextos também influenciam as pessoas e seus relacionamentos. Portanto, para avaliar qualquer situação familiar e intervir nela, é preciso uma análise da estrutura e funcionamento do sistema familiar como um todo.

Para Court (2005, p. 17), a família “é propriamente uma comunidade, posto que o vínculo que une seus membros entre si os envolve na totalidade de seu ser pessoas e com total indeterminação de sua vigência temporal”. Todavia, o referido autor chama atenção para a descrença existente na atualidade acerca da família, em que nem a economia, nem a educação, nem a política esperam da família um apoio essencial em relação ao cumprimento de suas funções, mesmo quando é possível afirmar que as cumprem da melhor maneira quando o contexto familiar procede de modo favorável (COURT, 2005).

De modo equivalente, Rodrigo e Acunã (2005), o contexto familiar é uma parte essencial do enredo da atividade das crianças, seja individual ou compartilhada. É um cenário onde pais e filhos “pensam e raciocinam” de acordo com suas concepções e “fazem as coisas” recorrendo às ferramentas e instrumentos que fazem sentido e significados para a sua cultura. Ao passo que cultura, cognição e ação andam de mãos dadas no ambiente familiar para constituir o leito experiencial que alimenta a vida de seus membros. Conseqüentemente, o desenvolvimento psicológico das crianças dependerá em grande parte da qualidade das experiências que são vivenciadas em seu meio.

Sendo assim, a família se organiza em um emaranhado que tanto contribui para o bom desenvolvimento e funcionamento de seus integrantes individual e coletivamente, e para manutenção do próprio sistema, como também pode ser um sistema precipitante de traumas, disfunções e rupturas.

A família concebida como um universo simbólico que cria mediações próprias para delimitar e nortear o que ela busca dentro de uma perspectiva do vínculo genealógico, torna-se pertinente contemporizar as situações que ligam esse sistema coeso aos casos de violência doméstica que envolve agressões verbais, abuso emocional, físicos e sexuais, negligência e abandono.

Corroboramos com o pensamento de Ceccarelli (2005) ao afirmar que:

A cultura, dentro de um espaço-tempo datável, regula o permitido e o proibido, o possível e o insuportável; determina quem são os pais e a quem os filhos devem ser confiados. Trata-se então, por um lado, de refletir sobre os elementos que fundamentam a família e, por outro, de constatar que a transformação dos genitores em pais vai muito além do acontecimento físico que dá lugar ao nascimento de uma criança. Nascer de um homem e de uma mulher não basta para ser filho, ou filha, desse homem e dessa mulher; colocar uma criança no mundo não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) transformado em filiação (fato social) insere a criança em uma organização simbólica (fato psíquico) que a constituirá como sujeito. (p. 269)

As movimentações dentro das dimensões da parentalidade conduzem para além da educação dos filhos e das funções de socialização, pois vários outros aspectos do desenvolvimento da criança também são afetados por suas interações dentro deste subsistema.

Assim, todo o exposto serve para dizer que as mudanças familiares podem apresentar diferentes significados para cada grupo social, impactando de formas distintas sobre eles, principalmente quando se considera as desigualdades socioeconômicas que geram divergências no acesso a recursos, contribuindo para que famílias pobres sejam vulnerabilizadas e estigmatizadas.

As postulações disponibilizadas nessa seção permitem assegurar que para entender os caminhos da reinserção, também é importante considerar a história da família anterior a vinda da criança para o serviço de acolhimento. É preciso acessar os recursos próprios dessas famílias para lidar com os momentos de crise e de acompanhamento na circulação de crianças, por exemplo. Que itinerários eram de seu domínio? As instituições estabelecem um padrão que muitas vezes desconhece o saber e os recursos da família. Pois, mesmo em situações de extrema pobreza,

poderia haver uma dinâmica que sustentasse basicamente as crianças, antes de um certo limite ser ultrapassado pelo sistema de proteção.

4.2 Fragilidades e rupturas no contexto familiar da criança abrigada

Em um limiar de incertezas e de faltas se encontram as crianças acolhidas em abrigos e suas famílias que vivenciam constantes rupturas e violências. A criança abrigada não é apenas o substrato de uma vivência institucionalizada, ela reflete a sua história de vida (mesmo em sua pouca idade) na mesma medida em que tenta ressignificar tal história e se adaptar ao processo de rupturas e institucionalização, ao longo do tempo e do espaço. Principalmente quando a condição de abrigo é consequência da falha ou discordância ou inadequação do seu ambiente e/ou estrutura familiar (CARDOSO, 2014)

No Brasil, há mecanismos jurídicos que buscam a proteção do indivíduo através da normatização das punições e das medidas protetivas perante a ocorrência de situações de violência, dentre esses mecanismos têm-se diretamente a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006) de proteção à mulher, de forma mais ampla o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990) e o Estatuto do Idoso (LEI 10.741/2003, de 01 de outubro de 2003) que também contempla esse aspecto.

Apesar de existir legislação, os casos de violência familiar continuam em uma crescente, desafiando o poder público e a sociedade, estando presentes em todas as classes sociais. Em muitos casos, o repertório familiar para resolver as situações conflitivas não é democrático e ao utilizar o seu acervo pessoal (memória) de procedimentos adquiridos no próprio processo de aprendizagem, às vezes presente na história de vida do pai ou mãe violentos e nos costumes, uma intensificação da conduta destrutiva, em que predomina o ódio, o ressentimento, o abuso e a transgressão (VICENTE, 2008).

Andrade (2003) considera que,

A violência no Brasil, doméstica ou não, surgiu há muito tempo em nossa história e pode-se afirmar que possui um caráter estrutural: não é localizada, nem esporádica ou passageira. Nasceu com a colonização do território, cresceu com o regime escravocrata e encontra-se arraigada na sociedade até os dias de hoje. Efetivamente, nosso país tem atingido níveis de violência inusitados, levando alguns analistas a caracterizarem tal estado de coisas como verdadeira *epidemia*, e outros como *guerra civil não declarada*.

Para algumas crianças a família deixa de ter o status de proteção e torna-se um ambiente de exposição, vulnerabilidade e violência (Sani, 2006; Jaffe, Wolfe e Wilson, 1990). Falar da ocorrência de atos de violência dentro da família é caminhar muitas vezes por labirintos permeados de distorções no que cerne o cuidado e a violência imposta pelos cuidadores, que investidos de um suposto poder utiliza-se desse tipo de ação para prevalecer a sua vontade, extravasar as suas angústias, sofrimentos e incapacidades.

Apesar das questões que são elementos comuns nas dinâmicas de qualquer sistema familiar, há uma particularidade na organização de famílias em situação de vulnerabilidade e de riscos social e pessoal. Fazendo um paralelo com as condições socioeconômicas e simbólicas das famílias pertencentes às camadas médias, é visível a autonomia no poder de decisão sobre a entrada e os limites do auxílio/invasão dos especialistas (psicólogos, médicos, advogados, entre outros), em períodos de crises e dificuldades. Diferentemente, as famílias incluídas na faixa de pobreza, pela falta de recursos materiais e simbólicos, são limitadas no seu poder de escolha, favorecendo a ação tutelar das instâncias públicas e jurídicas e a entrada do auxílio/invasão dos especialistas (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011).

Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) seguem a mesma linha de pensamento ao afirmarem que:

Os princípios da estrutura e da função familiar são genéricos, mas têm características especiais quando aplicados às famílias servidas e controladas pelos tribunais, sistemas do bem-estar social e serviços de proteção. Por algum motivo, a afeição e o vínculo existentes nestas famílias frequentemente são negligenciados. Ouvimos dizer que as pessoas estão tão dominadas pelas drogas que não conseguem criar vínculos, que as mães negligenciam seus filhos e os pais abusam deles, e que as famílias são violentas e as pessoas isoladas. Tudo isso é verdade com relação a algumas famílias, mas apenas uma verdade parcial, que ressalta os aspectos mais visíveis da infelicidade individual e familiar, uma vez que ignora a lealdade e a afeição que as pessoas sentem uma pela outra.

Um fato recorrente e perturbador sobre essas famílias é que elas não escrevem suas próprias histórias. Quando entram na rede institucional e um prontuário é aberto, a sociedade faz sua padronização. [...] Uma abordagem amigável das famílias traz à tona sua própria perspectiva de quem elas são, com quem se importam e como enxergam seus problemas. (MINUCHIN, P.; COLAPINTO; MINUCHIN, 1999 p. 29)

A partir das afirmações dos autores, é bom ressaltar o impacto do distanciamento em que muitas vezes a rede de proteção se coloca frente a este

público, desconsiderando o profundo sentimento e a ambivalência emocional que estão presentes nos vínculos familiares.

Para Moreira, Bedran e Carellos (2011), as famílias assistidas pela rede de proteção à criança e ao adolescente estão destituídas de autonomia e reduzidas em suas funções de proteção, cuidado emocional e financeiro dos seus filhos. Elas acabam delegando ao Estado (no alcance de suas instâncias de proteção) as suas responsabilidades na condução da vida e formação das crianças e adolescentes. Nessa proporção, a ação do Estado ultrapassa o apoio e passa a ter uma função de tamponamento de um “buraco” na organização hierárquica do sistema familiar.

Diante do que já foi exposto, é possível perceber que as famílias atendidas pelos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente são marcadas por uma situação de extrema pobreza ou passando por grandes dificuldades financeiras, além de apresentar dificuldades emocionais, contando, portanto, com o auxílio de diversos setores/instâncias de apoio, inclusive com o histórico recorrente de institucionalização de seus filhos.

Sobre isso, Moreira, Bedran e Carellos (2011) destacam os desafios permanentes que decorrem da relação dos operadores das medidas socioprotetivas junto às famílias em situação de vulnerabilidade. Pois é preciso tomar decisões rápidas, que garantam a integridade de crianças e adolescentes, mas também é preciso considerar as relações afetivas entre os membros da família (nuclear e extensa). Ocorrendo um conflito entre a manutenção/suspensão da guarda e a tentativa de potencializar os recursos simbólicos e materiais da família.

Reforçando essa ideia, Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) em seus postulados afirmam que, em relação às famílias atendidas pelo sistema do bem-estar social, tanto as conexões e a afeição quanto às estruturas familiares (os membros atuais da família e os padrões que descrevem o seu funcionamento) não são em geral reconhecidos. Elas frequentemente parecem caóticas; as pessoas vão e vêm, e os indivíduos parecem dissociados um do outro. Embora isto seja uma realidade de muitos lares, os autores consideram que essa instabilidade é em parte um estilo de vida em meio à pobreza, às drogas e à violência, e também uma consequência das intervenções sociais. Eles reafirmam este pensamento ao explanarem que:

As crianças são levadas para colocação em lares substitutos, os membros da família são presos ou hospitalizados, os serviços são fragmentados. A questão não é se essas intervenções são às vezes necessárias, mas o fato de sempre romperem as estruturas familiares. As intervenções são realizadas

sem se reconhecer os laços emocionais positivos e os recursos efetivos que podem também ter sido destruídos.

[...] Nessas famílias, as fronteiras são fluidas e os profissionais entram com facilidade. Muitas vezes, a estrutura de autoridade da família, antes de tudo irregular, desaparece. As decisões vêm de fora, e as crianças aprendem desde cedo que os adultos da sua família não têm poder. O profissional pode involuntariamente tornar-se parte de subsistemas disfuncionais, influenciando os padrões de uma maneira que é fundamentalmente nociva. (MINUCHIN, COLAPINTO; MINUCHIN, 1999 p. 29-30)

Ainda reforçando esta ideia, os autores supracitados, consideram que a violência funciona como um aspecto estruturante do contexto para muitas dessas famílias e pode assumir duas formas: a violência que ocorre dentro das próprias famílias e a violência provocada pelas intervenções sociais. A primeira está associada com pobreza, a impotência e o desespero que são tanto existenciais quanto incorporados nos ciclos familiares dessa população. A segunda forma de violência é externa, refletindo a intrusão e o absoluto poder da sociedade para exercer o controle, que, em geral, é desrespeitosa, prejudicando os vínculos e fragmentando estruturas estabelecidas, sem reconhecer que os procedimentos violentam a família. (MINUCHIN, COLAPINTO; MINUCHIN, 1999).

Diante desta explanação, entendemos que para um acompanhamento efetivo das famílias que estão com suas crianças acolhidas em abrigos e também inseridas no processo de reinserção familiar, é imprescindível reconhecer os seus padrões hierárquicos. Conforme destacam P. Minuchin; Colapinto e Minuchin (1999), os padrões que organizam a hierarquia do poder estão presentes em todas as famílias e são eles que definem os caminhos para as tomadas de decisões e de controle do comportamento de seus membros. Dessa forma, os padrões de autoridade são aspectos particularmente importantes da organização familiar. Eles carregam consigo o potencial para a harmonia e o conflito e podem ser desafiados à medida que os membros da família crescem e se modificam.

À vista disso, um aspecto a ser observado no acompanhamento de uma família, é a forma como os seus padrões de autoridade são postos no sistema. Em algumas famílias estes padrões organizados são claros e flexíveis, outras, no entanto, apresentam padrões menos funcionais para chegar às decisões e poucas habilidades para resolver suas diferenças.

A respeito disso, é imprescindível acrescentar duas particularidades desses padrões organizados de autoridade. A primeira que, estes padrões são a expressão concreta de regras implícitas, que definem as expectativas e limites, de maneira que

todos os familiares tenham o conhecimento do que é esperado de cada um. E a segunda, é que os padrões são habituais, portanto, não convidam à mudança e não mobilizam o repertório mais amplo dos membros da família (MINUCHIN, P.; COLAPINTO; MINUCHIN, 1999).

Neste seguimento, Cynthia Ladvoat (2011), em seus estudos envolvendo famílias com crianças e adolescentes em situação de risco, defende a posição de que a escalada da violência e os problemas sociais demandam o fortalecimento das famílias para suportar o caos. Neste sentido, o fenômeno da violência doméstica pode ser compreendido como resultado da relação hierárquica de poder do mais forte sobre o mais fraco, com fins de dominação, opressão e exploração.

Tendo em vista o fato de que as famílias das crianças abrigadas, em sua maioria, também apresentam em sua trajetória marcas de violências, negligência e abandono sofridos que são repetidas ao longo das gerações, é válido destacar a necessidade de traçar ações que possibilitem o rompimento deste ciclo vicioso. Visto que, em continuidade com o pensamento da autora supracitada, o comportamento violento físico ou psicológico pode ser apreendido através das gerações como uma estratégia de solucionar os conflitos e educar as crianças, sendo assim, para enfrentar a violência, é importante avaliar como evitar e interromper este processo.

Em face do exposto, asseguramos que tanto nas relações constituídas pela convivência positiva ou nos ambientes familiares permeados pela violência, a família sempre será um sistema constituinte da identidade. Um olhar sensível às relações familiares permite perceber as virtudes e fragilidades de tal sistema e traçar formas mais adequadas para uma possível intervenção e acompanhamento.

5 CAMINHOS PARA O ABRIGO: DA CHEGADA À PERMANÊNCIA

Os registros dos mais diversos tipos de violência e abusos contra as crianças no Brasil atravessam todo o seu período histórico, da época do Brasil Colônia à contemporaneidade. Trindade (1999) retrata o abandono de crianças como decorrente da organização, cultura e valores de uma sociedade até o início do século XX,

A lógica do abandono passa pelo rigor do termo e sua contextualização. No Brasil, desde a colônia até a crise do império, no final do século XIX, a criança abandonada era tratada pelos termos "expostos" e "enjeitados". Esses termos correspondiam ao tipo de abandono mais comum para o período, qual seja, o de recém-nascidos, e se consubstanciavam nas práticas de enjeitar as crianças expondo-as em locais onde seriam, muito provavelmente, recolhidas. Os locais mais comuns eram as igrejas e conventos e, mais tarde, as "rodas dos expostos". (TRINDADE, 1999)

Neste sentido, destacamos que no Brasil, a trajetória da assistência às crianças abandonadas teve início com a própria colonização. A Câmara Municipal tinha a obrigação de buscar meios para possibilitar a criação de uma criança quando os pais ou os parentes não assumiam a responsabilidade. Todavia, nesse período tanto o Estado quanto a Igreja não assumiram diretamente a assistência à essas crianças, atuando indiretamente no que tangia o controle legal e jurídico, apoios financeiros esporádicos. Diante desse cenário, foi a sociedade civil, organizada ou não, que se enterneceu com a sorte da criança abandonada pela família (Marcílio, 2006).

Olhando o que foi aqui brevemente narrado, convém mencionar que, quando se fala da assistência à infância abandonada no Brasil, têm-se três fases distintas: a primeira, de caráter *caritativo*, estende-se até meados do século XIX; a segunda em que, ainda mantendo setores e aspectos caritativos, evoluiu para o novo caráter *filantrópico*, e está presente, a rigor, até a década de 1960; a terceira fase surge nas últimas décadas do século XX quando se instala o *Estado do Bem-Estar Social*, ou o Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência social da criança "desvalida e desviante". Só a partir desta última fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de direito, partícipe da cidadania (Marcílio, 2006).

Fazendo um paralelo, de acordo com Singly (2004), depois do final do século XIX o Estado passou a intervir na família moderna através de múltiplos canais que

foram criados para a manutenção do equilíbrio econômico e do controle social. Para o referido autor,

O Estado ajudou e ajuda a diminuir os laços de dependência: da família em relação à solidariedade da parentela e da vizinhança; da mulher em relação ao homem; da criança em relação aos seus pais. As transformações desses antigos laços de dependência têm um reverso: uma menor autonomia da família e de seus membros vis-à-vis os representantes do Estado, juizes, psicólogos, professores, sociólogos etc. (SINGLY, 2004 p. 64)

Entretanto, quando abordamos as mudanças advindas da intervenção do Estado na família e dos seus reflexos no cuidado e assistência à infância no Brasil, constatamos que foi com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, em que a criança e o adolescente passaram a ser visto como um ser em formação e detentor de direito, deveres e proteção.

Neste cenário, novos mecanismos foram criados a partir do ECA, como a criação dos Conselhos Tutelares; a consolidação dos educadores sociais (ou cuidadores) que são todos aqueles que trabalham no abrigo; a elaboração do documento de Diretrizes das Nações Unidas sobre o Uso e Condições Apropriadas para Cuidados Alternativos com Crianças (MDS, 2006), visando nortear as ações de atenção à infância em âmbito mundial; o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (MDS, 2007), que dá suporte às ações em nível nacional; o Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (Silva & Cabral, 2009) que visa subsidiar a implantação do Plano Nacional. Essas medidas sinalizam a preocupação da sociedade e do poder público para com a criança e essa atenção, possivelmente, indica a existência de um território em que os problemas são muitos e as soluções bastante complexas (CINTRA & SOUZA, 2010).

Ao passo que a nova lei acarretou mudanças no sistema de atenção e proteção a infância em nosso país, ela também reforçou o lugar e o papel da família como responsáveis direto pelo cuidado e proteção de suas crianças.

Diante desse entendimento, o ECA prevê a centralidade da família, cabendo a esta o dever de garantir e promover os direitos de suas crianças e seus adolescentes. Contudo, quando houver ausência de recursos, ela também é vista como portadora de direitos, entre eles o de receber do Estado os meios materiais para exercer o seu

papel de cuidar e educar seus filhos. O Estado prevê esse atendimento como uma estratégia da política pública, visando diminuir as situações de vulnerabilidade e de risco social e pessoal (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011).

De acordo com o que foi explicitado no parágrafo anterior, trazemos o Art. 5º, do ECA, que determina que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, Lei N.º 8.069, de 13 de Julho de 1990, Art. 5º).

Assim, visando o superior interesse da criança e do adolescente, o ECA prevê o encaminhamento para serviço de acolhimento como uma medida protetiva, de caráter excepcional e provisório. Nos casos em que para proteção da integridade física, psíquica e moral, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem. Os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (ECA, Art. 17 e Art. 19).

Convém mencionar que, diante das mudanças advindas com a lei supracitada, as instituições de acolhimento para crianças, também sofreram modificações, inclusive em sua denominação. Estas instituições, anteriormente eram chamadas de orfanatos e marcadas por uma tradição de descuido e mesmo de violência em relação à população atendida (Freitas, 2006; Priore, 2007; Rizzini, 1993). Atualmente, elas são nomeadas como abrigos e seguem as diretrizes do ECA (1990). Disso decorre que o acolhimento institucional assume o lugar de uma medida excepcional e de caráter provisório no atendimento da população infantil em situação de risco pessoal e social.

Na tentativa de viabilizar um acolhimento mais adequado, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitário – PNCFC (MDS, 2013) prevê a adequação do espaço físico e do número de crianças e adolescentes atendidos em cada unidade, de forma a garantir o atendimento individualizado e em pequenos grupos.

As modalidades existentes de acolhimento institucional são: abrigo, casa-lar e casa de passagem. Sendo que cada modalidade se diferencia no nível de

complexidade e estrutura de atendimento oferecido, como se pode ver na descrição abaixo:

1. **Abrigo:** unidade institucional semelhante a uma residência, inserida na comunidade, em área residencial, oferecendo ambiente acolhedor. Atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Educadores/Cuidadores trabalhem em turnos fixos diários. Acolhimento imediato e emergencial com profissionais preparados a recepção em qualquer horário. Atendimento personalizados e deve favorecer o convívio familiar e comunitário.
2. **Casa-lar:** unidade residencial, com uma pessoa ou um casal trabalhando como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – para um grupo de até 10 crianças/adolescentes. Visando estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.
3. **Casa de passagem:** propõe acolhimento de curtíssima duração, onde se realiza diagnóstico eficiente, com vista à reintegração à família de origem ou encaminhamento para acolhimento institucional ou familiar.

Outra possibilidade de acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente do convívio familiar é o programa de famílias acolhedoras. Este tipo de atendimento é realizado em residências de famílias acolhedoras que são cadastradas junto à entidade de atendimento. Visa propiciar o atendimento individualizado, em uma estrutura familiar e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente. Por não se enquadrar no conceito de abrigo em entidade ou família substituta, torna-se uma modalidade de acolhimento diferenciada e com boa indicação para o atendimento adequada a crianças pequenas que vivenciam situações de violação de direitos.

No que tange à complexidade de atendimento, o abrigo é a modalidade de acolhimento de maior complexidade, devendo ser adotada quando todos os outros mecanismos de resolução tiverem sido esgotados ou impossibilitados. No entanto, o relatório emitido pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (2013) levanta para a problemática de ocorrência de encaminhamentos imediatos para abrigos, mesmo em casos de menor complexidade

que seriam melhor atendidos em casas de passagem, mas que devido ao número limitado destas instituições no Brasil e/ou por uma preferência das autoridades judiciais no encaminhamento para abrigos.

Ainda de acordo com os dados do referido relatório, os motivos geradores da condição de abrigamento no ano de 2013 são variados e recorrentes entre si. Dentre eles, temos como maior incidência: pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas; negligência; abandono pelos pais ou responsáveis; e violência doméstica. Em uma escala intermediária de motivos aparecem: abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis; vivência de rua; ausência dos pais ou responsáveis por motivo de prisão; carência de recursos materiais da família/responsável. E com menor incidência: órfão (morte dos pais ou responsáveis); submetido a exploração sexual (prostituição, pornografia); submetido a exploração no trabalho, tráfico e/ou medicação; ausência dos pais por doença; pais ou responsáveis portadores de deficiência.

No que se refere ao tempo de permanência em abrigos, a Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (2013) indica que o tempo médio de permanência no acolhimento ainda está muito distante do ideal. O ECA estabelece que até o prazo máximo de seis meses, deve haver a reavaliação da necessidade de permanência no serviço a fim de que não se prolongue por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade. Todavia, a realidade diverge dessa recomendação, seja devido a uma questão burocrática ou por não funcionamento da rede de apoio ou por dificuldade de reinserção familiar, ou de inclusão em uma família adotiva, visto que o perfil de crianças abrigadas disponíveis para adoção no Brasil não corresponde à expectativa dos brasileiros.

Ainda tendo como base os dados constantes no relatório supracitado, o tempo médio de permanência em abrigos nos anos de 2012 e 2013, onde são apresentadas as estimativas de tempo de permanência, onde consta que 30% dos acolhidos estão entre 01 e 02 anos acolhidos e que 31% já ultrapassaram o limite de 02 anos. Estes dados tomam uma maior amplitude quando contextualizamos com a constatação da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público que informa que cerca de aproximadamente 10 mil crianças e adolescentes estão com o tempo de acolhimento em abrigo acima de dois anos.

Os dados apresentados no referido relatório propiciam uma visão panorâmica da realidade dessas instituições de acolhimento. No universo de 86,5% de entidades de acolhimento institucional inspecionadas pessoalmente por promotores da infância, alcançando o significativo número de 29.321 crianças e adolescentes em abrigos e casas-lares e outras 1.019 atendidas nos 123 programas de acolhimento familiar visitados (BRASIL, 2013).

O grande número de crianças em instituições de acolhimento é um reflexo de como a família segue fragilizada na condução do seu papel de cuidar, educar e prover os seus filhos. Cintra e Souza (2010) advertem que o contexto social, associado à produção de discursos e práticas voltados para proteção e cuidados dessa população excluída, pode ser um reforçador da exclusão e discriminação de crianças (e de suas famílias). Dentro da lógica de exclusão presentes no Brasil, as autoras fazem uma comparação entre os antigos orfanatos e os atuais abrigos e consideram que há um distanciamento – no tempo e no discurso – entre a realidade destes; no entanto, chama a atenção à semelhança entre os motivos desencadeantes do atendimento de crianças nessas instituições. Os motivos mais evidenciados são abandono e pobreza.

Combinada com essa realidade tem-se os problemas advindos da institucionalização, principalmente por períodos prolongados, como por exemplo, a ruptura de laços afetivos, privação do convívio familiar, entaves no desenvolvimento global, impessoalidade nos cuidados, disciplina, controle e punição como premissas educativas (David, 1972; Guirado, 2004; Rizzini e Rizzini, 2004). A estes aspectos acrescenta-se outro, segundo Cintra e Souza (2010), as crianças abrigadas vivem uma experiência subjetiva de violência, em que se veem pressionadas a se desfazerem de seu passado, o qual passa a ocupar o lugar da inadequação, para assumirem novas características e atenderem a valores naturalizados como adequados. E essa situação se potencializa ao se verificar a pouca efetividade das instituições de abrigamento na reintegração dos laços familiares seja na família de origem ou em uma família substituta.

Quando tocamos na questão de institucionalização, também consideramos a falta de espaços individualizados, com crianças de diferentes localidades, história de vida e demandas de atendimento. Outro ponto evidenciado nesse contexto de acolhimento é a incerteza quanto à permanência no abrigo e no convívio com as pessoas que por ali passam (sejam funcionários, cuidadores, voluntários, visitantes e

outras crianças). Diante do exposto, discutiremos no tópico a seguir, o impacto do acolhimento institucional e suas implicações nos contextos de desenvolvimento.

5.1 A criança acolhida no abrigo: rupturas e construções

Tendo em vista o fato de que o abrigo é uma instituição complexa e diferenciada, representando um espaço tanto físico quanto psicológico, é válido destacar que nesse ambiente ocorre o entrelaçamento das diversas histórias e comportamentos dos acolhidos e de quem acolhe.

O abrigamento, mesmo dentro de uma medida protetiva, ele acarreta uma série de rupturas que diante das fragilidades dos vínculos anteriores e atuais bem como da incerteza quanto ao próprio futuro, de acordo com Parreira e Justo (2005), “estar em situação de abrigado coloca o sujeito em lugar de passagem, onde os vínculos se tornam temporários e as relações, instáveis.”

Reforçando essa ideia, Parreira e Justo (2005) consideram que:

A criança não compreende exatamente porque foi parar ali e tenderá a atribuir esse acontecimento a uma vontade ou decisão arbitrárias de alguém. Algumas vezes, a mãe, o pai ou algum outro familiar é responsabilizado pelo seu asilamento numa instituição [...]. Outras vezes, a própria criança se responsabiliza pela sua condição, imputando a si, pela via da culpabilização, os motivos de sua transferência para uma casa-abrigo.

É preciso considerar que, subjetivamente, a transferência da criança, pela família, para uma instituição de abrigo será interpretada por ela, subjetivamente, sob forte pressão dos sentimentos de amor e ódio, decorrentes tanto dos vínculos estabelecidos com as figuras parentais como de suas reações diante de sua situação de sofrimento. Dessa forma, ela tenderá a interpretar os fatos que circundam sua situação de asilamento como decorrentes da vontade das personagens que compõem sua história, e não de uma lei propriamente dita que pudesse transcender o arbítrio pessoal e, inclusive, protegê-la de atos de transgressão (PARREIRA & JUSTO, 2005).

A criança em situação de vulnerabilidade demanda um apoio, afetividade e paciência que muitas vezes os adultos que ali estão não compreendem a extensão de tal demanda ou se colocam indisponíveis para tal interação. Estes para conseguirem permanecer no contato direto com essas histórias de abandono, abuso e violência, podem se defender utilizando uma espécie de “escudo subjetivo” onde se limitam ao cumprimento restrito da sua função, ou seja, manutenção dos cuidados básicos com

a higiene, alimentação, inserção em unidade escolar e fiscalização nas dependências da instituição.

Todavia, a criança para o seu desenvolvimento enquanto pessoa, necessita de muito mais, ela precisa de contato direto, atenção, demonstração de afeto, paciência, limites e organização, amizade, conversas, escutas e de esperança, é preciso constituir vínculos seguros.

A respeito disso, Carvalho (2005) compreende que as construções da identidade e da concepção de mundo e de vida cotidiana são favorecidas diante da possibilidade de se estabelecer vínculos significativos com um ou mais adultos. Contudo, a autora chama a nossa atenção para o fato de que, via de regra, essa possibilidade falta em contextos como abrigos e situação de rua, visto que em todos os outros contextos há algum grau de estabilidade de relações com adultos, ainda que sejam qualitativamente muito diversas.

Ainda discutindo esta perspectiva, a autora acima segue enfatizando dois pontos. Primeiramente, parece não haver, em qualquer contexto de vida humana, a possibilidade de uma ausência total de vinculação, pois é no outro e através do outro que o ser humano individual, bem ou mal, se constitui, ou seja, até mesmo a criança em situação de rua recria um grupo, uma microssociedade. Da mesma forma que a criança criada em abrigo possa carregar ao longo da vida os reflexos do abandono e perder todos os vínculos criados durante sua permanência nele e chegue à fase adulta lançada em um mundo sem vínculos e sem contar com uma rede de apoio, a sua sobrevivência, como a de qualquer ser humano, dependerá de sua capacidade de reencontrar vinculações e apoio de alguma forma – ainda que seja às margens da sociedade. Em segundo lugar, a noção de vínculo afetivo não implica juízo de valor moral, pode ser carregado de afeto positivo ou negativo e mesmo que possa envolver sofrimento, abuso e violência, continuará mesmo em condições extremas, como mecanismo de identidade e de lugar no mundo (CARVALHO, 2005).

Somando a esta perspectiva, observamos que os vínculos afetivos criados antes da institucionalização não desaparecem com a ausência de um contato próximo, mas, ao contrário, podem até adquirir caráter ainda mais estreito, sendo também incontestável a necessidade que as crianças manifestam de criar laços que solidifiquem as relações com as pessoas que ali se encontram e com aquelas que estão de passagem.

Em concordância com a perspectiva ecológica, em sua visão sistêmica e não determinista é possível identificar outros contextos cuja organização lhe confere um lugar privilegiado na vida de muitas crianças e adolescentes. À vista disso, ainda que não possua a mesma organização que estrutura e dá sentido à família, os abrigos podem ser considerados como contextos de desenvolvimento onde as relações que são estabelecidas se mantêm, geralmente, durante um longo período de tempo, constituindo-se como um ambiente ecológico promotor de desenvolvimento. Este aspecto em particular tem justificado o interesse de pesquisadores do desenvolvimento humano na discussão em torno do abrigo como um contexto do desenvolvimento, se não privilegiado, mas abrangente (CAVALCANTE, SILVA & COLINO, 2010).

Diante desse entendimento, compreendemos a inserção da criança abrigada nos diversos sistemas que constituem seu contexto de desenvolvimento conforme representada na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - O contexto de desenvolvimento da criança abrigada.



FONTE: Cardoso (2014)

Conforme indicado na Figura acima e em concordância com Cardoso (2014), a permanência da criança no serviço de acolhimento modifica a sua inserção nos demais sistemas que abarcam o seu contexto de desenvolvimento. A situação de acolhimento, conseqüentemente, altera a direção e a força dos processos proximais⁷

⁷Para Bronfenbrenner e Ceci (1994), afirmam que, a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais, que produzem o desenvolvimento, variam sistematicamente como uma função

presentes em cada sistema. Dessa maneira, a comunidade institucional passa a ocupar o microsistema e, como resultado, se torna mais restrita a presença do núcleo familiar.

Para tal propósito é fundamental compreender que o processo de desenvolvimento da criança acolhida em abrigo, apesar de seguir um fluxo natural do processo de acomodação mútua e recíproca, provavelmente apresentará diferenças nos seus resultados, de acordo com a dinâmica dos processos proximais⁸ (CARDOSO, 2014).

Durante o período de acolhimento, o abrigo assume um importante papel na vida dessas crianças. Isso decorre de que é nesse contexto que elas desenvolvem atividades planejadas, lúdicas e escolares, cooperam e disputam com outras crianças, são inseridas em uma rotina de limpeza e higiene, além de estabelecerem relações afetivas com pares e adultos do abrigo (SIQUEIRA et al., 2009).

Diante do impacto desse tipo instituição na vida de crianças, adolescentes e suas famílias e visando uma melhor operacionalização do serviço de acolhimento, o ECA em seu Art. 92, determina que:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

conjunta das características da pessoa em desenvolvimento, do ambiente (tanto imediato como mais remoto) onde eles ocorrem, da natureza dos resultados evolutivos, das mudanças e continuidades sociais que ocorrem ao longo do tempo durante o período histórico em que a pessoa viveu.

⁸Bronfenbrenner e Morris (1998) supõem dois efeitos que podem ser produzidos como reflexos dos processos proximais: a competência e a disfunção. A *competência* está relacionada à aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidade para conduzir e direcionar seu próprio comportamento através de situações e domínios evolutivos, tanto isoladamente como através de uma combinação entre eles (intelectual, físico, sócio-emocional, motivacional e artístico); a *disfunção* se refere à manifestação recorrente de dificuldades na manutenção do controle e na integração do comportamento através de situações e diferentes domínios do desenvolvimento.

Neste seguimento, têm-se o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC (2013) que, por preconizar a manutenção dos vínculos familiares e comunitários como fundamentais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes enquanto sujeitos e cidadãos, representa um marco nas políticas públicas no Brasil. O PNCFC visa romper com a cultura da institucionalização e fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários estabelecidos pelo ECA.

O referido Plano ao abordar a decisão de afastamento da criança ou do adolescente da família, preconiza que uma vez constatada a necessidade deste afastamento, ainda que temporário, o caso deve ser levado imediatamente ao Ministério Público e à autoridade judiciária. Mesmo nas situações decorrentes de uma decisão judicial, o afastamento da criança ou do adolescente da sua família de origem deve provir de uma recomendação técnica, respaldada em um estudo diagnóstico, considerando caso a caso e, preferencialmente, realizado por equipe interdisciplinar de instituição pública, ou, na sua falta, de outra instituição que detenha equipe técnica qualificada para tal.

Diante das especificidades de um estudo diagnóstico desta natureza, têm-se a seguinte recomendação:

O estudo diagnóstico deve incluir uma criteriosa avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente e as condições da família para a superação das violações e o provimento de proteção e cuidados, bem como os recursos e potencialidades da família extensa e da rede social de apoio, que muitas vezes pode desempenhar um importante papel na superação de uma situação de crise, ou dificuldade momentânea da família.

Em relação ao processo de avaliação diagnóstica, é importante ouvir todas as pessoas envolvidas, em especial a própria criança ou adolescente, através de métodos adequados ao seu grau de desenvolvimento e capacidades. (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2013 p. 39).

Consoante com estudos que se debruçam nesta temática (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Minuchin, Colapinto & Minuchin, S., 1999; Siqueira & Dell’Aglío, 2011; Moreira, Bedran & Carellos, 2011; Diniz & Koller, 2010; Cecconello & Koller, 2003; De Antoni & Koller, 2012), consta nas diretrizes do PNCFC o impacto ocasionado pelo afastamento da criança e do adolescente de sua família e da necessidade de insistir no acompanhamento do núcleo familiar como uma estratégia de possibilitar a reinserção familiar. Como segue no recorte abaixo:

É preciso, ainda, ter em mente que a decisão de retirar uma criança de sua família terá repercussões profundas, tanto para a criança, quanto para a família. Trata-se de decisão extremamente séria e assim deve ser encarada, optando-se sempre pela solução que represente o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento. É importante ressaltar que, mesmo decidindo-se pelo afastamento da criança ou adolescente da família, deve-se perseverar na atenção à família de origem, como forma de abreviar a separação e promover a reintegração familiar. Nesse sentido, os Programas de Apoio Sócio-Familiar devem articular-se com os serviços especializados de prestação de cuidados alternativos, para garantir a continuidade do acompanhamento da criança ou do adolescente e de sua família, durante o período de acolhimento e após a reintegração à família de origem. Somente quando esgotadas as possibilidades de reintegração familiar é que se deverá proceder à busca por uma colocação familiar definitiva, por meio da adoção. (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2013 p. 40).

Das considerações arroladas nessa seção é importante destacar, de forma bastante concisa, os pontos de atuação da equipe técnica que atuam nesta modalidade de acolhimento e estão na linha de frente, no atendimento e acompanhamento direto das crianças e das suas famílias.

De modo equivalente, as responsabilidades legais dos abrigos podem ser vistas como maiores que as da família. No momento em que a criança é inserida no serviço, a instituição tem o dever de assisti-la nos aspectos materiais, nos cuidados com a saúde física e emocional, nos educacionais, religiosos (respeitando as crenças da criança), possibilitar momentos de lazer e favorecer a convivência com a comunidade e com a família. As ações do abrigo também devem alcançar as estratégias de fortalecimento dessas famílias para que ocorra a reinserção (nos casos em que esta é uma possibilidade segura para a criança). Salientando que todos os casos devem ser analisados individualmente e também faz parte das atribuições do abrigo relatar a situação de cada criança, semestralmente cabe ao juiz competente, realizar todos os acompanhamentos que se façam necessários.

À vista disso, as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009) abarca em suas diretrizes um direcionamento para estruturação, qualificação e atuação da parte de recursos humanos do serviço de acolhimento. Como podemos ver na passagem a seguir:

Para que o atendimento em serviços de abrigo institucional possibilite à criança e ao adolescente constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária (p.ex: preparar café da manhã, almoço, jantar, dar banho, preparar para a

escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.), sendo desaconselhável esquemas de plantão⁸³, caracterizados pela grande alternância na prestação de tais cuidados. Em se tratando de serviços de acolhimento desenvolvidos por organizações não governamentais, a equipe técnica deverá pertencer ao quadro de pessoal da entidade ou, excepcionalmente, estar vinculada ao órgão gestor da Assistência Social ou a outro órgão público ou privado, sendo exclusivamente destinada para esse fim. Em ambos os casos, deverá ser respeitado o número mínimo de profissionais necessários, a carga horária mínima e o cumprimento das atribuições elencadas neste documento. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Brasil, 2009 p. 64)

Neste segmento, a orientação é de que a equipe profissional mínima seja composta por: coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador, como consta na tabela a seguir:

Quadro 1 - Equipe Profissional Mínima - Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

EQUIPE PROFISSIONAL MÍNIMA		
Coordenador	Perfil	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere. • Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.
	Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> • Um profissional para cada serviço.
	Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da entidade; • Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; • Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; • Articulação com a rede de serviços; • Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.
Equipe Técnica	Perfil	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Mínima: Nível superior em psicologia e serviço social, compondo uma equipe interdisciplinar; • Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco.
	Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> • Dois profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes • Carga horária mínima indicada: 30 horas semanais
	Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; • Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; • Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; • Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; • Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; • Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;

		<ul style="list-style-type: none"> • Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; • Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: possibilidades de reintegração familiar; necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; • Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); • Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.
Educador/cuidador	Perfil	<ul style="list-style-type: none"> • Formação Mínima: Nível médio e capacitação específica; • Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes.
	Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> • Um profissional para até 10 usuários, por turno; • A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: <ul style="list-style-type: none"> a) Um cuidador para cada oito usuários, quando houver um usuário com demandas específicas; b) Um cuidador para cada seis usuários, quando houver dois ou mais usuários com demandas específicas.
	Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; • Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); • Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; • Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; • Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; • Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
Auxiliar de cuidador/ cuidador	Perfil	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar de Educador/cuidador; • Formação mínima: Nível fundamental e capacitação específica; • Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes.
	Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> • Um profissional para até 10 usuários, por turno; • Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de acolher, em um mesmo ambiente, crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação; • A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador.
	Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio às funções do cuidador; • Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros).

FONTE: Brasil, (2009).

É possível observar na tabela acima, que há uma indicação quanto à quantidade, qualificação e atribuições dos profissionais que compõe a equipe de trabalho em abrigos. Fazendo um recorte na atuação da equipe técnica, chama a nossa atenção o lugar que estes profissionais ocupam na vida de tantas crianças, bem como as suas dificuldades para desempenhar as funções de forma efetiva e integrada.

Minuchin P., Colapinto e Minuchin (1999) diferenciam o profissional da prática privada daqueles que trabalham nas agências sociais, considerando estes como especialistas experientes no significado de um sistema interativo. Visto que em seu próprio ambiente de trabalho, eles estão conscientes das hierarquias, regras, coalizões, alianças, subsistemas e conflitos. Os autores também consideram que estes profissionais devem estar conscientes do lugar específico que ocupam no sistema. “Sabem que seus papéis e possibilidades são criados e restritos pela maneira como o sistema funciona, e que, quando modificam ou desafiam as regras, têm repercussões em toda parte e para outras pessoas” (MINUCHIN P., COLAPINTO & MINUCHIN, 1999 p. 35).

Os dados advindos de pesquisas, diálogos, relatórios oficiais e observação direta destas instituições ajudam a compor um quadro mais realista. Apesar de todas as medidas e orientações constantes no ECA, a realidade da maioria de crianças atendidas em serviços de acolhimento no Brasil distancia-se do ideal, pois estão inseridas em instituições que ainda preconizam o modelo assistencialista que pouco consideram as suas necessidades afetivas e também não oferecem o devido acompanhamento familiar, de maneira que possibilite a preservação dos vínculos familiares e retorno ao lar (CARDOSO, 2014).

No que cerne aos mecanismos de proteção integral à criança, as medidas tornam-se mais imediatas e o Estado ultrapassa as fronteiras⁹ da família, ocasionando em muitos casos a retirada do convívio familiar. A medida protetiva de encaminhamento para instituições de acolhimento, tomada em defesa dos direitos da criança e do adolescente, caminha por uma linha tênue que envolve proteção, mas que comporta alguns riscos, entre eles o de reforçar certa fragilização da autoridade

⁹ O conceito de fronteiras é importante em relação aos subsistemas, assim como em relação à família como um todo. As fronteiras são invisíveis, mas sentimos a sua existência pelo modo de conduzir as coisas. A firmeza das fronteiras dos subsistemas varia conforme o estilo particular de cada família. (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011)

parental, ao mesmo tempo em que amplia o poder jurídico tutelar sobre a família, provocando mais rupturas nos vínculos familiares já tão fragilizados.

Reforçando essa ideia, concordamos com P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999) quando consideram que os serviços para famílias pobres são amplamente disponíveis e quase sempre bem intencionados, mas, como geralmente são fragmentados e não-coordenados, acabam sendo menos eficazes do que poderiam ser. Pois, pelo fato de estarem concentrados nas pessoas e nos problemas individuais, não penetram nas possibilidades de cura existentes dentro das famílias e das comunidades. Os autores destacam essa fragilidade no atendimento e contextualiza com a dificuldade dos pais em manterem os programas de visita, o que pode, em geral, ser avaliado como um sinal de desinteresse em retomar o cuidado junto aos seus filhos.

No mesmo sentido, Serrano (2008) defende a posição de que é necessário atentar para a forma como essas famílias são significadas pelos profissionais (dos abrigos e das instituições), "capazes x incapazes; estruturadas x desestruturadas; parte do problema x agente transformador". E também levanta a questão de como o abrigo e as outras instituições são percebidos pela família, se são considerados "aliados" ou como "raptos de seus filhos". Esses referenciais pré-estabelecidos atuam como uma pressão na população atendida e podem gerar reações (SERRANO, 2008).

Assim, todo o exposto serve para dizer que abordar a situação da infância brasileira é se deparar por nuances e recortes de uma realidade desigual e fragilizada. Sabe-se que crianças de diferentes classes sociais vivenciam situações de violência, abuso e negligência. Todavia, quando se remete à população de baixa renda, esta problemática se agrava, pois o baixo poder aquisitivo também está associado à dificuldade de acesso à saúde, educação e moradia, trabalho infantil, proximidade com práticas ilícitas e privações. Apesar da evolução no olhar e nas práticas direcionadas a esse grupo, os casos de violência, abuso e negligência continuam constantes no dia-a-dia e as políticas públicas em vigor no país não dão conta de combater efetivamente esta realidade.

6 DO ABRIGO PARA CASA: MECANISMO DA REINserÇÃO FAMILIAR

O retorno de crianças abrigadas para as suas famílias de origem tem sido um tema pouco explorado cientificamente na realidade brasileira, apontando a necessidade de pesquisas que compreendam como este processo está ocorrendo.

A dificuldade na implantação de programas de acompanhamento familiar vem desencadeando cotidianamente a destituição do poder dos pais e, conseqüentemente, tem favorecido o processo de judicialização da infância e da adolescência como um atravessamento nas relações parentais (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011).

Diante do caráter excepcional do abrigamento, Ladvocat (2011) aponta que o que justifica a institucionalização não deve anular a necessidade da criança retornar à sua família. Dando seguimento a autora afirma que:

Frente à institucionalização, em princípio por pouco tempo, já deveria ser iniciado o trabalho de avaliação das possibilidades para uma reintegração à família de origem. Pode ocorrer uma avaliação da família como incapaz, negligente e irresponsável, prejudicando a reintegração. No outro vértice da questão, a família sente o abrigo como a solução para as suas dificuldades, mais adequado, com mais recursos e possibilidades ou até como resultado e punição pelos seus atos. (LADVOCAT, 2011 p. 44-45)

Em uma perspectiva mais atualizada, Siqueira e Dell'Aglio (2011), discutem sobre as políticas de garantia do direito à convivência familiar, a partir de programas que visam à preservação e à reinserção familiar, em acordo com a legislação brasileira vigente que busca atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Ainda em conformidade com Siqueira e Dell'Aglio (2011), Moreira, Bedran e Carellos (2011) advertem que:

As famílias assistidas pela rede de proteção à criança e ao adolescente se apresentam destituídas de autonomia e desfalcadas nas suas funções de proteção, cuidado emocional e financeiro dos seus filhos, entregando-se no "colo" do Estado, na grande maioria, reforçadas pelas instâncias de proteção, no movimento repetitivo de delegação das suas responsabilidades para o outro. Mais do que apoio, a ação do Estado passa a ter uma função de tamponamento de um "buraco" na organização hierárquica do sistema familiar. (MOREIRA, BEDRAN & CARELLOS, 2011)

Diante de tal realidade, Siqueira e Dell’Aglío (2011) destacam a necessidade de construção de mais programas de atenção direcionados às crianças e aos adolescentes em situação de acolhimento e suas famílias e também avanços na formação de equipes profissionais capacitadas para este trabalho, efetivando o direito à convivência familiar e comunitária. As ações sistematizadas e realizadas por equipe profissional capacitada podem potencializar uma grande mudança no cenário da assistência social brasileira, fortalecendo as famílias, evitando longos períodos de institucionalização e contribuindo para a formação de cidadãos capazes de reivindicar seus direitos sociais, garantindo a convivência familiar e comunitária (SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2011).

Minuchin, Colapinto & Minuchin S. (1999), ao abordarem a atuação da equipe técnica nas ações de acompanhamento da família, os autores afirmam que:

A equipe profissional em geral está sobrecarregada de trabalho e é capaz de encarar uma orientação familiar como um acréscimo ao seu trabalho, em vez de uma abordagem útil e fundamental para o trabalho. Ela precisa sobreviver em um sistema que a considera responsável e que espera o equivalente de "horas remuneradas" na forma de um esforço diligente ao longo das linhas prescritas.

Os profissionais sabem que ficarão vulneráveis se não seguirem os procedimentos estabelecidos. (P. MINUCHIN, COLAPINTO; MINUCHIN, 1999 p. 34).

Em face do exposto, é necessário considerar que, observando o cotidiano da família brasileira, é notória a presença e participação constante da família extensa nas relações de apoio. Esta perspectiva de interação social é contemplada na visão da psicologia cultural no âmbito da função básica da família como uma comunidade mínima e, conseqüentemente, da rede de parentesco. Sendo assim, “a família extensa, como tal, é um sistema organizacional de comunidade mínima que garante ‘previdência social’ por toda vida dentro do sistema da rede de parentesco” (VALSINER, 2012). Contudo, toda a proatividade dessa rede pouco se manifesta diante do acolhimento institucional de suas crianças e adolescentes, o que configura um elemento dificultador da reinserção familiar.

Abarcando a posição acima, mas adicionando outras características, Minuchin, Colapinto & Minuchin, S. (1999) consideram os efeitos da estrutura burocrática dos serviços direcionados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, e da sua concentração tradicional nos indivíduos que são compostos por uma visão

essencialmente pragmática e com frequência moralista das famílias pobres. Nesta perspectiva têm-se que:

As atitudes moralistas com relação às famílias pobres estão submersas, porém invasivas na cultura. As famílias são responsabilizadas por seu abuso de substância, desabrigo e dependência econômica e consideradas como um reflexo da desaprovação - acompanhada por um espírito missionário quando as crianças são vistas como vítimas. [...] Mesmo quando as famílias não são responsabilizadas por sua pobreza ou por seu comportamento social, elas são frequentemente responsabilizadas pela condição do cliente. Eles são vistos mais como parte do problema do que como parte da solução. [...] Há alguma verdade nesses julgamentos, mas essa análise unilateral não reconhece o que o sistema tem silenciado, quem poderia estar disponível como fonte de apoio, ou como os recursos da família poderiam ser canalizados para criar um contexto mais protetor e eficaz para cada um de seus membros. (MINUCHIN, P.; COLAPINTO; MINUCHIN, 1999 p.35)

Diante do exposto questionamos, como viabilizar a reinserção familiar quando a família é inserida no sistema de proteção à criança por uma falha ou inadequação no seu funcionamento? Qual realidade familiar é desvelada durante o processo de abrigamento e reinserção familiar? Quais os aspectos dificultadores da reinserção familiar de crianças acolhidas em abrigo na perspectiva da equipe técnica que está atuando diretamente com este público?

Hoje podemos nos perguntar sobre o lugar que as crianças acolhidas e suas famílias ocupam nas tomadas de decisões que compõe o processo de reinserção familiar. Fazendo um paralelo com a discussão de Castro (2008) no que tange à representatividade dos adultos em relação aos interesses da infância e da juventude no espaço público, tem-se assim, enquanto representantes da voz e dos interesses de crianças e jovens, um grupo de adultos (psicólogos, assistentes sociais, juízes, promotores, educadores, conselheiros, dentre outros) que, como seus representantes, instituem no espaço público direitos, prerrogativas e discursos em favor das crianças. Isso faz com que, por um lado, ocorra uma visibilidade discursiva para a criança e para o jovem frente aos outros grupos de interesse. E por outro lado, simultaneamente, estabelecem uma relação hegemônica, na medida em que, ao encarnarem sua voz, os mantêm 'fora' do campo de constituição discursiva da sociedade (CASTRO, 2008).

A retirada de uma criança da convivência direta com o seu ambiente familiar e a sua devolução para a família, representam dois processos distintos de intervenção, que, em muitos casos, ocorrem de forma dissociada e sem ter acesso aos elementos

que compõe o contexto. Para Casas (2005), é fundamental que frente a qualquer situação ou dinâmica social sobre a qual se planeja uma necessidade de intervenção, seja feita uma análise profunda das representações sociais que estão implicadas no contexto sócio-cultural. Tendo em conta os elementos psicossociais do contexto, particularmente do ponto de vista macrossocial.

De maneira a nortear essa discussão, seguiremos esta seção retomando as orientações técnicas direcionadas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009) no que tange à preservação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. De acordo com este instrumento:

Em nenhuma hipótese a perspectiva de um acolhimento de longa permanência deve acarretar a desistência pela busca de alternativas para se garantir à criança e ao adolescente seu direito ao convívio familiar, prioritariamente com a família de origem e, excepcionalmente, a substituta. Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento - visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, BRASIL, 2009)

Diante de tal entendimento, o documento supracitado, traz em seu escopo orientações metodológicas, em consonância com diretrizes nacionais e internacionais de cuidados a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, de maneira que favoreça a melhoria dos atendimentos prestados nestes serviços. Desta forma, apresentamos a seguir os itens e suas respectivas considerações, conforme disponibilizado na Resolução supracitada:

- 1) Estudo Diagnóstico: tem como objetivo subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. Exceto nas situações de caráter emergencial e/ou de urgência, em que esta medida é aplicada por autoridade competente (Conselho Tutelar ou Justiça da Infância e da Juventude). Em todos os casos, a realização deste estudo diagnóstico deve ser realizada sob supervisão e estreita articulação com Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e equipe de referência do órgão gestor da Assistência Social. O órgão aplicador da medida poderá requisitar, sempre que necessário, uma avaliação da situação por

parte de outros serviços da rede como, por exemplo, da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente e de serviços de saúde.

O estudo diagnóstico deve incluir uma criteriosa avaliação dos riscos a que estão submetidos à criança ou o adolescente e as condições da família para superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados. Considerando a proteção e a segurança imediata da criança e do adolescente, bem como seu cuidado e desenvolvimento em longo prazo. Sem a pretensão de abarcar todas as questões relevantes que deverão ser levantadas em um diagnóstico, sugere-se que o mesmo possibilite identificar: composição familiar, história e dinâmica de relacionamento entre seus membros; valores e crenças da família; demandas e estratégias desenvolvidas para o enfrentamento de situações adversas; e situações de vulnerabilidade e risco às quais estão expostos os integrantes do grupo familiar. Nessa perspectiva, recomenda-se que também sejam contemplados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- composição familiar e contexto sócio-econômico e cultural da família;
- mapeamento dos vínculos significativos na família extensa e análise da rede social de apoio da criança ou adolescente e de sua família (família extensa, amigos, vizinhos, padrinhos, instituições, etc.);
- valores e costumes da comunidade da qual a família faça parte, especialmente, no caso de minorias étnicas ou comunidades tradicionais;
- condições de acesso da família a serviços, programas e projetos das diversas políticas públicas que possam responder às suas necessidades;
- situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas pela família que repercutam sobre sua capacidade de prover cuidados;
- situação atual da criança ou adolescente e de sua família, inclusive motivação, potencial e dificuldades da família para exercer seu papel de cuidado e proteção;
- história familiar e se há padrões transgeracionais de relacionamento com violação de direitos;
- situações atuais e pregressas de violência intra-familiar contra a criança e o adolescente, gravidade e postura de cada membro da família em relação à mesma;

- nos casos de violência intra-familiar, se há consciência da inadequação e das consequências negativas destas práticas para a criança e o adolescente e se há movimento em direção à mudança e à construção de novas possibilidades de relacionamento;
- análise da intensidade e qualidade dos vínculos entre os membros da família (vinculação afetiva, interação, interesse e participação na vida da criança e do adolescente);
- percepção da criança ou adolescente em relação à possibilidade de afastamento do convívio familiar – se demonstra, por exemplo, medo de permanecer na família ou tristeza por afastar-se da mesma;
- possibilidade de intervenção profissional e encaminhamentos que visem à superação da situação de violação de direitos, sem a necessidade de afastamento da criança e do adolescente da família;
- nos casos de violência intra-familiar, se há possibilidade de afastamento do agressor da moradia comum para a manutenção da criança ou adolescente na moradia em condições de proteção e segurança (Art. 130 do ECA);
- grau de risco e desproteção ao qual a criança ou adolescente estará exposto se não for afastada do ambiente familiar;
- verificação da existência de pessoas significativas da comunidade para a criança ou adolescente que possam vir a acolhê-los, de forma segura, no caso de necessidade de afastamento da família de origem.

O processo de avaliação diagnóstica deve ocorrer a partir de uma escuta qualificada de todos os envolvidos (integrantes da família, inclusive a criança e o adolescente, pessoas da comunidade com vínculos significativos com a família, a criança e o adolescente e profissionais que estejam prestando-lhes atendimento, dentre outros) e também deve ser feita uma avaliação dos riscos aos quais porventura a criança ou adolescente estejam expostos no ambiente familiar. Antes de considerar o encaminhamento para serviço de acolhimento como uma alternativa para garantir sua proteção, é preciso observar se na família extensa ou comunidade há pessoas significativas que possam e aceitem a responsabilidade por seus cuidados. Também é preciso identificar se a situação de risco à qual está exposta a criança ou adolescente decorre exclusivamente do

contexto social, histórico e econômico de vida da família e se a garantia de apoio, orientação e acesso às diversas políticas públicas seriam suficientes para reduzir os riscos e possibilitar a manutenção do convívio familiar.

Além de avaliar se há necessidade ou não de afastamento do convívio familiar, o estudo diagnóstico deve analisar o perfil e as demandas específicas da criança ou adolescente, de forma a subsidiar a decisão pelo encaminhamento para o serviço de acolhimento que melhor atenda às suas peculiaridades.

- 2) Plano de Atendimento Individual e Familiar: deve ser elaborado no momento em que a criança ou adolescente chega no serviço de acolhimento. Neste plano deve constar os objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação. A elaboração deste Plano de Atendimento deve ser realizada em parceria com o Conselho Tutelar e, sempre que possível, com a equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude.

O Plano deverá partir das situações identificadas no estudo diagnóstico inicial que embasou o afastamento do convívio familiar. Quando o acolhimento tiver sido realizado em caráter emergencial e/ou de urgência, sem estudo diagnóstico prévio, há recomendação de que ele seja realizado em até vinte dias após o acolhimento, a fim de avaliar a real necessidade da medida ou a possibilidade imediata de retorno da criança ou adolescente ao convívio familiar.

O Plano de Atendimento Individual e Familiar deve orientar as intervenções a serem desenvolvidas para o acompanhamento de cada caso, devendo contemplar estratégias para:

- desenvolvimento saudável da criança e do adolescente durante o período de acolhimento: encaminhamentos necessários para serviços da rede (saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e outros); atividades para o desenvolvimento da autonomia; acompanhamento da situação escolar; preservação e fortalecimento da convivência comunitária e das redes sociais de apoio; construção de projetos de vida; relacionamentos e interação no serviço de acolhimento – educadores/cuidadores, demais profissionais e colegas; preparação para ingresso no mundo do trabalho, etc;

- investimento nas possibilidades de reintegração familiar: fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio; acompanhamento da família, em parceria com a rede, visando à superação dos motivos que levaram ao acolhimento; potencialização de sua capacidade para o desempenho do papel de cuidado e proteção; gradativa participação nas atividades que envolvam a criança e o adolescente; etc. Nos casos de crianças e adolescentes em processo de saída da rua deve-se, ainda, buscar a identificação dos familiares, dos motivos que conduziram à situação de rua e se há motivação e possibilidades para a retomada da convivência familiar;
- acesso da família, da criança ou adolescente a serviços, programas e ações das diversas políticas públicas e do terceiro setor que contribuam para o alcance de condições favoráveis ao retorno ao convívio familiar;
- investimento nos vínculos afetivos com a família extensa e de pessoas significativas da comunidade: fortalecimento das vinculações afetivas e do papel na vida da criança e do adolescente; apoio aos cuidados com a criança ou adolescente no caso de reintegração familiar ou até mesmo responsabilização por seu acolhimento;
- encaminhamento para adoção quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar: articulação com o Poder Judiciário e o Ministério Público para viabilizar, nestes casos, o cadastramento para adoção. Desde que haja supervisão do Poder Judiciário, uma estratégia que pode ser empreendida também pelos serviços de acolhimento, em parceria com Grupos de Apoio à Adoção ou similares, diz respeito à busca ativa de famílias para a adoção de crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação familiar.

A elaboração do Plano de Atendimento Individual e Familiar deve envolver uma escuta qualificada da criança, do adolescente e de sua família, bem como de pessoas que lhes sejam significativas em seu convívio, de modo a compreender a dinâmica familiar e as relações estabelecidas com o contexto. É necessário que a criança, o adolescente e as famílias tenham papel ativo nesse processo e possam, junto aos técnicos e demais integrantes da rede, pensar nos caminhos possíveis para a superação das situações de risco e de violação de direitos, participando da definição dos encaminhamentos, intervenções e procedimentos que possam contribuir para o

atendimento de suas demandas. Também devem ser ouvidos outros profissionais que por ventura estejam atendendo ou tenham atendido a criança, o adolescente ou a família, como nos casos de acompanhamento por equipes de saúde mental, de outros serviços da rede socioassistencial e da escola, dentre outros.

3) Acompanhamento da Família de Origem: devem ser implementadas ações sistemáticas para o acompanhamento da situação familiar no momento inicial do acolhimento, visto que, com o passar do tempo, tanto as possibilidades de reintegração familiar, quanto de adoção podem tornar-se mais difíceis. Esse acompanhamento também permitirá que a equipe técnica possa, no menor tempo possível, fazer sua análise quanto a real necessidade do acolhimento.

No trabalho com a família devem ser consideradas tanto as questões objetivas (encaminhamento para serviços da rede; fortalecimento das alternativas para gerar renda e garantir a sobrevivência da família; e organização de estratégias para conciliar cuidados com a criança e o adolescente, afazeres doméstico e trabalho, dentre outras) quanto subjetivas (relações familiares, formas de comunicação, significado da violência na família e do afastamento da criança ou adolescente do convívio, dentre outras). Considerar essas duas dimensões é importante para apoiar a família no processo de reintegração/reinserção e prevenir novos afastamentos.

Diversas técnicas podem ser utilizadas no acompanhamento às famílias, como, por exemplo:

- estudo de caso;
- entrevista individual e familiar (estratégia importante, particularmente nos primeiros contatos com a família e seus membros, que permite avaliar a expectativa da família quanto à reintegração familiar e elaborar conjuntamente o Plano de Atendimento. Esse instrumento também pode ser utilizado para abordar outras questões específicas, para aprofundar o conhecimento sobre a família e para fortalecer a relação de confiança com o serviço);
- grupo com famílias (constitui importante estratégia para potencialização dos recursos da família para o engajamento nas ações necessárias para retomada do convívio familiar com a criança ou adolescente);
- grupo multifamiliar (espaço importante para trocas de experiências, reflexões e discussão com as famílias, incluindo a participação de crianças e

adolescentes Acolhidos, permite a compreensão de diferentes pontos de vista dos relacionamentos familiares e das diferenças entre gerações);

- Visita Domiciliar (referenciada no princípio do respeito à privacidade, a visita possibilita uma aproximação com a família e a construção de um vínculo de confiança, necessário para o desenvolvimento do trabalho);
- orientação individual, grupal e familiar (intervenções que têm como objetivo informar, esclarecer e orientar pais e responsáveis sobre diversos aspectos, como a medida de proteção aplicada e os procedimentos dela decorrentes);
- encaminhamento e acompanhamento de integrantes da família à rede local, de acordo com demandas identificadas (psicoterapia, tratamento de uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, outros tratamentos na área de saúde, geração de trabalho e renda, educação de jovens e adultos, etc.).

Como resultado dessas atividades, de forma geral o acompanhamento familiar deve contribuir para:

- a acolhida da família, a compreensão de sua dinâmica de funcionamento, valores e cultura;
- conscientização por parte da família de sua importância para a criança e o adolescente e das decisões definitivas que podem vir a ser tomadas por parte da Justiça, baseadas no fato da criança e do adolescente serem destinatários de direitos;
- a compreensão das estratégias de sobrevivência adotadas pela família e das dificuldades encontradas para prestar cuidados à criança e ao adolescente e para ter acesso às políticas públicas;
- a reflexão por parte da família acerca de suas responsabilidades, de sua dinâmica de relacionamento intra-familiar e de padrões de relacionamentos que violem direitos;
- o desenvolvimento de novas estratégias para a resolução de conflitos;
- o fortalecimento da auto-estima e das competências da família, de modo a estimular sua resiliência, ou seja, o aprendizado com a experiência e a possibilidade de superação dos desafios;
- o fortalecimento da autonomia, tanto do ponto de vista sócio-econômico, quanto do ponto de vista emocional, para a construção de possibilidades que viabilizem a retomada do convívio com a criança e o adolescente;

- o fortalecimento das redes sociais de apoio da família e das alternativas para gerar renda e para garantir a sobrevivência da família.

Além das questões da metodologia do trabalho, as crenças dos profissionais acerca das famílias e o modo como se relacionam com as mesmas, também influenciam os resultados das intervenções. Assim, é preciso estar atento à:

- postura de respeito à diversidade, aos diferentes arranjos familiares e às mais distintas estratégias às quais as famílias podem recorrer para lidar com situações adversas. Diversas experiências têm demonstrado que o trabalho bem-sucedido de reintegração familiar está fortemente associado à possibilidade de construção de um vínculo de referência significativo da família com profissionais que a acompanhem, aos quais possa recorrer, inclusive, em momentos de crise no período pós-reintegração.
- a crença por parte dos profissionais nas possibilidades de reconstrução das relações, também representa aspecto que pode contribuir para o fortalecimento da confiança da família em sua capacidade de se responsabilizar novamente pelos cuidados à criança e ao adolescente e superar os motivos que conduziram ao afastamento.

O acompanhamento da família deve ser sistemático para que, em um prazo de até dois anos, seja possível viabilizar o retorno da criança ou adolescente ao convívio com sua família ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Embora o tempo de permanência deva ser um eixo central, as decisões não podem ser prematuras ou tomadas de modo precipitado. Quando isso ocorre sem uma preparação adequada da criança, do adolescente e da família, a reintegração familiar pode ser conflituosa e acabar resultando em um novo afastamento do lar de origem. Nos casos de colocação em família substituta (adoção, guarda ou tutela), a falta de uma preparação adequada de todos os envolvidos pode conduzir também a situações que dificultem a construção da vinculação afetiva, resultando em retorno ao serviço de acolhimento.

Quando o desenvolvimento do trabalho de acompanhamento familiar indicar a possibilidade de reintegração da criança ou adolescente à sua família, nuclear ou extensa, a equipe técnica do serviço de acolhimento, em parceria com a equipe responsável pela supervisão dos serviços de acolhimento (ligada ao órgão gestor da Assistência Social) e, sempre que possível, a equipe interdisciplinar da Justiça da

Infância e da Juventude, deverão elaborar estratégias para a reintegração familiar que contemplem os encaminhamentos necessários para viabilizar o retorno seguro e o fortalecimento da família para que cumpra com o seu papel de cuidado e proteção.

A criança e o adolescente, bem como suas famílias e os educadores/cuidadores, também devem ser ouvidos no momento de decidir se a reintegração/reinserção é a melhor medida. Neste momento de decisão quanto ao retorno para o grupo familiar, é importante considerar, dentre outros, os seguintes aspectos:

- as reações da criança, do adolescente e da família ao afastamento e ao acolhimento no serviço;
- a vinculação afetiva e a motivação mútua da família, da criança e do adolescente pela continuidade da relação afetiva e retomada do convívio;
- se os encaminhamentos realizados foram viabilizados e qual tem sido a resposta da família, da criança e do adolescente aos mesmos;
- se há, por parte da família, conscientização dos motivos que levaram ao afastamento da criança ou adolescente e motivação para superá-los;
- se há movimento de mudança nos padrões de relacionamento entre os membros da família e desta com a comunidade e instituições sociais;
- se existem membros da família (nuclear ou extensa) que possam se responsabilizar e compartilhar os cuidados com a criança e o adolescente;
- se a família possui redes sociais de apoio da família: vinculações significativas da família com pessoas da comunidade e serviços que possam apoiar os cuidados à criança e ao adolescente.

Feita a devida avaliação e sendo considerada a reintegração familiar como a melhor medida, deverá ser iniciada a preparação para o retorno, incluindo uma crescente participação da família na vida da criança e do adolescente, inclusive no cumprimento das responsabilidades parentais (por exemplo, reuniões escolares, consultas de saúde, comemoração do aniversário, atividades na comunidade, escola, etc.). Do mesmo modo, a criança e o adolescente devem ter a oportunidade de uma reinserção gradual no contexto de origem, passando finais de semana ou datas comemorativas na casa da família, por exemplo. Nesse momento é importante, ainda,

que sejam fortalecidas as redes sociais de apoio da família, fundamentais para o exercício de seu papel de cuidadora.

Quando a medida de reintegração for direcionada aos familiares com os quais a criança e o adolescente não possuem vínculo afetivo, é preciso que seja cuidadosamente avaliada, não devendo ser conduzida meramente com base em uma “supervalorização dos laços consangüíneos”. Nesses casos, deve-se avaliar a possibilidade de construção de vinculações significativas e de aceitação mútua do convívio, para se decidir quanto à melhor alternativa a ser recomendada à autoridade judiciária: reintegração com família extensa, colocação com pessoa significativa da comunidade ou adoção.

Após a reintegração familiar é importante que o período de adaptação mútua entre criança/adolescente e família seja acompanhado por pelo menos seis meses, após os quais deverá avaliar-se a necessidade de sua continuidade. Nesse momento, devido às mudanças ocorridas em cada um dos membros durante o período do afastamento e o descompasso entre expectativas construídas e realidade, podem ocorrer entre os integrantes da família insegurança e conflitos na relação devido à necessidade de readaptação da rotina e regas familiares. Por isso é preciso que sejam desenvolvidas estratégias para conciliar os cuidados com a criança e o adolescente com as demais responsabilidades da família.

Diante da impossibilidade de reintegração familiar (família nuclear ou extensa), a equipe técnica do serviço de acolhimento deverá elaborar e enviar à autoridade judiciária relatório circunstanciado onde sejam relatadas a situação familiar da criança ou adolescente, as intervenções realizadas com vistas à reintegração familiar e os resultados obtidos, sugerindo a Destituição do Poder Familiar e a inserção da criança ou adolescente no cadastro para adoção.

Quando ocorre o encaminhamento para adoção, deve ser realizado um planejamento por parte da equipe do serviço de acolhimento, da Justiça da Infância e da Juventude e, onde houver, do Grupo de Apoio à Adoção, com vistas à preparação prévia de todos os envolvidos e a aproximação gradativa dos adotantes e da criança/adolescente.

Particularmente em relação ao encaminhamento para família substituta, constitui papel, ainda, a ser desenvolvido em parceria entre o serviço de acolhimento, Poder Judiciário e Grupos de Apoio à Adoção, a busca ativa de famílias para aquelas crianças e adolescentes com perfil de difícil colocação em adoção.

- 4) Articulação Intersetorial: os Serviços de Acolhimento integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo interface com outros serviços da rede socioassistencial, quanto com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Sua atuação deve basear-se no princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços. A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos deve ser viabilizada por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local.

Dessa forma, para que as intervenções sejam efetivas, é necessário que haja uma estreita articulação entre os diversos órgãos envolvidos no seu atendimento. Assim, para fortalecer a complementaridade das ações e evitar sobreposições, é importante que esta articulação proporcione o planejamento e o desenvolvimento conjunto de estratégias de intervenção, sendo definido o papel de cada instância que compõe a rede de serviços local e o Sistema de Garantia de Direitos, na busca de um objetivo comum. Essa articulação deve ocorrer nos seguintes âmbitos:

- articulação com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS: inserção das crianças e adolescentes e suas famílias nos demais serviços, programas e ações que integram o SUAS, que se fizerem necessários ao atendimento às demandas específicas de cada caso, favorecendo a integração comunitária e social destes.
- articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS: as ações de promoção da saúde, ações educativas e de prevenção de agravos devem ser articuladas com a Rede de Atenção Básica/Primária, que é composta por Unidades Básicas de Saúde da Família e Postos de Saúde. Esses serviços também devem ser procurados caso haja necessidade de solicitar requisição de exames, medicamentos básicos e acompanhamento do quadro de situação de saúde dos acolhidos.

Caso haja necessidade, a equipe desses serviços fará encaminhamentos para unidades de atenção especializada - que inclui Hospitais, Maternidades, Unidades de Urgências e/ou Emergências e Serviços/Unidade de Referências - capacitados para atenderem casos que

demandem atenção especializada, como adolescentes grávidas, crianças e adolescentes com deficiência, com distúrbios de crescimento, com doenças infectocontagiosas ou imunodepressoras, com transtornos mentais ou que apresentam problemas devido ao uso abusivo ou dependência de álcool e outras drogas.

Também devem estar previstas nesta articulação com o órgão gestor da saúde, ações de capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, além de profissionais dos serviços de acolhimento, bem como das famílias acolhedoras, em relação a: cuidados diferenciados que crianças e adolescentes com deficiência, transtorno mental ou outras necessidades específicas de saúde; amamentação, vacinação, crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes; saúde sexual e saúde reprodutiva e orientação quanto aos direitos sexuais e direitos reprodutivos de adolescentes e prevenção do uso de álcool e outras drogas.

- articulação com o Sistema Educacional: garantindo a permanente comunicação entre os serviços e o acesso das crianças, adolescentes acolhidos e seus familiares à rede de local de Educação. Através da viabilização de um canal de comunicação permanente com as escolas onde estejam matriculadas as crianças e os adolescentes acolhidos, de modo a possibilitar o acompanhamento de seu desempenho escolar.

É recomendável que, sempre que possível, ocorra o envolvimento da família de origem ou extensa no acompanhamento escolar dos acolhidos, incentivando, inclusive, sua participação ativa nas reuniões e comemorações escolares. Outro aspecto a ser considerado é, sempre que possível, procurar manter a criança ou adolescente na mesma escola em que estudava antes da aplicação da medida protetiva, de modo a evitar rompimentos desnecessários de vínculos de amizade e de pertencimento e modificações radicais em sua rotina, além de prejuízos acadêmicos.

Outro ponto importante dessa articulação com o Sistema Educacional é a inclusão de crianças e adolescentes que estão em serviços de acolhimento nas atividades propostas pelo Programa Mais Educação, em ações complementares à escola, ações comunitárias, arte e educação, esporte e educação e de atendimento individualizado a cada aluno. Do mesmo modo, deve ser propiciada a participação em atividades de

formação, cultura, esporte e lazer, ofertadas pela escola aos finais de semana.

- articulação com outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema para além da articulação com os serviços socioassistenciais, da saúde e da educação, também é necessária. Assim, destacamos a importância da articulação com equipamentos comunitários, organizações não-governamentais e serviços públicos responsáveis pela execução de programas, projetos, serviços e ações nas áreas de cultura, esporte, lazer, geração de trabalho e renda, habitação, transporte e capacitação profissional, garantindo o acesso de crianças e adolescentes acolhidos e de suas famílias. Recomenda-se que, sempre que for viável, procure-se inserir as crianças e adolescentes acolhidas em atividades localizadas nas proximidades de sua comunidade de origem, de forma a fortalecer sua inserção comunitária, o que contribuirá para o processo de reintegração familiar ao evitar a futura interrupção de suas atividades e dos vínculos de amizade construídos nesses espaços.
 - finalmente, destaca-se a importância da articulação e da construção com fluidez entre os Serviços de Acolhimento, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora com os seguintes órgãos: o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública); Conselho Tutelar; Segurança Pública; e Conselhos de Direitos. Essa articulação facilita a comunicação, o planejamento e o desenvolvimento de ações coordenadas com os órgãos que desempenham funções fundamentais para a garantia da excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar, bem como da reparação de possíveis violações de direito vivenciadas.
- 5) Projeto Político-Pedagógico: a sua elaboração deve ser realizada coletivamente, envolvendo toda a equipe do serviço, as crianças, adolescentes e suas famílias. Após a elaboração, o Projeto deve ser implantado, sendo avaliado e aprimorado a partir da prática do dia-a-dia. Tem como objetivo orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao seu funcionamento interno, quanto seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade.

A seguir, são destacados alguns tópicos importantes para elaboração de tal Projeto:

- apresentação (histórico, atual composição da diretoria, os principais momentos do serviço, as principais mudanças e melhorias realizadas, em especial se sua instalação for anterior ao ECA);
 - valores do serviço de acolhimento (valores que permeiam o trabalho e ação de todos os que trabalham e encontram-se acolhidos no serviço);
 - justificativa (razão de ser do serviço de acolhimento dentro do contexto social);
 - objetivos do Serviço de Acolhimento;
 - organização do serviço de acolhimento (espaço físico, atividades, responsabilidades, etc.);
 - organograma e quadro de pessoal (recursos humanos, cargos, funções, turnos, funcionários, competências e habilidades necessárias para o exercício da função; modo de contratação; estratégias para capacitação e supervisão);
 - atividades psicossociais (com as crianças e adolescentes, visando trabalhar questões pedagógicas complementares, auto-estima, resiliência, autonomia; com as famílias de origem, visando a preservação e fortalecimento de vínculos e reintegração familiar);
 - fluxo de atendimento e articulação com outros serviços que compõe o Sistema de Garantia de Direitos;
 - fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem e preparação para desligamento do serviço;
 - monitoramento e avaliação do atendimento (métodos de monitoramento e avaliação do serviço que incluam a participação de funcionários, voluntários, famílias e atendidos durante o acolhimento e após o desligamento);
 - regras de convivência (direitos, deveres e sanções).
- 6) Gestão do Trabalho e Educação Permanente: parte do princípio de que todos os profissionais que atuam em serviços de acolhimento desempenham o papel de educador, impõe a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos. Para isso, a Gestão da equipe deve ocorrer em

consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Após apresentar a síntese acima acerca das orientações metodológicas que regem o funcionamento das instituições de acolhimento bem como da operacionalização das atribuições e regimentos da equipe técnica, é importante destacar a importância de se investir na escuta e no acolhimento dos profissionais que estão no dia a dia destas instituições para que sejam traçadas ações mais efetivas no processo de reinserção familiar, de maneira a fortalecer os vínculos existentes e o lugar da família.

Os coordenadores e profissionais técnicos (psicólogos e assistentes sociais) de abrigos são partes importantes do sistema que compõe a rede de proteção à criança. Neste aspecto trazemos a fala de P. Minuchin, Colapinto & Minuchin (1999) ao tratar da interação dos profissionais que atuam nas agências do serviço social com todo o sistema de acompanhamento e intervenção:

Embora seja organizado, nenhum sistema permanece estático. É inevitável que passe por ciclos de estabilidade e mudança, durante períodos de estabilidade, um sistema funciona através de padrões familiares e, na maioria dos casos, a repetição é adaptável. Mas todos os sistemas que envolvem criaturas vivas são dinâmicos. Novos acontecimentos ocorrem eventualmente e, em consequência disso, os padrões estáveis são perturbados.

As agências de serviço social são sistemas organizados, e sua realidade é quase sempre complexa. Elas estão em geral incorporadas dentro de estruturas sociais e políticas maiores, subdivididas em subsistemas internos, e coexistem com outras agências que servem muitas das mesmas famílias. Uma agência de adoção, por exemplo, está incorporada em um contexto sociopolítico que determina as exigências legais, a política oficial ou não expressada sobre adoções inter-raciais, a atitude com relação a casais gays que querem se tornar pais e a rapidez com que os direitos paternos e maternos são encerrados em casos de alegação de negligência. Esses fatores combinados aumentam ou diminuem o número de crianças elegíveis para adoção. (p. 21)

Como se pode depreender da exposição teórica que vem sendo apresentada ao longo deste trabalho é preciso focalizar no distanciamento existente entre as orientações técnicas, os documentos da esfera jurídica que regulamentam a medida protetiva de acolhimento em abrigos e reinserção familiar e a literatura pertinente à temática, que enfatizam a necessidade de se investir na família para viabilizar o

retorno seguro ao convívio familiar, mas não discorrem sobre as reais possibilidades, estratégias que demonstrem na prática como deve ocorrer o acompanhamento das famílias e o retorno das crianças para as suas casas.

7 METODOLOGIA

Este estudo teve como referenciais básicos a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner, 1977, 1989, 1996, 2011) e a Teoria Estrutural Sistêmica Familiar (Minuchin, 1966/1990; P. Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999) nelas nos apoiamos para definir os eixos temáticos em torno dos quais foram analisados o contexto familiar da criança abrigada, a medida protetiva do acolhimento institucional e os mecanismos da reinserção familiar.

No que tange à revisão bibliográfica, para a confecção deste estudo, foram utilizados os livros e manuais que dialogam com a temática e também realizada busca eletrônica nas bases de dados, *Scientific Electronic Library Online* [SciELO, <http://www.scielo.org/>], o Index Psi Periódicos [IndexPsi, <http://www.bvs-psi.org.br/>] e os Periódicos Eletrônicos em Psicologia [PePSIC, <http://pepsic.bvsalud.org/>], no período de janeiro/2016 a julho/2016, a partir dos seguintes descritores: criança abrigada; abrigo; reintegração familiar; reinserção familiar; família de criança abrigada; inserção ecológica; trajetórias de vida. Também foram consultados os documentos jurídicos que regulamentam a reinserção familiar de crianças abrigadas, a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90); Lei Orgânica de Assistência Social (1993); Política Nacional de Assistência Social (2004); Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2009); Lei 12.010 (“Lei da Adoção” 2009); “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” Resolução Conjunta nº 1/2009, do CNAS e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Diretrizes Internacionais das Nações Unidas para Cuidados Alternativos às Crianças (2009).

Em concordância com Richardson (2009 p. 32), "a estratégia utilizada em qualquer pesquisa científica fundamenta-se em uma rede de pressupostos ontológicos e da natureza humana que definem o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo que o rodeia". Portanto, desenvolver uma pesquisa envolve vários aspectos metodológicos que versam sobre a escolha das estratégias e método adequados ao objetivo da proposta, os recursos do pesquisador e o perfil do grupo objeto do estudo. Nesta sessão, serão descritos os métodos e estratégias que foram

utilizados para alcançar as respostas para os objetivos que foram estabelecidos no projeto. A saber, objetivo geral: i) analisar a trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento. Como objetivos específicos vislumbramos: ii) mapear os tipos de intervenção/acompanhamentos direcionados à família da criança acolhida realizados por profissionais técnicos do abrigo, discutindo os elementos que interferem na reinserção; iii) identificar as condições do contexto (a casa e a estrutura familiar) para uma reinserção bem sucedida, na perspectiva de profissionais que fazem parte da equipe técnica de abrigos; iv) analisar a relação do profissional membro da equipe técnica do abrigo com a família da criança em acolhimento e os demais sistemas que integram a rede sócio assistencial e jurídica de proteção à criança, frente à possibilidade de reinserção na família de origem; e v) analisar o significado do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar para profissionais técnicos de abrigos.

7.1 Desenho do estudo

O estudo aqui realizado classifica-se como pesquisa qualitativa, cujo delineamento foi de Estudo de Casos Múltiplo (Yin, 2003; 2005; 2015). O método qualitativo de estudo de caso envolve a coleta sistemática de dados por meio da investigação de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real (YIN, 2015).

Diante da natureza subjetiva de uma pesquisa que visa à compreensão das particularidades relacionadas ao contexto de abrigamento, rupturas dos vínculos e trajetórias da reinserção familiar, consideramos que o delineamento indicado acima, associado às contribuições teórico-metodológicas do modelo bioecológico de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998) possibilitou a aplicação e análise de dados da investigação na perspectiva do *desenvolvimento-no-contexto*, acessando o maior número de informações sobre os participantes, suas histórias de vida, sua atuação profissional em instituição de acolhimento de crianças, durante o período de coleta de dados.

Neste universo de pesquisa, considerando que "os seres humanos são narradores de contos, criadores de mitos, enquadradores de realidades" (MINUCHIN & FISHMAN, 1990 p. 80), os aspectos relacionados às elaborações e ao valor simbólico empregado por profissionais técnicos que atuam em abrigos, ao falarem da sua prática e da proposta de reinserção familiar, representaram o próprio indivíduo como também se referiram a um mundo além dele.

7.2 Participantes e contexto do trabalho

As participantes foram seis profissionais que integram ou integraram equipes técnicas de abrigos que atendam crianças na cidade de Salvador/BA. Em vista disso foram adotados os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

- Critérios de inclusão: nível de escolaridade superior completo; ser funcionário contratado ou concursado designado para compor a equipe técnica de um abrigo e/ou coordenação ou, quando não mais compor a equipe técnica, o seu afastamento não pode ser superior a três anos; ter, no mínimo, um ano de atuação profissional neste tipo de instituição e exercendo a função de técnico.
- Critérios de exclusão: não atuar diretamente no processo de acolhimento e reinserção familiar.

Para a seleção dos participantes foi utilizada a técnica bola de neve, em que os indivíduos primeiramente selecionados, obedecendo aos critérios de inclusão descritos acima, indicaram novos participantes de sua rede profissional, assim, sucessivamente.

A primeira entrevista deste estudo foi realizada com uma das profissionais técnicas que atuaram na instituição de acolhimento onde foi realizada a pesquisa de mestrado que antecedeu esta tese, como foi dito anteriormente. A profissional em questão, nomeada como Conceição, possui graduação em pedagogia e, além de ter sido coordenadora do abrigo, vinha de um momento de transição que permitia que ela, mesmo sendo pedagoga, atuasse junto à equipe técnica. Assim, decidimos por incluí-la como a primeira participante deste estudo.

As entrevistas aconteceram no espaço físico que foi mais adequado aos entrevistados e em horários previamente agendados de forma a não causar

interferência em suas rotinas. As entrevistas foram realizadas individualmente com o intuito de garantir a privacidade dos entrevistados, e gravadas no formato MP4.

7.3 Coleta de dados

Como técnica de coleta de dados foi utilizada entrevista com roteiro semi-estruturado (VER APÊNDICE); e diário de campo.

As entrevistas tiveram como temas norteadores, o ingresso do profissional em instituições de acolhimento institucional, as características das criança abrigadas e suas famílias, o processo de reinserção familiar, a reinstitucionalização (quando aplicado) e os planos futuros.

Todos os materiais utilizados foram custeados pela pesquisadora, não oferecendo ônus para as participantes.

As fontes de informação foram: dados da observação e os relatos das entrevistadas.

7.4 Tratamento e análise dos dados

A análise de dados foi pautada inicialmente na técnica de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de procedimentos de tabulação e organização de dados discursivos que possibilitam refletir a totalidade do fenômeno em estudo (MINAYO, 1994). Os registros, após a leitura e transcrição das entrevistas, foram organizados em torno de eixos temáticos interpretativos sugeridos pela leitura e análise das entrevistas.

De acordo com o que foi explicitado no parágrafo anterior, para responder a questão norteadora deste estudo e os objetivos traçados, analisamos a trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva das profissionais técnicas que atuam/atuarão nesta modalidade de acolhimento.

A coleta de dados bem como a análise e discussão dos resultados obtidos tiveram como base os quatro componentes do Modelo Bioecológico, os quais serão apresentados a seguir:

- Primeiro componente: A Pessoa → caracterização dos participantes;

- Segundo componente: O Processo → a forma como cada pessoa significa suas experiências, o seu trabalho em instituição de acolhimento e os mecanismos de reinserção familiar; e também como narra a sua interação nas ações desenvolvidas com as crianças acolhidas no abrigo, as suas famílias e a rede de proteção presente no município de Salvador/BA.
- Terceiro componente: O Contexto → foram considerados os ambientes das profissionais técnicas no desempenhar de suas funções no abrigo. No que se refere ao microsistema, foram observadas as interações que ocorrem entre as participantes da pesquisa e as crianças acolhidas, a medida protetiva de abrigo e a família/comunidade da criança; o modo como as participantes circulam no abrigo e nas casas e vizinhanças das crianças. Em relação ao mesossistema, foram incluídas as inter-relações entre dois ou mais ambientes onde se encontram as participantes no desempenhar das suas funções. Para o exossistema, buscamos a influência dos demais componentes da rede de proteção à criança diante da medida de acolhimento institucional e acompanhamento das famílias de origem da criança e também a influência na rotina e nas atividades da profissional entrevistada. No macrossistema, observamos a influência dos aspectos sociais, econômicos e culturais no processo de reinserção familiar e na atuação da entrevistada. Além disso, a entrevista proporcionou aos participantes o resgate de suas histórias pessoais que se entrelaçaram com a sua função de técnica em uma instituição de acolhimento.
- Quarto componente: O Tempo → corresponde à sequência de eventos que constitui a história de vida e as rotinas de uma profissional nesta área de atuação.

7.5 Aspectos éticos e análise de riscos e benefícios

O estudo seguiu as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 510/16), do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador. Em atendimento à referida Resolução, os informantes foram devidamente esclarecidos quanto aos propósitos do estudo e foram garantidos os seus direitos

quanto à participação livre, sigilo da sua identificação e confidencialidade dos dados fornecidos. Serão incluídos no estudo os que aceitarem participar mediante o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver Apêndice).

Diante dos objetivos e do público alvo desse estudo, considera-se que a aplicação de entrevistas com questões que relatem dados e experiências pessoais podem gerar riscos decorrentes da participação na pesquisa, ainda que possam ser mínimos. Assim, foram considerados como riscos para as participantes: aumento da ansiedade e/ou stress, baixa na auto-estima, tristeza e algum desconforto emocional. Todavia, sua participação na pesquisa pode ser um caminho para que suas dificuldades pessoais sejam vistas e acompanhadas, além de gerar novos conhecimentos que poderão beneficiar outros profissionais que se encontram nessa situação.

Diante do exposto, foram elencadas como medidas mitigadoras para eventuais riscos decorrentes do estudo:

- a suspensão da pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, conseqüente à mesma, a qualquer um dos sujeitos participantes, que não tenha sido previsto no termo de consentimento, comunicando à instituição participante;
- acompanhar as diligências necessárias à imediata e integral assistência aos voluntários participantes ou à reposição ou restauração de bens eventualmente danificados durante a pesquisa;
- os meios de contato direto com o pesquisador (e-mail, telefone habilitado para ligações a cobrar) serão disponibilizados aos participantes, que poderão entrar em contato a qualquer momento;
- intervenção psicoterapêutica, de acordo com os procedimentos e princípios éticos da psicologia. Caso seja observado pela pesquisadora, pela instituição ou pelo voluntário a necessidade de uma intervenção, a pesquisadora, que possui formação em psicologia, com especialização e experiência em clínica infantil e acompanhamento familiar, será a profissional responsável pela psicoterapia.

Este estudo não inclui diretamente as instituições de acolhimento na modalidade de abrigo nas quais as participantes atuam e não apresentou como objetivo caracterizar ou analisar o funcionamento dessas instituições. Optamos por não estabelecer esta vinculação visando estabelecer um espaço livre de escuta e acolhimento à participante, de maneira que o conteúdo de cada entrevista represente os aspectos particulares de cada pessoa, sem, necessariamente, refletir o

posicionamento institucional. Diante deste aspecto, este estudo não foi direcionado a nenhuma instituição de acolhimento, dispensando assim, a necessidade da autorização institucional.

Os materiais e as informações que foram obtidas no desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados para se atingir os seus objetivos previstos e, ao final do estudo, foram arquivados e ficará sob a guarda da pesquisadora responsável responsável por um período de cinco anos.

Os resultados da pesquisa serão tornados públicos em periódicos, revistas e demais meios científicos e/ou em encontros, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação.

8 RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados, de forma discursiva, os casos que compõem a amostra investigada neste estudo. Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas individualmente, com seis profissionais que atuam ou que tenham atuado como profissional técnico em serviço de acolhimento institucional para crianças, na modalidade de abrigo, no município de Salvador/BA, respeitando os critérios de inclusão desta pesquisa estabelecidos no item 7.2.

Os dados obtidos com as entrevistas possibilitaram a construção de cinco categorias de análise. Estas categorias, por sua vez, favoreceram uma investigação mais ampla e profunda acerca da compreensão da trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento.

As categorias são baseadas nos núcleos constituintes do modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1979/1996), foram organizadas por meio de análise do conteúdo das entrevistas e dos registros de observação e são mostradas a seguir:

Quadro 2 - Categorias bioecológicas geradas a partir do modelo PPCT.

Núcleos	Categorias Geradas	Descrições
A Pessoa	A pessoa: caracterização da participante	Identificação das características e particularidades de cada participante.
O Processo	A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.	Mapear os tipos de intervenção/acompanhamento e também como cada participante narra a sua interação nas ações desenvolvidas com as crianças acolhidas no abrigo, as suas famílias e a rede de proteção presente no município de Salvador/BA.
	A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar	Compreende a forma como cada pessoa significa suas experiências, o seu trabalho em instituição de acolhimento e os mecanismos de reinserção familiar.
O Contexto	Identificação do Contexto: a participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.	Identificar as condições do contexto (a casa e a estrutura familiar) para uma reinserção na família de origem.
	O Contexto e as suas relações: a participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância.	Analisar a relação da participante junto à família da criança acolhida e com os demais sistemas que integram a rede de proteção à criança.
O Tempo	A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.	A participante frente à sequência de eventos que constitui a sua história de vida e as rotinas de trabalho e os significados do acolhimento institucional de crianças e reinserção familiar, que são gerados a partir da sua atuação como membro da equipe técnica.

Fonte: Própria (2019).

Optamos por discutir cada caso dentro das categorias de forma a respeitar as particularidades de cada pessoa entrevistada, no que tange a sua forma de expressão e os encontros e desencontros advindos com a sua caminhada enquanto profissional técnico em serviço de acolhimento.

Diante do caminho metodológico traçado, compartilhamos a perspectiva de Grandesso (2017), quando ela chama a atenção para:

Mais do que descrever ou ler os dados de uma pesquisa de forma objetiva e fidedigna, numa espécie de desvendamento de seus resultados como se fossem o reflexo da natureza, buscamos a produção de sentido que envolve, no meu entender, uma reconstrução, uma vez que o mundo humano é um mundo de significados construídos pela pessoa nos seus múltiplos contextos de pertencimento, nas diferentes comunidades linguísticas que organizam e dão sentido às “realidades vividas” no campo da experiência. (p. 483).

Assim, cada caso será apresentado tendo como estrutura de base as categorias de análise estabelecidas, mas os elementos abordados em seu conteúdo, por se tratar de uma história viva, varia de pessoa para pessoa. Acrescentamos que, para se desvelar uma realidade ainda pouco acessada que varia a partir dos significados que são individualmente empregados ao que foi experienciado, é preciso compreender as nuances deste contexto tão singular, que é o acolhimento institucional de crianças e a proposta de reinserção familiar.

Cabe informar que, para dar voz a cada trajetória acessada, em alguns pontos da análise, nos permitimos apresentar trechos mais alongados, por entendermos que o dito não teria como ser reduzido sem comprometer as nuances de cada história, fato ou perspectiva. Acrescentamos ainda que cada caso investigado lança luz de modo singular sobre um aspecto da realidade, embora haja também regularidades e questões semelhantes.

Visando a preservação da identidade das participantes, elas foram identificadas com os seguintes nomes fictícios: Conceição, Marina, Letícia, Maria, Joana e Bárbara. Estes nomes foram escolhidos pelas participantes, com exceção de Conceição e Bárbara, que deixaram livre esta escolha para que nós as nomeassem. Também foram adotados nomes fictícios para todas as pessoas que foram citadas pelas participantes em suas falas e contextualizações. A ordem de apresentação dos casos em estudo, obedece a ordem de aplicação de cada entrevista realizada.

No quadro a seguir, apresentamos a caracterização das participantes conforme aspectos demográficos e profissionais:

Quadro 3 - Caracterização das participantes conforme aspectos demográficos e profissionais.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES						
Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Profissão e Ano de Formação	Formação Complementar	Tempo de Atuação
Conceição	54 anos	Divorciada	01 Filho	Pedagoga (1997)	Capacitações (Rede de Proteção).	33 anos
Marina	62 anos	Casada	04 Filhas	Psicóloga (1980)	Capacitações (Rede de Proteção).	08 anos
Letícia	31 anos	Solteira	Não	Assistente Social (2012)	Especialização em Serviço Social com Ênfase em Saúde e Programa Saúde da Família; Capacitações (Rede de Proteção).	03 anos e 08 meses
Maria	33 anos	Solteira	03 Filhas e 01 Filho (Adotivos)	Assistente Social (2011)	Especialização em Trabalho Social com ênfase em Família e Comunidades Contemporâneas; Capacitações (Rede de Proteção).	05 anos
Joana	45 anos	União Estável	Não	Assistente Social (2011)	Especialização em Sistema de Gestão da Qualidade, Saúde e Meio Ambiente; Capacitações (Rede de Proteção).	01 ano e 04 meses
Bárbara	57 anos	União Estável	02 Filhas (Adotivas)	Psicóloga (2000)	Especialização em gestão Social; Capacitações (Rede de Proteção).	Em atividade a 12 anos

Fonte: Própria (2019).

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que não faz parte dos objetivos deste estudo a caracterização e a análise do funcionamento das instituições/abrigos, nas quais as participantes atuam ou tenham atuado. Visto que a nossa maior preocupação foi propiciar um espaço livre de escuta e acolhimento a cada participante, de maneira que o conteúdo que serão apresentados a seguir representam aspectos particulares de cada pessoa, sem, necessariamente, refletir o posicionamento institucional. Todavia, de forma a situar o leitor, informamos que todas as participantes deste estudo atuam ou atuaram em entidades não-governamentais e com uma influência religiosa. Apenas as participantes Conceição, Marina e Letícia trabalharam em uma mesma instituição, as demais participantes tiveram as suas experiências em instituições distintas.

8.1 A Pessoa: Conceição

Conceição, no período da entrevista, estava com cinquenta e quatro anos de idade, divorciada, residente na cidade de Salvador/BA, mãe de um filho com a idade de dezenove anos, possui curso superior em pedagogia e atualmente exerce a função

de coordenadora de um Centro de Cultura e Arte, direcionado ao atendimento de crianças, adolescentes, famílias e comunidade.

No que tange à trajetória profissional no serviço de acolhimento institucional na modalidade de abrigo, Conceição atuou nesta área durante trinta e três anos em uma única instituição. O desligamento das atividades do abrigo ocorreu devido ao fato da entidade mantenedora da instituição de acolhimento ter optado por encerrar o serviço. Logo, Conceição fez parte da equipe do abrigo desde o início quando, aos vinte e dois anos de idade, entrou como voluntária no reforço escolar dos acolhidos e logo que iniciou foi convidada à coordenar a instituição.

Vale acrescentar que este Centro de Cultura e Arte foi um projeto que emergiu da vontade da direção do complexo religioso, que fundou e manteve o abrigo em suas instalações, em ofertar um novo espaço de promoção ao desenvolvimento da criança, adolescente, famílias e comunidade em um formato distinto de abrigo. As instalações onde funcionava o abrigo foram adaptadas para acolher este novo serviço, assim que as atividades foram encerradas.

8.1.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.

Conceição apresentou as suas ações direcionadas à família como parte de uma angústia dela diante da situação daqueles meninos que buscavam com muito sofrimento a sua história familiar e não obtinham respostas. Como podemos observar no trecho a seguir, quando Conceição fala o que motivou à suas investidas neste âmbito:

Eu não consigo lhe falar lá na frente sem isso, mas eu devo lhe dizer que quando eu comecei logo eu percebi muita angústia nos meninos adolescentes, principalmente em Fábio, que foi diagnosticado com esquizofrenia. Eu percebia que antes de Fábio entrar em surto ele começava a falar da família, ele começava a fazer perguntas, ficava atrás de mim, “porque minha mãe, porque minha mãe... Conça, onde será que eu acho minha mãe? Cadê minha mãe? Cadê minha mãe?” e aí eu via o vazio. (Conceição).

Logo, foi diante da constatação do sofrimento provocado pelo o que podemos identificar como uma ausência de referências familiares dos meninos em acolhimento,

que Conceição incluiu em suas atribuições a busca pela história e família deles. Sobre este movimento, ela nos descreve um percurso com dificuldades de acesso, mas que, com boa vontade, era possível identificar a casa da criança ou do adolescente.

Quando eu comecei a conhecer os prontuários, queria saber de onde eles tinham vindo, mas não constava a origem deles. Muitos tinham sido abandonados na rua, esquecidos na rodoviária, abandonados em hospital e eu percebia que isso era muito forte, muito ruim. A partir dali, comecei com os novos que iam chegando, que o juizado me mandava como órfão, eu pegava o menino ainda pequeno, porque depois que eu cheguei [no abrigo] comecei a receber meninos diminuindo a faixa etária. Se era menino, eu recebia, com 07 anos, 08 anos, eu já não conseguia dizer não. Aí eu comecei a conversar com os meninos e colocava eles no carro e depois que eles adquiriam um pouco de confiança, eles me revelavam a verdadeira história. Porque quando eles chegavam no juizado contavam uma história, mas aquela história era de quem não queria voltar pra casa, então muitas vezes eles matavam mãe, avó, todo mundo. Pequeninhos, eles contavam histórias que não eram verdadeiras e não tinha ninguém pra investigar, jogava no orfanato como órfão. Só que eu comecei a desconfiar que não era bem isso e eu prometia a eles: me leve, eu lhe prometo te trazer de volta, mas sua mãe pode está preocupada, sua família pode está desesperada, é uma hora que eu matriculo você sem documento? Porque uma coisa muito forte que mexia muito nos meninos era o fato de na certidão de nascimento ter pais ignorados e como eles não tinham nome e muitas vezes não lembravam o nome real, o juiz da época deu o nome da família dele, Bahia. Então você vai encontrar muitos meninos com o sobrenome Bahia, eu tinha uma maioria no orfanato que se chamava *fulano* Bahia. Outro nome que o juiz usava muito era Nascimento. E eles [os meninos] queriam ter acesso a isso e eu dava. Deixava entrar na minha sala, sentava com eles e a gente lia o prontuário juntos! Eles tinham tanto desejo por isso, eu não posso lembrar que eu me emociono. (Conceição).

Logo, têm-se que a busca pela família ocorreu por uma iniciativa da profissional, ela não seguiu nenhuma orientação ou protocolo e este fato é anterior ao ECA. Esta ação derivou da sensibilidade e da experiência dela junto ao abrigo, como uma tentativa para melhor acolher os “seus meninos”. Conceição aborda este ponto da seguinte maneira:

Sempre vim com esse pensamento, acho importante eu fazer esse registro aqui, é que lá atrás, até antes do ECA, eu comecei a localizar a família. Quando eu comecei logo, o ECA não existia, foi quando eu convenci os meninos a me levarem até a casa deles e outros eu comecei a estudar no prontuário que eu tinha dentro do orfanato, buscando alguma coisa para eu pudesse localizar a família. Fui investigar e não tinha quase elemento nenhum, mas a gente conseguia porque ia buscando e tinha que ele [o menino] veio primeiro de tal orfanato, então eu ia naquele orfanato e continuava investigando, indo nos locais. Fora os meninos que eu colocava no carro e que sabiam me levar no lugar em que moravam. Eu me lembro de uma cena de um menino que tinha 07 anos [de idade], a mãe quando viu o

menino chegar, ela se ajoelhou no chão, se abriu assim diante de nós, abriu os braços para o céu e agradeceu tanto a Deus! O menino tinha o hábito de fugir de casa porque o pai batia muito, os vizinhos colocavam ele para roubar e o pai batia quando via isso. Era uma família pobre, mas correta, então para o pai a linguagem que ele entendia para educar era bater. Por muito tempo eu consegui trazer este pai até o abrigo, eu consegui trazer a mãe. Eu não fiz isso com a intenção de devolver nenhuma criança, eu achava nessa época que eu tinha o melhor a oferecer, que eu ia fazer tudo, que eu amava o bastante. Eu fiz porque eu percebia que eles precisavam conhecer a origem deles e que aquela angústia que eu via nos adolescentes, só ia parar e não ia se repetir se essas crianças que estavam chegando pudessem saber aonde o pai estava, onde a mãe está e ter uma relação. Foi o que aconteceu com este menino, que nunca quis ir embora [do abrigo], que fez 18 anos comigo e foi depois morar sozinho com o grupo de outros meninos, hoje ele é casado, tem filho e tem uma relação com a família, sempre esteve ali com a mãe, com as irmãs, nunca foi de uma boa relação com o pai, mas ele não desenvolveu os problemas talvez mais graves por conta disso, seguiu a vida! (Conceição).

Fazendo um paralelo das suas ações de busca à família e exemplificando com a história desta criança citada acima (de forma similar ao momento em que ela nos trouxe a situação de Fábio), ela expõe um cenário de acolhimento institucional à criança e ao adolescente que antecedeu o ECA e as discussões acerca do direito à convivência familiar e comunitária.

Observamos que em sua fala, no que se refere ao período anterior ao ECA, Conceição usa o termo orfanato como um marcador de tempo e para falar do que ocorreu no período pós-ECA, já é utilizado o termo abrigo. Portanto, consideramos que recorrer ao termo orfanato em momentos da sua narrativa não se trata de um equívoco, mas de uma opção da entrevistada para situar melhor os fatos no tempo e na própria história, visto que ela iniciou o trabalho no abrigo no ano de 1985 e encerrou em 2017.

Em relação ao período de construção e implantação do ECA e as mudanças que foram geradas em seu contexto de trabalho, Conceição diz que:

Eu acho legal isso de você poder mudar com as coisas. Então quando o ECA estava surgindo, eu participei de algumas reuniões de construção com a comissão. Quando o governo começou, tanto Federal, Estadual e Municipal - foi mais bem puxado pelo Estadual aqui - que começou a ter encontros sobre a criança, sobre o estatuto, sobre a nova forma de trabalho, e eu comecei a aceitar, a entender que era por aí mesmo, aí mudei. Mudei assim, sempre achei que a família devia estar por perto, mas o menino só deveria ir se ele quisesse, mas se eu não trabalhasse pra ele recuperar os vínculos afetivos ele nunca iria querer voltar. Porque uma coisa marcante na minha

experiência é que não era a casa bonita, a alimentação boa, o lazer que eu proporcionava, que fazia ele querer ficar aqui, era o afeto. Depois que a gente acertou isso aí na equipe do trabalho, os meninos passaram a não ter problema em ter esse conforto aqui e a casinha pobre que ele não queria, como acontecia antes. Ele queria a casinha pobre dele porque nós começamos a valorizar a figura da mãe, nós começamos a valorizar a figura da família, então a criança que começou a presenciar famílias visitando e começou a querer a dela também. Então, na época em que não tinha isso, eles nem falavam nesse desejo, talvez existisse no inconsciente, mas eles não verbalizavam, digamos assim, o desejo. Mas, depois que a rotina do abrigo contemplou a presença da família, a visita da mãe, alguns que podiam ir nos finais de semana visitar essa família e voltar na segunda contando como foi, o discurso universal era: “eu quero minha família, eu quero voltar pra casa!”, mas isso aconteceu por uma prática nossa do dia-a-dia. (Conceição).

À medida que a família foi sendo incluída nas ações do abrigo, também foram se consolidando o tipo de intervenções e encaminhamentos que eram direcionados a cada grupo familiar:

O acolhimento era a primeira coisa importante quando aquela mãe vai a primeira vez. Não é porque o sistema mudou, muitas vezes a mãe sabe onde seus filhos estão, outras não sabem e é o profissional quem vai ao encontro, mesmo depois, anos e anos depois do nascimento do ECA. Então é importante perceber como é que você vai, como é que você se coloca, como você olha? E quando eles [a família] chegam aqui, como é que você recebe? Então no acolhimento fazia acontecer um vínculo entre a família e eu, um vínculo de confiança. A partir daí, ela poderia vir para cá, se sentir importante para o menino, participar da vida da criança. Quantas vezes eu estava com problema de comportamento e eu incluía a família numa roda de conversa, não para punir, não para marcar como um menino difícil, pelo contrário, acho que eles percebiam que ali eu não estava no meu limite, mas que aquilo era importante a gente dividir porque o menino fazia parte da vida deles também. E muitas vezes esses meninos, eu lembro muito de um menino que tinha um vínculo com a mãe que morreu assassinada, um menino difícil, muito inteligente, mas cada encontro que eu tinha com a mãe eu tinha uma trégua enorme aqui dentro, ele ficava mais em paz. Então eu acho que era essa abertura que a família descrevia no juizado quando tinha audiência, a forma como ela era acolhida por nós. (Conceição).

Na passagem acima, Conceição reconhece a importância de assistir as famílias das crianças abrigadas como um mecanismo de promoção à autonomia e no fortalecimento da capacidade de cuidar dos próprios filhos. Outras falas sustentam tal inferência, dentre elas destacamos a fala a seguir:

Também fazíamos encaminhamentos, eu tive mãe que encaminhei pra psicoterapia, para atendimento de família, eu saía buscando tudo. Olhava

para dentro da família, da casa, qual era a situação da casa e a gente fazia. Já encontrei um pai e uma mãe morando em uma casa de papelão, eles tinham um terreno, então construímos uma casa. Se na casa faltava porta, faltava janela, aí começava a mudar uma coisa, a melhorar. Se o problema não era a casa, era a família que precisava ganhar dinheiro, aí sentava com a família e perguntava: “você quer o quê? O quê você pode fazer para ganhar dinheiro?”, e aí arranjávamos emprego para alguns pais e para algumas mães, que não foram poucas, elas diziam: “ah, eu quero um carrinho para vender pipoca!”, eu providenciava o carrinho, eu providenciava toda mercadoria e a partir dali ela ia se mantendo. (Conceição).

Esses suportes e iniciativas oferecidos por Conceição, para melhoria da condição de moradia, inclusão no mercado de trabalho, doação de equipamentos e materiais para a geração de renda, eram alcançados através da iniciativa pessoal dela e do diretor do Centro Espírita que mantinha a instituição, eles faziam uma mobilização entre voluntários que apoiavam as ações do abrigo.

A entrevistada elucidou em seus relatos o lugar que era concedido à família de origem das crianças em suas intervenções. Foi observada a mudança da sua perspectiva em relação à possibilidade de reinserção da criança em sua família. Com isso, o investimento na família era a primeira linha de ação e para cada uma, diante do levantamento das necessidades que eram observadas nas visitas e também relatadas por mães e/ou pais e/ou avós, eram traçadas linhas de ação para que fosse viabilizado o retorno da criança ao lar.

8.1.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.

Conceição, em uma fala retrospectiva, relacionando os processos de reinserção familiar que ela conduziu, chega à seguinte conclusão:

Eu tenho a sensação, mesmo com todas as que eu consegui encaminhar para a adoção, de consciência tranquila! Algumas famílias eu fiz reinserção e eu fiquei inquieta e eu fiquei angustiada por causa da situação do pai, por causa das questões mesmo daquela família, mas eu tive que conviver com isso, algumas vezes eu consegui. (Conceição).

No momento em que a entrevistada tem essa conclusão, ela se recorda de um caso de seis irmãos que foram acompanhados por ela no abrigo. É importante informar a você, leitor, que essas crianças citadas (com a exceção do mais novo) participaram da pesquisa de mestrado da autora desta tese, e as percepções e histórias de vida deles compuseram a dissertação que, diante dos resultados obtidos, despertou para o estudo doutoral que estamos aqui apresentando. Contudo, durante o período de entrevistas com as crianças, elas ainda estavam acolhidas e a previsão de saída dependia da organização da rotina do pai, que estava desempregado e ainda em tratamento para recuperação da dependência química. A equipe técnica da instituição se mostrava apreensiva com a situação dos irmãos, pois apesar do pai demonstrar um sentimento de revolta em relação a situação dos filhos, fazia alguns anos que ele não mantinha contato com essas crianças. Por conta disso, a fala a seguir além de contextualizar os significados apresentados por Conceição em relação ao abrigamento de crianças, rede de proteção e reinserção familiar, também nos é muito valiosa por trazer um desfecho de um drama que tivemos acesso ainda no início da medida de acolhimento dessas crianças no final do ano de 2013 até meados de 2014 e cujo nível de vulnerabilidade deles¹⁰ e a incerteza quanto ao futuro despertou a nossa comoção.

Teve uma família com seis filhos que o pai estava afastado e a mãe negligenciou e as crianças vieram parar aqui. Quando o pai começou a freqüentar (o abrigo), o pai arranhou um emprego, antes estava mergulhado nas drogas e tudo mais. Saiu disso aí, estava em um novo relacionamento e queria esses filhos de volta. Montamos a casa, com cama, fogão, geladeira, mesa, com tudo, com roupa, liquidificador, aparelho de DVD para que as crianças pudessem ter o que fazer em casa. [...] Ele pagava o aluguel dele, realmente era um cara super trabalhador. Mas, eu começava a acompanhar, eu visitava as crianças dia de sábado, porque ele [o pai] não trabalhava sábado de manhã e ele estava lá com eles, era a oportunidade de vê-lo com os filhos. Aí comecei a encontrar as crianças sozinhas e elas começaram a me contar coisas que ele estava voltando a fazer. Embora ele tivesse uma

¹⁰ Breve apresentação dos motivos desencadeadores do acolhimento dos irmãos Ariel, Sophia, Muriel, Gabriel, Samuel e Rafael (nomes fictícios), que ocorreu em 12/08/2013: os seis irmãos ficavam durante dias e até mesmo semanas sozinhos em uma casa localizada em um terreno isolado e com muito mato, sem utensílios domésticos tais como cama, sofá, fogão, mesa, geladeira, e também sem alimentos, enquanto a sua mãe estava na casa do namorado cuidando dos filhos deste. O pai deles estava desaparecido há aproximadamente cinco anos, vivendo em situação de rua por conta da dependência química. Os vizinhos que davam alguns alimentos passaram a ficar incomodados com a situação de abandono e fizeram uma denúncia ao Conselho Tutelar, principalmente depois que perceberam que duas das meninas mais velhas (gêmeas), viviam andando a noite pelas ruas e que uma delas (Ariel) estava sendo explorada sexualmente por um homem da vizinhança em troca de pouco dinheiro para comprar alimentos para ela e seus irmãos. As crianças também não frequentavam a escola e viviam em situação de rua.

companheira que não morava com ele, mas morava no mesmo bairro e que também dava apoio às crianças. Matriculei na escola, na creche, arrumei a vida toda das crianças e ele, o pai, estava empregado, então, com o aval dessa mulher [a companheira] que era evangélica, dizendo que ele estava realmente mudado, e com a presença da mãe que participou de todas as reuniões e concordou que os filhos fossem ficar com o pai. As crianças foram, mas eu comecei a acompanhar, comecei a perceber os problemas e marquei um encontro no juizado com a mãe e o pai. Os pais começam a me respeitar como criança (risos). Eu fui honesta com ele e disse: “o senhor está usando craque dentro de casa a noite!”, e ele argumentava que: “mas dona Conça, se eu usar na rua a polícia vai me prender, vai me complicar por causa disso!”, e aí eu disse: “o senhor não pode se complicar e pode complicar a vida dos meninos? Eu sinto muito, mas eu não vou esconder isso do juiz, nós vamos ter que conversar isso e minha ideia é que você dê pensão e a mãe das crianças assuma a guarda e eu vou pegar tudo que tem na sua casa e vou levar pra casa dela, porque eu não tenho dinheiro para comprar tudo outra vez!”. Me deu um trabalho e tanto na audiência porque o juiz simplesmente disse, com o pai chorando dizendo que amava os filhos e que ele queria os filhos com ele: “vamos dar mais uma oportunidade!”. A mãe muito silenciosa, mas dizia, “não, eu acredito nele!”. Eu vendo que ela queria era isso mesmo, aí quando o juiz disse “vamos dar mais uma oportunidade”, eu disse: “mas quem precisa de oportunidade aqui são as crianças!”, mas o juiz foi quem determinou, pois os meninos voltaram com ele para casa e eu continuei fazendo minhas visitas, indo ao trabalho dele, quando eu não achava ele em casa. [...].

Neste ponto da narrativa de Conceição, percebemos a dificuldade dela enquanto coordenadora do abrigo e também como profissional que está acompanhando diretamente a situação destas seis crianças, em fazer valer a sua avaliação do caso diante do Juiz, que decidiu por manter as crianças sob a guarda do pai, que estava fazendo o uso constante de uma droga ilícita, o craque, dentro de casa e com a presença dos filhos. Por um outro lado, nos perguntamos, quais eram as reais possibilidades desses irmãos, se a mãe, que já havia negligenciado aos filhos anteriormente, não se manifestou durante a audiência e reafirmou que confiava no pai das crianças para continuar cuidando dos filhos? A permanência das crianças com o pai foi mantida e Conceição teve que acatar a decisão e continuou realizando o acompanhamento. Como era esperado por ela, o pai intensificou o uso de drogas e com isso a condição de risco e de vulnerabilidade das crianças foram potencializadas, até o momento em que Conceição precisou levar mais uma vez o caso ao juizado e disso resultou que:

Resultado, o juiz autorizou depois a mudança da casa do pai para casa da mãe. Essa mãe era uma manicure maravilhosa e, para ajudar, nós

compramos todo o material que ela pediu para trabalhar de manicure. Ela alugou uma casa, peguei tudo na casa do pai, levei para a casa dela, os meninos todos felizes ali com a mãe, depois ela se mudou dessa casa e voltou para a casa que era dela. Não deu certo o que eu queria, porque a mãe não conseguiu ser responsável e cuidadosa, primeiro eu coloquei a mais velha [a menina que tinha vivenciado o abuso sexual] com a avó porque ela queria ser dançarina e eu consegui na comunidade uma escola de dança para ela, matriculamos em uma escola e ela ficou morando na casa da avó e a mãe com os outros filhos. Mas é uma família que as duas irmãs gêmeas, as maiores, que hoje tem uns 15 anos, estão vivendo sozinhas em uma casa e os outros irmãos pequenos estão com a mãe. Mas assim, não é o que eu queria, a mãe continua negligenciando muito porque ela tem um namorado e ela dorme as vezes com esse namorado e deixa os meninos em casa sozinhos. O conselho tutelar vai no lugar, recebeu um relatório nosso, onde nós colocamos todas as dificuldades dessa família e pedimos ao conselho para acompanhar essa mãe e essas crianças. Eu aqui também continuei dando apoio, mas pedi ao conselho para acompanhar, só que eles não acompanham, o acompanhar deles é para tirar, mas vai colocar onde? Essa mãe não é uma mãe que vai mudar. [...] Eu tive muita dificuldade [com esta família] porque tinham crianças que não tinham mais idade para adoção e os outros que tinham idade para adoção, mas o sistema não aceita, por exemplo, os dois menores terem a chance de ter um pai e uma mãe adotivos porque ou assumem todos ou nenhum ou, no Brasil não vai acontecer isso, mas na adoção internacional casais que morem mais ou menos na região, distribuem entre eles as crianças, que permanecem na proximidade, ficam se vendo, sabendo onde estão e são criados por pais diferentes. Mas foi um diálogo tão difícil, uma mãe jovem, saudável e um processo com um pai que não abria mão de todos os filhos, uma mãe que não abria mão dos filhos, mas que também não trabalhavam para resolver a situação. (Conceição).

Como bem foi relatado acima, a entrevistada nos apresenta um processo de reinserção que apesar das crianças terem retornado à família de origem, não houve de fato uma mudança significativa na estrutura desse subsistema parental e, com exceção de uma das irmãs gêmeas (aquela que inicialmente estava sendo explorada sexualmente) cuja guarda ficou com a avó. Observamos o envolvimento da entrevistada e também da instituição em favorecer a reinserção, inclusive disponibilizando recursos materiais para que o ambiente doméstico fosse modificado também instrumentos de trabalho para que a genitora pudesse ter uma renda e custear os cuidados junto aos seus filhos. Diante desse resultado, Conceição prossegue em sua narrativa lançando o seguinte cenário:

Muitas vezes eu percebo a Lei muito conivente [com a família], eu digo assim, porque eu não tinha medo de no momento dizer: “não mãe, essa criança precisa ser feliz, você está com muita dificuldade, eu já fiz o que estava ao meu alcance e você continua expondo ele ao risco! Esse menino precisa ter oportunidade de ser feliz, de ter o desenvolvimento dele garantido, eu vou

brigar com você na justiça! Sinto muito, mas você não vai ver mais esse menino!”. E o juizado me chamava e dizia: “a mãe está sendo impedida de ver o filho por quê?”. E eu dizia, por isso, isso e isso, eu estou aqui no lugar de guardiã, eu estou fazendo o que a Lei me diz o que eu tenho que fazer. Então porque a justiça não pode diante de fatos dizer: “não, esses seis irmãos, essa mãe, esse pai já mostraram que já prejudicaram demais os filhos, eles estão crescendo à toa, já receberam apoio material, psicológico e eles não mudaram!”. Então me pergunto se é uma reinserção feliz? Não é uma reinserção feliz! Eu recebia ligações de uma das meninas, ela devia ter na época uns nove anos, em torno de meia noite, ligava a cobrar, eu sabia que era um deles ligando e ele me dizia: “Conça! Minha mãe foi dormir na casa de *fulano*, nós estamos aqui sozinhos!”. Minha pressão subia, eu conversa com ela, tentava acalmar e eu ia atrás da mãe depois, conversava e ela negava. Então os meninos estão aí, estão matriculados na escola, estão com esta mãe em casa, mas vivendo um completo e absoluto desafeto, aquilo que temem que o menino viva no abrigo eles estão vivendo em casa e como eu já estava encerrando, eu não pude brigar mais por isso. Tinha um com dez anos de idade, menino que futuramente vai ser muito problemático, perigoso. Ele é muito afetuoso, muito explosivo também, se não for bem conduzido, ele vai se juntar com quem não presta e a vida dele não vai ser muito longa. Então a criança precisa ter no olhar do adulto que cuida essa verdade, eu acho que ele não vai acreditar nele mesmo se você não acreditar neles. Eu vivi essa situação aqui muitas vezes e muitos momentos assim de emoção porque a gente viu as coisas acontecerem e no início a criança estava totalmente sem esperança, sem confiança, auto estima muito baixa e a criança começa a recuperar isso quando vê em você uma confiança na vida e nele, entendeu? Eu não pude fazer muito por essa família... (Conceição).

Assim, no recorte acima também é observada as interações entre o microsistema das crianças e o micro- e mesossistema de Conceição. Dessa interação, compreendemos que a pessoa de Conceição passa a integrar a rede de apoio destas crianças e também foi direcionado a ela o lugar de proteção e de acolhimento. Ela é o adulto a quem as crianças sabem que podem recorrer em uma situação de emergência. Também é evidenciado que o maior interesse da entrevistada é garantir uma maior proteção às crianças, ela se vê no papel de “guardiã”. E, empoderada neste papel, ela agiu de forma mais incisiva, inclusive ao interpelar pais e mães e também os operários do sistema de proteção à infância e a adolescência (Juiz, Promotores, Conselheiros e outros). Ao perceber “a Lei como muito conivente com a família”, ela não exclui ou desacredita na família de origem, mas ela levanta os mecanismos que não trazem uma responsabilização direta desta família para que assumam o seu papel ou que, em caso negativo, possibilite à criança uma chance de ser inserida em uma família adotiva ainda na infância.

Assim, identificamos que os aspectos associados às dificuldades do contexto da família de origem das crianças, de uma forma geral, podem ter desencadeado uma dicotomia em nossa entrevistada, pois ao mesmo tempo em que ela acredita e investe na família biológica ela também considera a adoção, principalmente a internacional, como uma estratégia que apresenta maior eficácia nos casos em que envolvem crianças maiores. Conceição ao avaliar os processos de reinserção em família de origem faz uma comparação com o processo de adoção internacional, como pode ser observado abaixo:

Infelizmente a gente não pode dizer: olhe 100% das exceções deram certo, oh meu Deus! A gente não pode garantir nada! Mas assim, eu não acho que é porque a família não tem jeito, eu acho que é porque o sistema precisa ser modificado, precisa melhorar as visões de profissionais, as ações dentro do juizado, do ministério público, para que estejam voltados realmente pra apoiar a família. Mas o que é apoiar a família? É mascarar as dificuldades delas? Não! Infelizmente quando eu entregava para adoção internacional, eu entreguei com mais convicção de felicidade, de bom êxito, do que algumas ou muitas reinserções aqui. As chances são maiores, principalmente adoções com italianos. Porque o casal [italiano], todos que eu conheci, eles queriam mesmo exercer a função da maternidade e de paternidade, eu não via a preocupação com a cor, com o cabelo ou se era doente, se era saudável. Sabe aquela mulher que está há uns 20 anos em uma fila, louca para ouvir uma criança chamar ela de mãe e o pai chamar de pai? Pois é! Eu tive casos difíceis que foram superados pela maturidade deste tipo de casal e pela forma como eles são preparados no momento, quando se inscrevem e durante muito tempo, o processo de adoção da Itália é muito bom. (Conceição).

Olhando o que foi aqui brevemente narrado podemos notar que as histórias e os eventos que marcaram a trajetória profissional de Conceição, despertaram nela o interesse em ampliar as suas perspectivas em relação a outros sistemas de intervenção e acompanhamento de crianças, principalmente às políticas e práticas desenvolvidas na Itália. Identificamos como exemplo, um caso de um menino que na realidade brasileira estaria fadado a permanecer em acolhimento institucional até completar o limite de idade, mas que teve a sua trajetória de vida modificada pela persistência e linha de ação adotada por Conceição. A seguir:

Eu tive um menino [André] que voltou para a família em uma audiência concentrada. A mãe jovem, forte, o avô já criava um irmão dele. Eram dois irmãos e eles são quase da mesma idade, acho que um ano de diferença, e estavam junto quando a mãe colocou os dois no abrigo. Mas, nessa audiência concentrada, a mãe levou, com a ajuda dos avós, os dois de volta para casa.

Aliás, a mãe ficou com o que ela sempre criou e os avós ficaram com André, que quando nasceu ela teve depressão pós parto e tentou jogar ele de um viaduto. Aí este menino, primeiramente, foi viver com o pai, o pai morreu. Ele foi viver com os avós paternos, morreram. E aí ele voltou para mãe e a mãe não queria ele e resolveu abrigar os dois filhos, o que ela criava e André, porque o outro mais velho já era criado pelos pais dela. Mas nessa audiência concentrada, depois de uns três meses aqui comigo ou seis, não me lembro agora, eles voltaram para a família, André que sempre foi rejeitado pela mãe voltou para a casa dos avós [maternos] e ficou morando junto com o irmão que já era criado pelos avós. Depois de algum tempo os avós me procuram para dizer que queriam entregar André novamente para o abrigo, ele já tinha nove anos, mas era grande o menino. Ele com nove anos e eu pensei: “Meu Deus! E essa idade pra adoção!”, e eles me disseram: “A mãe não quer, ninguém quer, ele já tem 09 anos e a gente quer entregar a você! Ele disse que só vai se for para você!”. E eu disse: “mas vocês vão para o juizado, eu vou marcar uma audiência, vocês vão e lá vocês entregam o menino para mim!”. Aí fomos para essa audiência e foi muito forte para mim. Eu que já conhecia a história toda do menino, mais uma vez ele estava voltando pra mim, então eu sabia que os problemas de comportamento iriam ser grandes. E o que mais me marcou é que ele no carro, quando eu o trazia no meu carro, ele dizia: “Conça, eu vou ser adotado não vou?” e eu disse: “vai! Claro que vai! Não foi com esse objetivo que sua mãe e os seus avós foram para assinar um documento e já liberar ali pra adoção?”. Porque eu disse ao juiz: “eu fico, mas esse menino tem que ir imediatamente para a lista de adoção internacional, porque eu não acredito que uma adoção nacional vai dar certo!”. Aí eu voltei com ele e ele dizia: “Um dia eu voltando de lá eu posso procurar minha mãe?”. Quando ele chegou aqui ele estava tão abatido, Lorena. E eu entrei na minha sala, me tranquei com ele, mas foi tão difícil, primeiro porque eu não sabia se ia conseguir a adoção, segundo porque ele tinha umas dificuldades de comportamento e isso complica. Não para adoção internacional, mas eu não sabia se ia ter uma adoção internacional.

Durante a fala de Conceição, foi sendo evidenciada uma trajetória de rejeição e quebra de vínculos afetivos. A história de vida de André é um drama desde o seu nascimento, primeiramente ele sofre ainda bebê uma tentativa de assassinato por parte da mãe, depois vai perdendo as pessoas que cuidavam dele (pai e avós paternos) e é conduzido a mais uma rejeição por parte da sua mãe e depois pelos avós maternos. O olhar, o cuidado e o afeto que Conceição disponibilizou para esta criança, muito provavelmente, foi além de um acolhimento institucional, transformou conceição em uma pessoa de referência e também um agente de desenvolvimento. A nossa participante, se manteve focada em encontrar um lar adotivo para André, como temos no desfecho dessa história:

Mas, com menos de dois meses, não chegou a três meses do retorno dele aqui, veio um casal de italianos, que já tinha um filho, que foi adotado aqui [do abrigo] e que era negro e esse menino queria um irmão. Como na Itália

tem uma coisa legal, se você tem um filho de doze anos de idade, você só pode adotar outro de onze, de dez, de sete... Nunca mais velho, sempre mais novo. Isso é empolgante demais! Eu acho que o Brasil devia seguir isso! Aí vieram e graças a Deus André gostou do casal, o casal gostou dele, o irmão que era o autor do desejo em ter mais um irmão, também gostou! Eu sei que esse menino depois me mandou foto, me mandou um monte de coisa e está bem lá e não foram poucos os casos que eu fiz uma tentativa [de reinserção] e que voltou e que eu consegui sucesso na adoção.

Esse menino [André] que a mãe sempre teve histórico de rejeição, antes dele conhecer a família italiana, eu olhei no olho dele e disse assim: “meu filho, você ainda vai se comunicar comigo e vai dizer: Conça deu tudo certo!”, ele virou e disse assim: “eu posso levar seu telefone comigo?” e eu disse: “pode! e tem mais, quando você chegar no juizado se você olhar para os olhos deles e você sentir que não gostou, se você não gostar dos olhos deles, você me diz, porque nenhum juiz vai lhe tirar na raça daqui, está certo?”, e nessa hora ele me disse: “então eu vou!”. O *bichinho* foi tão agoniado... Aí, quando nós entramos na sala, eu identifiquei o casal, um casal muito simpático se aproximou, ele foi e ficou um pouquinho lá com o casal na minha frente conversando, desenhando, aí ele saiu de perto do casal um tempo depois, não sei quanto tempo depois, olhou para mim e disse assim: “Conça, eu amei os olhos dela!”. [choro]. Ele está feliz! (Conceição).

Diante da impossibilidade de reinserção na família de origem, a alternativa para a adoção torna-se uma linha de ação para a equipe. A entrevistada reafirma os procedimentos da Itália como uma referência para ela:

Na época que ainda era abrigo eu tinha vontade de ir para Itália pra conhecer, para aprender este preparo. Eu cheguei a iniciar um grupo, eu, a psicóloga e mais uma assistente social, nós começamos a querer formar um grupo de preparação para adoção, baseado em nossa experiência porque a gente sabe que as 16 horas de curso que o nosso sistema oferece de preparação [para os pais adotantes] não pode ser considerada uma preparação. Não sei se estou atualizada porque as coisas sempre mudam, eu creio que elas mudam pra melhores. (Conceição).

O desejo em ir à Itália para observar e aprender uma forma de trabalho, que na perspectiva de Conceição, é mais efetiva, revela a sua vontade em se qualificar mais para o seu trabalho e também a sua visão crítica quanto às possíveis lacunas na operacionalização do trabalho aqui no Brasil.

Todavia, mesmo trazendo críticas ao funcionamento da Rede com vias à reinserção na família de origem, a entrevistada afirma ter ocorrido uma mudança positiva no funcionamento de abrigos com o novo formato advindo com o ECA:

Eu acho que a vida em abrigo mudou para melhor, apesar de umas coisas que a gente discorda, mas eu acho que tudo está melhorando porque ruim ou não, errando ou não, **hoje a criança é foco e antes a criança não era nada**. Isso já é uma mudança, você se importar com o destino dela ou se ela está sendo tratada dentro do abrigo com individualização ou no coletivo, como se ela fosse uma produção em série.

Eu acho que se não fizer um trabalho assim, cuidadoso, com respeito à família, com preocupação com o tempo da criança, o tempo vai passar e a criança vai crescer aqui. E se chegar a adolescência, não vamos conseguir reinserir mais na família biológica, que tem problema de vínculos, ressentimentos e maus tratos. Então quando recebemos uma criança temos que correr, para dar um tempo para família e também não deixar o tempo da criança passar. (Conceição).

Esse olhar positivo da entrevistada, que vislumbra avanços neste tipo de serviço de acolhimento, também traz consigo a importância de se alinhar a família e a criança e as suas respectivas questões e demandas no universo de ações que sejam eficazes.

Contudo, mesmo considerando que a entrevistada tinha uma autonomia na gestão das ações que eram desempenhadas pelo abrigo junto à criança e também à família, identificamos um ponto de tensão dela no desempenhar da sua função na condução das possibilidades de reinserção ou não. Para nós, é perceptível a forma como a entrevistada se sentia pressionada pela maneira como eram geridos os processos de reinserção nas audiências concentradas:

Existe a audiência concentrada e as coisas acontecem sob pressão. Porque o diálogo era assim: quantas crianças estão reinseridas? porque não estão reinseridas? o que é que o abrigo já fez? E cada vida é um processo. Eu acho que é complicado também para o judiciário, mas se você percebe o movimento constante daquela instituição, independente da audiência anual pra computar isso na prática, você vê que é uma instituição que está sempre pedindo audiência, que está sempre enviando relatório, que está pedindo que convoque a mãe e o pai para uma conversa, que é uma instituição atenta. Então não tem que ser aquele *oba oba*, aquela pressa para esvaziar o abrigo, porque nós sofremos isso. Por quê? Porque tudo é de cima para baixo, a justiça cobra dos juizados como é que estão os números, números de reinserção, então se tem um menino que entrou e tem cinco anos que está no abrigo é problema e responsabilidade daquele grupo de justiça, aquele juizado ali daquela cidade. Então ninguém quer problemas nas suas costas, ninguém quer ter que explicar nada, então vamos reinserindo [sem muitos critérios]. Então somos pressionados a reinserir, mas temos que ter muito cuidado. E a depender do juiz que assume, ele pode ser muito aberto à adoção e aí temos que tomar cuidado para não facilitar demais a retirada da criança de sua família sem um motivo, sem ter feito todas as tentativas. Mas,

às vezes também tem um juiz que quer a reinserção, eu não sei se quer a reinserção porque acredita na reinserção ou porque apenas não quer os números altos em justiça e que pode levantar algum movimento, alguma reportagem, alguns julgamentos sobre a facilidade que ele está dando para os processos de adoção. E nós, que estamos aqui no meio, temos de saber bem o que podemos fazer, porque vai ter pressão de todo jeito. Tem promotores que se pudessem tudo era adoção e tem promotores que se pudessem tudo era reinserção, não pode ser assim, cada caso é um caso. (Conceição).

O relato acima nos permite concluir que todo o sistema está pressionado para que sejam emitidas resoluções, ainda em curto prazo, para que a criança saia da medida de acolhimento institucional. Com isso, neste caso em estudo, é evidenciada uma demanda maior que é direcionada aos profissionais técnicos que estão na linha frente do sistema de proteção à infância e à adolescência.

8.1.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.

A escolha da entrevistada em insistir no trabalho com a família evidencia a vontade de investir primeiramente neste núcleo. Contudo, é importante informar que, em um primeiro momento, este investimento não vislumbrava o retorno da criança/adolescente à sua casa, mas era uma tentativa de garantir a estes um acesso à sua história e o contato com as pessoas que eram referências. Em um segundo momento, com as discussões ocorridas no período de implantação do ECA, Conceição passou a conceber o retorno à família de origem (seja ela nuclear ou extensa) como uma possibilidade real de saída da criança da instituição e, conseqüentemente, dela crescer dentro de um ambiente familiar.

Disso decorre que o olhar de um componente da equipe técnica ou de algum outro elemento da Rede de Proteção (em qualquer esfera) em relação à família de origem, passa a ser também um aspecto inerente ao processo de reinserção familiar, podendo ser um ponto facilitador ou não.

No que tange ao espaço afetivo que a criança direciona para a própria família, Conceição aborda esta questão da seguinte maneira:

Vai crescendo ali fantasiando, porque depois de um tempo eles esqueciam que apanhavam, que sofriam. De alguma forma eles esqueciam parte das

coisas [que vivenciaram] e eu percebia que idealizavam que as famílias eram perfeitas. Esses que não tiveram família, ficavam idealizando o tempo todo. Isso é muito forte! Teve um que morreu aos 38 ou 37 anos de idade, uma ou duas semanas antes de morrer, ele esteve aqui, me esperou a manhã toda, eu estava no juizado, resolvendo algumas coisas, quando eu cheguei, ele já tinha almoçado aqui e disse: “estou aqui lhe esperando Conça!”. Ele estava cheio de angústias, já era pai, já tinha casado duas vezes, tinha não sei quantas namoradas, mas assim, cheio de angústias. Me disse: “eu vim aqui por que eu queria conversar com você, queria desabafar com você! Não tem como descobrir o porque minha mãe me abandonou? Estou angustiado! Os meninos estão dizendo pra gente se reunir!”. Os meninos que ele se refere são os companheiros dessa época de orfanato e que moravam no mesmo bairro, eles sempre procuraram ficar juntos no mesmo bairro. E ele continuou dizendo: “eu tô tão angustiado, queria que você fizesse um encontro com todos nós!”. Porque eu fazia almoço mensal com eles, eu sempre estava inventando uma forma de reunir todo mundo! Aí ele conversou bastante nesse dia, eu disse a ele: “meu filho! Não fique assim!”. Porque como ele mesmo disse, ele não queria muita coisa, ele queria só ouvir dela o porque ela o abandonou. Sugerí que fossemos a um programa de televisão para ele ir contar a história, como outros fizeram e conseguiram encontrar alguém da família. Ele não queria ir, me ofereci para fazer isso utilizando uma foto dele, com o nome dele e a história, mas ele não quis que eu fizesse isso e ele foi embora. Um dia duas semanas depois ele enfartou, era um dia de sábado, os meninos me ligaram, eu corri para lá, a ambulância já estava atendendo, mas não houve jeito. Ele morreu e eu providenciei o enterro, fui localizar o filho... E o que eu tinha dito a ele sobre a mãe dele, no dia em que ele me procurou, e é o que eu digo sempre a eles, foi: “meu filho, não pense que o fato dela ter deixado você é porque ela não amava. Ela podia ter achado que era melhor longe dela, ela podia está passando por coisas que ela não ia garantir para você o que ela achou que o orfanato poderia lhe dar. Não pense que é falta de amor! Pode ter razões, tantas razões e muitas vezes pode ser justamente por amor que ela lhe deixou, pra que você tivesse um futuro melhor do que o que ela teve, tinha ou que ela poderia lhe oferecer!”. Mas o fato é que essas coisas não convencem, **mas era o que eu tinha que a dizer e é no que eu acredito**. Era minha verdade porque... Porque eles podiam pensar que era o pior! **As mães que eu presenciei entregar os filhos não fizeram sem dor, fizeram em absoluto sofrimento**. (Conceição).

Com esta fala, reafirmamos que mesmo quando a família é desacreditada em suas funções e o convívio familiar é rompido, o lugar e os vazios de origem permanecem nas crianças. A permanência na instituição faz com que o distanciamento, a ruptura dos laços de parentescos cristalizem estes vazios. Podemos extrair também, da fala acima, uma das estratégias adotadas pelos “meninos” que foram acolhidos para criarem e manterem um laço familiar, reconstruído com os que estavam com eles abrigados. É como se a “família do abrigo” fosse um elo deles com a própria história de vida, com o passado anterior ao acolhimento e com o seu

processo de desenvolvimento e inserção no mundo, oportunizados pelo abrigo. É o subsistema fraternal que eles constituíram.

Outro aspecto que também pode ser observado no trecho acima, é a crença da entrevistada em relação à família. Mesmo quando desconhece os motivos originários do afastamento e a real situação da família, ela defende a figura materna e adota uma postura empática em relação ao possível sofrimento de uma mãe que entrega o filho para uma instituição de acolhimento. Ela é capaz de ver onde estão os pontos de força da família, porém, ainda assim, ela se vê diante da falta de condições da família.

De uma forma geral, a realidade das famílias foi descrita desta maneira:

Existia um problema de escolaridade [nas famílias], se as crianças, que já estavam com dez, doze anos não sabiam escrever o próprio nome, imagine os pais. Eu encaminhava os que precisavam para cursos de alfabetização, eles não tinham escolaridade. Acho que 90% tinha envolvimento com as substâncias psicoativas. Uma das coisas que eu sempre levava em meu discurso em encontros, era a dificuldade com a família em relação a emprego, a dificuldade da família para colocarem em seu lugar de família, em que eles pudessem tratar daquilo que era o motivo da separação que é, por exemplo, a negligência. Por exemplo, a mãe deixava o menino exposto por conta da droga que estava ali dominando o raciocínio dela, a capacidade de discernimento dela. Então, eu acredito na família, mas existia essa situação, então houve família que eu vi mudar e eu tenho hoje em meu whatsapp e outras não. (Conceição).

Fazendo uma identificação das condições do contexto (a casa e a estrutura familiar) das crianças acolhidas, Conceição traz que:

Eu comecei a trabalhar muito com os funcionários, que me ajudavam no dia-a-dia com os meninos, pra não julgarem. Porque foi uma coisa que eu aprendi no trabalho é que a gente não deve julgar a mãe. Claro que eu tinham mães que só precisavam de um apoio para voltar a garantir a segurança do filho. E claro que tinham mães negligentes. Muita droga, muitos pais e mães vítimas, não sei se posso chamar de vítimas, mas eu enxergava assim, dependentes dessas substâncias todas aí viciantes. E eu via isso com preocupação, mas muitas vezes o que me convencia ir em frente era o desejo do menino. E eu gostava primeiro de investir tudo que estava ao meu alcance, porque se eu tivesse investido tudo e não desse certo, esse menino iria para adoção e eu estaria com minha consciência tranquila de que eu tinha feito a minha parte. E que infelizmente, talvez essa família um dia pudesse dar condições, mas a criança tinha um tempo. **Eu sempre tive colocado dentro de mim, com muita lucidez, de que eu acredito na família, mas eu acho que o tempo da família pode não ser, e muitas vezes não é, o tempo da criança.** E eu não vacilava se eu tivesse essa certeza. Depois de ter feito o que estava ao meu alcance e sabia que essa criança iria estar correndo riscos, eu comprava

briga com essa família e com *moral* dentro do juizado, do ministério público, porque eu tinha ações que provavam que tinham sido feitas ações com aquela família, tudo que estava ao nosso alcance, mas que, pelo bem daquela criança, aquela criança tinha que ir para adoção. (Conceição).

Diante desta narrativa, é abordado de forma clara o investimento que era feito na família, mas a centralidade das ações era a criança. Por tanto, quando ela se refere ao tempo da família não estar alinhado ao tempo da criança, ela cumpre uma função de defesa da criança, numa tentativa de permitir a inserção desta em uma família adotiva.

Seguindo nesta discussão, temos a seguinte contextualização das intervenções e do funcionamento das famílias:

Falando assim parece que é tudo muito fácil e não é. E nem tudo é um mar de rosas, mas a criança queria! Na verdade eu acho que a criança queria era uma família e como eles viam a família de cada um e eles sabiam da deles, eles queriam aquela sua família. Então era muito a resposta da família a cada visita, a cada encontro, a cada conversa e existiam situações de exaustão, porque você não pode tentar indefinidamente, porque os anos estão passando e o menino precisa de um lugar seguro para se desenvolver, para ser amado. Então, eu tive algumas vezes que tirar filho de mãe e eu tirei. (Conceição).

Somada à contextualização, no trecho supracitado, alcançamos o significado para Conceição de *“fazer tudo que estava ao seu alcance”* e *“ter a consciência tranquila”*, pois era esta certeza e este sentimento que a confortavam quando tinha que decidir pela não reinserção da criança em sua família nuclear e extensa. Foi uma estratégia que ela encontrou para lidar com estas questões e minorar as suas próprias reações diante de tal realidade.

De forma a tornar mais evidente o processo, vamos apresentar um caso que foi relatado pela entrevistada no instante em que ela abordava esta questão. Contudo, nos antecipamos em justificar ao leitor a nossa opção em trazer a narrativa deste caso na íntegra, pois os recortes que por ventura fossem feitos poderiam prejudicar a compreensão e a fidedignidade dos fatos que nos foram relatados:

Por exemplo, teve uma mãe que o menino voltou para ela. Ela era dependente de substâncias psicoativas e a avó morava ao lado. Com o aval da avó nós entregamos o menino, participamos da audiência, a mãe estava

com um novo emprego e cheia de propósitos. Com o tempo a gente liga para creche, visitava a creche, faz visita na casa. Eu fazia isso durante dois anos! Eu colocava nos relatórios que nos seis meses depois [da reinserção] eu ainda estava acompanhando, mas na verdade, eu acompanhava até mais do que isso e mesmo quando eu deixava de ir lá, a avó, o tio, alguém das relações ou a própria mãe me procurava. Então a avó começou a vir de volta para o abrigo, dizendo que a mãe está maltratando o menino, que tinha deixado o emprego, que estava batendo muito nele e que ele estava chegando na creche machucado. E eu disse bem assim para a avó: “mas não é a mim que a senhora vai ficar contando tudo isso não, nós vamos ao juizado agora!”. Na época eu tinha uma boa relação com o juiz e essa senhora foi e falou o que estava acontecendo e eu pedi uma busca e apreensão da criança. Então eles foram com a avó na creche, trouxeram a criança e me entregaram. Depois disso sumiu mãe, sumiu avó... A avó de vez em quando vinha com o discurso de que queria o neto, que iria morar em outra cidade com o filho. Mas a verdade é que ela temia essa filha e ela [a avó] tinha outros filhos também com essa mesma questão do alcoolismo. E a mãe do menino misturava alcoolismo com craque. E aí, meu Deus! Eu tive que ser muito persistente em buscar argumentos e tudo que você pudesse imaginar para convencer o defensor público, promotor, juiz... Porque defensor é pela família, mas a defensora me via tanto brigar pela família, sabia que eu era uma pessoa que investia na família, que eu não tinha resistência à família, que a defensora foi totalmente a favor do que eu decidi, que foi colocar o menino para a adoção. Contrariando a própria avó, que já tinha uns 70 anos de idade, era uma mulher forte ainda, mas muito sem força emocional e sem força para enfrentar a filha. A mãe da criança passava por aqui, ficava rondando por aqui com um homem. Eu tive que ter cuidado até na hora de sair, os porteiros me avisavam, porque eu briguei na justiça e ganhei. Esse menino hoje está morando aqui em Salvador, já saiu do abrigo com a idade de 06 anos e desde quando ele tinha 02 anos de idade que eu lutava, ele foi e voltou, depois ele tinha medo da mãe, ele era a única criança que eu não via prazer em ir com a figura da mãe, então eu lutei para ele não voltar para a família biológica. Mas lutei para ele voltar para uma família, então ele foi adotado por um pai que já tinha um filho mais velho e sempre sonhou em ter um irmão mais novo, esse pai é conhecido socialmente e o menino está muito bem. (Conceição).

A narrativa acima nos possibilita identificar: a sequência dos eventos diante de uma possibilidade de reinserção e quando isto não é possível; as condições do contexto da criança e da sua família; e os tipos de intervenções que eram realizadas pela equipe técnica. Também observamos os desafios que a profissional enfrentou em sua trajetória institucional e o papel que ela desempenhou e desempenha na vida de tantas crianças e adolescentes que foram acolhidos e também junto às suas famílias, as de origem e as adotivas.

O caso acima ilustra uma reinserção na família de origem que não foi bem sucedida, mas que possibilitou a inserção da criança em uma família adotiva. Mas,

apesar destas dificuldades estruturais das famílias, Conceição também nos apresentou histórias em que a reinserção na família de origem obteve êxito. Dentre estas histórias, selecionamos uma que traz o abrigamento e reabrigamento das crianças envolvidas, o contexto e a estrutura da família, as dificuldades e superações, a conclusão do processo de reinserção e o acompanhamento a longo prazo.

Tinha muito disso também, às vezes os pais, os avós dos meninos iam ao juizado, então o juiz entregava por segurança aos avós, mas na verdade o avô era só uma ponte para o menino voltar para aquele casal ou para aquela mãe ou para o pai, e a criança continuava exposta. Então tiveram dois irmãozinhos que voltaram para o abrigo depois que um juiz ter decidido devolver a criança sem nos consultar. Havia juiz que decidia as coisas à sua revelia e com o ECA também veio essa possibilidade de você participar da audiência, de você se colocar, de você pontuar o que era bom para o menino. E aí eu briguei muito nessa época, eu tive brigas homéricas com um Juiz, mas hoje nós somos grandes amigos. Porque eu não concordava com a forma como ele tirava o menino do abrigo, me deixava *pirada* e eu sempre atuei, sempre fui lá [no juizado] e me coloquei. Então essas crianças, que eram pequenininhos ainda, um dia chegaram os comissários no abrigo dizendo que os meninos iam para ser entregues aos avós e levaram os meninos. Depois eu fui fazer as visitas para saber como estavam as crianças e não encontrava ninguém. Até então eu não tinha conseguido entrar em contato com esses avós mas depois continuamos com as visitas, ficamos acompanhando até que o juizado mandou de volta os dois meninos para o abrigo, porque a casa tinha pegado fogo, os meninos, com 05 e 04 anos de idade, estavam na casa dois pais sozinhos e não estavam morando com os avós. Eu sei que um dia esse casal viu no processo que em uma determinada audiência eu relatei que não devolveria os meninos para o avô, porque o juizado queria devolver para o avô e eu disse que não concordava. Informei que eu tinha acompanhado e que os meninos não estavam convivendo com o avô, estavam com os pais e que se a gente tivesse que devolver a alguém deveria ser aos pais. Mas os pais tinham que assumir as responsabilidades.

Dessa recusa de Conceição, diante do juiz, e dela reafirmar que o avô não estava assumindo a responsabilidade com os netos, fez com que o advogado da defensoria pública explicasse aos pais qual era o posicionamento do abrigo em relação a uma nova tentativa de reinserção. Com isso, Conceição relata que:

Ele [o pai] foi no abrigo para me conhecer, mas foi com o olho bem vermelho, todo na defensiva, depois veio a mãe e aí eu conversei com eles e disse: “realmente eu sou contra o retorno dos meninos para o seu pai, se você quer a guarda, porque você não muda?”. A mãe também era usuária de drogas. E disse a eles que: “se vocês querem os meninos de volta, provem que mudaram e eu serei testemunha a favor de vocês, se vocês provarem realmente que amam e por isso vão vencer todas as dificuldades. Mas enquanto for nessa *enrolação* para dar ao seu pai para vocês continuarem nessa vida que vocês

estão, colocando em risco a vida dos meninos, não contem comigo! Eu não tenho medo de você! Mas se você quiser mudar você vai contar comigo!”. Bom, aí ele saiu e nós ficamos assim, amigos depois disso porque ele entendeu o meu posicionamento e eu comecei a trabalhar junto com esses pais e eles começaram a fazer mudanças. Você acredita que depois disso tudo o pai voltou a usar drogas? Mas a mãe me informava e a mãe estava firme para ter os filhos de volta, encaminhei ela para o tratamento e ela virou evangélica. Esses pais conseguiram mudar! Hoje eles moram em um lugar melhor, ele é um profissional da área de móveis, muito bom marceneiro, a casinha deles é toda arrumada, os meninos adoram ele e eu acabei sendo testemunha a favor do retorno dessas crianças. A promotora só autorizou, depois que eu relatei todas as mudanças! Recentemente, eles vieram aqui me visitar, o pai dirigindo o próprio carro, ela já teve mais um filhinho, nunca mais tiveram recaídas e os meninos estão enormes! (Conceição).

O investimento na reinserção da criança em sua família de origem era envolto em dificuldades relacionadas com: os aspectos socioeconômicos e também afetivos de cada família; sentimentos de vinculação e pertencimento da criança; recursos, estrutura e funcionamento do abrigo; as características individuais e recursos profissionais da técnica; estrutura e funcionamento da rede de proteção à criança e ao adolescente.

8.1.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância.

No que se refere aos contextos mais imediatos, em que Conceição participa ativamente, traremos pontos de inserção no microsistema da entrevistada que surgiram por conta da atividade profissional dela.

As interações que ocorriam entre a participante e as crianças no momento do acolhimento e após a saída do abrigo, de acordo com o que ela nos disse, era marcada por proximidades e confiança. No entanto, apesar de haver um estreitamento nas relações, Conceição nos apresentou o limite que ela deu nesta relação, provavelmente como uma tentativa de não confundir os laços que eram emaranhados pelo tipo de convivência que era estabelecido. A fala a seguir ilustra esta relação e alguns limites:

Eu precisei fazer psicoterapia, fiz análise, fui paciente durante muito tempo porque realmente eu fiquei muito confusa. Eu sabia que eu não era mãe e eu

não queria esse lugar de mãe. Dia das mães eu nunca fui lá, mas eu chegava na segunda-feira e estava lá cheio de faixa. Mas assim, eu queria que nesse dia eles escolhessem quem eles quisessem para colocar nesse lugar e eu não me achava no direito, eu não estava ali para colocá-los no lugar de filho, isso era muito claro pra mim. Eu fazia aquilo como uma professora que ama seus alunos, isso foi crescendo e muitos hoje são adultos com filhos, me chamam de mãe, os filhos me chamam de vó, mas eu não construí essa relação assim. Eu sempre fui chamada de Conça, não era nem de tia. Eu sempre fui Conça! Então eu engravidei, mas eu nunca tinha sonhado em ser mãe, eu nunca tinha tido vontade de ser mãe, até que eu engravidei a primeira vez e perdi, quando eu perdi aí eu passei a desejar ser mãe, demorei para engravidar. Depois de três anos tentando, eu engravidei de novo, mas eu vou lhe dizer, eu não me senti com dificuldade de fazer essa divisão não! Quando dava o horário eu estava com meu filho, se meu filho precisasse de mim a semana toda, como ele precisou quando adoeceu, eu fiquei a semana toda no hospital com ele, ninguém ficava, era eu, sabe? Mas era uma divisão sem dificuldades pra mim, também se um menino desse precisasse de mim e sempre quem ficou nos hospitais com eles fui eu, de ficar uma noite toda no hospital em pé, com ele no colo. Sempre fui eu e eu não tinha também problemas achando que tinha conflito. Eu nunca tive conflito com meu filho, na época não tinha mesmo! Quem pegava meu filho na escola era eu, na hora de pegar na escola era um prazer que eu tinha, que eu não dava a ninguém, eu amava chegar na escola e vê meu filho pulando, correndo, vindo em minha direção. Eu saía na hora do almoço correndo só pra levar ele na escola e voltava, então essa vivência de escola de meu filho eu sempre estive presente, nunca houve uma reunião, nunca houve uma apresentação para eu me atrasar ou para não ir, então eu fiz essa separação sem problema nenhum. (Conceição).

Diante do exposto, entendemos que Conceição, permitia uma aproximação entre o seu microssistema e o microssistema das crianças e dos adolescentes que ela acompanhou. Mas que essa aproximação também gerava algum nível de sofrimento à participante, que recorreu ao acompanhamento psicológico e psicanalítico para administrar essa relação e as demandas que ela trazia. Assim, consideramos como uma estratégia de defesa da homeostase do seu microssistema, principalmente no que se refere ao subsistema parental, a demarcação da fronteira entre a atividade profissional e o seu desempenho em suas funções parentais.

Mesmo como todo o cuidado e disponibilidade afetiva e de tempo que Conceição dispensava às crianças e aos adolescentes, ela não abria mão das suas funções parentais de cuidados, nutrição, controle, orientação e autoridade para com o seu filho.

Conceição não se colocava no lugar de mãe ou tia dos acolhidos, o fato deles se referirem a ela usando o apelido “Conça”, que é a forma como ela é conhecida em

todos os locais que frequenta, já é uma demonstração implícita da funcionalidade dessa fronteira.

Dessa forma consideramos que a presença da família da entrevistada em momentos comemorativos no abrigo (incluindo datas que culturalmente estão associadas à reunião familiar, como o Natal, por exemplo) e em algumas rotinas da instituição assim como a circulação de algumas crianças e adolescentes em sua casa (inclusive para dormir no final de semana ou em datas comemorativas), como sendo interações estabelecidas entre o seu micro-, meso- e exossistema.

Esta interação entre os três níveis de sistema, também foi evidenciada quando Conceição, de forma comovida, narra no decorrer da entrevista os episódios internação e morte de ex-acolhidos do abrigo que ela acompanhou diretamente. Destacamos um trecho da entrevista que traz esse alcance da relação estabelecida:

Os meninos de 40, de 30 anos (risos), quando sabem que fechou o abrigo eles ficam inconformados! Não por eles, mas eles dizem: “por outras crianças que precisam ter a oportunidade que a gente teve!”, “Conça, mas você vai continuar ali? A gente vai poder procurar você?”, e eu respondo: “meu filho você vai em minha casa! A relação continua e é assim!”. Mas foi muito difícil, porque um menino de 38 anos morreu de câncer de fígado. Ele era casado, a mulher estava grávida, ele sempre sonhou em ser pai e quando ela engravidou, três meses antes dela parir ele descobriu o câncer e em três meses ele morreu. Então eu dormia com ele no hospital e ele voltava para uma época, quando eu o conheci e ele tinha 13 anos também, então ele voltava: “Conça o que é que eu fiz para merecer isso? Será que tem jeito?”. Eram tantos questionamentos do período de doença desse menino de 38 anos... Foi muito forte para mim, depois dali minha pressão alterou. No dia do enterro eu caí, fui ficando torta, Joaquim [Presidente do Centro Espírita] me olhando de longe e eu fui ficando torta, ele me colocou sentada, mas não adiantou! Ligaram para o meu cardiologista e ele disse que era para me tirar de lá, que era emocional, minha pressão estava alta. Me deram um tranquilizante, e até o meu sobrinho que é cardiologista disse, “ela vai se acalmar!”. Fiquei ali me acalmando, mas eu não vi o enterro. Estava no cemitério, programamos tudo, arrumamos tudo, mas no finalzinho eu não tive condições de ver. [...] Na última noite que eu ia dormir com ele, eu virei para a esposa dele e disse: eu não tenho condições de ficar hoje, eu preciso que alguém fique aqui! Essa foi a última noite dele, eu não sei, eu achei que ele ia morrer, eu não ia querer presenciar, ele estava bem apagadinho e, justamente, Deus me poupou e eu acho que eu própria me poupei e aí o hospital ligou para mim e eu fui providenciar o enterro e já estava com a pressão alta, mas fazer o quê? E como ele, outros morreram. [...] Depois outro estava no hospital e eu evitando ir e ele foi piorando, o menino também com mais de 38 anos. Eu pensava, meu Deus eu tenho que ter coragem, eu quero vê-lo, ele deve está sofrendo! Eu fui e ele morreu depois que me viu. Falei com ele e saí, aí no outro dia ele morreu, aí providenciamos mais um enterro. Assim, formam uns seis que morreram e faz parte da vida né? Mas o

sentimento é muito forte. Aí eu pedi a Deus para me dar uma trégua. (Conceição).

Outra interação entre o micro-, meso- e exossistema da entrevistada é a sua atividade religiosa. Ela é espírita, frequenta as reuniões e também atua como voluntária do mesmo Centro Espírita desde os dezessete anos de idade. E o abrigo funcionava em uma área dentro do Centro Espírita.

As interações entre os quatro níveis de contexto (micro-, meso-, exo- e macrossistema) eram constantes na vida de Conceição. A intensidade dessas interações também tinha uma relação direta com o cenário da estrutura política e social que regia o serviço de acolhimento institucional. Neste ponto, a estrutura que se tinha antes e depois da homologação do ECA, além de representar um marcador de tempo, também é uma condição que afetou a transição de Conceição nos contextos e sistemas.

Eu, na verdade, nunca me vi como funcionária, então não tinha negócio de sábado, domingo, feriado e muito tempo não tinha férias, enquanto eu não tive filho. Quando meu filho surgiu na minha vida, aí eu passei a ter férias e eu tinha um domingo pelo menos que eu tinha que estar com meu filho o dia todo com ele, mas muitas vezes de madrugada tinha que sair pra socorrer ou porque chegou menino, eu tinha que vir porque eram meninos grandes e aí eu saía da minha casa e ia. Chegavam em qualquer horário. Eu já mantive a casa fechada e não autorizei entrada de uma Kombi cheia de meninos que o juizado mandava. Porque o juizado mandava a qualquer hora da madrugada. Eu estava ali com um grupo cheio e vinham mais. De madrugada o funcionário que estava dizia “Conça a *Kombi* ta cheia de jovens, tem jovens fumando, deve ter 17, 16, 18 anos.”, aí eu dizia: não abra, se você abrir a porta eu lhe demito e não se preocupe que quem vai presa sou eu, não vou abrir! Aí no outro dia eu tinha que ir ao juizado, inclusive o juiz já me deu ordem de prisão, aí eu conversava com o juiz: não pode ser assim, como é que eu estou com aquelas crianças dormindo e coloco um que vem sabe lá de onde. Aí ele respondia: “Ah, mas é um orfanato!”, e eu dizia: “mas eu não sei de onde vem, qual é a intenção dele. Eu estou na minha casa e de repente chega, se fosse nossos filhos nós íamos receber estranhos e deixar dormir com eles? Não!”. E eu passei a não deixar, eu só recebia de dia e mesmo assim, eu tinha já nessa época um limite de idade que também, como não tinha o ECA ainda, então era tudo *peitado* mesmo, enfrentando o juiz para que os meninos tivessem um mínimo de respeito. (Conceição).

Em relação ao processo de transição/adequação dos serviços para as diretrizes do ECA, a entrevista, em uma visão ampliada do funcionamento da rede de proteção como um todo, percebeu da seguinte forma:

Há alguns anos a gente tem visto o Ministério do Desenvolvimento Social com ações para colocar em prática a lei do ECA. Mas isso não chega a ter 10 anos, se tem muito, tem 10 anos de uma ação mais rigorosa, no sentido de respeitar realmente os direitos da criança, de não transformar os abrigos, que com o ECA deixou de ser orfanato e passou a ser abrigo, em depósitos, e de individualizar mais o atendimento. Eu já buscava fazer isso sem nem ter noção da lei, de me preocupar com a origem da criança, de buscar fazer esse vínculo, esse contato com a família. Eles passaram a ter mais cuidado em trazer informações, mesmo assim, essa parte aí é muito deficiente, se nós não tivermos, digo, não tivéssemos assim o interesse, a intenção de *arregaçar as mangas* e sair com a informação mínima que o menino tinha para desenrolar a história dele toda, eu não teria dados para isso. Isso já muito depois do ECA! Então a gente percebe que hoje tem mais movimentações, mais ações. Eu me lembro que concorri ao cargo de conselheira tutelar, na primeira eleição que aconteceu, quando isso foi implantado. Fiquei como suplente, mas eu percebi as poucas condições de trabalho, o desrespeito do judiciário em relação ao conselho tutelar, o próprio equívoco em relação a essa função. Eu acho que hoje ainda tem muitos equívocos, o pessoal [conselheiros] se veste assim de poder, não para estar ao lado da família, mas muitas vezes para punir a família. Tive momentos muito difíceis com o conselho tutelar porque eu não acho que eles são preparados ou os órgãos responsáveis pela formação deles deveriam prepará-los melhor ou selecionar de uma maneira melhor, para lhe dar com essa situação. Eu percebi muito preconceito com a família, não só de conselheiros, até promotores, juízes tinham preconceito com a família, não acreditavam que a família fosse capaz, talvez pelo sistema ou talvez por não acreditar mesmo naquela família pobre. (Conceição).

Com a descrição acima, é possível apreendermos as interseções do macrossistema com o exossistema de Conceição, e as conseqüentes implicações nos contextos de desenvolvimento das crianças abrigadas e também das suas famílias. Visto que esse preconceito também é trazido pela entrevistada quando ela discute as questões do contexto familiar dessas famílias. Como podemos observar na fala a seguir:

A gente vê muito preconceito nas pessoas que lidam com isso, eu sempre coloquei isso nos encontros que eu tinha, que eu achava que tinha uma resistência pra essa confiança na mãe, pra essa confiança na família, um preconceito com a pobreza, preconceito com a simplicidade dessas pessoas, até na forma de atendimento pela aparência dela. Coisas que uma mãe poderia resolver sozinha, se eu não tomasse a frente não resolvia, por quê? Porque ela não sabia falar direito, porque ela está mal cheirosa, porque ela não é branca ou que ela é branca, mas ela é pobre. Então era um assunto que eu colocava abertamente para todos os setores que eu ia, inclusive em CRAS, CREAS. Uma coisa era a mãe que precisa aprender a resolver as questões. Porque eu gostaria de poder dizer assim: vá em tal órgão nesse

dia, nesse horário e resolva isso aqui seu e de seu filho, mandava porque eu tinha que ensinar. Mas depois eu tinha que ir, uma mãe ou outra mais articulada conseguia fazer suas coisas. Mas é muito complicado porque elas já são olhadas assim, “você é incapaz” ou outros preconceitos piores entendeu? Então, eu dependia muito da resposta da família, porque eu estava sempre disposta a investir e também era uma estratégia minha porque se eu não tentasse tudo que eu pudesse imaginar e colher daquela família, daquela mãe, com a ajuda da psicóloga e a ajuda da assistente social e contando com a minha experiência e com tudo que eu buscava estudar, eu investia muito, corria para ter tempo de salvar esse menino se fosse o caso. Salvar no sentido de dar tempo a ele de ter a convivência familiar ainda na infância, porque o que acontecia antigamente antes do ECA? Entregava e a gente criava. (Conceição).

Ou seja, quando a família pobre é colocada no lugar de incapaz para o provimento e cuidados com as suas crianças, o processo de reorganização das suas relações e estruturação do seu ambiente doméstico para o retorno do seu filho fica ainda mais incerto e pode ser o primeiro passo para consolidar o rompimento das fronteiras existentes na família.

Contudo, Conceição não se refere apenas aos sistemas jurídicos e de assistência social que compõe a Rede de Proteção, os equipamentos de saúde e educacionais também são inseridos. Em relação ao funcionamento da rede em suas interlocuções no processo de abrigamento e inserção familiar de crianças, temos:

Eu acho que não existe uma política que possa garantir os direitos da família e das crianças, eu falo em termos de moradia, de educação, de segurança, de instituições ou de clínicas para esse público, que pudesse ter um psiquiatra, um psicólogo, um médico para ajudar essa pessoa que deseja muitas vezes sair daquela dependência das substâncias. Eu acho que todos os atores desse sistema de proteção da criança e do adolescente precisavam se trabalhar no sentido de também rever os conceitos sobre família. Eu descobri mães que tinham relação com mulher, então porque impedir um filho de voltar para mãe porque ela se relaciona com outra mulher? Sabe, ou então um pai, eu acho que existem tantos preconceitos, não apenas na estrutura da família porque é pobre, mas cada família tem a sua forma de criar, claro que tem que ter aqueles direitos que estão na lei, a criança precisa estudar, brincar, ter saúde, cuidado. A criança precisa ter oportunidades pra se desenvolver, então a gente precisava ter Assistentes Sociais que fossem preparadas de fato para orientar essa família, porque quando eu reinseria uma criança numa família. já durante um tempo eu fazia um relatório comunicando ao conselho tutelar que eu tinha reinserido uma criança, sabe qual era o medo? Porque o conselho tutelar estava vendo aquela família muito pobre, aquela criança ali, a escola eu tinha também que ir para convencer a escola de que a escola não pode ter mais esse papel de julgar a família ou achar que tudo é problema da família, a escola tinha que ser mais

atuante. Hoje em dia a escola não pode se limitar, ela tem um papel social também, que ela não faça a parte que é para o pai fazer, mas o papel dela se modificou, ela tem que se importar com aquele menino que está ali. Muitas vezes as escolas ligavam para mim porque não queriam ter a responsabilidade daquela criança ali por causa do pai que mora na mesma rua e deixava a criança até mais tarde e podia acontecer alguma coisa no meio do caminho e a escola se comprometer, não sei se a preocupação era tanto com a criança, entendeu? Então o conselho tutelar diante da primeira ligação de qualquer vizinho, vai lá e não conversa, não vê o relatório que está lá, “ah aqui tem crianças reinseridas né? Já tiveram em abrigo, qual foi o abrigo? Vamos ligar para o abrigo?”. Eles não faziam isso! (Conceição).

A entrevistada acrescenta à fala acima as dificuldades do acesso à creche/escola e ao atendimento de reabilitação para pais e mães dependentes químicos como elementos dificultadores da reinserção familiar. Especificamente, em relação ao equipamento de educação, temos o seguinte episódio para retratar o impacto deste elemento da rede em um processo de reinserção:

Tinham quatro meninas em processo de reinserção, o pai era um pai idoso, mas não mexia com as meninas, as meninas adoravam ficar na casa dele, ele tinha que fazer algumas mudanças na condição dele, na rotina dele. Eu pedi e ele conseguiu contratar uma pessoa que pudesse ficar ao longo do dia enquanto ele saía para fazer uns trabalhos, ele já era aposentado, e essa pessoa ficaria para poder cuidar das crianças, levar na escola. Mas a escola, por exemplo, não facilitou. Nós fomos lá pedir para ficarem todas no mesmo turno, porque aí a pessoa poderia chegar em um determinado horário e ficar com todas em casa até o pai chegar, mas a escola dizia: “não! eu não posso colocar mais um na sala!”. Então ficava as meninas que deviam estar juntas, separadas de turno porque a escola não podia abrir uma exceção. Não tinha que estudar qual era o mais seguro para a criança? Era manter em turnos separados ou uma cadeira? Não, não tem o apoio, o apoio da escola é conversar comigo e me comunicar as coisas, mas o trabalho com a criança, o trabalho com a família não existia. O conselho tutelar não queria saber de nada. O vizinho, a depender do caso, não ajuda, o vizinho julga. Eu acho que a relação de vizinhos é importante, mas eu percebia nessa família a dificuldade com os vizinhos. A mãe tinha abandonado todo mundo, tinha saído de casa, esse senhor estava fazendo o que podia, mas no lugar de eu ter todo um grupo de pessoas pra ajudar esse pai a assumir melhor as poucas coisas, era um pouco difícil para ele, mas que ele podia conseguir porque era o desejo das meninas, ele estava aposentado, ele tinha uma casa e precisava melhorar a rotina e eu acho que todo mundo poderia ajudar. Mas as meninas foram retiradas novamente pelo conselho tutelar e colocaram em outro abrigo. Faz pouco tempo, fui para uma atividade no Circo, uma atividade cultural com os meninos do centro de cultura e fomos para o circo, quando eu cheguei no circo eu encontrei esse abrigo lá com essas meninas. Sabe aquela coisa morta? Sabe aquela coisa que perdeu o brilho? Elas estão crescendo, ninguém vai adotar 04 irmãos, 3 meninas e 1 menino. O pai terminou unindo o útil ao agradável porque ele até queria e lutou junto comigo,

ele até veio aqui “dona Conça, interceda por mim estou querendo visitar minhas filhas e não estou conseguindo e quando eu visito é aquele rapidinho em baixo, eu nem subo!”. Porque quando aqui era abrigo, eles vinham, almoçavam, acompanhavam até a escola, ficava aqui uma tarde ou uma manhã com a criança, interagindo com a criança, eu não tinha nada para esconder, e como você pensa em fazer reinserção se você não deixa esse pai, não era assassino, não era risco, ele bebia, mas ele não tinha problema de sair caindo, ele só precisava de uma organização de rotina e não ter tanta gente julgando. O conselho tutelar recolheu, tirou da casa, ainda ligou pra mim, mas eu estava fechando. O que culminou esse novo acolhimento? Tinha uma menina que já era grandinha, a menina que a escola não quis ter no horário com a irmã, saiu da escola de tarde e o porteiro viu quando um homem, próximo à escola, pegou a menina e ia violenta-la, a escola ligou imediatamente para mim. Como o porteiro viu na hora, começaram a fazer muito barulho, o homem correu e a menina voltou para casa. Então foi esse episódio que fez com que tirassem as crianças da casa, agora eu lhe pergunto: e a escola não se sente responsável por isso? Porque ela poderia não estudar de tarde, ter ficado de manhã com a irmã maior, o pai colocava todo mundo na escola de manhã e pegava todo mundo meio dia e tinha uma pessoa para cuidar deles no turno da tarde. Eu sei que a escola também tem suas regras, mas eu como diretora eu iria para a secretaria de educação conversar sobre o risco que essa criança estaria vivendo se ela tivesse na minha sala de manhã. Quando quer ajudar, faz! Era o preconceito porque achava que as meninas não tinham que estar com aquele pai. As meninas, você precisava ver quando chegava o final de semana que elas iam para casa do pai, eu ia levar e ia buscar de carro, as vezes ele ia com todos de ônibus, mas eu sempre ia buscar! Eu queria saber, eu queria ver como iria encontrar as crianças. Era uma falta de higiene na casa, era uma casa que faltava muita coisa, mas isso eram coisas que poderiam ser resolvidas. Resultado, as meninas estão crescendo, elas vão ser adotadas? Não! Se falta escola, falta creche, como é que você vai reinserir? (Conceição).

Este recorte de realidade trazido por Conceição nos permite analisar os outros fatores envolvidos em uma reinserção na família de origem e que estão para além das ações/intervenções da equipe técnica do abrigo e dos desejos e ações das crianças e de suas famílias para que o retorno aconteça e permaneça.

Outro ponto deste processo é o benefício do programa Bolsa Família¹¹ que está vinculado à criança:

Eu sou a favor do Bolsa Família, mas eu acho o Bolsa Família tinha que ser mais acompanhado, teria que ser por um determinado tempo, não poderia

¹¹ Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. EM 2011 o Bolsa Família foi inserido no Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. O Programa Bolsa Família está previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas (Brasil, MDS, 2018).

ser como um salário e eles se sentirem acomodados a viver com aquilo ali, tinha que ser um projeto com um determinado prazo, acompanhado por Assistente Social pra não ficar do jeito que tá aí. Porque muitas mães hoje querem ficar com os meninos por causa do Bolsa Família. Eu tive uma família que o Bolsa Família se resultava em seiscentos e poucos reais e ela bebia muito e nos botecos do bairro estava lá pendurado as dívidas e o pessoal dizia que ela pagava com o Bolsa Família. Saía o benefício e ela ia pagando as dívidas de bebidas. Ela tinha mais de dez filhos de 15 anos para baixo, só comigo ela tinha cinco aqui dentro do abrigo. A assistente social daqui entrava em contato com o CRAS, eu passava relatório para o juizado, não dava atestado escolar, então ela terminava perdendo o benefício. Hoje em dia, eu não vou dizer que isso é regra, mas existem casos que eu sentia que a presença da criança era importante por causa do Bolsa Família, mas os cuidados não mudavam. Então é uma complicação, porque tem família que eu também via que pagava creche com Bolsa Família, uma *crechezinha* do bairro, *baratinha* com o Bolsa Família. Então, se você não tiver uma Assistente Social para acompanhar... (Conceição)

Durante a entrevista observamos que as ações voltadas para a reinserção na família de origem eram complexas e nem sempre os resultados eram favoráveis. Mesmo diante de ações que buscavam apoiar as famílias, Conceição trazia as dificuldades do próprio sistema familiar se organizar e também as dificuldades que eram impostas pelo funcionamento dos equipamentos da Rede no acompanhar dessas famílias.

8.1.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória

Como apresentado inicialmente, o tempo de atuação de Conceição no serviço de acolhimento foi de trinta e três anos. A sua entrada no serviço ocorreu em um primeiro momento por via do trabalho voluntariado de evangelizadora em um Centro Espírita, instituição que fundou e manteve o abrigo, como segue na descrição abaixo:

Sou Pedagoga. Trabalhei como professora e comecei no abrigo como professora. Eu fui convidada, porque, quando o orfanato surgiu dentro do Centro, eu estava evangelizando havia cinco anos. Então eu comecei com dezessete, tinha uns vinte e dois anos quando o orfanato entrou no Centro. E aí eu fui para fazer reforço escolar porque eu adorava ensinar. Comecei a trabalhar com os adolescentes da época, que eram quarenta e cinco, entre doze e dezessete anos de idade, comecei como professora e aí fui me envolvendo.

Logo que comecei eu tive que assumir o comando, com quarenta e cinco adolescentes. Foi minha primeira experiência assim. Eu tinha experiência

com criança de cinco e seis anos em escola. Mas eu sempre gostei muito de sala de aula e aí percebi que os meninos tinham uma escolaridade bem fraquinha e eu comecei a fazer um trabalho de apoio na escola, com isso eu comecei a frequentar as escolas e comecei a perceber que não tinha boa frequência e que a relação aluno-professor, professor-aluno era a pior possível. Comecei a trabalhar lá dentro do orfanato, como era chamado na época, colocava por série, e acompanhava o dia todo. Eu ficava de uma hora da tarde até tipo dez horas da noite, apaixonada pelo sentimento dentro da sala de aula, o desejo dos meninos de aprenderem e de, sei lá, perceberem alguém com tanto interesse neles. Porque quando eu ia visitar na escola, eles se orgulhavam quando eu entrava na sala, queriam me apresentar para a professora, e eu sempre com muito cuidado para não expor os meninos. Mas a escola nunca teve o maior cuidado. Eu avisava a eles que eu ia e aí comecei a desenvolver meu trabalho de lazer aos finais de semana, mas para premiar aqueles, motivar aqueles que levassem a semana toda frequentando a escola. Aí eu comecei a fazer vínculos muito fortes com eles. (Conceição)

Com esta narrativa identificamos que, tanto pelo marcador do tempo na vida da entrevistada quanto pelo contexto em que funcionava o abrigo, a trajetória de trabalho de Conceição se entrelaça com a sua história de vida e com os outros ambientes em que ela conviveu e convive.

Os aspectos da vida pessoal e profissional de Conceição assim como a estrutura da instituição e conseqüentemente o contexto das pessoas que ali moravam ou trabalhavam foram se modificando a partir das conexões e dinâmicas da nossa participante. Logo, diante de cada aproximação que ela fazia entre os diversos contextos e mecanismos de interação nos diferentes sistemas, uma nova relação era gerada. A fala abaixo elucida a nossa observação:

Comecei a coordenar e nunca mais parei. Foram coisas que a minha sensibilidade foi se aguçando por amor. Acho que eu comecei a acreditar que existiam sentimentos especiais e que eu era capaz de amar, mesmo no trabalho com esses meninos! Então existe minha vida antes e depois! Comecei muito menina, mas eu posso lhe dizer que eu aprendi a amar nesse trabalho, porque era uma coisa completamente sem interesse nenhum. Comecei a gostar realmente de ver o sorriso neles, de vê-los se desenvolvendo. Então eu trouxe nessa época um judô, a gente começou a fazer gincana, comecei a colocar vida! Eu queria eles conectados com a vida, com a esperança, que eles acreditassem de novo neles, acreditassem em nós e aí eu comecei a tentar transformar aquela vida, que aparentemente era trancada e só de gente que maltratava, que o relato deles era esse. Eles tinham uma relação péssima com os funcionários porque eles não confiavam nos funcionários, na época tinha uma pessoa que eles chamavam de tia Geisa, ela era muito querida e ela tinha uma filha, Mara, que morava lá na época e até hoje eles têm uma relação com elas. Mas os outros funcionários,

ligados à limpeza, lavar roupa, eles não tinham confiança. Havia uma pirraça, uma relação que o funcionário se colocava no lugar do menino. Aí eu fui mudando isso. Fiz a casa ficar bonita. Assim, eu arrumava com eles e fiz mudanças nos ambientes, cuidando da higiene, por exemplo, os sanitários eram aqueles azulejos azul claro, mas escurecido de sujeira, então eu dormi lá e coloquei produto de limpeza e fiz o grupinho sentar na frente para aprender como limpar porque eu ia limpar daquela vez para eles verem, mas que era para ficar limpo daquele jeito, eu queria a participação, eu fui envolvendo eles no dia-a-dia da casa. E sempre funcionou!

Chegou uma época que, depois que eu comecei, eu não me lembro de um Natal dos meninos ter sido sozinhos. Mesmo casada, com meu filho pequeno, por exemplo, eu fui primeiro para um passeio na Ilha com eles, porque eu tinha que ver a casa, tinha que conhecer o espaço e aí o pai do meu filho foi depois e encontrou comigo e ficamos todos lá, depois ele voltou com meu filho e eu ainda fiquei e depois eu vim embora. Tenho fotos... Casei só no civil e pra minha surpresa alguém levou os meninos; quando eu vi foram aqueles meninos entrando na sala durante o casamento e fizeram tanto barulho que a juíza mandou todo mundo silenciar, mas foi aquele abraço gostoso! Eles foram no meu casamento, presenciaram a gravidez que perdi a criança, depois a minha segunda gravidez, viram meu filho nascer, depois meu filho cresceu aqui correndo com eles. (Conceição).

O trecho acima traz um recorte da dinâmica das relações, das modificações estruturais do abrigo e também as aproximações entre os sistemas e as fronteiras de Conceição e dos acolhidos. É possível observar que durante o processo dela em sua atividade profissional houve uma imersão de tal forma que as suas fases e os estágios da pessoa em desenvolvimento (jovem adulta, adulta e meia idade), levando em conta aspectos de continuidade e mudança que ocorreram simultaneamente com todos os membros do micro- e mesossistema dela, também impactaram no micro- e no mesossistema dos acolhidos e, conseqüentemente, nas relações com os demais componentes da rede de proteção à criança e ao adolescente (o exossistema).

Outro aspecto a ser observado é como o evento “Natal” surge como um importante marcador de tempo para a entrevistada, o que nos permite observar ainda mais a aproximação do seu contexto pessoal e do profissional. Fica implícito na fala dela o significado das festas natalinas como um evento de comunhão entre as pessoas que de alguma forma se encontram vinculadas. Ou seja, a vinculação dela com “os seus meninos” era tal, que ela não concebia a possibilidade de não estarem juntos na celebração do Natal. Disso acarreta que, se a presença dela na comemoração da data era constante, exigia do seu microssistema familiar uma abertura para esta escolha. Ela se dividia entre as duas casas (a sua e o abrigo) e

alguns elementos da sua família (marido e filho) também aderiram a esta divisão e participavam do natal nas duas casas.

A coordenação do abrigo, desde o início, foi a única atividade laboral da entrevistada no período em que atuou nesta área, por tanto, a remuneração recebida era a sua fonte de renda principal. Essa dedicação fica visível quando ela afirma que: *“A minha carga horária diária era de 8h. Mas ficava totalmente com a atenção voltada para eles e na verdade passava de 12h.”* (Conceição). Outro aspecto a ser mencionado é que a graduação em pedagogia ocorreu após a entrada no abrigo na função de coordenadora e durante este período, ela diz que não investiu em sua carreira como pedagoga e os cursos complementares realizados fizeram parte das capacitações que eram ofertadas pela rede de proteção à criança e ao adolescente, como segue abaixo:

Tivemos capacitações através de órgãos públicos a partir, principalmente, de 2006, através de oportunidades de discussões, diálogos com técnicos da área social, trocas de experiências com outros gestores de abrigos. Isso foi muito importante para mudanças de paradigmas. (Conceição).

Diante da sua experiência de trabalho no abrigo, Conceição caracteriza a instituição da seguinte maneira:

Caracterizo o abrigo como uma oportunidade de transformação para mim, troca de muito amor e respeito. Lugar de compromisso e espaço para proporcionar oportunidade de resgate de muitas emoções, reconstrução de vínculos, de confiança (da criança com ela mesma e com o outro). Só fiquei porque obtive total autonomia da instituição mantenedora para fazer o melhor que podíamos. Eu não ficaria se fosse diferente. O compromisso era de todos os envolvidos. Em especial, de Joaquim, o diretor do Centro, que acreditou no nosso potencial e compromisso. (Conceição).

Diante do exposto, concluímos que Conceição contava com o apoio da diretoria do complexo religioso que fundou e manteve o abrigo, e da mesma maneira que o trabalho de assistência aos adolescentes e crianças era concebido como uma missão do fundador do Centro Espírita, de alguma forma, a nossa entrevistada também compartilhou desta missão e ampliou o seu olhar para a família dos “seus meninos”, como ela mesma costuma denominar. Os “seus meninos”, mesmos os que já estão na fase adulta, continuam fazendo parte dos pensamentos e da vida de Conceição.

Diante da possibilidade de saída do trabalho em instituição de acolhimento e do fechamento do abrigo, Conceição nos descreve o seguinte sentimento: “*em 2016 eu tinha uma angústia muito grande, que era uma coisa assim de não trair a confiança dos meninos.*”. Ou seja, no ano em que foi determinado o encerramento das atividades, a nossa entrevistada vive um conflito interno em que a sua saída desta atividade pudesse de alguma forma romper o vínculo de confiança que ela tinha estabelecido ao longo do tempo com os seus “meninos”.

Conceição traz durante a entrevista o falecimento de um dos egressos que ela acompanhou como um momento de muito sofrimento. Este evento, para nós, também representou um marcador de tempo, visto que neste momento ela repensou a sua escolha de trabalhar no abrigo, como pode ser observado a seguir:

Então, é verdade que nesse processo todo houve um momento de desgaste físico, psíquico, emocional né? E isso aconteceu a primeira vez quando o primeiro jovem, que eu cuidei dos nove aos dezoitos anos morreu assassinado. Ele tinha vinte e seis anos, ele era homossexual. A gente sempre soube, aliás a família o rejeitou por causa disso e o entregaram ao juizado e o juizado me deu ele pra cuidar e eu cuidei. Desde pequeno que ele tinha aquele jeito de menina, prazer em calçar os sapatos das funcionárias e ficava no pé dos outros meninos pra manipula-los, eu encontrava ele de manhã com o olho roxo, porque de noite ele foi mexer nos meninos e os meninos não queriam e para não se complicarem batiam. Foi complicado! Até que todos passaram a aceitar ele, a gente aceitava, eu nunca tive problema com isso, graças a Deus! [...]. Eu descobri que ele adorava cozinhar e ele se tornou um cozinheiro maravilhoso e substituiu funcionário nas férias, cozinhando para a gente, depois que ele saiu daqui foi trabalhar em uma pizzaria e passou a ajudar a família que o rejeitou. Eu mantive ele aqui até que ele tivesse condições de sair. Ele era muito lindo, parecia um índio, depois ficou com uma aparência completamente feminina, cabelos grandes, tomou hormônio e sempre vinha aqui me ver. Um dia ele estava em uma festa e tinha ido se recolher para dormir e alguém deu um tiro na nuca dele. Um dos meninos¹², que saiu aí se despedindo, era dessa época. Quer dizer, dois eram de lá e um hoje até disse, relembrei de Yuri, era o nome dele, Yuri. E aí então nessa primeira morte eu pensei em deixar tudo. Porque eu não pensei que isso repercutiria tanto. Primeiro não pensava que isso aconteceria, de um deles morrer, segundo que pudesse repercutir tanto dentro de mim, que eu passei a noite toda em prantos! Até hoje eu não posso falar! [choro ao lembrar] A noite, quando aconteceu o crime, os outros meninos que já estavam homens e vivendo próximos e eram amigos dele, me ligaram para dizer que ele estava morto, tinha sido assassinado e que precisavam de mim! Eu liguei pra o diretor do abrigo, ele estava no cinema mas atendeu o celular, meu filho estava pequenininho e eu em prantos, chorei a noite inteira! No

¹² Em um dos momentos da entrevista haviam três homens executando algum trabalho no Centro de Cultura e Arte e eles chamaram Conceição para se despedirem dela.

outro dia levantei, nem consegui dormir, e fui para o cemitério encontrar com todo mundo, pagar o caixão, fui fazer todas as providências. Lá encontrei a mãe, o irmão, os amigos e enterramos. Aí eu pensei em desistir... E aí eu pensei em duas coisas para não desistir, primeiro que, mesmo que eu desistisse, eu não estava mais livre de sofrer de novo porque eu tinha feito vínculos com todos eles, vínculos muito fortes e que mesmo que eu deixasse o trabalho, se qualquer um viesse a morrer eu sofreria do mesmo jeito. E outra situação, foi que eu estaria traindo a confiança deles, eles confiavam muito em mim, até hoje eles confiam, então eu não quis desistir, porque eu poderia suportar tudo, menos que eu visse no olhar deles o desencanto mais uma vez na vida e provocado por mim. (Conceição).

Em um relato emocionado, Conceição nos apresenta a vinculação afetiva que ela estabeleceu com os que foram cuidados por ela em sua trajetória profissional e a dimensão dos laços que permaneceram até os dias atuais.

Considerando a sua trajetória na instituição, ela diz que:

Eu vivi muita coisa. Eu chorei com eles. Eu sorri com eles. E eu acho que uma coisa muito importante foi a história de um adolescente que surtou e eu tive que fazer o internamento várias vezes nos hospitais públicos que existiam na época. Quando ele fez 33 anos, ele estava comigo aqui nessa casa, ele sempre foi muito sociável, a angústia dele era a mãe e eu fui a campo atrás da mãe dele, fui parar no interior de Minas Gerais. Saí daqui porque era uma surpresa que eu queria fazer a ele no final de ano, fui com uma pessoa voluntária e levei fotos dele, levei toda a história dele e chegando na cidade, fui beber água em um bar e aproveitei e falei com o homem que estava me atendendo, mostrei a foto e disse: você conhece? Ele, "Meu Deus! Esse menino foi meu vizinho a vida toda, cadê ele?" eu disse: estou aqui procurando a família dele! O homem prontamente disse: "nós vamos agora, ele tem uma casa aqui, as tias, as irmãs estão aqui!". A mãe dele morreu um ano antes e morreu falando nele. Um ano da morte dela eu cheguei lá... Consegui encontrar irmãs, primos e tias e a casa que ele nasceu e que a mãe deixou pra ele. [...]. Hoje ele mora com uma irmã, está aposentado pelo INSS, ganha o saláriozinho dele. Todo dia treze de maio, no aniversário dele, ele liga pra mim (risos). Então uma das coisas que eu agradeço mais a Deus é eu ter encontrado a família dele, mesmo que tenha um irmão alcoólatra, ele estava vivendo com essa irmã, ele se mostra tão bem, ele encontrou o que ele queria, né? Quantas vezes eu internei João... Ele com angústia e saudade da família, e eu ia visitar. Ele já passou mais de meses internado, ele ficava muito comprometido e eu tinha horror, e tenho até hoje, a hospital psiquiátrico e eu ia visitar todos os dias de visita e ia para as reuniões de familiares. Aí conseguia ficar bem e depois voltava. Mas deu tudo certo, ele ficou aqui com a gente, o que eu ia fazer com esse rapaz? Hoje aos 47 anos, eu tenho 54, ele tem 47, eu encontrei a família ele tinha 33 anos. Essa é uma história de reinserção aos 33 anos, a idade de Cristo. Graças a Deus eu não encerrei as atividades sem saber com quem ele iria ficar. (Conceição).

A nossa entrevistada, lembrando da história de vida de alguns “meninos” que ela iniciou o acompanhamento na infância e/ou adolescência e que contato permaneceu mesmo com eles na fase adulta, ela nos apresentou um cenário de rupturas, reconstruções e uma dor compartilhada com ela, como é possível verificar abaixo:

É... Esses mais velhos não tiveram a felicidade de serem reinseridos na família, mas todos constituíram uma família, são excelentes pais, são pais-mães. Agora a dor, eu senti uma dor também muito horrível, eu estava na minha sala em uma terça-feira de tarde, ouvi meu nome aos gritos: “Conça! Conça! Socorro, me ajude!”, era um desses mais velhos entrando, porque o filho dele tinha sido assassinado quando estava chegando no trabalho e ele veio me pedir socorro. Porque ele disse que estava doendo tanto que ele não estava suportando e que ele queria que eu ajudasse de alguma maneira tirar o filho do hospital, que ainda estava vivo. Ele estava para levar para um hospital melhor, outro hospital público. Mas eu senti tanta dor, a dor dele era tão grande! Eu não senti dor porquê o filho dele morreu, eu conheci ele pequenininho e claro que eu não queria que ele tivesse morrido, mas ali, no enterro, em tudo que a gente providenciou fazer depois, a dor que eu estava sentindo era a dor em Carlinhos. Era a dor dele. Ele era tão bom pai! Ele se separou da mulher e ele criou os dois filhos dele. Ele vinha pra cá com os meninos gripado, com os meninos doentes, a gente providenciava pediatra. E ele padeiro, uma pessoa assim do bem, honesta que venceu e o filhinho partiu com dezesseis, dezessete anos. A dor dele foi tão enorme, ele amava o filho demais. Foi outra experiência horrível, ver a dor, ele vivo sentindo uma dor que eu não podia tirar. Ele vivendo uma coisa que eu já tinha vivido, assim, claro não era meu filho biológico, mas, é muito forte, não é? De qualquer forma a morte sempre nos leva a refletir sobre a vida, ficamos em um estágio diferente e superamos, mas mesmo pra mim que sou espírita, que acredito que a vida continua, é um momento que dá uma parada assim para refletir sobre o que é que estou fazendo aqui. (Conceição).

O trecho acima evidencia os seguintes aspectos: a entrevistada ver com pesar o fato dos “meninos mais velhos” os que foram acolhidos ainda no formato de “orfanato” não terem tido a oportunidade de serem reinseridos em uma família; A permanência dela no convívio com estes ex-acolhidos e ocupando um lugar de referência para eles; e, a dor sentida pelo pai que perdeu o filho, acarretou nela um sofrimento triplo, pela situação em si, pelo fato de se sentir frustrada por não ser possível que ela retirasse a dor que “o seu menino” estava sentindo e por fazer com que ela revivesse a dor que sentiu quando Yuri morreu assassinado. Neste momento, ela traz a dor do falecimento de Yuri dentro de um sentimento maternal.

No que tange às possíveis interferências da rotina profissional em sua vida, Conceição diz que:

Eu acho que eu estacionei em algumas coisas, mas não foi a presença do abrigo, são questões internas. Em outras coisas me ajudou demais! A minha capacidade de lidar com o outro, eu acho que me ajudou muito a minha maturidade, muito cedo eu comande o abrigo, com menos de vinte e cinco anos. Hoje a gente vê os jovens aí bem despreparados e eu sempre fui uma menina muito responsável, aliás meio *neuroticazinha*, porque eu era responsável demais, muito cedo. Mas eu acho que me ajudou e muito! Eu acho que eu não seria a pessoa que eu sou e a parte que eu gosto muito em mim é resultado do trabalho que eu desenvolvi! Eu precisei fazer terapia, preciso até hoje, tenho muita coisa para rever. Acho que profissionalmente eu poderia ter crescido mais, mas eu não consegui fazer isso, eu só via isso aqui [o abrigo] e eu podia ter me desenvolvido melhor. Já mais no final do processo, eu fui à Brasília, eu falei em uma reunião importante, eu poderia ter aparecido mais, para aprender mais e para trocar mais. Aparecer no sentido de ser até aproveitada profissionalmente, está numa situação financeira melhor, mas a minha timidez e minhas questões pessoais não me permitiram. Eu atuava aqui, mas na hora que dizia “você tem que falar”, eu tremia, falei algumas vezes na televisão. Eu fui começando a aparecer com o próprio movimento que o estado impôs aos abrigos, eu como responsável tinha que aparecer, então eu comecei a chamar atenção no meio jurídico, no meio dos setores de proteção à criança e ao adolescente pela forma como eu falava, pelo trabalho que eu desenvolvia, mas eu tive que me forçar para me colocar em uma situação de destaque. Então todo mundo me conhece como Conça, os juízes fazem referência, os promotores, muitas vezes eles autorizavam coisas confiando plenamente em mim. Então a gente saiu desse trabalho com muito respeito da parte dos juízes, promotores, defensores públicos, nós somos conhecidos por termos tentado fazer um trabalho realmente focado no bem da criança. (Conceição).

Por fim, o outro marcador de tempo que apresentaremos a seguir é o período de encerramento da trajetória de atuação no abrigo e o início de uma nova atividade laboral.

Na verdade eu já vinha há algum tempo me sentindo exausta, um problema de oscilação de pressão porque eu sempre fui hipertensa, com 26 anos eu tive um derrame, fiquei com meu lado direito paralisado de tanto stress que eu vivi, mas recuperei todo o movimento. [...] Aí com a morte de Yuri e com a doença de outros meninos, com a morte de outro menino. Meninos assim, com trinta e oito anos, com quarenta, mas que até hoje eu chamo de menino. Eu fui esgotando a minha parte psíquica, eu acho que eu tenho desgaste, eu tenho problema de memória porque os estresses é demais pela minha forma emocional de lidar com as coisas. Mesmo fazendo terapia, eu acabei me desgastando muito fisicamente. É engraçado que nunca houve nesses trinta e três anos, um dia que eu tenha acordado e tenha assim dito: ah! estou indisposta, não quero ir não! Pela felicidade de meu filho, nunca houve um dia, mesmo nesse período de exaustão, de desgaste físico, de oscilação de

pressão, eu não cansei do meu trabalho! Mas a minha força, ela chegou ao limite e eu estava preocupada com isso porque eu pensava: eu não vou ter coragem de parar, eu vou trabalhar até morrer, eu não vou ter coragem, eu não vou conseguir encerrar em vida o trabalho. (Conceição).

Dessa maneira, podemos inferir que a saída de Conceição do seu trabalho no abrigo ocorreu de fato por conta do também desgaste do diretor da instituição, Joaquim, que não estava com ânimo para enfrentar novas exigências advindas de mudanças nas diretrizes de funcionamento do serviço de acolhimento. Ou seja, uma mudança no macrossistema, que conduzia para uma nova estruturação nas estrutura física do abrigos, que precisariam adequar o local para acolher no mesmo espaço, crianças e adolescentes, meninos e meninas e também portadores de necessidades especiais, como cadeirantes por exemplo. A estrutura física e funcional do abrigo que Conceição trabalhava, era voltada para o atendimento apenas de crianças (meninos e meninas) e também não estava adequada a acolher uma pessoa que utilizasse a cadeira de rodas, devido a presença de escadas para a parte em que ficavam localizadas os quartos e sala de estar. Sobre essa circunstância, foi relatado que:

As coisas começaram a se complicar, assim, financeiramente. Eu procurei o Joaquim, que é o nosso presidente, eu disse: Joaquim, estou me sentindo exausta.

Eu não sei, eu não conseguia me ver parando o trabalho, mas fui ser honesta com ele, de que eu não estava aguentando mais o mesmo ritmo, estava com muito problema de saúde e ele disse: “Conça, as coisas estão se complicando, eu penso que chegou a hora da gente encerrar esse ciclo!”. Então na verdade Joaquim, já estava se decidindo a encerrar, pelas dificuldades materiais, pelas novas exigências absurdas de modificar aqui para um abrigo que não tem mais um perfil. Eu queria atender meninos e meninas, crianças de preferência, porque eu queria lutar pra dar nova oportunidade, mas tinha que pegar de 0 a 17 anos, menina e menino. Enfim, umas mudanças aconteceram e o trabalho ficaria muito mais caro para a instituição mantes e muito mais complicado, aí Joaquim disse: “não somos mais jovens para aguentar como nós já aguentamos na juventude, vamos encerrar!”. E aí eu comecei a trabalhar isso na terapia, já no finalzinho, porque eu fiquei meio *piradinha* assim, mas era uma coisa que eu precisava fazer, era me aposentar! A relação com os meninos continua, mas a rotina, a busca para preparar a vida desses meninos, para me preocupar com essas famílias, para brigar na justiça, com foco no que eu queria, no que eu acreditava como melhor para eles, não era capricho, mas era aquilo que nós acreditávamos que era o melhor para eles, o melhor para família, eu não tinha mais como fazer, eu com cinquenta e quatro anos não é tanto, mas eu comecei com dezoito anos a trabalhar com criança e a me envolver com os meninos, todos de área pobre. Eu fazia trabalho no final de semana de evangelização,

entendeu? Aí eu comecei a desenvolver um sentimento como se acabando o abrigo, eu tinha aquele sobressalto, eu pensava: “*xiii!* eu vou morrer a qualquer hora!”. Como se eu não tivesse mais o que fazer da vida, eu disse: “Meu Deus, eu tenho meu filho com dezenove anos, mas ele ainda precisa de mim!”. Mas me vinha a sensação de que eu tinha vindo para essa vida fazer isso e se eu tinha terminado... Eu fiquei com medo de morrer durante um bom tempo. Eu superei isso, mas isso me tocou e me preocupou e eu descobri na terapia que na verdade era como se minha vida sem o abrigo não tivesse mais uma utilidade. Aí Joaquim me chamou para coordenar o Centro de Cultura, ele disse: “Conça, tudo o que você gosta, família e criança!”. Mas assim, eu tenho o maior prazer de atender as famílias, estou fazendo as coisas aqui com muito carinho e tudo, mas o que foi vivido não tem como ser esquecido. (Conceição).

Por fim, em relação ao trabalho atual e uma projeção de futuro, Conceição diz que:

Hoje eu estou trabalhando porque eu preciso, mas eu gostaria de estar somente como voluntária. Porque eu sinto, por exemplo, eu estou com dor de cabeça aqui hoje o dia todo, mas quando eu chegar em casa e tomar banho, que eu deito, que eu vejo umas coisas minhas, minha cabeça passa. Eu agora tenho o final de semana para as minhas coisas. E Deus e a vida, que é muito maravilhosa, me presentearam com uma nova oportunidade de relacionamento. Assim, eu estou na minha casa, ele [o namorado] está na dele, meu filho presencia essa relação com muito gosto, se dão muito bem. Meu filho é muito *cabeça* (risos)! Então, eu viajo bastante finais de semana e eu tenho tido alguma dificuldade assim, não deu acordar e vim e começar meu trabalho, mas assim, eu nunca fui de pensar, ah hoje é domingo amanhã é dia de trabalho, nunca tive isso, eu nunca tive problema, tive enquanto estudante, mas no meu trabalho profissional eu nunca imaginei a segunda-feira chegar porque também eu não tinha segunda, domingo, era tudo misturado. Com Pedro que nasceu, meu filho biológico, eu passei a ter domingo e férias. E agora eu passei a pensar assim, mas eu acho que é cansaço mesmo. Eu acho que a gente precisa mesmo da aposentadoria e agora depois do que eu fiz eu não sei se vou fazer 80 anos trabalhando (risos). Ai eu digo a Deus: olha, eu quero viver até uns oitenta pelo menos, acabou a minha dívida! (Conceição).

Ou seja, o trabalho no abrigo foi um contexto de desenvolvimento para a nossa entrevistada, que a modificou enquanto pessoa, assim como ela também modificou este contexto. Assim como a sua atuação durante tantos anos foi encarada por ela como uma missão de vida, uma missão espiritual. Compartilhamos aqui de uma trajetória singular, que por si só, nos permitiria discutir todos os elementos, significados, impactos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, além

de permitir um quadro comparativo entre as realidades nesse contexto institucional em um período anterior e posterior ao ECA.

8.2 A Pessoa: Marina

Marina, 62 anos de idade, casada, mãe de quatro filhas com as idades de 28, 30, 32 e 35 anos, psicóloga, residente na cidade de Salvador/BA. Atualmente atua na área da psicologia clínica em um consultório particular.

A entrevistada atuou como membro da equipe técnica do abrigo por um período de oito anos. O motivo que gerou a saída deste serviço foi o encerramento das atividades da instituição. Vale informar que Marina trabalhou no mesmo abrigo coordenado por Conceição (ver caso 1). Ela tinha uma carga horária laboral de 20 horas semanal, contudo, esta carga horária era ultrapassada com uma certa frequência. A quantidade de crianças acompanhadas por ela, em suas palavras:

Era uma quantidade muito variável de crianças, porque o abrigo quando iniciei tinha a capacidade para quarenta crianças. Logo quando eu fui, eram muitas crianças, nessa época tinham realmente quarenta, chegou um tempo de ter quarenta e dois. Pois acontecia de uma criança está com tudo preparado pra sair, mas não saía e aí tinha que acolher mais outra ou mais duas e a gente ficava um pouco mais do que o limite. Depois, isso foi ficando mais reduzido para trinta e cinco, depois trinta crianças. Nos três últimos anos, quando já vinha com as novas regra de só terem vinte crianças, aí trabalhávamos com esta quantidade. Daí foi diminuindo até que fechou o abrigo e tínhamos apenas sete crianças que foram encaminhadas para outras instituições. (Marina).

Quando Marina aborda a diminuição na capacidade de atendimento, ela está se referindo às mudanças ocorridas nas orientações do ECA e nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que com base no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, implementou o reordenamento¹³, objetivando garantir um atendimento mais individualizado, regulamentou a capacidade de atendimento dos abrigos institucionais para 20 crianças e/ou adolescentes atendidos por equipe técnica.

¹³ Previsto como uma das diretrizes do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), aprovado em dezembro do ano de 2006, o reordenamento dos abrigos consiste em reorientar as instituições de acolhimento ao novo paradigma, proposto no próprio PNCFC, que passou a focar a família como centro das ações de abrigamento, entendido como medida de caráter provisório, e a conceber a criança e o adolescente como integrantes do seu contexto familiar e comunitário.

8.2.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.

As atividades desempenhadas por Marina no que se refere ao tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida foram trazidas por ela dentro de um conjunto de atribuições que ela tinha na instituição, a saber:

Lá no abrigo eu fazia um pouco de tudo da psicologia, atendia as famílias e as crianças quando chegavam, procurava conhecer o caso, fazia o acolhimento e a adaptação da criança. No início, havia algumas necessidades de atendimento, mas que nessa ocasião houve uma mudança no tipo de atividade desenvolvida no abrigo em que não era mais indicado o atendimento [no formato clínico] das crianças, a orientação era para o encaminhamento para o service na rede. [...] Quando eu cheguei, estava em plena transição, já não teria mais adolescentes, os que estavam, os últimos que estavam, foram encaminhados aos poucos e só iria trabalhar com a clientela ali de um ano até determinada idade. Então eu fazia o acolhimento, capacitação com as cuidadoras, atendia famílias, fazia documentos, seleção de candidatos para desempenhar alguma função no abrigo, capacitava também auxiliar de serviços gerais, pessoal da cozinha porque faziam parte do abrigo. Fazia um trabalho com o funcionário de um modo geral pra que as crianças tivessem um bem estar ali, um atendimento adequado naquele lugar. Todos precisavam conhecer os direitos da criança, o ECA estava sendo mais aplicado e estava naquela fase de criar outras leis complementares, então, todo mundo tinha que conhecer o Estatuto. Eu também fazia um trabalho com a família que estava adotando uma criança e também o acompanhamento com as famílias estrangeiras [adoção internacional] que era um processo diferente do que acontecia com as famílias brasileiras. Eu acompanhava a adaptação das crianças com as novas famílias [adoção] ou com as famílias anteriores [reinserção]. Participava de reuniões com os componentes da rede de atenção, com o Conselho Tutelar, com outros abrigos, na Defensoria Pública, nos Juizados, no Tribunal de Justiça. (Marina).

Em relação às visitas domiciliares, Marina afirmou que: “às vezes *participava, não sempre! Normalmente quem ia era a assistente social, mas quando fosse necessária minha presença, eu estava lá.*”. Assim, é evidenciado que as visitas domiciliares às famílias aconteciam, mas, na maioria das vezes, com a presença apenas da assistente social. Ela também apresentou dois pontos que indicam um aspecto facilitador e outro dificultador da visita domiciliar, a saber:

A instituição tinha carro e motorista e isso ajudava bastante, porque tem muitas instituições que os profissionais têm que ir de ônibus. Isto torna o trabalho muito mais demorado, porque você rodar pela cidade de ônibus, com tantas coisas para fazer, atrapalha muito. Contar com o motorista também era mais ou menos um elemento de segurança, porque as regiões eram as mais inóspitas possíveis. Cada lugar, meu Deus! Era cada “*pirambeira*” pra descer ou pra subir, matagal, casebre dentro do mato, era assim! Então ter um motorista, uma figura masculina que está ali junto, em regiões assim, é

uma segurança! A sorte é que nesses lugares, geralmente, o pessoal respeita muito uma equipe de serviço social. Tinha lugares muito perigosos, teve lugar que disseram: “saíam daqui porque vocês estão correndo perigo!”. E tinha que sair imediatamente! Conça mesmo já passou por isso, como ela dirige, tinha dias que o carro ficava na mão dela, ela quem ia fazer essas coisas, localizar a família, levava o menino para passar o final de semana com a família e em uma dessas visitas disseram: “saía daqui porque está tendo toque de recolher, você está correndo perigo!”. E era gente que passava usando drogas! Então era muito difícil e esse apoio era muito importante! (Marina).

Outro tipo de ação que era realizada com as famílias eram as reuniões realizadas junto aos familiares (família nuclear e/ou extensa) no abrigo, para discutir a situação da criança. Marina contextualiza esta ação da seguinte forma:

Fazíamos ações na tentativa de reinserir a criança na família. Geralmente em equipe chamávamos a família várias vezes para conversar, fazíamos reunião com a família pra tratar de assuntos do dia a dia da criança, da situação da família e das possibilidades da criança retornar para casa. (Marina).

De maneira a ilustrar estas ações referendadas acima, Marina nos traz um caso que retrata bem o acolhimento institucional da criança, a situação do contexto familiar e as dificuldades no processo de reinserção junto à família:

Nos últimos casos que estávamos tentando a reinserção, era com uma dessas famílias que eram completamente assim, sem um laço de amor, de afeto. Então era uma mãe que era usuária [de drogas], e assim, incorrigível, não aderiu ao tratamento, ela já tinha tido outros filhos que passaram pelo abrigo também. Antes dessa criança, ela teve outros dois filhos que ficaram acolhidos e outros que não chegaram a serem acolhidos porque as tias assumiram, mas era muita briga entre eles [a família]. A mãe tinha uma aparência de avó dessa criança, envelhecida, parecia que era a mais necessitada de cuidados, a mãe esquecia que tinha que cuidar dos filhos e queria toda a atenção para ela. Então tínhamos que convidar a família extensa para conversar. Estávamos vendo a hora de fechar o abrigo e ninguém tomar uma providência e sofríamos muito com a perspectiva da criança ser transferida para outro lugar, porque o menino já tinha sofrido muito e ele, era um desses casos que os outros filhos estavam juntos e morando com a família e ele não. Acho que ele já tinha completado 08 anos de idade e ele foi para lá pequenininho. Antes ele ia para o abrigo, quando outro irmão era acolhido. Ele já ia na barriga da mãe (risos), então quando ele nasceu, ia acompanhando a mãe na visita ao irmão e ele chorava muito. Era uma criança que sofria muito desde então, ela largava ele sem cuidados. Mas era uma família que víamos assim, depois de muita reunião, percebemos que a avó materna era o centro das atenções da família, então todos os filhos viviam para satisfazer as necessidades dessa avó. E esta avó chegou a tirar a mãe dessa criança do serviço que conseguimos, por duas vezes, para o tratamento das drogas. A avó tirava a filha do tratamento pra poder servir a ela nas atividades de casa e tinham confusões terríveis. Se uma irmã assumia uma das crianças, a mãe ia até a casa dessa irmã, fazia um drama, brigava ou queria que a irmã sustentasse a ela também e os cunhados não queriam

se envolver nessa história. A criança acabou sendo encaminhada para outra instituição. (Marina).

Marina retrata as reuniões realizadas com a família da criança como um contato importante para o processo de reinserção. Para a nossa entrevistada, nestes encontros era possível fazer um convite mais direto aos familiares da família extensa para que assumissem a responsabilidade no cuidado com a criança, o que poderia favorecer o retorno da criança para os seus. Contudo, chamou a nossa atenção o fato de, apesar de investir nessas tentativas com a família extensa, Marina apresentar algumas restrições a esta reinserção junto à família extensa, como podemos observar a seguir:

Muitas vezes chamávamos para a reunião porque tinham casos que a família extensa precisava tomar consciência do que iria acontecer. Não tinha aquela pessoa que era a responsável direta pela criança, muitos assumiam esse lugar. Se bem que eu não achava muito bom para a criança essa coisa dela ficar dentro de uma família como mais um agregado. Assim, era visto como sendo o filho de “fulana”, que geralmente era a “ovelha negra” da família e então aquele neto ou sobrinho não era acolhido como um filho. Ele estava ali porque era filho de alguém da família, mas ele não era importante. Eu achava em alguns casos que era melhor a adoção, porque nessas reuniões com a família, percebia que ele poderia ser tolerado na família, porque era filho de alguém dali, mas não era desejado. Também tinha uns familiares que nas reuniões diziam: “É meu neto, é meu sangue, eu quero porque quero, não vai para adoção!”. E nesses casos eu sentia a luta da família para ter aquela criança junto. Mas, infelizmente, em outros casos a criança era tolerada até um certo ponto, a família dizia assim: “tudo bem, mas se ele ficar aí quietinho, se ele não der muito trabalho!”, mas sempre tinha alguém que tinha um poder econômico maior na família e que começava a implicar, porque aquele menino dava trabalho, então era preterido. (Marina).

Somada ao acompanhamento direto à família, Marina afirmou que em equipe elas faziam um mapeamento da região onde a família morava. Elas, Marina, Conceição (caso 1) e Letícia (caso 3) levantavam os serviços e equipamentos disponíveis no entorno, principalmente para os atendimentos das demandas de creche, escola e saúde. A equipe técnica buscava identificar e formar parcerias com as redes internas do bairro com a finalidade de mapear os tipos de recursos que poderiam facilitar a reinserção da criança na família.

8.2.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.

Marina em sua fala ao abordar as questões que envolvem o acolhimento institucional de crianças e as dificuldades para conduzir uma proposta de reinserção familiar, ela nos traz certo nível de desconforto ao tocar no lugar que ocupa o profissional técnico. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

Ficamos naquele lugar terrível de definir a vida de uma criança. E o pior, não sei se você já percebeu em algum momento dessa pesquisa, hoje em dia está tendo a tendência da responsabilidade toda ficar com a equipe técnica. É a equipe técnica que vai decidir e os outros atores só vão dizer que sim ou que não. Você tem que ter a resposta pronta, você tem que assumir responsabilidade. Lorena, não sei se você lembra de um caso que a gente ficou, assim, encurralados para ter que assumir se acontecesse alguma coisa com uma das crianças. Eu tinha que assumir e me perguntava: como assim eu tenho que assumir sozinha? E as outras pessoas que são da equipe? E do outro lado, fora do abrigo, porque que ninguém assume nada? (Marina).

Neste momento chamamos a atenção para duas particularidades da fala de Mariana. Na primeira, destacamos que quando ela diz que “os outros atores só vão dizer sim ou não”, ela está abordando o funcionamento dos componentes jurídicos da rede, que não atuam no acompanhamento direto dos casos. A segunda particularidade se refere ao resgate de um caso que ela menciona e ao qual a autora desta tese teve acesso durante a pesquisa realizada anteriormente e que originou a sua dissertação de mestrado no ano de 2014. Este caso também nos foi relatado por Conceição em sua entrevista (Ver página 122) e se trata do processo de acolhimento institucional e de reinserção familiar de um grupo de seis irmãos.

Seguindo a entrevista, Marina se mostra favorável ao processo de reinserção da criança em uma família. Contudo, ela faz algumas ressalvas em relação ao contexto da família de origem desta criança, bem como dos tipos de relações e vinculações que são estabelecidas entre os membros da família de origem e a criança em acolhimento:

Eu penso que a reinserção é o ideal, mas no caso da família realmente ter condições para assumir uma criança. Quando se percebe que aquela família tem interesse e condições! Às vezes a família tem interesse e não tem condições e você vê que dificilmente ela vai ter condições. Nesses casos seria bem melhor para a criança que ela fosse adotada do que retornar nestas condições. Você percebe assim um futuro muito tenebroso para essas crianças, porque assim, o Estado está ali, mas ele vai aparecer na hora que acontecer uma tragédia. Vai aparecer muita gente para culpar, mas assim, os problemas da família continuavam ali. (Marina).

É possível observar no trecho acima, quase em um tom de denúncia, a omissão do Estado diante de uma decisão de reinserir, quando as condições do contexto e o

funcionamento do sistema familiar continuam com as mesmas vulnerabilidades e/ou situação de risco que geraram a execução da medida protetiva.

Tendo como base a sua experiência, Marina considerou que os processos de reinserções que foram bem sucedidos ocorriam em um menor número. Segundo ela, isso se dava, pois, além das dificuldades da própria família em sanar as questões que geraram o acolhimento institucional em um primeiro momento, ainda se tinha os casos de reabrigo da criança diante da própria vulnerabilidade do seu sistema familiar, como podemos observar a seguir:

As reinserções bem sucedidas eram mais exceções do que as regras, porque por mais que você preparasse a família e ela tentasse, acontecia alguma coisa. Você não podia dizer que uma criança não vai voltar para a casa de uma família que quer o seu filho, que se estruturou, que assumiu uma responsabilidade e estava cumprindo com o combinado que foi feito, levar na escola, vacinação, está sempre levando ao médico, acompanhar a vida da criança, levar para passeios de vez em quando... Mas aí acontece alguma coisa, você não tem como prever, aí chega nova vulnerabilidade, as vezes são as mesmas ou outras diferentes e a criança voltava [para o abrigo]. É você saber que aquela criança estava com uma família que não estava conseguindo, mas é a família que ele tem! Não é uma família que você acha que todo mundo teria direitos, não é uma família que você vive com tranquilidade e que você tem perspectiva de futuro. A criança vai ficar muito na rua e você percebe que a ameaça das drogas está sempre por perto, quando não está dentro de casa mesmo. (Marina).

Diante das incertezas que estavam diretamente vinculadas com os processos de acolhimento institucional da criança e de reinserção na família de origem, identificamos que a participante fazia um movimento que considerava o contexto de origem da criança como sendo parte de um sistema referencial, identificando alguns elementos de adaptação e resiliência na realidade de cada uma. Como ela afirma a seguir:

É a realidade dessas crianças e os outros irmãos estão ali também! Por que é que você vai tirar aquela criança, aquele filho que tinha vínculo com aquela mãe? Aquela mãe que batia, aquela mãe que maltratava até sem querer, mas maltratava e que ele amava mesmo assim! Ele queria voltar para aquela mãe e você não pode dizer que vai fazer tudo para que aquela mãe corresponda um pouco com a perspectiva da criança! Então eu trabalhava muito em cima disso, mas com o coração apertadinho torcendo pra que tudo desse certo. (Marina).

Assim, diante do que foi exposto acima, identificamos que Marina tem um olhar para a criança sem dissociá-la do seu sistema familiar. Em sua fala, ela também questiona a retirada de uma determinada criança do meio familiar por situações de negligência e/ou pobreza quando outras crianças/irmãos desta mesma família

permanecem dentro da mesma realidade, morando em suas casas. Ela tem uma atenção especial para a presença de vinculação afetiva entre os componentes do sistema familiar.

8.2.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.

O contexto em que o sistema familiar da criança acolhida está inserido para Marina, reflete problemáticas sociais que vêm de longa data e que, somadas às dificuldades relacionais da própria família, tornam difícil o manejo do contexto:

É difícil trabalhar essas famílias, porque é um problema bem antigo, bem lá das raízes. É a história da vida, dificuldades na educação doméstica, é a questão financeira, é a falta da moradia, falta de emprego, a desagregação. Não digo no sentido da crítica, querendo uma família ideal, mas assim, são famílias que não foram estruturadas, em que as crianças vão aparecendo da troca de parceiros, de uma forma que não é um amor que une, e sim, a necessidade, a displicência, uma relação ocasional. Tinha família assim que a mãe não tinha um descanso entre uma gravidez e outra, que eram muitas gestações e a situação cada vez pior, porque não havia um projeto de família, de crescimento. [...] Eu não sei se estou sendo preconceituosa assim, porque as vezes eu paro para pensar nesse ponto de vista meu que é de uma outra história de vida, de um outro caminho da minha família e da família que eu criei. Porque ali não se vê isso de criar uma família, realmente são membros que vão surgindo quase que por acaso. Quantas crianças que tem uma realidade assim, que é filho de um parceiro, os irmãos cada um de parceiro diferente e que a mulher nunca mais vê, que só foi parceiro naquele dia, naquela noite, naquela festa. Nossa Senhora! Agora me lembrei de várias famílias! Um caso mesmo de um menino que foi fruto de um estupro em uma festa, a mãe não sabe nem quem foi, ela tem uma vaga lembrança, estava *embreagada*, este foi o primeiro filho dela e os outros, ela tinha dois filhos do mesmo pai, depois mais dois, cada um de um parceiro diferente. E assim, a história dela foi mesmo uma história de abandono e de traição, a sua mãe também tinha abandonado os filhos com o pai porque fugiu com outro homem. As histórias das famílias são assim e não se conseguia perceber se haveria, em muitos casos, um lar para uma criança nessa reinserção. Claro que tinham reinserções assim, onde a criança voltou para a família e ficou, fazíamos visitas periódicas para acompanhar como é que estava e estava tudo bem, mas eram casos raros, eram exceções! (Marina).

Durante a entrevista com Marina, a nosso ver, torna-se evidente que ela tinha um olhar mais direcionado ao lugar que a criança ocupava no sistema familiar. Ela se detinha mais nas relações e interações que eram estabelecidas dentro do microsistema e também no meso- e exossistema. Essa perspectiva também pode ser observada na fala a seguir, quando ela descreve a família da criança abrigada:

A maioria era família carente! Carentes não somente pobres, economicamente, mas essas famílias eram muito carentes assim de afeto, as histórias da família eram de muita perda, muito falta de amor, muito falta de vínculo, era o que permeava essas famílias. Algumas tinham uma figura materna, poucas com uma figura paterna presente que dava uma sustentação, mas a grande maioria era filho de adolescentes, filho de ex-abrigado, abrigadas, usuários de drogas. Eram famílias completamente sem um elo, a gente não conseguia localizar avô, avó, tio, então era difícil fazer brotar amor, amor mesmo. Que dá aquele sentimento de proteger o filho, de querer resgatar. Mas as vezes a gente sentia que aquela luta não era uma coisa de afeto, de apego, era mais por o filho ser a única coisa que a pessoa tinha na vida e ela não queria perder aquilo para o Estado. Tinham mães que eram assim, que queriam o filho, mas não era por amor ao filho, era uma questão de egoísmo, de não querer se desfazer de um único bem que tinha. Não era visto como uma criança que é sua e que você não quer perder e que você tem amor e por isso vai superar aquela dificuldade e mudar de vida. Mas era algo que trazia a tona uma falta de sentimento de família mesmo, e que vinha lá de traz. Então aquela criança era realmente, ali na ponta, era uma vítima de outras vítimas. (Marina).

Provavelmente a ênfase que era dada às relações e vinculações estabelecidas na família, também é reflexo da área de atuação e do objeto de trabalho de um psicólogo. Também identificamos que os aspectos relacionados à avaliação das condições físicas da moradia e o acesso aos programas sociais estavam mais no rol de observação da assistente social e da coordenadora do abrigo. Neste sentido, Marina diz que:

Os profissionais muitas vezes chegam para fazer uma visita e já vão dizendo: “Ah! Isso aqui está errado, isso aqui está feio, isso aqui está sujo e etc.”. Mas eles não se interessam por saber o por quê que está assim ou o que pode ser feito com isso. E o trabalho que a gente fazia era bem por aí, se a gente achasse uma casa que não tinha porta, não tinha janela, que tinha perigo eminente de, por exemplo, a casa estava na ribanceira e ia cair, então a gente ia trabalhar nesse sentido, de buscar soluções. Quando não tinha o apoio dos órgãos e programas governamentais, o Centro assumia, desenvolvia um trabalho que conseguia entre os voluntários o material de construção, arranjava o que fosse necessário, até resolver a questão da casa e as vezes construía uma casa inteira e também mobiliava. Isto aconteceu em uma dessas inserções que a gente fez, eram não sei quantos filhos e para todos eles a mãe era a figura de referência. Então foi feita essa casa, a gente colocou os filhos de volta com a família, mas não foi tão tranquilo, acompanhamos por anos. E a casa estava acabada depois de alguns anos, mas os filhos estavam todos lá, juntos! (Marina).

Tendo como referencial as experiências advindas com o seu trabalho no abrigo e com as histórias que ela teve acesso, Marina considera que os elementos que facilitavam e os que dificultavam o processo de reinserção na família de origem, em suas palavras, eram:

Eu acho assim, o que facilitava era o diálogo, era ter acesso ao diálogo com a família e com a rede. O diálogo com rede, isto é muito importante, poder

contar com essa troca. E o que dificultava o processo, eu penso que eram as dificuldades da família e era também o nosso sistema. O sistema maior era perverso! As famílias ficavam muito perdidas, rodando, circulando de um local para outro. (Marina).

A instituição em que Marina trabalhou tinha uma ação ativa em realizar encaminhamentos para programas e benefícios sociais e também contava com um voluntariado participativo e que disponibilizava meios para minorar algumas das dificuldades das famílias, quando se tratava de construção/reforma de moradias e auxílios para o ingresso no mercado de trabalho ou na doação de materiais que pudessem propiciar uma geração de renda.

8.2.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância

Para abordar as relações estabelecidas por Marina nos contextos que envolvem a família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância, partiremos do seu nível de satisfação em relação à sua realidade de trabalho, a partir de uma visão panorâmica:

Eu não posso dizer que estava satisfeita, porque sentia muitas falhas, ouvia várias ordens, sentia que havia uma falta de respeito com o trabalho. Tinha uma dificuldade em relação ao trabalho com as crianças em si, para mim, tem coisas que ficam muito a desejar, pra o que eu penso que deva ser melhor para que a criança se desenvolva melhor. Mas, eu sei que o nosso abrigo se esforçava bastante para ser correto, inclusive lançamos muitas coisas que a gente não via nos outros lugares em relação ao pagamento dos funcionários e respeito às leis trabalhistas. A direção era muito rígida em relação a isso, tinha cobrança de relatório, os documentos eram feitos obedecendo os prazos estabelecidos, porque a preocupação era garantir que não houvesse nada que justificasse uma retaliação por parte dos outros órgãos e impedisse de repassar verbas e gerar dificuldades para alimentar as crianças. Cuidar das crianças era prioridade, então toda essa parte burocrática era muito cobrada, até para poder brigar, ter condições de se impor quando era necessário. Mas com relação às leis em si, não tinha como ficar satisfeita, eu via que aquela família poderia ser melhor trabalhada de uma outra forma, que era possível encaminhar para um trabalho para família ter renda suficiente para sustentar a criança e as vezes tínhamos que passar por cima de algumas coisas, porque se fosse realmente cumprir, aquela família realmente não teria condição de dar o que era previsto. Então a família tinha os pais que estavam desempregados, não tinha uma casa adequada pra morar, e eu cheguei a ter que segurar uma criança no abrigo quando tinham outros irmãos vivendo a mesma situação e estavam com a família. Isso era assim uma coisa terrível, você vê que tinha uma criança lá fora vivendo no meio familiar, mas porque houve uma denúncia apenas envolvendo uma criança, as outras irmãs continuavam vivendo sobre o mesmo teto com alguém que violentou, com uma mãe que usa drogas. Os outros irmãos estavam lá e ela não podia estar. (Marina).

Com este trecho acima, é possível elucidar algumas das vias e dos contornos que, comumente, envolvem a medida de acolhimento institucional de crianças em abrigos. De um lado, Marina nos apresenta uma instituição buscando seguir as normas e oferecer um melhor atendimento à criança; em outro ponto da via, se encontra uma família muitas vezes perdida em um emaranhado de dificuldades e conflitos; e, circundando toda a área, tem a rede de proteção que, por ser impulsionada por pessoas, acaba por não cumprir os seus objetivos como um todo, além de não conseguir sustentar um contato proativo com esses profissionais técnicos dos abrigos. Logo, as interações mesossistêmicas que envolviam o abrigo, a família e a rede de proteção, de acordo com Marina, eram constantes e por vezes geravam alguns conflitos de interesse e/ou entendimento.

Assim, de acordo com Marina, o seu trabalho no abrigo também foi marcado por mudanças ocorridas, tanto na forma de abordagem dos demais componentes da rede de atenção (mesossistema) quanto nas ocorridas devido às orientações técnicas que foram se atualizando (macrossistema). De forma a evidenciar estas mudanças, apresentamos o recorte a seguir:

A maneira como a criança chegava ao abrigo passou por diferentes fases. Teve fase em que a criança chegava sem muita preparação. O juizado decidia para onde a criança ia e tínhamos que ter a vaga para receber. Tinha outros momentos, principalmente em uma fase mais no final da minha atuação, em que o órgão competente, ligava e consultava, eles perguntavam: “Olha tem uma criança que está passando por isso, tem um quadro assim, você tem vaga? Você pode assumir?”. Eles já consultavam se teríamos como trabalhar, às vezes não poderíamos, mas eles forçavam um pouco e acabávamos aceitando. Uma vez eu aceitei uma criança de 07 meses de idade, fora do perfil do abrigo, me disseram pelo telefone que a criança tinha 09 meses e aí eu fiz a conta, faltava pouco para ela completar um ano. Depois, quando fui ver, a criança tinha bem menos, era bebê ainda, mas assim, se não vier para cá vai para onde? Quem é que vai assumir esse caso? Era uma criança que tinha sido violentada sexualmente, um bebê! Então assim, as vezes eles já adiantavam o caso, a gente já sabia, mas teve época que só chegava lá com a criança e a gente tinha que descobrir qual era a história anterior, quem era a família, onde é que estava a família. (Marina).

Dando seguimento neste ponto do relato, Marina menciona a forma como a criança era incluída na medida protetiva de acolhimento institucional, evidenciando que, apesar do abrigo ser contextualizado como espaço de maior complexidade, ele era visto como uma primeira opção de acolhimento. Esta inferência pode ser constatada no trecho a seguir:

Teve época que qualquer um componente da Rede acolhia uma criança. O Conselho acolhia, o Ministério Público acolhia, o Juizado acolhia e todo mundo encaminhava as crianças para o abrigo. Então tinha uns que chegavam sem nada, sem história, porque foi encontrado na rua, sozinho no carnaval. Outros tinham uma história que chegava dita em relatório e aí tinha algo para partirmos na busca por mais informações, buscar outras respostas, outras perguntas e geralmente começávamos por buscar a família. Acolhíamos a criança, buscava fazer com que ela aceitasse aquilo ali, as vezes ela nem sabia para onde estava indo. Quando sabíamos com um pouco de antecedência, preparávamos os que já estavam na casa, reunia para que eles recebessem bem. Assim, quando a nova criança chegava, encontrava um sorriso de outra criança que a estava recebendo, era apresentada a todos eles, à equipe e conhecia quem ia cuidar dela. Geralmente a cuidadora daquele dia que ela chegou ficava como referência para ela, tinha um apego maior por aquela pessoa. Depois da chegada, eu ia olhar os documentos, para poder ver o que se podia fazer e qual era o caminho que eu tinha possibilidade de seguir naquele caso. Tinha uns bem difíceis, a gente ficava rodando, rodando, procurando a família, procurando uma pista, a equipe geralmente abraçava junto e ia, tinha uma assistente social então, que a gente chama ela de detetive porque ela investigava, saía buscando as pistas, sei que ela fez coisas assim interessantes. Do nada, a criança não tinha referência de nada e assim ela saía com o carro, de ônibus e ia buscando informações na região, até encontrar alguma informação. (Marina).

Para a nossa entrevistada, era um desafio localizar a família e, também, trabalhar com estes familiares, pois eles tinham resistência à conversa com uma psicóloga:

Muitas vezes era um desafio trabalhar com essas famílias. Lembro que teve uma dessas mães, ela tinha pavor de psicóloga, ela me detestava, não queria de forma alguma falar comigo, ela falava até com a assistente social ou com a coordenadora. Acho que ela tinha trauma de psicólogo, lá de outras tentativas. [...] Era muito difícil me aproximar, ela fazia de conta que não estava ali, às vezes ela até se aproximava um pouco e eu a deixava à vontade. E às vezes ela vinha, falava coisas, perguntava alguma coisa, mas assim, não se colocava disponível para um trabalho profissional. Então, era bem complicado mexer nessas feridas, tinha que ter muito cuidado, eu tinha que defender a criança, meu papel era muito com a criança, mas nesse aspecto às vezes eu tentava estabelecer um laço. Para ajudar nesse trabalho, da família perceber aquela criança e trabalhar um pouco com eles. Às vezes a gente caminhava juntos, falava com as mães o que era que precisava ser ajustado, o que podia ser melhorado para trabalhar junto ao filho e para estar com seu filho de volta. Orientava quanto a importância de se fazer esse trabalho pessoal, de cuidar dela, mas muitas vezes era muita resistência. (Marina).

Como já é de conhecimento, muitas dessas famílias já passaram por outras modalidades interventivas, como por exemplo, os CAPS, o que pode ter distorcido o significado do acompanhamento realizado por um profissional da psicologia. Outro aspecto das ações junto à família era o acompanhamento realizado após a reinserção da criança. Marina diz que:

A gente se propunha a acompanhar mesmo a criança no retorno à família. Antes a gente mesmo estipulou o prazo de seis meses para acompanhar essa família, depois a lei veio com essa determinação também. Só que em alguns casos o abrigo ficava acompanhando por um ano ou um ano e meio. Até hoje tem gente que vai lá recorrer ao abrigo, atrás do abrigo em busca de orientação. Ficou como uma referência para algumas famílias, para qualquer ocasião de uma necessidade maior de recorrer. As vezes eu até conseguia cestas básicas, alguma coisa, dinheiro para comprar um botijão de gás. Quantos botijões de gás o abrigo já assumiu para poder proteger a criança e garantir o alimento, para que não fizessem fogão de lenha dentro de casa e pegar fogo, como já aconteceu! (Marina).

Nos relatos de Marina, quando ela aborda as questões que envolvem o retorno da criança para a sua casa, observamos que para ela o processo de reinserção da criança na família de origem envolve duas dificuldades: o trabalho junto à família e a atuação dos demais mecanismos da Rede. Veja a seguir:

Eu ficava com muita desconfiança de alguns membros do Conselho e tudo mais, do CRAS, CREAS, eles não apostavam muito nas famílias, era uma opinião minha. Por isso eu fico sempre ponderando pra ver se eu não estou sendo também preconceituosa nesse sentido com as famílias. Mas, eu via muito eles vendo a situação e decretava que a família era incompetente para cuidar daquela criança, daquele caso ou de qualquer criança. Então eles não faziam um trabalho de base pra transformar a família, tentar fazer com que essa família encontrasse um outro caminho. (Marina).

Contudo, se por um lado ela identificou uma descrença na família de origem por parte de alguns elementos da Rede que atuam diretamente com este grupo, por outro lado, tinham as decisões do juizado que devolviam uma criança à família sem permitir um diálogo maior junto aos profissionais técnicos que não estavam favoráveis a esta decisão. A cerca disto, Marina afirmou que não se tinha garantias nas reinserções e que isto gerava muito angústia para ela e toda a equipe:

Devolver uma criança era muito difícil! Teve um menino mesmo que foi devolvido, em uma época em que a autoridade máxima era o juiz, então ele decidiu sem ouvir ninguém que o menino voltaria para a mãe. Nessas ocasiões era muito mais difícil de lidar, mas tínhamos que cumprir a determinação e liberar a criança para ir embora. Era terrível, porque eu sabia que tinha como trabalhar mais um pouco, não estava na hora de sair, era possível fazer mais alguma coisa por aquela família, por aquela criança para poder garantir um pouco mais. Porque ele [o Juíz] trabalhava só com a realidade do acontecido, não com o desejo da criança e da família. Então quando, tinha que cumprir a lei devolvendo a criança, porque tínhamos feito até onde foi possível e não poderíamos segurar mais, ficava um mal-estar interno. Ficávamos na perspectiva de que a qualquer momento a criança poderia voltar. E voltavam! Cada retorno era muito mais difícil para a criança, era muito mais sofrimento, mais revolta e, assim, o futuro daquela criança estava cada vez mais comprometido. (Marina).

Diante do exposto, também é possível identificar alguns efeitos dos processos de reinserção mal sucedidos, quando a criança era mais uma vez retirada da família, potencializando o sentimento de revolta e uma descrença em relação ao futuro. Também é possível identificar o impacto gerado na profissional técnica neste tipo de situação, que gerava frustração, uma descrença em relação à operacionalização do sistema e uma angústia diante da possibilidade da criança ser mais uma vez reabrigada.

A partir da própria experiência, Marina identifica mudanças ocorridas no sistema de proteção à infância e adolescência que incidem diretamente nos processos de reinserção familiar. De acordo com ela,

Teve muita evolução e é uma trajetória bem longa! Uma mudança de paradigma importante! Mas eu fiquei muito aflita com a última mudança. Por que foi o que motivou encerrar as atividades do abrigo, até por conta de não acreditar no que estava vindo por aí, nesse novo modelo. Não tinha como segurar esse processo evolutivo, pois, pode ser que dê certo, possa ser que esteja enganado. Eu não concordei com as novas orientações, na época eu achava que era complicado, até por conta da estrutura do abrigo que eu conheço, que é a referência que eu tenho. Se você for fazer entrevista com outros profissionais, com outros tipos de abrigo da rede, você vai perceber as dificuldades. Porque assim, lá era um abrigo que não trabalhava sozinho, existia o Centro [Centro Espírita] que era o responsável mesmo, quem assumia os custos, que dava proteção e isso tinha um lado positivo e um lado negativo. Mas a gente tinha esse suporte da direção do centro e a maioria dos abrigos não tem, eles tem uma coordenação que é quem responde por tudo, quem arca com tudo, quem tem que contratar profissionais e que tem que trabalhar para poder garantir os custos para cuidar das crianças, dos seus funcionários. E a gente não tinha este lado do trabalho, esta preocupação. (Marina).

Neste momento cabe informar que, no trecho acima, quando Marina menciona uma nova mudança nas orientações que soou como um motivo a mais para a direção do Centro optar por encerrar as atividades do abrigo, ela está se referindo a uma relação com o macrossistema, uma atualização das orientações técnicas entre meados do ano de 2015 e início de 2016. As orientações que norteiam o funcionamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes indicaram que, para potencializar o exercício da convivência com a diversidade, as instituições devem acolher simultaneamente ambos os sexos, grupos de irmãos, crianças e adolescentes com ou sem deficiência e necessidades específicas. Logo, as instituições que trabalhavam com um determinado perfil (como era o caso do abrigo em que Marina trabalhava) precisariam readaptar as instalações e o funcionamento interno para atender às novas determinações.

O abrigo que Marina atuava, atendia somente crianças de ambos os sexos e a estrutura física da casa não possuía acessibilidade para portadores de cadeira de rodas, principalmente nos banheiros e salas e no acesso para o segundo pavimento da casa, onde se localizavam os dormitórios, banheiros para banho e sala de TV. Tanto a equipe técnica quanto o diretor do Centro concluíram que aquele abrigo não possuía mais recursos humanos e materiais para custear uma nova reestruturação e, neste cenário, a instituição encerrou as atividades.

8.2.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória

A entrevistada, quando foi contratada para integrar a equipe técnica do abrigo, já tinha um tempo maior de atuação na área da psicologia, com experiência na área clínica, somado à experiência no atendimento de vítimas de violência por um período de sete anos. No entanto, não possuía um desejo inicial em atuar no serviço de acolhimento de crianças e também não contava com uma experiência nesta área específica.

Em relação à forma como se deu a entrada de Marina neste serviço de acolhimento, ela nos conta que:

Eu não fiz uma escolha, do tipo, vou trabalhar em um abrigo ou quero trabalhar com criança de acolhimento. Mas, eu trabalhava no Centro Espírita, no setor que funcionava o Centro de Atendimento a Vítimas de Violência, que era um programa do Governo na época, funcionou por sete anos e, devido às dificuldades nas renovações deste Programa, o presidente do Centro, Joaquim, decidiu não renovar o convênio porque ficou uns cinco meses numa pendência com relação a pagamento, a renovação do convênio e a equipe técnica presa lá. Por um tempo eu ainda fiquei sem receber. Concluímos em 2008, pois não deixaria as vítimas revitimadas. Depois disso, continuei como voluntária no Centro e um dia, a psicóloga que era do abrigo há 12 anos, pediu demissão. Meu marido, que também é trabalhador/voluntário do Centro, perguntou se eu queria esta vaga. Como eu estava sem perspectiva de outro emprego, estava sem salário já tinha um tempo... Então, não contei duas vezes, aceitei. E pensei: “vou aprender o que é que é isso, como é que faz!”. Porque apesar de trabalhar lá no Centro, eu não conhecia a realidade interna do abrigo, como era que a parte técnica trabalhava. Fiquei um tempo com a psicóloga, ela me passando como era o trabalho e depois dei continuidade. (Marina).

Paralelo às suas atividades no abrigo, Marina continuava desempenhando o voluntariado em outro setor do Centro Espírita e, depois de certo tempo, também passou a atuar como psicóloga clínica em um consultório particular.

Marina concluiu o ensino superior em psicologia no ano de 1980, no início da sua atuação, ela chegou a iniciar, em momentos distintos, duas especializações, em psicologia hospitalar e em neuropsicologia, mas não concluiu. As capacitações direcionadas à área de atuação em serviço de acolhimento que a entrevistada participou, foram as ofertadas pela Rede. Ela conta que:

Capacitação a gente fazia bastante, mas especialização não. Mas eles geralmente tinham essa preocupação de oferecer, não o abrigo, a Rede. A Rede sempre fazia seminários, oficinas, coisas assim para atualizar. Era necessidade realmente, todo mundo sentia, mas era muito difícil porque às vezes tinham abrigos que não aceitava muito, tinha uns abrigos bem retrógrados, que queria trabalhar naquele modelo do *código de menores*, as crianças eram do abrigo e não eram crianças do mundo. (Marina).

O diferencial obtido nesta entrevista é o fato de Marina não se prender a exemplos detalhados de casos, mas priorizar as suas percepções e sentimentos diante de um todo, soando como um desabafo, quando ela diz:

Quero falar da minha trajetória, até porque ficou assim meio engasgado. Eu tenho que falar! Posso falar por mim, da minha trajetória, do meu sentimento ali naquele momento de decisão e de como ficou depois de certo tempo. Vivi momentos diferentes! Porque antes tinha decisão que eu não ficava sentindo o peso todo em minhas costas, porque podia dialogar com o juiz, promotores... Teve um tempo que não, não podia dar palpites, apenas acatava o que vinha de fora, a decisão da Córte, vamos dizer assim. Depois passou a ter uma discussão com o pessoal do outro lado, com o juiz, com a promotora, com os defensores públicos. A gente conversava e chegava a uma conclusão juntos. Mas, mesmo assim, era algo que apesar da gente ter assinatura de todos no papel, o peso ficava com a equipe técnica da instituição. É claro que a equipe tinha que contribuir com sua informação do que foi vivido, do que ajudou, as tentativas que fizemos, os erros também, mas tinha que olhar o processo todo e dividir junto com a equipe. Mas era da equipe técnica o peso da responsabilização do que acontecesse depois com as crianças. Já as famílias eram perdoadas, vamos dizer assim, quando não conseguiam, mas o peso, juridicamente falando, ficava com a equipe técnica, não é justo! (Marina).

De forma a complementar a fala acima, a participante diz que a sensação que ela tinha em relação à expectativa que os outros componentes da rede depositavam em seu trabalho era que ela: *“tinha que ter uma resposta correta para tudo, tinha que ter a solução que vai transformar e vai fazer com que aquela criança seja feliz no lar. Foi difícil, não sei como é que está agora.”* (Marina).

Refletindo sobre o impacto do seu trabalho na vida das crianças que acompanhou, Marina se questiona quanto ao que foi possível passar de valores e orientações para elas, como uma tentativa de prevê um futuro para esses meninos e

meninas. Na passagem a seguir, a entrevistada compartilha conosco este ponto de reflexão e uma história de dois irmãos que permanecem presentes em seus pensamentos.

Eu fico pensando como que será isso lá na frente. O que é que a gente conseguiu passar para esses meninos. Será que vai ajudar para que eles se tornem família? Outro dia eu fiquei feliz da vida com dois meninos, irmãos gêmeos, que saíram de lá do abrigo, cheguei lá no espaço, que agora funciona um Centro de Cultura, na semana passada, e eles estavam lá! Volta e meia penso nesses dois irmãos! Penso assim: será que esses meninos ainda estão vivos? Porque depois de um tempo que eles saíram do abrigo, se envolveram na marginalidade, roubaram, traficaram, usaram drogas. Eles devem ter uns vinte e poucos anos, eles saíram de lá um tempo depois que eu entrei, eles tinham 14 ou 15 anos de idade e voltaram para a família. E eu fiquei lá por 8 anos. E assim quando eles aparecem eu fico tão contente, por que eles estão se mantendo vivos (risos), eu fico falando: meninos vocês ainda estão aqui! Aí eles me abraçam e vem falar comigo. Eu pergunto o que eles estão fazendo e aí eles, sempre quando voltavam, e eu ainda estava no abrigo, contavam cada “história cabeluda” do que eles faziam. E agora que eu saí do abrigo, já tinha um tempão que eu não os via. Eu ficava pensando: meu Deus será que esses meninos ainda estão vivos? (Marina).

Um aspecto que merece destaque é esta preocupação que Marina tinha em poder contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento das crianças, inclusive, permitindo que elas tivessem acesso a outros valores e formas de viver no mundo que possibilitassem que elas ressignificassem os referenciais de família e assim, quem sabe, interrompessem a repetição de modelos desvinculados ou violentos de sistema familiar. Também chamou a nossa atenção, o vínculo que Marina criou com estes dois irmãos (citados no trecho acima) que, mesmo depois do tempo que eles haviam saído da instituição e diante das escolhas de vida que eles fizeram, ela permanecia preocupada e interessada na vida deles. Sem falar da perspectiva desses dois irmãos, que mesmo adultos e envolvidos diretamente em atividades ilícitas, quase uma década depois da saída, ainda mantinham uma referência e o vínculo com o abrigo e se sentiam acolhidos naquele local.

A experiência de trabalho de Marina iniciou em um momento em que a instituição estava redirecionando o seu perfil para o atendimento exclusivo de crianças. Contudo, ela ainda chegou a acompanhar alguns adolescentes que estavam acolhidos, como os irmãos mencionados acima. Ela também pensa nesses ex-acolhidos que ela acompanhou diretamente ou que conheceu nas visitas que eles faziam à instituição e durante os momentos de encontros e apoios que vieram desta

vinculação deles com a instituição e, principalmente, com a coordenadora Conceição (Caso 1). Veja a seguir:

Pensando nesses homens que já tiveram filhos, casaram, que apresentaram dificuldades financeiras, mas assim, conseguiram construir suas famílias ajustadas, com laços de família mesmo. Eu percebia muito no relato deles que muitos sentiam uma angústia terrível por não terem uma referência de família, foram abandonados muito cedo. Conça ia atrás da família deles, mesmo quando não era obrigada pela Lei. Ela sempre ia para acalmar um pouco o coração deles e poder dizer: “sua mãe mora ali, seu pai mora ali, você pode encontrar!”. Às vezes eles não queriam saber da família, porque tinham sofrido tanto que, realmente, eles queriam só saber onde estavam, mas não queriam manter contato. Outros foram atrás da família quando saíram, muitos morreram pelos caminhos. Mas assim, tem muita gente que sinto um prazer em ver, mesmo com tudo aquilo que passaram, eles tiveram a oportunidade de fazer a família deles e eu fico feliz. (Marina).

Como é possível perceber nesses relatos, a vida das crianças e dos adolescentes que Marina acompanhou, continham muitos episódios de rupturas e sofrimentos, que também eram sentidos por ela. No momento da entrevista, quando ela se referia a reinserção na família de origem ela também trazia a iminência do reabrigamento. E este ir e vir de crianças no serviço de acolhimento era sentido como um pesar, a respeito disto ela nos conta que:

Tivemos algumas crianças que iam e voltavam e cada vez que vinham, era muito mais rebeldia e muito mais sofrido. A marca da dor do abandono cada vez mais forte! E acho que gera uma insegurança muito grande, insegurança nas pessoas, insegurança na vida, insegurança em tudo. (Marina).

Diante de tantas histórias sofridas que Marina acompanhou, ela acredita que as interações mesossistêmicas com o contexto familiar dos acolhidos, que faziam parte do seu trabalho no abrigo, repercutiu muito na forma como ela passou a encarar a própria vida. Em suas palavras:

Apesar de ter convivido com muitas pessoas de baixa renda perto da minha família, ver esse lado do sofrimento de famílias com crianças que são afastadas, isso com certeza fez uma mudança muito grande na minha forma de ver a vida, de ver o mundo. Me trouxe uma mudança de visão das coisas, de avaliar o outro, de procurar estar no lugar daquela mãe, daquela criança. De perceber como sente uma criança que você chega lá e a vê ser deixada. É terrível! Vai todo mundo embora e aquela criança fica lá! Meu Deus, como é que isso se passa na cabeça da criança? O que aquela criança sente quando vê todo mundo indo embora? Nossa Senhora! Eu pensava em meus filhos, que se acontecesse alguma coisa, por que ninguém está livre de acontecer algo na vida, como é que seria. (Marina).

Aqui, registramos que o sentimento de empatia que Marina desenvolveu junto às crianças e a situação delas como um todo, também foi sendo inserida em sua vida pessoal. As crianças frequentavam a casa de Marina, compartilhavam de momentos

da família, brincavam com as suas filhas. Ela afirmou que as suas filhas e o seu marido adoravam receber a visita das crianças no final de semana e nas festas de final de ano, a presença de alguma criança do abrigo já era aguardada, como consta na fala a seguir:

Minha família sempre ficava: “quem você vai trazer esse ano?” As meninas adoravam quando levava as crianças para ficar com a gente. Mas, quando as minhas filhas começaram a sair de casa, acabei não levando mais com tanta frequência, porque também não tinha muita coisa para oferecer de atrativo. Eu achava melhor eles irem pra outros lugares com os voluntários que era muito mais animado, porque quando as meninas estavam em casa era uma folia. (Marina).

Marina vivenciou momentos de inter-relações entre o seu micro-, meso- e exossistema e o micro-, meso- e exossistema das crianças, sem falar da interferência direta que o macrossistema exercia no seu dia a dia de trabalho. Ao passo que foram as alterações ocorridas em um nível macrossistêmico, com novas orientações e exigências para o serviço de acolhimento, que impulsionaram o encerramento das atividades no abrigo e também, impulsionaram a sua decisão pessoal de fechar o seu ciclo de trabalho nesta área. A seguir, Marina relata estas alterações e a finalização do serviço:

O encerramento da minha trajetória no abrigo foi assim um parto! Foi bem difícil! O primeiro momento aconteceu em uma reunião de atualização, organizada pela parte jurídica da rede, para tratar de novas mudanças. Quer dizer, não eram nem novas, pois eram mudanças que a gente já tinha se adaptado, lá no abrigo a gente fazia as coisas antecipadas! Então quando a gente recebeu esse manual novo de regras para ser implantado e nessa reunião ficou definido que teríamos de trabalhar, eu não sei de onde tiraram isso, com todas faixas etárias, fiquei pensando em como seria isso neste momento. [...] A coisa vem de cima para baixo, ninguém consulta para saber se você tem condição de assumir todas as faixas etárias em seu abrigo, se o seu abrigo está preparado para isso. E quando começaram a trazer uma coisa que não estava escrito ali nas Orientações Técnicas, eu disse: “não estou vendo isso aqui, não tem isso escrito em lugar nenhum!”. Eles estavam se aproveitando da linguagem, como fazem com a lei e querendo impor, dizendo: “você não vão poder trabalhar como vocês querem, vocês têm que trabalhar como a gente quer! Vocês vão ter que ter crianças de 01 até 17 anos de idade e todos os gêneros!”. [...] Eu pensei que isso não ia dar certo e nesse dia, tive a certeza que o abrigo iria fechar. [...] Nesse dia eu saí dessa reunião com a certeza de que não iria continuar as atividades no abrigo, só não sabia quando. E aí se trabalhou o resto desse ano e do outro ano em cima disso. E aí, na realidade do dia a dia, começou a trazer os prós e os contra à manutenção do abrigo e, a gente quanto mais eles [o Juizado] falavam no prós, a gente entendia que as complicações eram maiores, a gente tinha uma estrutura e não era possível mudar para esse outro jeito. Foram muitas discussões com as autoridades, ninguém queria que fechasse o abrigo e eles querendo fazer concessões. Mas eu achei que para mim já estava de bom tamanho, decidi que não continuaria trabalhando para o abrigo desse outro jeito, nem nesse nem em outro, e afirmei que se aqui não vai continuar eu não vou trabalhar em outro abrigo. Coloquei desse jeito, porque

eu não acreditava que ia dar certo, mas quando os meninos foram saindo de lá... Foi difícil! Porque comecei a perceber que eu não estaria mais lá, nem a equipe, nem as cuidadoras. Foi difícil para as cuidadoras, porque muitas foram embora, porque tinham que ser dispensadas. Assim começou a parte ruim, a parte emocional de lidar com essas questões, pois a parte profissional já tinha sido percebida com antecedência, mas a parte de lidar com o fechamento, foi difícil! Ainda tive que levar dois meninos para outro abrigo, porque foram casos que não estava ainda resolvidos, não tinha decisões, e com o fechamento tive que levar, eu nunca tinha feito isso, levar duas crianças pequenininhas e entregar para outra instituição, isso aí foi o mais difícil para mim! Nesse momento eu achei que pra mim, não só para o abrigo em si, mas para mim, para o meu trabalho, a história parava por ali, porque eu não ia procurar outro emprego em outra instituição. Então encerrei a carreira ali, sentindo muito com a questão das crianças, desse trabalho em si e das cuidadoras. Eu sabia que continuaria voluntária no Centro, mas aquele momento foi difícil ver os meninos saírem de lá, ver esse trabalho com a família ser interrompido, uns ficaram com a própria família, outros com uma família tipo hospedeira, que iam ficar até que a criança pudesse ir para outra casa. (Marina).

Diante de tais colocações, é importante considerar a forma como Marina percebeu e experienciou este momento em que a sua trajetória profissional em serviço de acolhimento foi encerrada. A nossa participante percebia esta última etapa como um momento intenso de mudança em sua vida e as últimas interações mesossistêmicas que foram estabelecidas entre ela e a equipe técnica, entre ela e as cuidadoras, entre ela e a Rede, entre ela e as famílias, entre ela e as crianças que foram reinseridas e entre ela e as duas últimas crianças que foram entregues por ela para uma outra instituição, geraram um impacto significativo que encerrou qualquer possibilidade de retorno a esta realidade de trabalho, modificando inclusive o funcionamento das suas estruturas microsistêmicas.

A experiência profissional de Marina, até o momento desta entrevista, foi reafirmada por ela como marcante em sua trajetória de vida pessoal, profissional e uma experiência única, que não se repetirá em outra instituição. Em suas palavras:

Foi um trabalho que eu gostei muito de fazer, eu não pensei que eu ia gostar tanto, quando eu fui chamada. Fui mais porque eu estava precisando de um emprego com salário, mas não pensei que eu fosse me identificar muito ali. Exerci o meu trabalho com amor mesmo, me dediquei a fazer esse trabalho com essas crianças, eu procurei dar minha contribuição, não só profissional, mas também pessoal em todos os casos possíveis. Teve alguns casos que não era possível de se trabalhar, foram muitas perdas, assim, de criança que entravam em um dia e saíam no outro, e não dava tempo de se ter informações daquela criança. Mas eu gostei muito de estar lá!. Eu achava que não tinha feito muita coisa, pois não conseguia fazer o que a gente gostaria. Agora, acho que a gente fez muito, mas dentro das possibilidades. Se a gente ficasse só no profissional não fazia não, o trabalho exige um pouco além disso, porque estávamos trabalhando com crianças que foram abandonadas, que passaram por um trauma, por situações horríveis da vida.

Não tinha como ser muito cética não, trabalhava com vida, com dores!
(Marina).

A trajetória de Marina como profissional técnica de uma instituição de acolhimento no formato de abrigo foi considerada por ela como uma experiência de vida muito significativa, que lhe trouxe uma nova forma de perceber o mundo e também muitos desafios enquanto profissional de psicologia. Atuar diretamente com crianças abrigadas e com as suas famílias de origem, para a nossa entrevistada, era um exercício constante de separação do seu contexto de vida para o contexto de vida daquela pessoas. Marina se mantinha vigilante para que o seu referencial de sistema familiar, com organização e fronteiras definidas, onde cada membro tinha um lugar a ser ocupado e cabia aos pais o cuidado e responsabilidade com os filhos, não contaminasse o seu julgamento em relação ao sistema familiar de cada criança.

8.3 A Pessoa: Letícia

Letícia, no momento da entrevista estava com 31 anos de idade, solteira, residente na cidade de Salvador/BA, graduou-se em Serviço Social no ano de 2012 e possui especialização em Serviço Social com Ênfase em Saúde e Programa da Saúde da Família, concluída também no ano de 2012.

Iniciou a sua atividade no serviço de acolhimento institucional no ano de 2011, na condição de voluntária e acompanhava a rotina de trabalho da assistente social, no acompanhamento das crianças e suas famílias. Permaneceu como voluntária por dois anos e alguns meses, quando surgiu a possibilidade de substituir a assistente social da instituição. Letícia, nesse período já estava graduada em serviço social e foi aprovada no processo seletivo para o preenchimento da vaga, passando a compor o quadro da equipe técnica, juntamente com Conceição (caso 1) e Marina (caso 2), por mais 03 anos e 08 meses.

Em relação ao número de crianças que ela acompanhava no abrigo, ela nos conta que:

Inicialmente eram 40 crianças acolhidas, mas tinham as que foram reinseridas e que fazíamos o acompanhamento, aí eram bem mais de 40 crianças, porque o acompanhamento também das que saíram também era tenso. Era bem sistemático, a gente não poderia simplesmente reinserir a criança e não acompanhar e a medida que mais crianças eram reinseridas, também aumentava as que estavam abrigadas, naturalmente outras entravam e sempre o fluxo era grande. (Letícia).

Somando ao tempo de trabalho voluntário e de contrato, ela atuou por seis anos nesta instituição. A sua saída do abrigo ocorreu devido ao encerramento das atividades da instituição. Enquanto funcionária, cumpria uma carga horária de trabalho de 30 horas/semanal.

8.3.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.

As ações desenvolvidas por Letícia, desde a chegada da criança no abrigo, eram direcionadas para a análise das condições do contexto imediato (casa e estrutura familiar), também o levantamento das problemáticas psicossociais desta família e efetivar os encaminhamentos para serviços e programas sociais que se fizessem necessário, também tinha o acompanhamento familiar através de visitas domiciliares, as reuniões realizadas no abrigo e o acompanhamento das crianças em suas rotinas diárias e escolar.

Em suas ações, ela também participava do momento de acolhida da criança no abrigo, que ocorria da seguinte maneira:

Inicialmente a gente conversava, era uma conversa com a psicóloga, com a pedagoga, comigo, mas cada uma tinha o seu momento de conversar com a criança, de conhecê-la, [...] Todos os casos eram vistos como uma questão individual e assim, eu trabalhava muito com escuta da criança. (Letícia).

Ela também acrescenta que:

Quando era oportuno eu levava as crianças para as visitas com as famílias. Toda semana eu fazia visita domiciliar às famílias das crianças para ver a questão mesmo da reaproximação, se tinha condições de receber e tudo mais. Fazia o acompanhamento social e depois descrevia, participava das audiências no juizado da infância, ia também para capacitação do Ministério Público, no juizado ou também por outros órgãos que promoviam. (Letícia).

As visitas domiciliares realizadas era um componente importante do trabalho de Letícia e identificamos que possuíam três finalidades: primeira, para a identificação, levantamento de dados e análise do contexto familiar; segunda, acompanhamento e aproximações com vias à reinserção da criança; terceira, acompanhamento após a reinserção familiar da criança. No trecho a seguir teremos uma descrição dessas visitas bem como as suas finalidades:

Eu fazia um roteiro semanal de visitas, mas não eram todas as crianças que eu poderia visitar a família, porque algumas a gente não encontrava, outras crianças estavam em processo de destituição e, naturalmente, seria concluído o processo e iria para adoção. Mas as crianças, quando chegavam, a gente primeiro procurava saber da família, procurava todos os endereços, levantava o que poderia ser feito com relação a família, fazia um plano de ação e aplicava. Eu fazia as visitas todas as quintas-feiras, para verificar quais os familiares que poderiam receber a criança, se ainda tinha mãe ou pai vivos, eu fazia todo um levantamento, um diagnóstico para verificar as condições de retorno ou não. Até porque a gente tem um tempo, um período para a criança ficar acolhida, o período máximo é de dois anos e, mensalmente, senão semanalmente, fazia relatórios, como eram várias crianças, um número considerável de criança, pois também acompanhava as que já tinham retornado para casa, por um período até maior que seis meses. O período de acompanhamento estabelecido pelas norma era de seis meses, a gente acompanhava um ano ou mais e tem até casos de famílias que vinham a mais de três anos, até cinco anos, e que ainda tinham o abrigo como referência, ainda nos procurava quando acontecia alguma situação, buscava orientação e sempre retornava ao abrigo. (Letícia).

Letícia era quem ficava a frente das visitas domiciliares e, podemos considerar, que o seu olhar diante do contexto de vida apresentado pela família, era um norteador das ações que estariam presentes no plano de ação. Ou seja, era ela, quem, constantemente, entrava em contato direto com as fronteiras das família e com os diversos níveis do sistema familiar e social. Com a sua atuação *in loco*, ela configurava para aquelas pessoa uma representante institucional validada e as suas considerações poderiam trazer a criança para casa ou afastá-la de vez.

Assim, de maneira a efetivar um acompanhamento focado no fortalecimento daquela família, de forma a instrumentalizá-los para que a reinserção fosse possível, Letícia trabalhava em conjunto com a equipe técnica com ações direcionadas, veja a seguir:

Nas intervenções tinha a visita, a escuta, eu levava a família também no CRAS, no CREAS, facilitávamos a questão também do deslocamento deles, porque eles diziam que não iriam porque não tinham dinheiro para o transporte. Então, pegávamos a família na casa deles e levávamos no órgão que era preciso. A gente fazia toda a ligação com a rede e aí retornava com a família, escrevia também nos programas de habitação, tirava documentação, tinha muita gente sem documentação e sem documentos não se tem acesso a quase nada do que se tem direito. E se tinha algum programa de capacitação ali naquela localidade que ele mora, para especialização mesmo da mão de obra de trabalho, a gente escrevia. (Letícia).

Logo, como podemos perceber, as ações de Letícia seguiam em formato inter e multidisciplinar e também intersetorial. Outro aspecto importante advindo com os contatos junto ao contexto imediato da criança, era a busca e tentativa de inclusão de componentes da família extensa no processo de reinserção. De acordo com Letícia,

Também entrava em contato com outros parentes que poderiam ajudar, mas aqueles que eles permitiam que tivéssemos acesso. Mas buscávamos até aqueles que sabíamos da existência. Mas era uma relação assim estremeçada, tentávamos aproximar, tentávamos criar meios mesmo de subsistência pra que eles pudessem se organizar. (Letícia).

Diante do exposto, identificamos que as ações desempenhadas por esta participante, com vista ao acompanhamento das famílias e a reinserção familiar de crianças, nos casos em que se mostravam possíveis, eram constantes e também indicavam um posicionamento da própria instituição em investir na família e nas possibilidades de modificações e adaptações do contexto da casa e das relações.

8.3.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar

Durante a entrevista, ao abordar as questões referente ao acolhimento de crianças e a possibilidade de reinserção na família de origem, Letícia afirma que, para o profissional “*é uma responsabilidade de acompanhar e é complicado ver tudo por fora.*”. Ao pensar nas crianças que foram reinseridas em suas famílias de origem e acompanhadas por ela, temos a seguinte perspectiva:

Alguns casos eu ainda fico, assim, um pouco preocupada. Preocupada até pela questão da fragilidade da família, não é por ter acontecido uma vez, mas tem casos de pessoas que não lidam bem com a questão da falta de oportunidades, da superação de alguns obstáculos que podem surgir. Por isso mesmo que era feito o acompanhamento, quando a gente percebia a família já poderia se desenvolver sozinha, a gente começava aos poucos a se afastar. Mas eu penso que algumas reinserções, por conta da falta de organização e da fragilidade da família, eram muito complicadas. Teve até alguns casos que a gente sugeriu que a família fizesse acompanhamento psicossocial e acompanhamento com psicólogo, porque não era só questão de recursos materiais, eram questões também emocionais e por essas questões emocionais eles se desestruturavam. Eles precisavam de alguém que desse o direcionamento, é uma reinserção assistida, depois que a gente reinsere e passa a fazer o acompanhamento, a família também passa a ser acompanhada pelo CRAS e o CREAS até o momento que a pessoa pode seguir sozinha. (Letícia).

Em relação aos motivos atenuantes do acolhimento, ela nos traz que muitas vezes constava o abandono como o motivo principal para se efetivar o acolhimento da criança e isso, ao seu ver:

[...] Esse motivo abandono, eu acho assim muito delicado colocar isso como motivo de acolhimento, porque às vezes tinha familiar que morava ao lado e

aí o abandono não era só dos pais. A justiça tem um olhar muito protetivo com a família consanguínea, eu penso que deveria ser mais incentivada a procura dos familiares da família extensa, porque também é a família. A família é vista como primordial, tem toda uma prioridade, a gente sabe que é prioridade, mas não pode ser somente a nuclear, tem a extensa, consanguínea que também é prioridade, então a procura deveria ser maior por qualquer pessoa que tivesse um parentesco próximo. Hoje a lei garante isso, uma criança não deve ser colocada em uma família substituta se ainda houver uma possibilidade de reinserção na família seja nuclear ou extensa, então eu acho que deveria ter um olhar bem maior em relação a essa família extensa. (Letícia).

A participante compartilha do pensamento de que uma criança pertence a uma família como um todo e que, devido a esta pertença, é importante que a família extensa seja acionada ainda na fase inicial do acolhimento, para que se manifeste o quanto antes a responsabilidade no cuidado junto à criança. Contudo, Letícia quando pensa sobre a reinserção na família de origem, ela também considera a possibilidade de se ocorrer uma revitimização ou um novo abandono da criança:

Do ponto de vista profissional eu penso que a reinserção na família consanguínea não deveria assim ser tão levada ao patamar que é, porque tem essa questão mesmo dos familiares que não querem se responsabilizar, mas que ficam com o sentimento de pena e vai pegar aquela criança só por pena e não vai dar aquele cuidado necessário que a criança precisa ter. Eu penso que o olhar para família ele é muito assim, protetivo pelas leis que estão sendo regulamentada hoje. Não é que eu seja a favor da adoção, mas eu acho que deveria se pensar mais nessa possibilidade, porque tem muitos casos, que os pais não têm condições de receber a criança e que a família também vai aceitar só por pena. Nesta condição, que tipo de cuidado essa criança vai ter? Já teve mesmo caso em que a criança já estava prestes a ser adotada, mas aí a avó resolveu ficar com a criança novamente e depois de um tempo ela entregou novamente para o abrigo. Esta avó já tinha feito isso em um outro momento e mesmo assim a justiça foi e inseriu junto com ela, pois a mãe estava perto da avó novamente e disse que iria cuidar junto, mas esta mãe se afastou novamente e a avó foi e colocou mais uma vez o menino no abrigo e ele não foi adotado. A justiça deu a prioridade para essa avó! A família não quer que o sobrinho, o neto vá pra adoção, não quero meu neto vá pra adoção, mas por uma questão mesmo deles, de não sentir culpa e não pela criança. Eu acho que a culpa que eles sentem é maior do que a possibilidade de ver essa criança ser adotada, de ir para outro lar e ser feliz! Hoje eu acompanho casos de adoção que deram super certo e tem algumas destas famílias que falam comigo até hoje, manda foto e fazem isso porque a criança também fazia referência a gente. É um apego também pelo profissional, até pelo cuidado, a criança quando ela encontra o cuidado ela gosta, ela se apega, e assim, eu acho que o olhar pra família ainda é muito priorizado, não deveria ser tanto. (Letícia).

Neste âmbito, podemos inferir que o que Letícia está discutindo é o descompasso existente entre o tempo que a criança pode aguardar inserida em um serviço de acolhimento institucional e o tempo que a família leva para se organizar ou até mesmo para efetivar os vínculos que impliquem em cuidados parentais:

O olhar muito priorizado para a família compromete a possibilidade de adoção, porque se tem uma criança que está no abrigo há dois anos, o processo de adoção já pode estar quase concluído, a criança já está sendo visitada por pessoas que querem adotar. Aí surge o pai, uma mãe, uma tia que não vai se doar para a criança mas que interrompe o processo de adoção, e a criança fica lá. Vamos supor um caso em que tem quatro anos que a criança está lá abrigada e faz dois anos que não recebe visita de nenhum familiar, se no fim destes dois anos um familiar aparecer para solicitar visita, reinicia a busca pela possibilidade de reinserção junto a este familiar e nisso vai passando o tempo, a criança vai crescendo dentro da instituição e isso não é justo com a criança. Não é justo! O adulto sabe se cuidar, sabe também porque que ele não está indo ali, naquele determinado local, visitar, tirar uma hora do seu dia para estar com a criança. As instituições não proibem visitas em horário nenhum, se os pais não tiverem condições mesmo de ir no meio da semana, eles podem ir no final de semana, é só conversar com a responsável pela instituição e fica alguém acompanhando, assistindo aquela visita. Mas eles [a família] não fazem isso! (Letícia).

Para Letícia, o processo de reinserção na família de origem não pode comprometer a possibilidade de que a criança consiga ser inserida em uma família adotiva, como ela justifica a seguir:

Se o processo de adoção estiver em tramitação, já sendo visitada pela outra família, uma criança que já começa a criar vínculo com outras pessoas, ter expectativas, e surge um familiar, interrompe tudo isso. [...] A família tem um olhar muito voltado para ela! A?? é muito assim colocada A família tem que ter prioridade, mas é colocada em um lugar mais elevado do que deveria. Deveria ser bem analisado cada caso! [...] Lá no abrigo em que eu trabalhava, quando sugeríamos mesmo a colocação em uma família substituta [adoção], já tínhamos explorado todas as possibilidades, procurado tio, tia, avô, avó, primo, e eles diziam que não tinham condições de assumir. Diante disso já colocávamos para ele esta possibilidade e dizíamos: "ele vai para adoção, já tem esse determinado tempo, a gente não encontrou meio de reinserir e vocês não dispõem de condições.". Então a criança vai para a adoção, não é porque não queremos priorizar a família, mas ali é um lugar provisório de medida protetiva, não é para criança passar ali a vida dela toda e sair como 18 anos. Mas mesmo a família sendo buscada durante um bom tempo e já ter sido indicado a inclusão para adoção, no momento em que de fato a criança será adotada, a família se coloca no meio e barra tudo. Eu acho isso uma questão horrível com a criança! (Letícia).

Esta é uma questão complexa, pois a análise que decorre da avaliação de cada caso, implicitamente, parte de uma delicada escolha quanto a que tipo de convivência familiar será buscada para essa criança: o retorno à família de origem ou a inserção em uma família adotiva.

O componente tempo é crucial, visto que um descompasso no tempo que é ofertado à família de origem (seja ela nuclear ou extensa) pode sucumbir o tempo da criança. Associada a este dilema têm-se ainda a dificuldade da equipe técnica em

fazer valer as suas impressões de cada caso diante do juizado, como consta na explicitação a seguir:

Para a criança é muito difícil não ser reinserida, porque a gente consegue entender todos os fatores, mas algumas crianças não! Eu acho que eles ficam se sentindo excluídos e desanimados. Tinha um menino em especial que ele era bem triste na instituição que eu trabalhava. Ele era muito triste porque todo mundo saía e ele já tinha alguns anos lá e ainda não tinha sido adotado porque o pai dele ainda era vivo e não fazia visita à criança, mas ele ia no juizado e falava com o juiz. Ele não visitava o filho, mas de vez em quando ele, por conta própria, ia ao juizado e por isso que o processo nunca era concluído. E a gente colocava em relatório que o menino nunca recebeu visita de familiares, mas não era o suficiente. O menino ficava assim esperando, era uma tristeza muito grande no olhar dele e quando surgiu pra ele a possibilidade de ser adotado, ele mudou completamente, voltou a ficar alegre! Logo quando ele chegou no abrigo, ele era uma criança alegre, mas aos poucos ele foi perdendo a alegria, porque outras crianças foram saindo e ele foi ficando, e aí ele perdeu a alegria, ficou desmotivado na escola e ele não ficou com aquele comportamento agressivo lá [no abrigo] porque ele não era uma criança agressiva, mas ele tinha todos os fatores para ser. Eu ficava muito incomodada com aquilo, porque o pai dele sempre tinha prioridade e ele não. Por mais que a gente colocasse nos relatórios ao juiz a situação dele e um parecer da psicóloga abordando esse tempo de espera, isso não era considerado. Eu percebi que não foi colocado no peso correto. (Letícia).

O abrigo, para a criança que permanece, passa a ser o principal contexto de desenvolvimento, e ao mesmo tempo em que garante um espaço de proteção, ele modifica as interações e vinculações, tanto no nível das estruturas do micro-, meso-, exo- e macrosistema quanto no funcionamento dos seus subsistemas que são confrontados e alterados ao longo do tempo (cronossistema).

8.3.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.

Identificar o contexto da criança no que compreende a estrutura da casa e do sistema familiar, buscando estratégias que desvelasse a história de vida da criança e propiciasse a sua reinserção na família de origem, nuclear ou extensa, era uma atribuição de Letícia. Neste sentido ela afirma ter se colocado disponível para o suporte que fosse necessário, contudo, ressalta que “*tem que ter condições favoráveis!*”. Ela caracteriza as famílias dessas crianças da seguinte maneira:

São famílias que não tiveram oportunidades, mas não era somente por isso, porque eram também irresponsáveis. Eu penso que a falta de oportunidade

era um fator, mas a falta de responsabilidade, eu acho que isto era um fator que mais pesava, tinha muita gente irresponsável, que não se colocava no lugar que era deles. Ficava lá esperando do outro, do governo, do abrigo. Eu via que era muito assim, questão de falta de responsabilidade, eu via casos que era muita negligência. Pessoas que deixavam a cargo do abrigo, tinham crianças que tinham famílias que os pais queriam buscar, mas toda vez que a gente chamava para essa conversa mais séria, para puxar mesmo para a realidade, eles inventavam assim uma questão: “poxa ela está tão bem aqui, quando voltar lá não tem uma escola legal, eu não tenho com quem deixar...”. E aí percebíamos que era a questão mesmo da responsabilidade, porque uma pessoa que tem um sentido de responsabilidade e sabe que aquela responsabilidade é sua, ela vai criar meios para arcar com aquilo. Mas não, eles eram assim muito despreocupados com a situação deles mesmo e das crianças. (Letícia).

Como pode ser visto, era uma situação dual, ao mesmo tempo que Letícia trabalhava junto à família na tentativa de reinserir a criança, a sua realidade de trabalho fazia com que ela percebesse que boa parte daquelas famílias não se implicavam no processo e para além disso, faltava interesse em assumir as responsabilidades. Ao ponto da família colocar o abrigo como o melhor lugar para a criança ficar.

Ou seja, o que Letícia denomina por irresponsabilidade também pode apontar para uma fragmentação dos vínculos. Baseada em nossa experiência, bem como, nos relatos de pesquisas, compreendemos que muitas dessas famílias se encontram em um alto nível de vulnerabilidade em múltiplos aspectos, que repercutem diretamente em sua forma de gerir a própria vida e dos seus dependentes. As fronteiras nessas famílias são flúidas e, por conta disso, as interferências externas das instituições são facilmente identificadas como um poder maior. De forma a ilustrar esta questão, apresentaremos a seguir um caso que foi acompanhado pela nossa entrevistada:

Teve um caso em que tinham vários familiares morando próximos, era uma avenida de casas de pessoas da mesma família Este caso foi mais complicado porque ninguém queria se responsabilizar, a criança foi parar no abrigo e quando íamos nas visitas para encontrar a família e tudo mais, não conseguíamos. Levou um tempo muito grande para conseguir contato, porque eu ia até a região onde a criança residia e todos da rua ficavam mudos. Eu perguntava sempre pela irmã dele que não tinha emprego fixo, não tinha também endereço fixo, mas que um dia eu havia encontrado ela ali naquela localidade. A mãe estava, assim, em uma vida desorganizada, desestruturada e ficava também nas ruas e eu nunca encontrava esta família. Depois eu fiquei sabendo que aquela avenida toda de casas era de parentes, mas quando eu havia perguntado para eles, a resposta era sempre: “não, não sei não, não vi!”. E ninguém falava! Eu me identificava, porque quando a gente tem dados assim, a pessoa fica até meio receosa com a minha presença. Eu me identificava, mas mesmo assim era uma dificuldade muito grande, até de encontrar familiares por conta mesmo da resistência deles, da falta de responsabilização, eles não se sentiam obrigados a receber aquela criança novamente. Mas quando a criança nos acompanhava e eles viam a

criança, viam que tava bem, aí beijava, abraçava, mas só naquele momento, depois voltava para aquela faltava de responsabilidade. (Letícia).

Desse relato, podemos inferir que a família extensa reconhecia a criança como um membro, mas estavam fragmentadas e, provavelmente, com dificuldades para gerir os próprios conflitos, e com isso, resistiam em reconhecer a própria responsabilidade na situação daquela criança.

Todavia, o contra ponto do tipo de situação apontada acima e que era, na visão de Letícia, um facilitador do processo de reinserção, era quando a família, independente da sua situação socioeconômica, assumia a responsabilidade pela criança:

O que facilitava o processo era quando a família queria a criança de volta e a família se organizava, eu acho que vai muito da responsabilização deles, quando eles se colocavam mesmo no processo eles queriam resolver a situação. Queriam receber a criança de volta, entendiam que ela estava ali acolhida, mas que foi uma questão isolada, foi por uma situação mesmo de risco que aconteceu ali, pontual e que não ocorre sempre. Quando a família quer, ela se organiza, procura emprego! A gente sabe que emprego hoje não está fácil, lá mesmo na instituição a gente encaminhava as famílias que a gente via que tinham condições para trabalhar. Para facilitar, a gente até dava uma carta de encaminhamento pro SIM e para o SINE, eu ligava para lá, tentava falar com o coordenador e informar que a gente estava encaminhando uma família. Em outros casos a gente acionava os voluntários do Centro, é uma instituição grande, tinham muitos voluntários com empresas e que tinham uma possibilidade de reinserir essa pessoa no mercado de trabalho. Às vezes por si só as famílias buscavam meios de subsistência, iam ser vendedor ambulante de qualquer coisa, colocava alguma coisa para vender em casa, tentava se organizar. A gente encaminhava para o auxílio aluguel, ele ia pra dentro de uma casa, a instituição se organizava para ajudar com os móveis, tudo vindo de doação. E, assim eu percebia, que eles se organizavam, era só uma questão de querer, de se responsabilizar por aquela situação da criança. (Letícia).

Fica implícito na fala de Letícia, que as condições do contexto das crianças eram pautadas na situação de vulnerabilidade socioeconômica potencializada pela pobreza, com a presença de fatores de risco como uso de drogas, violência e negligência. No entanto, a característica do contexto que lhe era fundamental era os componentes de funcionamento do sistema, pautados em uma vinculação afetiva e com os subsistemas parental, conjugal e fraterno dentro de um funcionamento regular.

A assistente social acrescenta que, *“às vezes uma situação isolada levava a criança para o abrigo, e aí a família se desestruturava toda, o pai perde o emprego, a moradia e quando promovíamos meios para que a família se organizasse, ela se responsabilizava e conseguia”*. Ou seja, a condição material do contexto tem uma

influência considerável, mas se houver o desejo da família, seja ela nuclear ou extensa, em assumir a responsabilidade enquanto figura parental, o processo de reinserção da criança seguiria com maior fluidez.

Abaixo, Letícia nos apresenta um caso em que as condições do contexto eram desfavoráveis à reinserção mas a vinculação familiar estava presente:

Teve um caso que foi gerado pela questão falta de oportunidade e organização. A mãe era usuária de substâncias psicoativas e o pai estava desempregado, o abrigo encaminhou ela pra uma casa de reabilitação, ela fez todo o tratamento. Conversei com a assistente social da unidade e no período de internação, a gente levava as crianças para visitá-la e era aquele amor, aquela aproximação. Ela concluiu o período do tratamento, retornou para casa, as crianças foram reinseridas, matriculadas, a mãe recebia benefícios sociais e o marido dela que ainda estava desempregado, começou a trabalhar como ambulante. Eles se organizaram, a casa foi cedida por outro familiar dele, eles se organizaram e a família foi reunida novamente. Deu muito certo e eu acompanhei eles por um tempo! (Letícia).

O contexto de reinserção apresentado acima reflete o acolhimento de crianças que trazem em sua trajetória de vida o impacto da negligência, do desemprego e da dependência química materna. Mas, é evidente o investimento da equipe técnica nesta família. Encaminhar para tratamento/reabilitação, cadastrar em programas sociais, intermediar uma entrevista de emprego, já é uma prática dos profissionais técnicos. Contudo, intermediar os tempos da mãe em tratamento e o das crianças em acolhimento, oportunizando momentos de encontros que permitiram que os vínculos continuassem fortalecidos e impulsionando um resgate familiar, isso sim, é fruto da sensibilidade da pessoa para além da função profissional.

Porém, as ações efetivadas junto a família não garantem uma reinserção bem sucedida, mesmo nos casos em que ocorre uma captação de recursos materiais para uma adequação mínima do contexto, de forma a proporcionar um pouco de conforto e segurança para a criança e, conseqüentemente, o seu sistema familiar.

Neste âmbito, Letícia também resgatou um caso de seis irmãos que foram acolhidos no abrigo. Consideramos que este foi um caso emblemático para as três componentes da equipe técnica, visto que este mesmo caso também foi relatado, neste estudo, por Conceição e Marina (ver caso 1 e caso 2), como uma reinserção que alcançou a retirada das crianças do abrigo, mas que não sanou as questões iniciais, desencadeadoras da inserção desses irmãos na medida protetiva, e que

gerou preocupação para as três profissionais. Agora, traremos nas palavras de Letícia a sua visão deste caso:

Um processo de reinserção que marcou muito e que não considero bem sucedido, foi o caso de seis irmãos que foram acolhidos e reinseridos. A família recebeu todo suporte, a mãe conseguiu emprego, a instituição conseguiu auxílio aluguel, a mãe foi morar em um espaço melhor, mas ela ainda não estava organizada espiritualmente, mentalmente, eu acho que era uma desorganização mesmo dela e ela passava isso para as crianças. A casa foi totalmente montada, inicialmente a gente reinseriu com o pai, mas não deu certo, que também era usuário de substâncias psicoativas, ele fez tratamento, entrou até para um igreja evangélica. A igreja tem também essa questão do tratar o vício, mas não deu certo. A gente retirou as crianças daquela situação de perigo e o pai também acabou admitindo que não tinha condições de cuidar dos filhos. Depois disso a gente tentou com a mãe, as crianças foram reinseridas, até hoje eles estão com a mãe, apesar de ter uma questão de desemprego e da moradia. A mãe saiu da casa alugada, retornou para casa onde as crianças foram acolhidas inicialmente, uma casa que já tinha até pegado fogo. Eles estavam todos sozinhos e aí foram acolhidos, quando estavam morando nessa casa, ela não tinha frequência no emprego, ficava trocando de emprego e teve até um que era um salário que dava pra viver. Ela era manicure, dava pra viver desta profissão, tinha o salário mais a comissão, mas, como ela não tinha compromisso com nada na vida nem com os filhos, ela saiu do emprego, a gente já tinha mais de um ano fazendo acompanhamento. Aí ela retornou para essa casa inicial e as crianças foram com ela, mas é uma reinserção que até hoje me preocupa, porque eu ainda percebo que tem um risco ali. (Letícia).

Olhando o que foi aqui brevemente narrado podemos notar que o processo de reinserção de uma criança em sua família de origem envolve diferentes vertentes, entendimentos e tempos (da criança, da família e da instituição), o que aumenta consideravelmente a sua complexidade e o impacto na vida de todos aqueles estão diretamente relacionados.

À vista disso, concordamos com Letícia quando ela defende o posicionamento de que não se é possível simplificar este processo como se fosse apenas um retorno de uma criança ao ambiente que lhe é familiar. De forma a sustentar esta afirmativa, seguimos com a complementação do pensamento da nossa participante em relação ao caso supracitado:

Por mais que a gente tivesse empregado todos os esforços, tentando tudo que era possível para garantir, pelo menos, uma pequena qualidade de vida que fosse melhor para as crianças, a mãe continuava sem compromisso com os filhos, ela não tinha compromisso com nada, era uma pessoa que vivia a vida dela independente dos filhos, como se ela não os tivessem. Ela achava que ela não tem que ter aquela responsabilidade com eles, deixando os maiores cuidando dos menores, sem nenhuma alimentação, sem nada em casa. Isso mudou um pouco, mas ela ainda não caiu mesmo em si diante dessa responsabilização e essa situação ainda me preocupa, apesar de não

estar mais acompanhando, as crianças estão com ela (a mãe), mas é aquela relação, assim, entre coleguinhas, porque ela não se coloca no papel de mãe. (Letícia).

A reinserção desses seis irmãos soa como um drama que foi compartilhado entre as profissionais que atuaram diretamente e vivenciaram da angústia de reinserir crianças em um contexto de negligência e risco.

8.3.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância

Com o objetivo de oferecer uma melhor qualidade de atendimento às crianças que estavam acolhidas, bem como garantir a convivência familiar, Letícia nos conta que a família também era acolhida pela instituição e que se buscava uma aproximação constante entre o abrigo e a família, como se pode inferir a partir do relato abaixo:

A escuta com a família era diária. Todos os dias, se chegasse família para visitar, eu escutava todas as vezes, porque sempre tinha algo que se pudesse acrescentar, uma questãozinha assim a colocar. E, nesse abrigo em particular, as famílias eram muito bem acolhidas, não é porque eu era a assistente social de lá não, mas a gente fazia um acolhimento legal, construía uma relação com as famílias e tudo mais. Inicialmente eles chegavam muito na defensiva e nos diziam: *“Porque você tirou o meu filho?”*, mas depois, quando tinha a conversa, o acolhimento, eles já se desarmavam. (Letícia).

Todavia, Letícia reafirma que, mesmo contando com um espaço de acolhimento na instituição, o processo de reinserção envolvia dois elementos dificultadores que estavam para além do abrigo: a falta de responsabilização por parte da família e falhas na rede de assistência. Para ela, a rede de assistência falha para essas famílias em muitos sentidos, justificando que:

Porque no Brasil criam-se projetos sociais acho que diariamente. É uma coisa assim tão comum! Criam-se os projetos sociais, implanta aqui, implanta ali, move milhões e não funciona como deveria! Eu acho que funciona em parte, em algumas localidades, mas não todas, o programa mesmo de habitação é assim, ele é criterioso, e realmente tem que ter critérios, mas eu acompanhei famílias que estavam há 10 anos esperando, em situação mesmo de risco, morando em um barraco de papelão e não conseguiu há 10 anos! A rede de assistência social com relação a habitação não funciona. Inicialmente os abrigos podiam indicar aquelas famílias cujo principal motivo do afastamento da criança era a falta de habitação, do acolhimento. (Letícia).

Ou seja, a medida protetiva que gera o acolhimento de crianças e adolescentes arrasta consigo realidades complexas de sistemas familiares e fragilidades em pontos da rede, que em alguns casos, pode incorrer em uma condição de violência sobreposta.

A atuação do Conselho Tutelar também é ponderada pela nossa entrevistada como um elemento da Rede que precisa ser melhor gerido, principalmente, pela forma em que ele é formado. Ela diz que:

A questão religiosa era muito forte no Conselho Tutelar. Os membros de algumas igrejas se candidatavam para conselheiros e todos daquela comunidade votavam e a pessoa entrava. E aí já vem a questão assim, do meu ponto de vista, pesado da religião. Tem algumas pessoas que são muito taxativas, não olham a situação como o todo em si, só olham aquela situação ali isolada e já eleva para outro grau de absurdo, baseado na vivência dele e por conta também dessas questões, vai aumentando o número de acolhimentos. (Letícia).

A questão abordada acima traz um outro dado relevante ao estudo nessa área, que não se resume ao número de crianças abrigadas, mas aos motivos condutores deste tipo de acolhimento. Para Letícia, algumas crianças eram abrigadas de forma precipitada pelos conselheiros que não averiguavam a situação com uma investigação mais aprofundada, como é demonstrado no caso a seguir:

Teve um caso de duas crianças que foram acolhidas porque estavam sozinhas em casa. Neste caso, ocorreu um desentendimento entre a mãe e avó materna das crianças e esta avó fez uma denúncia junto ao Conselho Tutelar informando que as crianças ficavam sozinhas em casa. O conselho tutelar, quando chegou, não se reportou à comunidade para perguntar sobre os familiares dessas crianças, eles retiraram elas e acolheram. A bisavó da criança morava em cima da casa da mãe das crianças e assim, a mãe no momento da denúncia tinha saído e a informação que ela passou pra gente foi: “Não abandonei! Eu sei porque minha avó morava em cima e eu fui comprar uma coisa no mercado e eles ficaram sob o olhar dela!”, e essa foi a fala dela. Realmente a gente verificou, fez visita e foi constatado que a bisavó morava em cima, as crianças estavam na casa de baixo, mas que tinha uma questão, um atrito entre ela (a mãe) e a avó que ela tinha uma influência no Conselho e isso também foi um facilitador para acolher rapidamente as crianças. Tiveram outras crianças também com situações deste tipo. (Letícia).

As ações que visavam a reinserção das crianças ocorriam em duas vertentes: as intervenções direcionadas à família e as ações em conjunto com as instituições que fazem parte de Rede de Proteção.

O trabalho com a família ajudava na reinserção. [...] Porque a partir do momento que você faz o investimento em uma família, que você acredita, que você promove o empoderamento dela e se, mesmo assim, ela não consegue se manter, isso é uma questão mesmo de casa, de lá de traz. Mas se continuar com o trabalho e reerguer ela de novo, partindo do esforço dela mesma, o nosso suporte terá efeito. Foram poucos casos assim que eu vi que não surtia o efeito que deveria. Ou então que não foram concretizados por um desentendimento ou um buraco na rede. Quando a gente reinseria acionava o CRAS, CREAS e Conselho Tutelar e se cada um fizesse o que é sua obrigação e cada um conseguisse organizar essa rede eu acho que a reinserção funcionaria. Mas, na realidade, como o abrigo estava ali pra dar esse suporte, a gente fazia todos os encaminhamentos e continuava acompanhando, o outro lado da rede não funcionava muito bem. Isso fica um buraco e não tem como não ser puxado para baixo! (Letícia).

Neste ponto, Letícia exemplifica com um caso de reinserção que foi interrompido por uma falha de comunicação na Rede, a saber:

Teve uma família que estava começando a se organizar com as crianças reinseridas, mas o Conselho interpretou uma situação assim contraditória e aí foi e retirou as crianças, que estavam sendo acompanhadas pelo CREAS e pelo abrigo, porque aconteceu uma situação que foi isolada, mas eles retiraram mesmo assim. Não conseguimos matricular as três irmãs no mesmo turno de aula na escola, pois a diretora alegou que não tinha como abrir uma exceção para uma vaga extra. E uma das crianças (a que ficava no turno oposto) foi quase abusada quando ela estava indo ao encontro do pai. [...] Ela estava indo sozinha da escola para casa, mas a localidade era movimentada, tanto que uma pessoa visualizou a cena e pediu que outras pessoas que estavam na rua fossem lá pra verificar e aí não aconteceu o abuso e a escola nos acionou. Mas assim, a gente fez relatório, enviou para o CREAS, para o CRAS e para o Conselho, a família estava sendo acompanhando pelo CREAS e a gente estava fazendo um trabalho assim muito legal com o pai dessas crianças. A mãe não fazia mais parte desse núcleo familiar, era só o pai e tinham vários parentes assim ao redor, mas também tinha aquela questão da responsabilização da família extensa e ninguém apoiava, era só esse pai e com três crianças pequenas e aí uma das meninas quase foi abusada. Só não foi abusada porque populares já conheciam a realidade dessa família, já sabia do acolhimento e tudo mais e aí chegaram e impediu, mas o conselho quando tomou o conhecimento foi retirar a criança. Já estávamos, junto com o CREAS fazendo acompanhamento, mas não teve jeito, eles chegaram, não ouviram ninguém, só pegou a criança na escola e levou para um outro abrigo. E as outras irmãs acabaram sendo retiradas também. (Letícia).

Ou seja, casos como esses reforçam a condição de vulnerabilidade que se encontram muitos sistemas familiares, bem como, o atravessamento de outras esferas que incidem nos vínculos, nas estruturas e nas fronteiras das famílias. O funcionamento de um abrigo não percorre de forma isolada, ele atua em conjunto e a partir da atuação de outros atores da Rede de Proteção à Infância e à Adolescência. Neste segmento, Letícia avalia esta interação da seguinte forma:

Diálogo tinha, apoio não! Porque é o que todo mundo fala, que a rede de atenção existe, mas não é aplicada, que não funciona. E realmente não funciona! Quem dela precisa e realmente busca, a gente verifica que não funciona, tinha o diálogo, tinha a conversa e nós éramos visitados por profissionais do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar. Mas, a partir do momento que o Conselho abrigava e a gente acionava e pedia retorno, este retorno era bem escasso e em alguns casos a gente não recebia retorno nenhum. Até pela questão da estrutura, as vezes o Conselho estava no interesse até mesmo da própria Secretaria de Assistência Social e estava funcionando em uma determinada localidade. Mas eu ia lá, era geralmente eu, a assistente social, quem ia até os locais, mas não encontrava as pessoas porque não estava mais funcionando ali, o telefone não funcionava. Para conseguir falar com o Conselho era muito difícil, já havia uma dificuldade pela questão mesmo do espaço físico que a gente não encontrava e quando encontrava algum profissional a gente tinha que falar pelo o seu número pessoal, as vezes tinham pessoas com boa vontade e disponibilizava este número para contato, mas tinham outros que não. Assim, com relação ao conselho era bem complicado. Já com relação aos CRAS e CREAS, tinham espaço físico, tinha telefone (que as vezes funcionava, as vezes não) ou então não tinha telefone, mas tinha o espaço físico e o profissional com uma meta de trabalho toda dentro do ideal, mas quando eu acionava, em alguns casos eu obtive retorno, em outros casos não. E eu sei que essa falta de retorno também acontecia porque as famílias estavam em algumas localidades que eram muito distantes do equipamento e o local não dispunha de transporte pra o deslocamento das profissionais e elas as vezes ficavam com receio de entrar em determinadas localidades sozinhas ou então de se deslocar de ônibus, porque só iria dar tempo para fazer aquela visita, mas tinha todo um horário de trabalho para cumprir. No geral não se tinha meios que desse mesmo suporte para o profissional se deslocar e acompanhar, as vezes, eu falava muito por telefone, eu enviava a relatório por e-mail, alguns recebiam, outros não. (Letícia).

Ao abordar as dificuldades de atuação junto à Rede, Letícia ponderou as dificuldades estruturais destes outros equipamentos, que também estavam enfrentando complicações para suprirem as próprias demandas de trabalho.

8.3.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.

Como já foi mencionado anteriormente, o tempo de atuação de Letícia em serviço de acolhimento institucional, no formato de abrigo, compreende um período de aproximadamente seis anos.

A sua entrada na instituição ocorreu ainda na condição de estagiária e, na sequência, passou a compor a equipe técnica na condição de assistente social. Como arca-bouço técnico, Letícia tinha o curso de especialização em Serviço Social com Ênfase em Saúde e Programa da Saúde da Família e os conhecimentos teóricos e práticos obtidos durante a graduação em serviço social.

Apesar de não ter tido algum curso/formação que fosse direcionada à instrumentalização para atuar na área específica de acolhimento institucional, Letícia pondera que:

O serviço social é uma área bem vasta, a gente trabalha com concessão de direitos e o abrigo é uma violação do direito da criança e do adolescente. Assim a gente já vem já se aperfeiçoando com isso ao longo do tempo da graduação e, também, quando eu passei a ser funcionária do abrigo, tinham várias capacitações proporcionada pelo Juizado, Ministério Público e pelas Secretarias de Assistência Social. Mas, antes, somente com a minha vivência de estagiária no tribunal, eu já participava das audiências concentradas também, [...] então já tinha essa vivência das audiências nos abrigos e um pouco dos casos a gente estudava. Então eu já tinha essa vivência anterior e quando eu passei a ser funcionária participava das capacitações promovidas pelos órgãos. (Letícia).

No que tange à periodicidade e conteúdo destas capacitações mencionadas, a participante diz que:

Inicialmente aconteciam alguns seminários, em um espaço de tempo que eu considerava longo, mas que a partir do meu segundo ano lá no abrigo, foram acontecendo com mais frequência, porque vieram novas normas, normatizações do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, justamente para diminuir com a quantidade de número de abrigo. Considerava que era [um número] muito grande de abrigo e não de desacolhimento, e os números de adoções eram muito altos, eu acho que isto também era um caso agravante no olhar deles e o juizado e o Ministério Público passaram a fazer capacitações com mais frequência. [...] Depois que o juizado veio fazendo essas capacitações, mais ou menos no último ano em que eu estava no abrigo, de 2015 pra 2016, eles viam fazendo capacitação mensal para que se visse a questão do relatório, do acolhimento, dos motivos do acolhimento, porque tinham alguns motivos para acolhimento que eram equivocados. Principalmente o Conselho Tutelar que é um órgão de fiscalização, mas que trabalha também de uma forma muito precária, a gente sabe da dificuldade de instalação, de recurso e antes o conselho tutelar era um órgão que podia efetivar o abrigo e eles abrigavam muito. Então o Juizado e o Ministério Público avaliaram esta situação e isso também foi extinto, o juizado passou a atuar mais, a tomar mais parte disso [do processo de entrada de crianças e adolescentes em abrigos] e as capacitações passaram a ser mensais. (Letícia).

Identificamos que o trabalho no abrigo, associado às capacitações, modificaram algumas crenças de Letícia em relação ao acolhimento de crianças, o seu olhar para a família de origem e a sua opinião pessoal em relação ao processo de adoção de crianças.

Eu já tinha um olhar de cuidado, mas com relação mesmo a adoção, antes eu não via isso como uma possibilidade, sinceramente, apesar de ter estudado a lei, e isso que me fascinou, mas quando abordei mesmo a questão abrigamentos, me fascinou, foi isso que me prendeu mais. Mas a

adoção eu não via como uma questão que fosse legal, pensava que por ser criança e não pertencer àquele núcleo, sei lá, eu ficava assim: será que não vai ser maltratado? Era uma visão preconceituosa que eu fui desconstruindo a partir da vivência. Com relação a adoção até eu mesma como profissional eu olhava assim meio que de esquerda, mas agora não, depois que eu passei a conviver dentro do processo eu fui desconstruindo e eu vi casos excelentes que hoje realmente fazem a diferença. Passei até a pensar em adotar, desde que comecei a trabalhar no abrigo. (Letícia).

Ou seja, o acesso da participante à informações consistentes, os diálogos estabelecidos nas capacitações e a interação direta com esta realidade, modificou algumas crenças de Letícia, principalmente em relação à adoção de crianças, manifestando nela, um sentimento maternal para com as crianças e um desejo em adotar.

Letícia nos contou que algumas histórias de criança marcaram profundamente a vida dela, tanto no aspecto profissional quanto pessoal,

Me marcou muito aquela questão dos irmãos que estavam sendo trabalhados com o pai, e que foram reabrigados porque uma das meninas quase sofreu um abuso retornando da escola. Poxa, eles tinham e tem até hoje uma afinidade muito grande com o pai e agora estão acolhidos em outra instituição, porque dentro do período que eles foram retirados de lá até hoje a não conseguimos fazer um trabalho efetivo com o pai. A gente depositou todos os esforços, toda a nossa esperança, era questão mesmo de empoderamento nele. Mas ele, depois do ocorrido, não conseguiu exercer nenhum papel de responsabilização, ele na verdade queria ficar com as quatro crianças, três meninas e um menino. As meninas mais velhas ainda tem uma referência forte da mãe, mas, a caçula a não gostava da mãe e fazia referência a ela assim com xingamentos, com uma raiva, com um peso na fala, mas que você percebe que não era bem assim, que ela gosta dela de verdade. Se eu pudesse, adotaria esta criança mais nova e todos os seus irmãos. Eu não iria separar aquele quarteto sapeca! Eu adotaria eles porque são muito carentes e eu gosto demais deles! O meu coração fica apertado quando eu falo deles porque é muito, muito sofrimento! (Letícia).

A nossa entrevistada mantinha em seu contexto de trabalho uma relação afetiva e próxima com as crianças que ali estavam. Ocorrendo um entrelaçamento entre os seus níveis de contexto e os seus subsistemas:

Eu gostava de todas as crianças! Levava todo mundo para minha casa, eu gostava de levar em grupinhos de três ou de duas, nunca levava só uma criança. Apesar de eu ter afilhado e sobrinhas também da idade das crianças, eu gostava de ver aquela alegria! (Letícia).

As crianças conviviam com Letícia em sua função de assistente social e também adentravam no universo de suas relações parentais. Ressaltando que, como Letícia residia na casa da sua família, os seus subsistemas parental e fraternal

também se relacionavam com as crianças que compunham o universo de trabalho dela.

Até o momento da entrevista, o trabalho no abrigo era a única experiência profissional de Letícia, na condição de assistente social. E o encerramento desta trajetória de trabalho ocorreu no período em que o abrigo encerrou as suas atividades, devido à mudança no macrossistema, como já foi relatado nos dois casos anteriores. Sobre este evento:

O encerramento foi assim uma coisa difícil! Quando eu sai do abrigo tinham poucos casos ainda em acolhimento e eu vi que iriam se resolver logo e pela informação que eu tive, um deles já se resolveu. [...] Tinham poucos casos que faltavam a conclusão, todos os outros foram concluídos. Meu Deus! Foi uma benção, porque eu ficava pensando nessa criança triste que eu falei anteriormente, pensava no que seria dele em outra instituição e ele foi adotado antes disso! E eu sei que para ele foi maravilhoso! Eu tinha muita pena dele passar por outro acolhimento, ele já tinha muitos anos de acolhimento, nessa questão em que era privilegiado o pai, a mãe era falecida e, enfim, ele se libertou! E também vieram outros casos em que conseguimos que as crianças fossem adotadas e eu consegui tirar uma nuvem dos meus pensamentos. (Letícia).

O conteúdo citado acima, evidencia que a grande preocupação de Letícia nos momentos que antecederam a sua saída do serviço, era conseguir “resolver” a vida daquelas crianças a quem, com a convivência nos diversos contextos, ela estava vinculada para além da sua atividade profissional. Assim, o sofrimento advindo da ruptura desta convivência foi minimizado à medida em que ela foi conseguindo concluir alguns casos que geravam uma certa angústia para ela.

A experiência profissional foi tão intensa para a nossa entrevistada que ela afirmou que não pretende trabalhar novamente na área de acolhimento institucional para crianças, justificando que:

Sinceramente não quero mais, até por essa questão da rede que não funciona. São vários fatores, a rede não funciona, parece que o meu trabalho fica comprometido, sempre estava fazendo mas não surte o efeito esperado. Não se consegue ver um efeito imediato, pois é a longo prazo, a gente sabe disso, mas é muito complicado trabalhar com essas famílias. E quando olho para a criança, e se está ali acompanhando, vendo a fragilidade diária de cada uma delas e das famílias também, e ainda tinha os meios de subsistência para o trabalho que é muito complicado. (Letícia).

Tendo como encerrado este ciclo em sua vida, Letícia, que está desempregada neste período, indica uma perspectiva para o seu futuro que envolve uma mudança em sua área de atuação para as áreas de educação ambiental envolvendo

comunidades ou empresarial ou na mobilização de adolescentes. Mas, se mantém fechada a qualquer outra atividade que seja direcionada à criança em situação de violação de direitos, medida protetiva, justificando que criou uma resistência.

8.4 A Pessoa: Maria

Maria, é solteira, tem 33 anos de idade, católica praticante, mãe de quatro filhos adotivos, mora na cidade de Salvador/BA, concluiu a graduação em serviço social no ano de 2011, possui especialização em Trabalho Social com ênfase em família e comunidades contemporâneas.

A trajetória profissional de Maria no serviço de acolhimento iniciou em 2011, no dia seguinte à sua cerimônia de colação de grau em Serviço Social. Ela atuou como assistente social em um abrigo para crianças e adolescentes, com capacidade de atendimento com 50 vagas. Nesta instituição, também ocorria o acolhimento de adolescentes que estavam grávidas, a este fato, Maria acrescenta que tinha uma demanda grande de atendimento, assim também tinham as crianças nascidas na instituição. Estas adolescentes grávidas e as que estavam com os filhos pequenos, ficavam em um anexo do abrigo.

O abrigo também tinha o perfil de atendimento direcionado para o acolhimento de meninas, sendo que os únicos meninos que poderiam ser acolhidos eram os nascidos lá. A estrutura do abrigo era dividida em anexos/casas, sendo que a sede da instituição ficava em um bairro populares de Salvador e tinha três anexos em outras localidades, que eram: a casa das gestantes (incluindo as que estavam com os filhos já nascidos), a casa das meninas um pouco maiores e a casa das meninas um pouco menores (crianças). Maria trabalhou nesta instituição no cargo de assistente social por cinco anos.

8.4.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.

O caso Maria tem uma peculiaridade, quando comparado com as outras assistentes sociais que participaram deste estudo. Pois ela acompanhava

adolescentes, crianças, e suas famílias e também acompanhava a família, muitas vezes monoparental, que nascia dentro da instituição.

Dentre as suas atividades desenvolvidas, têm-se: as ações de triagem que antecedem o acolhimento; as ações próprias do acolhimento institucional; e as ações voltadas ao acompanhamento dos casos de reinserção na família de origem e as inserções em família substituta (adoção) e das meninas que saíam do atendimento por atingir a idade limite, e que eram recolocadas em casas alugadas juntamente com outras meninas na mesma condição.

Maria faz a seguinte descrição das suas atividades:

O acolhimento das crianças e adolescentes já iniciava através de contato telefônico, feitos pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público ou Juizado, e já no final [da atuação de Maria], que começou o contato feito pela CEMPS, que era a central de acolhimento. Eles entrava em contato, passavam o perfil da criança e do adolescente, era mais adolescente, e aí a gente avaliava junto com a equipe técnica e disponibilizava ou não a vaga. A partir desse momento que a criança ou adolescente chegava na instituição, a gente fazia o atendimento a essa criança/adolescente para saber toda história. As vezes vinha acompanhado da família, que era uma coisa que a gente percebia que estava mudando o perfil dessas crianças e adolescentes. Não era só a função de abrigo! Pois a gente tem a ideia de que quem vai para lá é quem não tem família e quem é abandonado e estava acontecendo muito de as famílias (mãe, pai, avó) irem para o Conselho Tutelar, ir para os Órgãos e dizerem: *“eu não tenho mais condições de criar, de cuidar desse menino, então leva para o Conselho Tutelar que o abrigo vai dar soluções nesse caso!”*. E a gente percebia isso acontecendo muito, então muitos acolhimentos já chegavam com toda a família e a gente achava aquilo um absurdo. Gente, é seu filho! Como é que eu tenho um filho e eu não dou conta e vou e mando para o Estado, para o abrigo tomar conta? Isso revoltava ainda mais as meninas! Então a gente recebia esse pai, essa avó, esse tio e explicava que o abrigo era algo provisório, que a gente faria esse trabalho de reinserção, mas que eles teriam que ter responsabilidade, ir visitar, ir pegar sempre nos finais de semana, em datas comemorativas. Mas o que estava se tornando era tipo uma creche ou uma colônia de férias, os pais iam quando queriam, colocavam os filhos lá pra ter um descanso, então tinha muitos casos nesse formato. Então, a partir daí, fazia esse trabalho com a família, com o adolescente. Tinha o processo da visita domiciliar, era eu quem ficava a frente dessas visitas, a equipe também fazia atendimento às educadoras, porque elas demandavam muito também da gente. Elas tinham dificuldade de lidar com esse adolescente, e a instituição tinha a dificuldade para encontrar profissional adequado para poder trabalhar nessa área, então tinha que pegar qualquer tipo de profissional e tentar adequar ele, não vinha preparado, a gente tinha que estar preparando a todo instante, a todo tempo. (Maria).

É imprescindível, acrescentar aqui como se dava o funcionamento e a condição de trabalho dessas educadoras que foram acima citadas e, também, o perfil da clientela atendida:

Era uma rotatividade muito grande, às vezes as educadoras ficavam apenas oito ou sete meses e já não aguentavam mais a situação e iam pedindo para sair. Eram poucos os educadores que tinham sete ou oito anos de trabalho lá, e essas também já estavam no limite, muito nervosas e estressadas. Porque o perfil de meninas de lá, realmente, eram bem complicadas porque não eram só aquelas carentes, e as que eram carentes, que vinham desde pequena em abrigo, também tinham toda uma revolta porque já tinham passado por muitos de educadores, muitos abrigos, então traziam toda uma revolta também dentro de si, toda uma mágoa, uma tristeza, e as que vinham de família tinham toda uma rebeldia. [...] O trabalho com essas educadoras era constante, semanalmente tinha uma reunião, onde se fazia palestras, com o propósito de tentar acalmá-las um pouco e mostrar para elas que existia uma lei também, porque, as vezes, elas queriam castigar as meninas assim: *“ah! fez isso, então vou deixar sem alimentação!”*. Para gente era difícil, dizíamos que isso não pode acontecer, não pode ser dessa forma e elas questionavam o porque que não mandava aquelas adolescentes de volta para casa, se tinham famílias. (Maria).

Com esta descrição, percebe-se a diversidade de demandas e conflitos que emergiam dentro da instituição. A assistente social intervia nos casos em que o acolhimento institucional cumpria de fato uma medida protetiva, e também nos outros casos, em que as adolescentes eram entregues pela própria família como um castigo e disso decorre que o abrigo retoma uma função antiga e incoerente de, como era anteriormente chamado, “internato para pobre”. E nestes dois perfis, ainda tinham as adolescentes grávidas e as que estavam com os seus filhos nascidos lá. Especificamente, a estas crianças, o processo de reinserção na família extensa ou em família substituta (adoção), iniciava de forma instantânea.

Fundamentalmente, as visitas domiciliares fazem parte da rotina de uma instituição de acolhimento e, além de servir como recurso para o mapeamento do contexto e análise situacional de cada caso, elas também são norteadoras das intervenções junto às famílias, tanto com vistas a reinserção quanto à destituição parental. No abrigo que Maria atuou, as visitas domiciliares estavam elencadas como atribuições da assistente social, ao que ela diz: *“Era eu quem fazia as visitas às famílias e em alguns casos mais degradantes a psicóloga ia junto, mas a maior parte das visitas eu ia sozinha. É muita responsabilidade!”*.

As ações direcionadas às famílias consistiam em:

Eu fazia os encaminhamentos para os programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, CAPS e também, consegui incluir muitos no BPC [Benefício da Prestação Continuada], consegui estes benefícios diante de uma realidade de lá, tinham muitas meninas com problemas psiquiátricos e muitos pais que tinham problemas psiquiátricos e por isso que as crianças estavam lá em acolhimento. Também conseguimos encaminhar para o auxílio aluguel, tínhamos uma parceria muito forte com a prefeitura. Isso porque eu também corria muito atrás, ia em cima da realidade das meninas, da necessidade

daquelas meninas, daquela família, e buscava tudo que pudesse ajudar. [...] A assistência era para todas as famílias, mesmo quem não tivesse possibilidade de retorno a gente acabava dando um suporte, se não fizesse ali diretamente, a gente orientava, porque é uma família que infelizmente também foi negligenciada pelo Estado. (Maria).

Outra ação realizada na instituição que, a nosso ver era de grande relevância e que poderia surtir um efeito positivo na vida das adolescentes, principalmente para aquelas que não tinham perspectiva de reinserção ou de adoção, foi a orientação financeira, veja a seguir:

O Bolsa Família a gente conseguiu para várias meninas e, nessa época, eu descobri que a menina com 16 anos de idade, mesmo estando no abrigo poderia receber o Bolsa Família. Inserimos a maioria das meninas neste programa, mesmo as que não tinham filhos. [...] Então, cadastramos essas meninas todas no bolsa família e aí começamos a fazer um trabalho também de responsabilidade [financeira] com elas. Elas recebiam do bolsa família o valor de R\$70,00, e combinávamos assim com elas: “a gente vai abrir uma conta poupança e você vai guardar todo os meses R\$50,00 e os outros R\$20,00 você vai comprar um sorvete ou um brinco ou outra coisa que você queira, algo assim, que o abrigo não tenha condições de dar sempre!”. Assim, a gente já começava a trabalhar essa poupança com elas também. (Maria).

Pelo perfil da clientela assistida pela instituição, identificamos que as ações junto às famílias faziam parte dos objetivos de intervenção da equipe técnica. Contudo, elas também desenvolviam ações direcionadas às adolescentes acolhidas com o objetivo de empoderá-las para que se sentissem fortalecidas, tomassem para si a responsabilidade com a própria vida e que também, conseguissem, aceitar o seu sistema familiar. A este aspecto, Maria diz que:

Com as adolescentes, quando percebíamos que não tinha muita perspectiva, possibilidade de retornar pra família, já trabalhávamos a autonomia delas, colocávamos nos cursos, inseríamos no Bolsa Família e já começava a trabalhar com elas aquela questão da responsabilidade de guardar o dinheiro. [...] Participavam dos cursos oferecidos lá na instituição e que direcionava pra o programa Jovem Aprendiz e aí trabalhávamos para que vivessem sem depender da família. Trabalhávamos essa autonomia dessas meninas e a maioria, mesmo tendo contato até com a família, hoje moram com o auxílio aluguel ou conseguiram comprar a casa delas com esse dinheiro que elas juntavam do Bolsa Família e do Jovem Aprendiz. [...]. Quando chegava o tempo que elas já estavam mesmo na hora de sair [da instituição], elas já estavam com um *dinheirinho* bom para conseguir comprar uma casa mesmo que simples, tem muitas delas que já têm casa que foram adquiridas com esse dinheiro. (Maria).

Dos relatos de Maria inferimos que as ações junto à família de origem das adolescentes seguiam um roteiro inicial para a reinserção familiar ou para a

destituição com vistas à inserção em família substituta (nos casos que devido a idade eram possíveis uma adoção).

Todavia, tinham também as crianças nascidas das adolescentes que estavam em acolhimento e, conseqüentemente, já nasciam inseridas dentro do universo de uma medida protetiva. A estas crianças, o trabalho com a família passava pelas ações que eram direcionadas às mães adolescentes e à família extensa. Para um melhor entendimento da escrita, nomearemos esta família composta por mãe adolescente com a presença do filho como, família nuclear em acolhimento. Assim, no que tange as ações junto à família nuclear em acolhimento, Maria revela que:

Aconteceram situações mesmo de adolescentes que tiveram as crianças [acolhidas na instituição] e percebíamos que não tinham condições, afinidades [com o filho], e já tínhamos tentado de tudo com aquela menina e junto com a família [extensa] e não se conseguia ter uma relação com aquela criança. Então a gente vai ficar esperando essa criança que já nasceu, que já estava com dois anos e ficar esperando essa mãe criar uma afinidade com essa criança, com esse filho? E se ela não criar vínculo? Esta criança com 7 ou 8 anos de idade, negra, menino, com cabelo crespo, ele vai ficar no abrigo? Vai para adoção? Então tentávamos ter um olhar mais adiante. Tiveram uns dois casos, eram meninos também, que víamos que não teria como ficarmos levando para frente, porque se esse menino continuasse com essa adolescente, com uma família [extensa] que não dava para ter uma perspectiva de futuro, esse menino vai crescer aqui no abrigo e quando percebêssemos que não teríamos mais condições de ficar com ele e fosse tentar uma adoção, ele já estaria grande. Já seria um outro caso, que ele vai ficar até 18 anos no abrigo e depois repetir a mesma história, então assim, tínhamos alguns casos que não tinha condições de segurar. E aí a opção era trabalhar para disponibilizar para adoção, para que essa criança tivesse a possibilidade de ter um futuro diferente, de ter uma vida diferente! (Maria).

Maria aborda esse contexto expressando uma fala emocionada e com olhos marejados. Identificamos a emoção dela e ponderamos o peso desta responsabilidade diante de uma família nuclear em acolhimento, que já nascia fragilizada. Era um contexto extremo que conduzia para uma estrutura de família desligada (Minuchin, 1982), na qual as fronteiras entre os subsistemas eram rígidas e deste modo, a comunicação entre os subsistemas era dificultada e a função protetora da família ficava comprometida, a relação passa a ser marcada pelo distanciamento emocional, apresentando vínculos frágeis entre os membros, o que prejudica a formação de sentimentos de lealdade e pertencimento. Como é possível constatar na passagem a seguir:

Percebíamos que no início, logo quando a criança nascia, era diferente, elas diziam: *“é meu filho, eu que pari, não vou dar pra ninguém!”*, porque antes da

criança nascer, às vezes, já fazíamos esse trabalho de perguntar se queria colocar para adoção, se queria disponibilizar diante da realidade que já víamos o que poderia acontecer. [...] Enquanto estava no momento de amamentação elas ainda tinham muito esse vínculo com o filho, mas quando parava de amamentar, que os meninos começavam a andar, a engatinhar e que elas percebiam que aquela criança ali não era um brinquedo, não era boneca, aí começávamos a perceber os conflitos e as agressões emocionais, psicológicas para com a criança. E era em um momento que elas [as mães] já tinham deixado de amamentar, já estavam indo para escola, e nesse caminho da escola já arranjava um namorado e a criança ficava de lado. Elas mesmas começavam a perceber que não queriam ficar, naturalmente iam se afastando e o menino já era um peso para elas. Por que elas queriam sair para namorar e não podia por conta dos meninos. (Maria).

Com os conflitos e o distanciamento entre mãe-adolescente e filho no contexto da instituição, a reinserção desta família nuclear em acolhimento ou da criança ainda pequena, poderia ser uma alternativa. Contudo, Maria descreve este caminho como quase que impossibilitado:

Muitas vezes as meninas chegavam lá e não sabia quem era esse pai ou era um pai que mata, que rouba. E aí, como é que se vai atrás de um homem desse para poder registrar uma criança? Então não tinha nem condições, muitas vezes até porque eles não tinham documentos, acontecia muito isso de não ter documentos porque estava foragido e se fosse tirar os documento [para registrar] já se sabia que seria preso. Também acontecia muito das famílias dizerem que não queria a criança. Se a família não criou as meninas ia querer criar neto? Não! Era como se fosse um brinquedo, um objeto, não tinha aquela questão do sentimento de dizer é meu neto e não vou deixar ele para adoção. Os casos que tivemos, todas as meninas assinavam que concordavam com adoção. (Maria).

Por fim, neste cenário, acrescentamos aqui o nosso olhar para essa família nuclear em acolhimento, que se movia em um legado pesado advindo da história do seu sistema familiar maior. Eram mães-meninas em que, a maioria delas, chegavam na instituição, não pela mão do Estado, muito menos pela proteção fria da Lei. Elas eram “empurradas” pela mão desvinculada do seu sistema familiar (mãe, pai, tia, tio, avó, avô). Logo, nos questionamos, como uma mãe-adolescente pode não repetir padrões de funcionamento, que negligenciam e/ou rejeitam e/ou agridem, se ela está imersa nesse emaranhado?

8.4.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.

As atividades de Maria como assistente social eram imersas em um contexto relacional de crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias. Sobre esse universo que circunda o processo de reinserção familiar, ela considera que:

É uma responsabilidade muito grande em cima da equipe, porque se essa criança e adolescente retornam para casa e acontece alguma coisa, a responsabilidade é nossa, que foi lá fazer a visita, principalmente a assistente social que foi lá e fez a visita, que fez o estudo. E como é que eu vejo que não tem uma situação legal lá [na casa] e vou digo que tem condições dessa menina retornar? Então é uma responsabilidade muito grande! [...] Eu sempre tive o pensamento de que eu concordo com a reinserção familiar na família de origem e lutava para essa reinserção, porém se percebesse que não tinha realmente condições, a gente não gostava muito ficar insistindo em algo que percebia que não ia dar certo. (Maria).

A realidade de trabalho de Maria envolvia o acolhimento de meninas adolescentes e crianças pequenas, inclusive recém nascidos. Mas foi salientado por ela, que as adolescentes eram o público que ela mais se sensibilizava, justificando que:

Por conta da dificuldade de reinserção familiar e justamente por ser já adolescente, jovens, é o que eu sempre digo que crianças assim pequeninhas tem outras possibilidades, mas eu me encanto muito mais com os maiores. Tenho muitas meninas que já são maiores e que foram do abrigo, que até hoje mantém contato comigo. Me sensibiliza porque são os rejeitados, é os que ninguém quer. A instituição que eu trabalhava era um abrigo para adolescentes, então, a maioria ficava lá até completar os 18 anos de idade e viviam todo aquele processo depois da maioridade, de não terem para onde ir. Então são os esquecidos! Todo mundo quer adotar, mas só quer adotar os pequenos, tem toda uma característica, geralmente é menina e quer que seja branca. Então, essas que não são nesse perfil, vão crescendo, vão ficando no abrigo, e são as rejeitadas. São essas que me comovem, são essas que eu tenho a preocupação, são essas que são esquecidas, são essas que eu acabei me preocupando mais. (Maria).

Logo, se o acolhimento institucional de crianças já é concebido como atendimento de alta complexidade, quando se trata do adolescente, este nível de complexidade é agravado pelo tempo em que se está institucionalizado, por menores possibilidades de reinserção na família de origem e por não estar mais dentro de um perfil que é buscado para adoção.

8.4.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.

As condições do contexto das adolescentes e crianças acolhidas, eram identificadas como moradias que não contavam com uma infraestrutura básica e sistemas familiares com muitos conflitos internos, com grande incidência de dependência química e pessoas portadoras de transtornos psiquiátricos.

De forma a retratar este contexto, segue a descrição feita por Maria:

Muitas vezes o local onde elas moravam era de muita vulnerabilidade e pobreza. A estrutura da casa não era boa, eram casas que não tinham banheiro, não tinha fogão, de não ter o mínimo. Tinham cada casa que a gente ficava assim... Meu Deus como é que pode a gente em uma capital existir ainda locais que não tem nem um mínimo de higiene! Quando essas meninas iam para o abrigo, elas começavam a ter noção disso, então elas mesmas já não queriam ir para casa, porque era um ambiente completamente vulnerável, sujo, que muitas vezes não tinha vaso sanitário. E elas no abrigo, tinham uma casa com estrutura, então elas já começavam a criar resistência também de retornar por conta dessa situação. (Maria).

Como é possível constatar, a realidade apresentada, infelizmente, é um retrato de uma parcela considerável da população brasileira que, devido à situação de extrema pobreza em se encontra, não tem acesso aos itens considerados básico de moradia, infraestrutura e saneamento urbano.

Contudo, pobreza não é motivo elegível para a retirada de crianças e adolescentes do seu sistema familiar. Desta maneira, os desencontros existentes dentro da família era o que, muitas vezes, desencadeava o acolhimento institucional. Essas famílias na visão de Maria:

A maioria das famílias era bem omissas e ficávamos bem impressionadas com a forma como eles falavam da criança e adolescente. Por exemplo, um filho que a mãe faleceu ou abandonou e ele tem uma tia, mas não se percebia um sentimento de afeto. Colocávamos muito isso, se eu tenho uma irmã e ela falece e deixa uma sobrinha, eu jamais vou deixar essa sobrinha ir para um abrigo! Percebia que as famílias não se importavam, nós tínhamos que ficar ligando para eles irem buscar para passar o Natal ou ir buscar em uma festa comemorativa. Pra eles era como se aquela menina ali, aquele filho fosse qualquer objeto que não fazia diferença estar em casa ou não. Porém, se fossemos avaliar essa família, essa família também teve, essa mãe, essa avó, essa tia que também tiveram toda uma vida de sofrimento, de abandono, toda uma vida complicada! Então chegávamos a esta conclusão de que era uma família que realmente, por não ter tido também uma estrutura, não tinha condições de dar essa estrutura a essa adolescente, a essa criança. Em cima disso, trabalhávamos muitas vezes mais com a adolescente do que com a família, ao invés de fazer o trabalho de conscientizar a família, a gente

conscientizava a adolescente para quando ela retornasse pra casa tivesse condições de ajudar a essa família e não ser o contrário. (Maria).

Estamos aqui diante de trajetórias de vida em que as histórias de violência, negligência e abandono se repetem ao longo das gerações. Neste sentido, uma ação que seja efetiva junto à adolescente pode romper com a repetição desse ciclo familiar e o contexto institucional. Enquanto ambiente de desenvolvimento, o abrigo impulsiona as estruturas desenvolvimentais das acolhidas para aquisição de novas habilidades e recursos psicossociais e modifica, algumas vezes substituindo, as estruturas dos seus subsistemas.

Entretanto, algumas histórias de vida são tão duramente perpetuadas, que os dramas vivenciados, mesmo quando aparentemente surgem dissociados, eles acabam se confrontando dentro de uma mesma trajetória. Como ocorreu em um caso que, para Maria, tornou-se marcante em sua vida:

Várias histórias de adolescentes me marcaram, mas tem uma adolescente, que está fazendo exatamente um ano agora que tudo aconteceu. Ela foi criada em abrigo desde os dois anos de idade, não tinha nenhuma referência familiar. Ela nem lembrava quem era a mãe, mas tinha um amor incrível por essa mãe! Era assim uma menina que não tinha ninguém, era muito rebelde e revoltada, mas a gente percebia que por detrás dessa rebeldia tinha toda uma carência. Então era uma rebeldia, uma revolta, era malcriada, mas que a gente acabava gostando, era uma menina muito inteligente e aos quinze anos de idade ela acabou fugindo do abrigo. Fugiu por não suportar mais ficar em abrigo! Mas nessa fuga ela conseguiu encontrar uma família de um rapaz [namorado], que mesmo antes de completar a maioridade ela acabou tendo um filho. [...] Mesmo ela fora do abrigo, eu ajudei a inserir em alguns programas sociais, orientando para ela adquirir uma casa e também orientação pessoal mesmo de como lidar com a criança. Quando o menino completou dois anos de idade, no aniversário do filho, ela me falou: "É, foi com essa idade que minha mãe me abandonou, que eu perdi o contato com minha mãe, no mesmo tempo que meu filho!". E aí, do nada, um mês depois desse aniversário e dessa conversa, Flávia teve uma forte dor de cabeça, a família do companheiro dela me comunicou, porque eles sabiam que ela tinha esse contato comigo, [...] eles fizeram o contato comigo e em uma semana Flávia fez um exame de ressonância e descobriu que estava com um tumor, desse tumor ela já ficou internada em um hospital de uma cidade vizinha a Salvador. A gente correu muito com o Ministério Público para conseguir a transferência de hospital com urgência, ela precisaria fazer uma cirurgia, só que isso aconteceu em um final de semana e todo mundo que teve contato com ele, em todos os abrigos que ela já tinha morado, começou a se mover para ajudar, mas não deu tempo... Flávia faleceu com 17 anos e 11 meses. Isso mexeu muito comigo, com a equipe, até hoje, fazendo um ano nesta semana que ela faleceu e ainda assim, mexe muito comigo! Ainda lembro de Flávia, foi uma menina que veio e morreu assim, todo mundo que estava no enterro dela não era um familiar e isso é muito doloroso. Não tinha nenhum familiar de sangue, a família de Flávia que estava ali foram as outras meninas, as irmãs dela de abrigo, as educadoras de abrigo e nenhum familiar. Até hoje eu fico muito sentida quando vejo a foto de Flávia, quando lembro dela, uma menina tão nova e aí eu fico me perguntando: por que surgiu esse tumor?

Porque apareceu isso em Flávia? E as vezes eu tenho na cabeça assim, sei lá, foi tanta revolta, tanta mágoa que ela tinha, que pode ter contribuído para isso de alguma forma. Ninguém entende, Flávia nunca tinha sentido uma dor forte de cabeça antes, não sentia nada, era uma menina boa e de repente, em uma semana tem uma dor de cabeça, descobre esse tumor e acaba falecendo. O filho dela ficou, aos dois anos de idade, com a família paterna e vai acabar crescendo também sem a referência materna, de nenhum familiar materno. Esse caso mexeu muito, Flávia é um caso que infelizmente acabou desse jeito, as outras meninas a gente ainda tem uma perspectiva de ajudar. No enterro de Flávia, a cunhada dela me disse assim: “Maria, teve uma época que Flávia estava sem celular e tinha o seu número gravado no meu, e ela sempre dizia, que eu poderia apagar qualquer contato dela que estava no celular, mas por favor não apagasse o contato de Tia Maria, que eu gosto muito dela!”. Quando escutei isso, eu disse, meu Deus! Não aguento! É muito ruim você perder uma adolescente, uma pessoa jovem e assim, tão de repente, ela era uma menina tão cheia de vida! (Maria).

A história da menina Flávia, denuncia os efeitos de uma vida institucionalizada desde a primeira infância, como ocorre com tantas crianças que crescem dentro de abrigos, em uma ausência de família com laços de parentesco. Elas desconhecem a própria história e, como todos, desenvolvem uma vinculação com uma outra referência que possa suprir de alguma forma o vazio do seu subsistema parental. Maria, não tinha a dimensão do seu papel na vida desta menina, foi escolhida por Flávia para estar neste lugar de segurança e apoio.

8.4.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância

Integrar a equipe técnica de um abrigo coloca o profissional em contato direto com dois contextos que se relacionam diretamente com as crianças e adolescentes acolhidos: a família e a Rede de Proteção à Infância.

Maria atuava diante de três condições familiares das adolescentes: a família que não mantinha mais contato com a menina ou eram desconhecidos (geralmente, fazia parte da trajetória de adolescentes que já vinham acolhidas de outras instituições); a família com quem ainda havia contato e possibilidade de reinserção; famílias que já haviam sido identificadas e abordadas, e sem perspectiva de reinserção. A nossa entrevistada relatou que as famílias não expressavam muito interesse em retomar a convivência diária com as acolhidas e que esta situação se modificava um pouco na seguinte conjuntura:

O que algumas vezes fazia com que a família se disponibilizasse para a reinserção das meninas, e por um lado era negativo, era que algumas famílias

quando viam que a gente conseguiu fornecer pra a menina alguns benefícios, que tinha a possibilidade de inscrever no programa de habitação, que tinha coisas positivas a ganhar, benefícios [em dinheiro ou aluguel ou uma casa] a ganhar, aí a gente percebia que eles se interessavam por essa menina, a querer que ela voltasse pra casa. Mas era com outro interesse! (Maria).

Disto decorre que, para Maria, se o interesse na reinserção por parte dos familiares não era genuíno, em um curto período de tempo, as meninas eram novamente levadas ao acolhimento, e a revolta delas só aumentava. Mesmo diante de posturas equivocadas da família, o abrigo mantinha um espaço aberto à família, e com isso, algumas tentativas de reinserções eram concluídas de forma satisfatória. Apresentaremos agora um caso trazido por Maria, que ilustra bem esta afirmativa:

Lembrei de um caso bem interessante, uma adolescente com 12 anos de idade e que tinha transtorno mental grave. O pai dela também não tinha uma condição boa, mas estávamos trabalhando a possibilidade de reinserção. Era um pai bem amoroso, mas que também tinha transtorno mental e ela foi tirada dele, porque ele era catador de material reciclável e na ignorância dele, na falta de conhecimento, ele saía e deixava a menina em casa sozinha. Ia trabalhar e a menina ficava como se fosse um bicho, o dia todo sozinha, fazia cocô e jogava na rua. Os vizinhos denunciaram e a menina foi levada para o abrigo. Mas, todo o final de semana ele ia visitá-la, ele sentava com ela no chão e falava das formiguinhas, era bem bonito de ver! Começamos a trabalhar com esse senhor, conseguimos o Benefício de Prestação Continuada e também orientávamos quanto aos cuidados com a filha e com a casa. Mas quando já estava finalizando o trabalho com ele, pra que a menina retornasse, ela retornou do final de semana na casa do pai, contando que quando eles foram assistir jogo na casa de um amigo e esse amigo abusou dela. Já estávamos para fazer o processo de reinserção, com audiência marcada e tivemos que retroceder no processo. Esse pai entrou em desespero com a possibilidade de perder o contato com essa filha e nós dissemos em audiência: “então o senhor tem que indicar alguém, algum familiar que tenha condições de se responsabilizar por ela!”. O juizado deu o prazo de 10 dias para ele apresentar alguém. Ele, que tem transtorno mental, foi em uma cidade do interior do Estado e trouxe uma irmã dele, que era madrinha da menina. E nós ficamos assim, super surpreendidas, porque a tia se sensibilizou bastante e disse: “Eu fico com a minha sobrinha, com todo transtorno eu fico com minha sobrinha!”, e nós achamos isso muito estranho. E aí fomos fazer visita, ela começou a buscar a menina no final de semana, isso lá na cidade do interior. E é uma menina que dava muito trabalho, porque ela surtava e quebrava tudo, tinha 12 anos, mas era a cabeça de 2 ou 3 anos de idade, fazia *xixi* na roupa, tinha que tomar medicamentos fortes e mesmo assim, essa tia não desistiu dessa menina! E aí fizemos a reinserção e ela continua com a tia até hoje! Nós achamos que iríamos fazer a reinserção e daqui a pouco esta menina retorna. Mas a tia continuou cuidando da sobrinha e percebíamos que não era por conta do benefício que a menina já estava recebendo. Porque antes de encerrar o processo, a menina passou um mês de férias lá, e nós não repassamos o benefício, e a tia não falou, para ela estava tudo muito bem, ela nunca exigia ou solicitava nada. A reinserção foi concluída, ficamos acompanhando por um tempo e até hoje eu tenho a informação de que a tia continua cuidando da menina. (Maria).

Diante de tantas vulnerabilidades e incertezas quanto ao futuro das meninas e também, quanto aos efeitos do próprio trabalho, histórias como esta contada acima, para Maria era visto como uma centelha de esperança. A vida de uma menina estava organizada.

Logo, de modo a movimentar os contextos (família da criança/adolescente em acolhimento e a rede de proteção à infância e adolescência), estavam incluídos nas atribuições de Maria, além das visitas domiciliares e o acompanhamento das crianças, adolescentes e família, a emissão, quase que diária, de relatórios para os órgãos que solicitavam e, a cada seis meses, a confecção dos relatórios atualizados de cada acolhida, que eram direcionados ao Juizado e ao Ministério Público e que também poderiam ser discutidos em audiências.

Maria acrescenta que:

Sempre era convocada para audiências, então geralmente era eu quem ia mais, quem participava das audiências. Também participava dos encontros promovidos pelo Juizado, que também fazia capacitações para as equipes. Porque para a equipe era um conflito muito grande entre a realidade e a lei. A lei diz uma coisa, mas a realidade que a gente vivencia no abrigo com as meninas é outra, então o juizado mensalmente também fazia encontros e a gente participava. (Maria).

Em relação à participação frequente de Maria nas audiências, é possível inferir, que isto ocorria devido ao fato de ser ela, a integrante da equipe, que estava à frente das visitas domiciliares e dos encaminhamentos realizados para inserção das acolhidas e também suas famílias nos programas sociais e serviços de saúde.

No que concerne às capacitações promovidas pelo Juizado, sem dúvida, entendemos como uma ação necessária. Posto que, eram nesses encontros que as equipes técnicas, gestores, conselheiros e outros profissionais que atuavam nos serviços de acolhimento ou em outros equipamentos que atuavam junto a este público, eram atualizadas e orientadas quanto ao regimento do ECA, das Orientações Técnicas e Resoluções direcionadas ao acolhimento institucional e ao Plano de Convivência Familiar.

No que tange o funcionamento da Rede, Maria considera que:

Havia um conflito muito grande com a rede de proteção por conta dos casos que chegavam, a gente percebia que todos os casos que estavam chegando no abrigo, partiam dessa questão da família falar: "ah meu filho está me dando trabalho, está rebelde, está usando drogas e eu vou deixar lá no conselho". E o Conselho Tutelar, o Ministério Público, até o Juizado, não faziam um trabalho de orientação, de falarem para essas famílias que: "Não é assim que funciona! Você é o pai, você é a mãe, você é o responsável, a

gente não vai colocar no abrigo uma menina, uma adolescente que tem pai, que tem mãe, que tem família, que tem um quarto, que tem uma casa!”. Mas o que acontecia era, no momento que a família chegava com a situação, eles já acionava o abrigo, porque eles queriam se livrar logo do problema em vez de resolver. Na hora que acolhíamos no abrigo e já falávamos que faríamos logo o trabalho pra a menina retornar. Já recebíamos falando do retorno, da reinserção e eles garantiam que iriam apoiar. Mas saiam dali e já esqueciam, quando ligávamos eles diziam que não era mais com eles. [...] A parceira era só no momento de solicitar o acolhimento, depois a instituição é quem tinha que ficar com toda essa responsabilidade. [...] Eles diziam que dariam apoio e que fariam as visitas junto conosco. A instituição não tinha carro, e as nossas visitas tinham que ser feita de ônibus, então já explicávamos a necessidade desse para eles. Como o abrigo não tinha um carro, as vezes, precisávamos dessa parceria com o CRAS, com o Conselho Tutelar, para efetivar algumas visitas, mas eram poucos os profissionais que continuava com essa parceria, até porque a demanda deles é grande também. (Maria).

Neste momento, dois aspectos chamam a nossa atenção, o primeiro se refere a transitoriedade dos suportes entre os componentes da rede e a segunda, as dificuldades de trabalho que são impostas à nossa participante e que pode comprometer o desempenho das suas funções. Realizar visitas domiciliares e demais acompanhamentos externos, sem contar com um meio de transporte para uso exclusivo do abrigo, gera uma perda considerável nos tempos de deslocamento e também restringe a movimentação da equipe. Sobre esta situação, Maria avalia como sendo, *“bem complicado, com o carro poderia fazer duas, três visitas em uma manhã, indo de ônibus eu só conseguia fazer uma e, às vezes, perdia o dia todo de trabalho interno no abrigo, deixava de estar lá para poder fazer essas visitas.”*.

Se reportando às mudanças ocorridas na medida de acolhimento institucional, no que compete ao abrigo, Maria pondera que durante o período em que esteve atuando, ela não alcançou uma alteração na lei. Contudo, a atualização do Estatuto que limita o tempo de acolhimento a no máximo dois anos, foi um aspecto que ela concebeu como um grande avanço neste serviço. É um referencial de tempo para as ações direcionadas à família de origem (nuclear e extensa) e para a inserção em família adotiva. Em uma análise comparativa, Maria diz que:

Anteriormente, acontecia muito de crianças ficarem no abrigo por um tempo longo. Chegavam pequenas no abrigo, não eram adotadas e ficavam até os 18 anos de idade. Com essa nova resolução, alterando o tempo de permanência para no máximo dois anos, nos permitiu modificar a nossa abordagem, quando a criança e o adolescente chegavam no abrigo e que tinha um contato com alguma referência familiar, já falávamos que era no máximo por dois anos e que ali não é um local para disciplinar. Então iniciávamos imediatamente o trabalho de reinserção, e se percebêssemos, durante esse tempo, que não tinha condição dessa criança ou adolescente ser reinserido, já partíamos para outro caminho, a inserção em família substituta ou para trabalhar a autonomia dela mesmo, independente dessa família.

Ao nosso ver, esta tentativa em delimitar um tempo de acolhimento, pode fazer uma grande diferença na vida de crianças, principalmente as pequenas, que com as ações mais direcionadas e controladas por tempo previamente determinado, terão uma maior possibilidade de reinserção ou de adoção ainda na infância. Conquanto, este tempo, ainda é um tempo considerável, quando o situamos aos níveis de desenvolvimento de cada acolhido, aí implicados.

8.4.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória

O tempo que Maria atuou no abrigo, foi o suficiente para modificar a sua trajetória de vida, ocorrendo uma bidirecionalidade em relação à pessoa e ao ambiente em que ela atuou, repercutindo em todos os níveis do seu contexto e dos seus subsistemas.

Maria nos relatou que, desde a sua adolescência, que ela gostava muito de cuidar das crianças e adolescentes da vizinhança, que era só a mãe dela sair que ela levava essas crianças para dentro de sua casa. Ela diz que: *“sempre gostei muito de criança e sempre fui encantada em cuidar de meninas. Eu buscava doação para fazer festinha para as crianças na rua, levava os filhos das vizinhas para passear, sempre tive muito essa afinidade.”* (Maria).

Mesmo com esta disponibilidade para o cuidar do outro, a escolha pelo curso de serviço social não foi idealizada. Maria conta que quando estava no período de escolher um curso universitário, ela viu um *outdoor* com a propaganda do curso de serviço social e, depois disso, ela optou por este curso e iniciou sem conhecer, como consta a seguir:

Conheci a profissão já na faculdade e fui me encantando, por coincidência fui estagiar no Ministério Público, com crianças, e isso já me trazia uma preocupação muito grande, um medo de não saber separar o pessoal do profissional e minha supervisora me falava que eu iria aprender, porque não teria condições de levar todas as situações para a minha vida. Fui amadurecendo. (Maria).

Observamos que a caminhada profissional de Maria foi se construindo a partir das oportunidades que iam surgindo. Foi desta forma que também se deu a sua inserção no serviço de acolhimento, sem ser algo previamente planejado:

Eu não escolhi trabalhar no abrigo. A situação no mercado é bem restrita, então, por coincidência o abrigo apareceu. Eu não fui para o abrigo por escolha, eu fui porque foi a primeira oportunidade que apareceu e eu não tinha como escolher. Precisava que ir para me inserir na profissão, ganhar experiência e por coincidência era um abrigo só para meninas. Aí eu fiquei muito surpresa e dizia: meu Deus, eu não acredito! (Maria).

Sem planejar, a nossa entrevistada foi inserida em um cenário de acolhimento institucional para meninas, e ela se identificou com o serviço. Porém, ela era recém formada e tinha medo de não conseguir separar a sua vida pessoal e profissional, e, sobre isto, ela pondera que:

Eu aprendi a separar as coisas, só que as próprias meninas demandavam muita carência, então nós [equipe] sabíamos separar, só que elas demandavam muito, viam uma mãe na gente. As vezes tinha a gente como mãe, chamava de mãe, de tia e de dinda. Tínhamos um monte de afilhados e isso era realmente bem complicado. Então eu comecei a perceber que estava difícil separar, mas isso depois já dos cinco anos trabalhando lá, já foi no final mesmo, quando eu fui desligada da instituição. (Maria).

Maria se declara católica praticante, ela participa de um grupo de oração na igreja e ela entende que a religião também foi um suporte para conseguir lidar com tantas situações adversas que ela teve contato no abrigo,

Em muitos momentos, tanto nos positivos quanto nos negativos, eu tinha que ter esse apoio espiritual, porque é muito difícil, é muitas coisas pesadas que chegam no abrigo e que a gente escuta. São muitas histórias de maus tratos, de violência, de abuso sexual que eu acho que se eu não tivesse um apoio espiritual, não daria conta. (Maria).

Identificamos que o embasamento religioso e humano de Maria, foi um condutor nas suas escolhas, bem como, a sua qualificação profissional também foi se aprimorando com as capacitações oferecidas pelo Juizado e pela sua escolha em concluir um curso de especialização em trabalho social com ênfase em família e comunidades contemporânea.

Ao se mencionar os possíveis impactos da sua atividade profissional em sua âmbito pessoal, ela revele que:

Tive muitos impactos em minha vida! O meu trabalho gerou a adoção de cinco filhos, sendo três jovens com transtorno mental e duas crianças (uma menina e um menino), a menina também tem um problema de comportamento que está em investigação ainda. E também ganhei vários afilhados. (Maria).

De forma reflexiva, Maria disse que às vezes ela pensa que o objetivo maior (em uma concepção espiritualista) de ter surgido o abrigo na vida dela, foi para que

ela formasse a sua própria família. Ela formou uma família monoparental, com quatro filhos, sendo composta por: duas irmãs, Marta (24 anos de idade, apresenta retardo mental moderado e déficit cognitivo) e Teresa (23 anos de idade, com retardo mental leve), estas jovens não foram adotadas legalmente, mas Maria assumiu a responsabilidade e o cuidado com as duas, quando chegou o momento de saída delas da instituição; e mais duas crianças, irmãos consanguíneos, que foram legalmente adotados, Sandra e Rafael, com as idades de 04 e 02 anos, respectivamente.

A adoção afetiva de Marta e Teresa ocorreu no seguinte contexto:

Assumi Marta e Teresa, justamente por conta dessa dificuldade da reinserção familiar, elas já tinham saído da família biológica, foram adotadas legalmente por uma família adotiva, onde havia muito conflito familiar e elas sofreram agressões físicas, moral, sexual e psicológica, e aí retornaram para o abrigo. Nesta família adotiva, Teresa, como consequência dos abusos sexuais que sofria, engravidou e aos sete meses de gestação, foi levada pra um local para fazer um aborto. Isso causou um trauma muito grande na vida dela. Percebemos que isso agravou mais o quadro psiquiátrico dela, quando ela tem as crises, ela fica com uma força enorme, e fica em uma posição de defesa, movimentando os braços e as pernas, como se tentasse afastar alguma pessoa que a agredia. Penso que esta foi a maneira que ela tentou se defender do abusador. Essas irmãs, retornaram para o abrigo, depois de dez anos morando com a família adotiva, mas retornaram no final da adolescência, faltavam dois meses para Marta completar 18 anos e tinha todo um desejo em obter informações sobre a família biológica e eu como assistente social, em meu primeiro dia de trabalho, recebi Marta e Teresa. Elas foram o meu primeiro acolhimento! Foi o primeiro caso que eu dei início a todo o processo, consegui localizar a família biológica, que era o maior sonho de Marta e eu fiquei como uma referência para elas. [...] Porém essa família já há muito tempo sem vínculo, não tinha condições de acolher essas meninas, até porque o pai biológico já estava com 80 anos e continuava na mesma situação de alcoolismo, que fez com que elas fossem retiradas dele ainda na infância, e, a mãe havia falecido um mês antes de conseguirmos localiza-los. Até hoje elas mantêm um contato com o país, mas ligam para ele nas datas comemorativas. E aí elas completaram 18 anos, não tinham pra onde ir, ficaram um período no abrigo, mas precisavam sair de lá. E eu, nesta época já trazia Marta para ficar comigo no final de semana, no Natal, e quando ela precisou sair de vez do abrigo, o abrigo acabou apoiando para que ela viesse morar comigo, eles se comprometeram em me ajudar e que seria temporário, Ela veio inicialmente, para ficar um período, mas esse período acabou formando um vínculo muito grande, e posteriormente acabou vindo Teresa também. [...] Elas têm muito respeito por mim, não me chamam de mãe, mas se alguém perguntar para elas, quem eu sou, elas respondem: “minha mãe!”. (Maria).

Desta história de construção de laços afetivos e também do sentimento de pertença, extraímos que desde o primeiro dia de trabalho na instituição, já houve um bidirecionalidade entre os contextos de Maria, em todos os seus níveis, e os contextos

de algumas meninas acolhidas. Foram como resultados diretos das interações que surgiu cada filho adotivo, inaugurando e completando o subsistema parental.

Dando continuidade as modificações e adaptações do contexto, temos que, a chegada de mais dois filhos, gerando uma readaptação de todo o sistema familiar, ocorreu de forma inusitada, mas vinculada ao trabalho de Maria, como consta a seguir:

Sandra e Rafael chegaram a mim através de Isa, a mãe biológica deles, uma adolescente acolhida, e já chegou mãe de Sandra [filha de uma relação anterior e que estava em acolhimento em outra instituição] e grávida de Rafael. Ela e as crianças estavam sofrendo ameaça de morte, por conta do pai dessas crianças que era envolvido com tráfico de drogas. Isa tinha um sentimento de rejeição, pois já tinha passado por abrigos quando criança. Quando eu fui demitida do abrigo, ela tinha uma referência comigo que eu nem sabia que era tão grande. Ela estava fazendo catequese e me perguntou se eu queria batizar os seus filhos e eu respondi que preferia batizar a ela [a adolescente]. A partir desse batizado, como eu já tinha sido demitida, comecei a trazer Isa e as duas crianças para passarem o final de semana em minha casa. Quando Isa completou 18 anos de idade, eu já não fazia parte da instituição, e a equipe queria que ela retornasse com as duas crianças para o local em que sofria ameaça. Isa ficou desesperada e me pediu: “madrinha, me adote, eu e meus filhos!”, respondi a ela que não teria condições de fazer isso. Porém, houve toda uma movimentação do pessoal da igreja, ela estava fazendo catequese, e o padrinho dela me disse: “Maria, você está terminando a sua casa. Se a gente te ajudar, conseguindo o piso, as portas, te ajudar o máximo para que você tenha condição de acolher ela e as crianças, só para eles não voltarem para esse local, será temporário, você acolhe?”. E aí, ela veio com as crianças para ficar comigo, mas o combinado era de que eu orientaria ela, daria esse apoio e depois ela seguiria a vida dela com os filhos. (Maria).

Vale registrar, que no momento deste pedido de ajuda, Maria estava desempregada, continuava morando com a sua mãe e as duas jovens que ela já havia acolhido e com complicações de saúde. O adoecimento de Maria comprometeu a sua capacidade de trabalho e este foi um dos motivos da sua demissão. Outro aspecto a ser considerado, é que a Igreja Católica que Maria participava assiduamente, era o mesmo local onde as crianças e adolescentes do abrigo frequentavam e participavam dos ritos religiosos, se assim desejassem.

Contudo, apesar do suporte oferecido por membros dessa comunidade católica, o acolhimento de Isa e dos seus filhos não ocorreu com Maria havia previsto:

Quando Isa chegou aqui em casa, ela já tinha um conflito grande com Sandra [a filha], porque a menina ficou afastada dela durante dois anos, por conta de maus tratos do companheiro (que viria a ser o pai do seu segundo filho). Então, quando Isa foi encaminhada para o abrigo que eu ainda trabalhava, ela não estava com Sandra, e nós resgatamos esta criança de outro abrigo, para que pudessem ficar juntas. Mas, era um conflito muito grande entre elas

e nós [equipe técnica] achávamos que essa dificuldade estava existindo por conta de estarem em um abrigo, com várias pessoas interferindo, mas, melhoraria quando fossem para um ambiente familiar. Só que aconteceu o contrário disso, já aqui em casa, o conflito piorou e muito! Ela [Isa] me disse que no abrigo só fingia que gostava das crianças e fez isso como uma forma de protegê-los, pois se ela demonstrasse que não queria, existia a possibilidade de tirarem eles dela e colocarem em outro abrigo e ela não queria que os filhos tivessem a mesma vida que ela teve, de ser criada em abrigo, e que havia percebido em mim a possibilidade dos meninos terem uma vida melhor. Então, um dia ela me disse: “eu te peço desculpas, mas eu acabei me aproveitando dessa sua boa vontade para sair do abrigo. Mas agora que eu percebi que os meninos estão em um ambiente descente, familiar, eu não quero eles comigo, não gosto deles, nunca gostei, não tenho condições de ser mãe! Já tentei, mas não tenho estrutura para ser mãe! Estou indo embora e a senhora faça o que quiser com eles!”. E aí, eu me vejo desempregada por problemas de saúde, já com Marta e Teresa, e com essas duas crianças, com um vínculo que já existia e sem saber o que fazer. No dia seguinte, fui ao Juizado, informei o ocorrido, o juiz perguntou se eu tinha o desejo de ficar com as duas crianças e eu, ainda muito confusa, até por conta da minha situação financeira e de saúde, respondi que apesar de querer, eu não teria condições de manter as crianças naquele momento. O juiz manteve as duas crianças comigo até o dia da audiência, estávamos no mês de abril e a audiência foi marcada para outubro. (Maria).

Tendo em vista o fato de que Maria estava passando por um momento de instabilidade, é válido destacar que a sua fé foi um recurso que a fez seguir em frente. Identificamos aqui, as relações mesossistêmicas que inseriram a comunidade religiosa no funcionamento do seu microssistema. Ao passo que Maria segue narrando que:

Enquanto aguardava a audiência, coloquei a situação nas mãos de Deus e Deus foi me abençoando! Porque eu estava sem dinheiro para nada, tinha dia que dormia sabendo que o leite para as crianças havia acabado e sem saber como faria no dia seguinte. E aí, eu ia para o meu grupo de oração, quando chegava lá, estavam me esperando com cesta básica, com leite, com tudo para os meninos. Então eu fui percebendo a resposta de Deus às minhas orações! Quando chegou o mês de outubro e iria acontecer a audiência, fiquei angustiada! Minha mãe já tinha se apegado, todo mundo da família e do nosso ciclo de amizade também. [...] E graças a Deus, me deram a guarda provisória, e ficou para que eu decidisse se eu ia querer a guarda definitiva ou adotar, isso para mim era muito confuso ainda, porque eu tinha esperança que eu só cuidaria deles até a mãe biológica se estruturar. Eu sempre buscava conversar com Isa e ela sempre dizia que não queria os filhos. Teve um dia que ela falou assim: “madrinha, Deus só usou minha barriga emprestada pra eu gerar esses meninos! Esses meninos eram para ser seus, sempre foram para ser seus!”. Quando ela falou isso eu decidi adotar as duas crianças, ela foi ao juizado e consentiu e em fevereiro agora, saiu a adoção de Sandra e Rafael. [...] Eu percebia que os meus filhos foi algo mesmo que saiu do pessoal e do profissional, para o espiritual! (Maria).

A religião é um pilar importante na vida de Maria que, juntamente, com o seu senso de responsabilidade e sentimento maternal para com os seus filhos,

contribuíram para que ela reagisse a um quadro depressivo que estava se instalando. Maria, aos 33 anos de idade, desempregada, morando com a sua mãe e os seus quatro filhos, sendo ela a responsável direta pelo sustento de todos, portadora da doença hereditária alfa talassemia (o diagnóstico foi feito dois anos antes de iniciar no abrigo), estava cada vez mais adoecida. Sobre o seu quadro clínico e as implicações no trabalho e nesse período desemprego, Maria conta que:

Tenho uma doença hereditária alfa talassemia, que é uma má formação no cromossomos e que afeta os glóbulos vermelhos. Como os glóbulos vermelhos são os responsáveis pela oxigenação do sangue no corpo, eu tenho anemia crônica. Então, sentia muita fadiga, cansaço, muita indisposição e eu comecei a perceber que isso estava afetando minhas atividades, sentia um sono terrível no trabalho, às vezes a coordenadora chegava e eu estava lá dormindo e comecei a perceber que também não estava conseguindo dar conta dos trabalho. Era muita coisa para conta de tudo, de toda demanda, e eu estava desgastada mesmo. A mente já não estava funcionando, comecei a acumular muitos relatórios e a instituição começou a perceber também, foi um dos motivos também que acabaram me demitindo. Quando eu fiquei muito doente no ano passado, logo quando os meninos chegaram, eu tive um problema em um braço, perdi os movimentos dele durante um mês e meio. Fiquei internada e ninguém descobria o que era, disseram que era celulite, que era câncer, infinitas coisas. Me recuperei do braço sem ter um diagnóstico, mas comecei a ter inchaço em outras partes do corpo. Eu já tinha dores nas articulações por conta da alfa talassemia, mas, no mês de março [do ano de 2018], começaram a se intensificar e eu tinha dificuldade para sentar, levantar o pé, deitar e muita indisposição. Depois de passar por vários especialistas, fui diagnosticada com síndrome de Sjogren. [...] E nem sabia, mas a síndrome de Sjogren dá fadiga também, então as vezes estou deitada na cama e se eu for virar de lado, já fico cansada. Passei a ter enxaqueca também, acho até que por conta das dores. A reumatologista disse que eu precisava cuidar do meu estado emocional e disse que a minha dificuldade pra chorar, liberando as emoções, junto com a síndrome, afeta as glândulas e a parte psicológica também. Eu, mesmo com a minha mãe aqui, eu sou o arrimo da família, então nunca quis demonstrar fraqueza, até por conta dos meus filhos. Teve uma época que nem água eu bebia, não conseguia comer e emagreci 30 quilos. Todo mundo que estava perto percebia que eu estava deprimida e eu não queria aceitar isso, porque eu pensava, existem tantas situações piores do que a minha, eu não posso estar com depressão porque, quem vai cuidar da minha família? Quem vai cuidar das meninas? [...] Mas quando eu me vi querendo ficar só no quarto e percebi que os meus filhos seguiam o mesmo ritmo que eu, e ficavam dentro do quarto comigo, eu disse para mim mesma: não! Eu preciso ter ânimo pra mudar isso, eu não vou poder criar eles assim, porque que eu vou adoecer e eles também! E, não faz muito tempo que eu procurei o psicólogo, o psiquiatra e estou me cuidando.

Diante do quadro que foi exposto, é possível inferir que há uma relação entre o agravamento das condições de saúde e a carga emocional que ela direcionava para o seu trabalho. Maria nos conto, que se identificava muito com as adolescentes e que era muito difícil para ela, não carregar tanto sofrimento. Assim, sobre a sua saída da instituição de acolhimento, tem-se que:

Quando fui demitida dessa instituição, fiquei bem surpresa, porque, todas as meninas fizeram tipo uma rebelião, umas fugiram, disseram que iam se matar, foi uma confusão no abrigo, fizeram protesto e gritavam: “Tia Maria! Tia Maria!, Tia Maria, tem que voltar!”. Só que, realmente, já estava no tempo de repensar, fui demitida, mas, já estava pensando mesmo em encerrar. Porque é bem complicado essa questão de você ver todas essas realidades dessas adolescentes e muitas vezes você não tem o que fazer. Então isso é bem complicado, a gente acaba se apegando mesmo a esses casos e aí começa a trazer para sua casa e para a sua hora de dormir, todas as situações! E chega uma hora e a gente percebe que não tem mais como dar continuidade, porque já saiu do profissional para o pessoal, vira uma mistura. Eu já tinha percebido que já tinha misturado e que estava na hora de dar um tempo e, também porque era muito desgastes. Fui demitida por eu querer defender mesmo as meninas, não me importava a instituição ou o juizado, eu queria era garantir o direito delas! Então eu gritava muito, eu falava na instituição, eu debatia, qualquer lugar que eu fosse, eu brigava com qualquer um por conta de garantir o direito delas! (Maria).

Maria, teve uma experiência intensa e, dentre as entrevistadas deste estudo, foi a única cujas interações nos seus sistemas familiar e de trabalharam conduziram para a adoção de crianças e, também, adolescentes, pertencentes ao contexto da instituição na qual atuava.

8.5 A Pessoa: Joana

Joana, tem 45 anos de idade, vive em uma união estável, não tem filhos, reside na cidade de Salvador/BA, concluiu a graduação em serviço social no ano de 2011 e possui especialização em sistema de gestão da qualidade, saúde e meio ambiente.

O abrigo em que Joana atuou, é classificado para o atendimento de crianças de zero a 07 anos de idade, com capacidade para 20 acolhimentos. Apesar de ter um perfil de acolhimento definido, nos casos em que não ocorriam a reinserção familiar ou adoção, o abrigo mantinha essas crianças que chegavam dentro da faixa etária estabelecida até completarem a idade de 17 anos e 11 meses.

A instituição entendia que “*não se pode pegar uma criança e depois jogar no mundo sem nenhuma perspectiva!*” (Joana). Assim, o abrigo mantinha uma casa para que esses jovens pudessem morar até conseguir uma autonomia para seguir a vida. A participante atuou nesta instituição, na função de assistente social, por um período de um ano e quatro meses, cumprindo uma carga horária de 30 horas/semanal.

8.5.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.

As atividades realizadas por Joana no abrigo contemplavam as ações de: acolhimento e entrevista com a criança, quando era inserida na instituição; acompanhamento situacional dos acolhidos; encaminhamentos para programas e serviços; elaboração de relatórios; visitas domiciliares; acompanhamento nos processos de reinserção familiar e de adoção.

No que tange à fase inicial do processo de acolhimento, Joana descreve o seguinte roteiro:

Eu acolhia as crianças, quer dizer, quando chegava no meu horário de trabalho ou em dia de minha escala, porque eu trabalhava em dias alternados. Mas quando eu não estava presente [no abrigo], a cuidadora ou a presidente da instituição, se tivesse lá, acolhiam a criança que o conselho tutelar trazia. Junto com a psicóloga, eu fazia a triagem daquela criança, a entrevista com ela, para conhecer a história e fazer o cadastro, que era encaminhado na ficha de acolhimento pra o juizado. A gente tinha que fazer todo o processo para que essa criança tivesse um registro e para que o juizado soubesse que naquele momento, aquela criança se encontrava sob os nossos cuidados. Também eram inseridas no sistema educacional, as crianças em idade escolar.

Um diferencial da ação de inserção escolar, é que a equipe técnica preparava as crianças, que por serem pequenas, não sofriam muito o impacto da evasão escolar, para concorrerem a bolsa de estudo ofertada por intermédio dos processos seletivos realizados por escolas particulares, localizadas no entorno do abrigo. Disso decorre que uma boa parte das crianças estudavam em instituição privada e vivenciavam uma realidade com possibilidades diferentes da sua situação no contexto de origem. Esta inserção também apresentava um impacto considerável no acesso a educação destas, principalmente para as que permaneciam na condição de bolsista por mais tempo.

Contudo, também fazia parte das atribuições de Joana, estar atenta às particularidades de cada caso, como consta abaixo, uma situação envolvendo três irmãs que vieram acolhidas de outro abrigo e que não tinham mais contato com a família de origem:

Tinha um grupo três irmãs, que estavam com as idades de 8, 9 e 11 anos e que passaram no processo seletivo [bolsa de ensino] para uma escola particular muito boa. As duas mais velhas se adaptaram ao ritmo da escola, mas com a menor, tivemos problemas em função dela ser muito protegida na escola anterior, então quando ela chegou na nova escola, que ela não teve a super proteção, ela criou uma rejeição a escola. Ela fazia muita cena dentro da escola, fui chamada diversas vezes, até o ponto que a menina pediu para sair e disse que não iria mais, que não adiantava e aí, ela voltou para a escola pública. Quando eu saí do abrigo, elas estavam em processo de adoção, tinha uma família que já estava acompanhando, inicialmente somente uma seria adotada, a nossa luta era para que não separasse as irmãs. Mas chegou a um determinado patamar que a gente via que não aconteceria a adoção das três, porque era uma dificuldade. Quando uma aceitava, as outras duas resistiam, a mais velha era sempre mais maleável, porque ela estava ansiosa para sair do lar, ela não aceitava aquela situação de estar em uma instituição e tinha uma outra cabeça, era uma menina muito aplicada, gostava muito de ler, então tinha uma outra visão de mundo. Se você chegasse lá, ela estava com lendo e pedia livro para todo mundo, e ela não lia livros *bobos*, eram livros em que realmente angariava conhecimentos. Mas, um ano depois da minha saída, as três foram adotadas. Foram duas para uma família e uma para outra, mas que são membros de uma única família extensa. De alguma forma estão juntas e não foram separadas. (Joana)

As três irmãs chegaram para o alcance de Joana, sem uma história de vida anterior, pois o abrigo que elas já vinham acolhidas a mais de dois anos, havia pegado fogo e todos os documentos e informações que estavam nos arquivos foram perdidos. Isso poderia ser uma situação sem perspectiva de investigação, mas Joana não aceitava uma página em branco e se atentou ao sobrenome das meninas, que era bem diferente e disso, Joana fez a seguinte descoberta:

[...] Descobri em nossos arquivos que, além delas, elas já tinham tido duas irmãs que eram mais velha e que tinham sido de lá do abrigo. O nome dos pais delas não eram nomes comuns, então quando olhei o nome eu disse: esse nome pode me dizer alguma coisa! Fui ao meu arquivo de trabalho, e descobri que as duas tinham sido adotadas internacionalmente. Uma saiu com 3 anos de idade e a outra com quase dois anos e estavam muito bem, porque eu busquei todas as informações, busquei a família em rede social e aí encontrei, estava lá e era uma semelhança surpreendente entre as irmãs. Os pais delas eram usuários de drogas, dependentes químicos e não aceitavam tratamento, e as meninas viviam expostas, em situação de risco e negligência.

Dessa forma intuitiva, Joana decifrou uma parte da história familiar daquelas três meninas e também percebeu que investir na família não era uma possibilidade acessível. E aí, entre em cena uma mulher, voluntária do abrigo anterior, e que exercia

um apadrinhamento daquelas meninas, era uma espécie de “madrinha”. Existia um vínculo afetivo entre esta madrinha e as três irmãs, o que fez com que esta senhora continuasse acompanhando as meninas na nova instituição. Mas, apesar do vínculo e convivência, e das meninas nutrirem uma esperança de serem adotadas por esta pessoa, a madrinha deixava claro para elas que não poderia adotá-las, mas que estaria perto e elas sempre passavam uma parte das férias e as datas comemorativas na companhia da madrinha. Esta situação trazia um pouco de revolta para as meninas, pois elas fantasiavam uma possível adoção e todo o retorno dos passeios e férias eram acompanhados por rebeldia por parte delas.

A voluntária era muito presente na vida daquelas crianças e já as acompanhavam desde quando foram acolhidas na instituição anterior. Assim, as informações que faltavam nos relatórios e encaminhamento, foram acessadas:

As meninas foram acolhidas porque os pais, dependentes químicos, abandonavam elas. Depois de um tempo que estavam no abrigo, a mãe foi assassinada e o pai sumiu de vez. Na verdade, se você analisar, ela [a mãe] não criou nenhuma das filhas, as duas primeiras foram adotadas, as outras também foram acolhidas, então ela não criou nenhuma e morreu grávida. (Joana).

O acesso a estas informações não trouxe implicações diretas ao caso em si. Contudo, acalmou a angústia da assistente social e, supomos, de toda a equipe, impulsionando para ações voltadas para inclusão dessas irmãs, de fato, em um contexto familiar adotivo. Além disso, também, passou a constar no cadastro delas, a existência de duas irmãs mais velhas, que também foram adotadas. Este tipo de informação, em algum momento da trajetória dessas cinco irmãs, pode significar uma possibilidade de reencontro dos laços de parentesco.

De acordo com o que foi explicitado no parágrafo anterior, inferimos que, em alguns casos, as ações direcionadas à família de origem ficam impossibilitadas pela ausência de informações direcionadas à localização de componentes da família extensa. Mas, no casos em que há uma identificação do maior número de pessoas com parentesco, as intervenções para a reinserção podem ser potencializadas, inclusive otimizado tempo direcionado a esta ação. Visto que a vinculação afetiva pode ser (re)construída e a reinserção familiar ser concretizada. Como consta a seguir:

Teve um bebezinho que chegou no abrigo com menos de um mês de nascido filho de uma mãe usuária de drogas. O pai do bebê nos contou que teve relações com ela e que ela era garota de programa e ele não sabia que havia engravidado dele. Quando ela estava perto de parir, procurou esse pai pedindo um apoio para os dias em que o bebê nascesse. Imediatamente foi apoiada por ele e a família [o pai estava desempregado e morava na casa de sua mãe] e ficou morando com eles. Mas, depois ela evadiu da casa levando a criança que estava com poucos dias de nascida. Eles ficaram sem saber por onde a criança estava, e a mãe ficou morando nas ruas com o filho. Quando a criança teve um problema de saúde e foi levada ao mesmo hospital onde nasceu, essa mãe desapareceu do hospital. A criança foi conduzida para o abrigo e conseguimos localizar o pai através do registro que foi feito na maternidade, quando a criança nasceu. Fizemos todo o acompanhamento com este pai e a família dele. Quando o bebê saiu do abrigo, estava com seis meses de idade. (Joana).

Neste ponto da fala de Joana, dois aspectos chamam a nossa atenção. O primeiro se refere à entrada imediata da criança em uma medida protetiva de acolhimento institucional de alta complexidade, quando o próprio hospital tinha em seus registros, o número telefônico do genitor da criança. Logo, como a criança estava desacompanhada no hospital poderia ter sido iniciado uma busca pela sua família ainda durante o período em que estava sob a responsabilidade do hospital. O segundo aspecto, complementar ao primeiro, foi o tempo em que a criança ficou em acolhimento institucional, quando havia o desejo da família em tê-la de volta e ela poderia se beneficiar de uma interação afetiva e exclusiva em seu ambiente familiar. Os ritos processuais e a burocracia, em si, implicaram em seis meses de institucionalização de uma criança. Joana apresenta um desfecho para este caso que confirma estes dois aspectos por nós levantados, como podemos observar:

Saí do abrigo um pouco depois desta reinserção, mas ele [o pai] me mandava fotos, mostrava como era que a criança estava e assim, eu percebia que a família do pai não era uma família de que não tinha muita condição financeira, mas tinha o suficiente para se manter. E dava para perceber que era uma família, que mesmo na situação que estava, na casa da avó tinha todo o suporte para a criança, e o menino foi morar lá, junto com o pai. Todos da família paterna estavam muito acolhedores, esperando o bebê, que ainda, quando estava no abrigo, as tias iam duas ou três vezes na semana visitar, o pai ia todos os dias. No começo do acolhimento, o pai estava desempregado e aí ele disse: "Eu vou correr atrás porque eu quero meu filho!", era o primeiro filho dele, e ele conseguiu um emprego! O bebê foi crescendo e cada dia que esse pai chegava tirava fotos, porque o menino estava ficando cada dia mais fofo, ele era bem *moreninho*, com aqueles cabelos cheios de cachos. Esse pai acompanhava tudo e estava ansioso para levar o filho para casa. No dia

da audiência, o juiz decretou a guarda para o pai e este pai saiu de lá, direto para o abrigo, dizendo que não poderia esperar mais para buscar o filho. Mesmo com dificuldade financeira, ele já tinha comprado o berço, organizado as coisinhas do filho, o quarto estava todo bonitinho para a criança, tudo arrumado. A criança voltou para a sua casa e o abrigo acompanhou durante os seis meses. Eu observava o cuidado e sentia que valeu a pena!

Fundamentalmente, na experiência profissional de Joana, as práticas direcionadas ao acompanhamento da família da criança acolhida, centrava-se em: reuniões conduzidas pela equipe técnica, no espaço institucional, em que eram tratadas as questões referentes ao acolhimento da criança e orientações à família; encaminhamentos aos programas sociais, equipamentos e serviços que se fizessem necessário; e as visitas domiciliares ocorridas para análise da estrutura domiciliar, o que era devidamente registrado em relatórios e direcionados ao Juizado, ao Ministério Público e a Defensoria e também subsidiava o parecer da equipe técnica quanto às possibilidades de reinserção; as visitas domiciliares para o acompanhamento familiar durante os seis meses de reinserção da criança; entrega de cestas básicas no período de acompanhamento da reinserção.

8.5.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar.

Ratificando as implicações do acolhimento institucional de crianças, a partir de uma permanência no serviço, até atingir uma faixa etária limite, Joana afirma que buscar a reinserção familiar é sempre o primeiro caminho a ser seguido pela equipe técnica. Neste momento, identificamos em suas falas, que a inclusão da família extensa no processo, logo que fosse possível, era uma forma de intervir junto ao sistema familiar da criança. Joana diz que:

O objetivo é que a gente faça a reinserção dessa criança em sua família biológica, seja para os pais ou para alguém da família, tio, tia, avó, avô, do núcleo paterno ou materno. Mas o nosso foco maior, é que realmente sejam os pais, desde quando não tenha a questão da criança ter sido agredida pelos pais, nestes casos específico, a gente já tem um olhar diferenciado, quando envolve agressão, violência sexual, esse tipo de coisa, então a gente não tem o objetivo de reinserir essa criança aos pais biológicas e sim à família e

posteriormente, se não houver a possibilidade de voltar para a família, aí a gente vai buscar a adoção. Mas isto é só em terceiro caso, porque primeira opção são os pais, segunda a família e terceira que é a adoção.

Mesmo tendo a reinserção na família de origem como um objetivo já estabelecido na prática institucional, a possibilidade da criança ser disponibilizada para a adoção, margeava o processo e também a rotina de trabalho da equipe. Pois a idade da criança, associada ao tempo, motivos do abrigamento e à condição do contexto familiar, são fatos que não podem ser ignorados pela equipe técnica. A participante reafirma os limites que a idade pode gerar em um processo de adoção, ressaltando que:

A partir de 7, 8 anos já começa uma idade que, normalmente as pessoas não querem adotar, a preferência é sempre os menores, principalmente os bebês, em especial. O que eu acho injusto, mas é a realidade, aí a partir de 7, 8 anos eles já são liberados para adoção internacional. (Joana).

Considerando os números de casos de crianças reinseridas em suas famílias e os de crianças que foram adotadas, Joana revela que:

Eu tive mais adoção do que reinserção, eu tive apenas uns três casos de reinserção, os outros eram adoção. Os outros foram adotados e adotados por famílias com boas condições financeiras, famílias bem sucedidas, na maioria dos casos lá. Eram raros os casos de ir para um família de origem humilde, na maioria eram pra família bem sucedidas mesmo.

Vale lembrar, que o abrigo no qual Joana atuou, tinha o perfil estabelecido para o atendimento de crianças com idade entre 0 e 07 anos. Todavia, como ela mesma mencionou, *“as crianças que chegavam dentro dessa faixa etária, nós mantínhamos elas [dentro do abrigo], se não houvesse a adoção ou a reinserção, elas ficavam com a gente até completar os 17 anos e 11 meses.”* (Joana).

Essa adequação do perfil, para atender os que já estavam acolhidos, Joana considera importante, pois não incorre em mais um rompimento de vínculos para os acolhidos. Contudo, ela considera que a presença de adolescentes no abrigo era um

complicador, pois exigia outras posturas e ações da equipe, mediante a diferença de demandas decorrente do estágio de desenvolvimento desses adolescentes.

Por fim, tecendo uma avaliação acerca dos processos de reinserção que acompanhou, Joana avalia que:

De todas as crianças que eu encaminhei, que foram reinserida na família de origem, somente uma criança que eu soube que estava passando por tudo novamente. E foi uma dessas reinserções em que a criança não voltou para a mãe. Ela foi entregue para o pai, que já estava em outro casamento e, quando a criança foi parar no abrigo, ele não tinha conhecimento da existência dessa criança. Ele correu atrás, registrou, fez tudo direitinho e conseguiu ficar com o menino. A criança estava com 05 anos de idade e é um menino lindo por sinal! Fizemos o acompanhamento, ele [o pai] foi pegar as cestas básicas que a o abrigo dava durante seis meses e aí depois desses seis meses que ele parou de pegar as cestas, ficamos sabendo, através de uma pessoa que ligou para o abrigo e disse que a criança estava de novo *na mão* da mãe. Mas já tinha passado nosso período de acompanhamento.

O caso acima retrata uma reinserção em família nuclear, visto que a criança foi reinserida junto ao pai. Contudo, foi vista como não bem sucedida, pela assistente social, pelo fato do pai ter entregado à criança para a genitora, cuja a conduta no trato com o menino foi o que gerou o acolhimento.

O menino foi acolhido aos quatro anos de idade por conta das agressões da mãe, ela saía pra festa e deixava a criança presa em casa sozinha com fome. Teve a denúncia e pegaram [o Conselho Tutelar] ele sozinho em casa. Ela ia para as festas, passava noites na farra e o menino sozinho em casa. Agora a mãe está vivendo [relacionamento homoafetivo] com uma mulher, e a criança morando com ela novamente e sofrendo as mesmas coisas de antes. Foi um caso mal sucedido, porque a perspectiva não era que ele voltasse para mãe, ele foi entregue ao pai, era de responsabilidade do pai! E aí, para essa situação ser revista teria que ter uma nova denúncia e a criança retornaria para o abrigo. (Joana).

Aqui é explicitado um ponto cego da medida protetiva, que é a dificuldade de comunicação e interação entre os mecanismos que compõem a rede de proteção à infância e a adolescência. De fato, o menino que foi reinserido não estava mais sob a responsabilidade do abrigo, contudo, houve uma denuncia que foi canalizada à instituição que não tem esta atribuição, mas que foi quem acolheu a criança e esteve a frente do processo de reinserção. A opção adotada pelo abrigo em não acionar

diretamente a rede e, se resguardar apenas na orientação à pessoa denunciante para que ela acionasse o Conselho, deixa em cheque a responsabilidade da equipe técnica quanto ao seu olhar para aquele caso.

8.5.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada

A identificação do contexto da criança era baseada, principalmente, nas observações feitas por Joana nas visitas domiciliares e complementadas com as informações colhidas nas entrevistas realizadas com a criança e a família.

Isto posto, identificamos que Joana tinha um perfil traçado do contexto das crianças que eram acolhidas no abrigo em que ela atuava. Extraímos da fala da nossa entrevistada, a seguinte caracterização deste contexto:

Lá na instituição o que é que acontecia, a situação da maioria das crianças, na sua grande parte, os pais eram usuários de drogas, viviam em situação de rua. Então é uma situação muito difícil! O que é que um pai que está ali na rua pode oferecer? Mesmo, a gente sabendo que deve existir uma família extensa, mas os pais biológicos estão nas ruas, são dependentes químicos e que não tem nada a oferecer. E uma boa parte das crianças ficava com eles, vivendo em situação de rua. (Joana).

Assim, temos um contexto que envolve situação de rua, exposição e negligência, sem falar das possíveis violências e abusos que estas crianças estavam expostas, quando acompanhavam os pais. Ou, como acontecia em outros casos, as crianças ficavam sozinhas em suas casas, sem a presença de um adulto, sem alimentos e sem cuidados mínimos, visto que um criança que está em uma faixa etária de 0 a 07 anos não possui recursos para cuidar de si mesma.

Quanto à família extensa, temos o seguinte panorama:

A família extensa nem sempre querem a criança, é lógico que tem aqueles que sim, mas a maioria não quer. Principalmente quando os pais são problemáticos e que aquela criança, em algum momento, vai trazer problemas para família, porque os próprios pais vão querer pegá-la de volta e, corriqueiramente, vai ter aquela discussão de não aceitar, de querer tirar dali e é muito complexo. Porque as vezes você sabe que os pais não tem condições de tê-los, contudo eles sabem que são filhos dele e quer estar ali em algum momento com aquela criança. (Joana).

De forma a subsidiar essa contextualização, Joana exemplifica uma situação em que se deu o conflito entre a mãe e o componente da família extensa que aceitou a reinserção da criança:

Tive um caso de reinserção na família extensa em que a mãe pegou os filhos na casa da irmã dela para passar um final de semana e não devolveu mais. Isto aconteceu já no finalzinho do meu trabalho lá, eu já estava saindo do lar quando obtive essa informação. A mãe não tinha condições de ter a guarda dos filhos e eram duas crianças. A tia quem ficou com a guarda me ligou e disse: “Joana, e agora, eu não sei o que fazer!”, e eu disse para ela que se acontecer qualquer coisa com as crianças era ela quem iria responder, porque a guarda estava com ela. E tinha pouco tempo que estavam com a tia, uns 3 meses mais ou menos, e aí a mãe começou a fazer visitas, começou a querer ficar na casa, a irmã não sabia o que fazer, e quando pensou que não, a mãe chegou e disse: “eu vou passar um final de semana com as crianças!”, levou os dois e não voltou mais.

Diante do exposto, nesta categoria, podemos inferir que a instituição acolhimento na qual Joana atuava na função de assistente social, atendia uma demanda de acolhimento de crianças (com idade entre 0 e 07 anos) advindas de contextos familiares com realidades muito próximas. Em sua maioria, eram filhos de dependentes químicos, que viviam em situação de rua, com pouca proximidade junto a família extensa, vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidades.

Logo, a família nuclear já chegava no contexto institucional, em sua maioria, desarticulada e/ou em situação de abandono e/ou com uma dissociação com a realidade causada pelo uso contínuo de substâncias psicoativas, e com pouca ou nenhuma interação e/ou vinculação afetiva com a família extensa. Esse perfil pode justificar o baixo número de reinserções na família de origem e a maior incidência de adoções.

8.5.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância

Para Joana, o que incide sobre a efetivação de um processo de reinserção é o desejo da família em ter a criança de volta ao meio familiar e a capacidade desta

família, seja ela nuclear ou extensa, em se (re)organizar e manter uma estrutura de cuidados e segurança. Ou seja,

Primeiro tem o querer, porque tem aqueles [família] que querem a criança e tem aqueles que não têm interesse mesmo. Tem casos que se tem acesso a pessoas da família e tem muitos casos que não temos acesso, sabemos muita vezes dos pais, mas não conseguimos ter acesso aos vínculos familiares com outras pessoas, a não ser com os próprios pais que, infelizmente na sua maioria, não têm condições de mantê-los. (Joana).

Observamos que os momentos com a família faziam parte da rotina de trabalho da equipe técnica. Entretanto, a adesão da família às ações que integravam o plano estabelecido para a reinserção, ocorria em uma conjuntura insuficiente ao que se era esperado pelos profissionais envolvidos no caso.

As interações que ocorriam com o sistema familiar da criança, dentro do abrigo, seguiam uma dinâmica de entrevistas onde eram tratadas as questões referente ao acolhimento e a possibilidade ou não da reinserção. Todavia, como já foi mencionado anteriormente, havia um número considerável de crianças filhas de dependentes químicos e com família extensa que, por suposta escolha, permanecia distanciada, assim, esses contatos não eram contínuos. Disso decorre, que a aproximação mais direta com o sistema familiar da criança, ocorria nas visitas domiciliares, que, na equipe técnica, eram uma atribuição da assistente social.

Neste ponto, identificamos a efetivação de uma parceria existente entre o abrigo e o Conselho Tutelar. Visto que nos relatos de Joana, foi mencionado que quase todas as visitas domiciliares que ela realizou, foram em conjunto com o Conselho, que conduziam no carro deles a nossa entrevistada até a casa da criança.

Normalmente eu ia com o conselho tutelar, porque na maioria dos casos as famílias moram em zonas de perigo, [...] então normalmente ia acompanhada daquele conselheiro que foi quem encaminhou a criança. Agendávamos com eles antes, para que pudessem nos acompanhar, acho que só fiz sem conselho tutelar umas duas visitas, as demais, todas eu fiz acompanhada pelo conselho. (Joana).

Desta parceria, extraímos os seguintes aspectos facilitadores desta ação integrada: uma segurança por se tratar de áreas consideradas de risco e também uma otimização do tempo gasto com a visita, pois eles utilizavam como meio de transporte o carro do Conselho. Apesar disso, também identificamos como sendo um aspecto

dificultador, a presença do conselheiro que efetivou a retirada da criança da sua família, em todas as visitas realizadas, pois podia incorrer em uma postura reativa por parte da família.

Outra interação realizada, envolvendo a Rede, eram as capacitações e reuniões promovidas pelo Juizado e que reunia todos os profissionais que atuavam no sistema de proteção à infância e à adolescência. Sobre esses encontros que eram tido como capacitação da equipe, Joana considera que:

Participávamos de encontros para a capacitação, geralmente tínhamos reuniões no juizado e sempre tinha aqueles seminários de atualização das situações pertinentes às crianças. Sempre estávamos fazendo alguma coisa junto ao juizado, às vezes ao conselho tutelar também, defensoria pública sempre realizava seminários, e nós éramos convocadas.

As capacitações que Joana participou, versavam sobre as discussões em torno do ECA, das Orientações Técnicas, Diretrizes e Planos, dos mecanismos legais da medida protetiva, dos documentos que eram confeccionados e as atualizações que surgiam.

Tecendo uma avaliação acerca do funcionamento da Rede, o ponto de vista de Joana é:

Eu penso que existem burocracias muito grande, porque tem muita gente na fila para adotar, passam anos, e as crianças também passam anos nos abrigos. Tem coisas que eu acho que deveriam ser mais praticas. As vezes fica naquele processo, enviando relatórios e mais relatórios, você vai e volta muitas vezes e não vê o processo andar. Tem situações que você deixa claro que não tem condições de reinserção e não é considerado. Muitas vezes eles [juizado] colocam muito que é a forma como determinamos no cadastro o perfil daquelas crianças, só que muitas vezes não é isso, porque tem pessoas que deixam em aberto as características e mesmo assim ficam na fila.

Observamos, que ao abordar o funcionamento da Rede na avaliação exposta acima, Joana se refere às articulações com o Juizado, principalmente ao andamento dos processos e as audiências. Apresentaremos a seguir o caso de uma criança que foi relatado pela nossa entrevistada, como uma história que a marcou:

Teve uma menina que chegou no abrigo com 7 anos, já na faixa etária limite, ela foi entregue ao conselho tutelar por uma vizinha que ficou com a garota quando a mãe adoeceu, sofrendo 3 ou 4 AVC. Visitei a mãe e observei que ela estava bem comprometida. Quando retornei e sentei para conversar com a menina, ela começou a relatar algumas situações de medo, busquei mais

informações junto à vizinha que ficou com ela. Esta vizinha entregou ao Conselho, porque ela ficou inicialmente como um socorro, acho que o pai prometeu dar as despesas e não cumpriu e aí ela começou a se ver em uma situação mais difícil e entregou a menina para o conselho tutelar. A menina quando chegou [no abrigo] eu sentia que ela tinha um certo receio da mãe e aí quando eu fui conversar com essa vizinha e também falei por telefone com a avó paterna que morava no interior, elas relataram que a mãe não deixava a menina brincar com ninguém, a menina ia para escola, da escola ia pro balé, nessas associações de bairro, que ela tinha uma casa bem arrumadinha, com tudo que era possível ter e devido ao AVC que ela veio passar pelas dificuldades. Mas ela maltratava a menina, saía pela rua puxando a menina, ela não tinha paciência e batia na menina. Mas depois analisando o caso, eu acho que ela tinha algum distúrbio. Quando eu chamei a menina pra visitar a mãe, ela não quis ir, se recusou, achei estranho, porque na casa dela ela tinha tudo, ela tinha brinquedo, no quarto dela quando eu cheguei as bonequinhas todas arrumadas, tinha tudo, mas existia um maltrato e ela na minha frente assustada dizendo: “tia eu não quero ir! Não quero, não quero!”, tentei argumentar dizendo: mas porque você não quer ir? Sua mãe está *dodói*, sua mãe está precisando um pouco, ela quer você!. Mas a menina estava irreduzível e eu não consegui levar, a Psicóloga começou a acompanhá-la. (Joana).

Neste alcance da fala de Joana, são evidenciados os maus tratos sofridos pela criança e a sua resistência, que mesmo ainda com pouca idade, se manteve firme no posicionamento. Também é mencionada a presença da psicóloga no acompanhamento da criança. A equipe técnica precisava desatar os nós deste caso e reinserir aquela menina, pois ela tinha pessoas da família extensa interessadas na criança. Como continuou no relato de Joana:

[...] A tia [materna] se aproximou, eu acompanhei a tia, fiz algumas visitas, a tia ia no abrigo, mas a menina também não queria ver a tia. Ela foi passar um final de semana com a tia e quando voltou, mesmo a tia querendo levá-la novamente, a menina se recusava a ir. Acho que a tia não maltratava, mas era muito rígida e a casa que era tudo no lugar, não poderia mexer, então foi um lugar que ela não se sentiu bem. Perguntei o porquê dela não querer ir com a tia e ela só respondia: “eu não gostei não, tia!”, perguntei do que foi que ela não tinha gostado e ela respondia que não sabia. Mas era um “não sei” de quem não queria falar. [...] Eu sabia que tinha um motivo, mas a menina não queria entrar nos detalhes e em alguns momentos a gente tem que respeitar e ir tentando aos tirar mais informações. A tia relatava que a mãe da menina era uma pessoa muito difícil e eu conheci a avó materna, que morava próximo desta tia, mas já era uma senhora bem idosa e que já precisa de cuidados e, além de não ter condições de saúde, também não demonstrou interesse pela criança. Era uma menina bonita, educada e uma coisa que me marcou, que foi no decorrer do tempo, ela brigava muito com as outras crianças, ela teve uma mudança de comportamento, eu senti que ela começou a ser mais agressiva, [...] eu acredito que tenha sido em função um

pouco do que ela passou e no fundo ela queria muito ficar com o pai, mas o pai não tinha condições de ter ela.

Desta forma, diante da relutância da criança em conviver com a família materna, percebemos que o desfecho deste caso, que antes, aparentemente, seria facilmente resolvido com a reinserção, agora estava distante. Contudo, apesar da criança não ter convivência com a família paterna, surge a sua avó, que morava em outra cidade e também estava acompanhando e desejando ficar com a neta. Dessa nova possibilidade, Joana nos conta que, *“a menina também queria ir para o interior morar com a avó paterna, mas o juizado, tudo que ele induzia era para a reinserção com a tia. Porque aí a gente estaria conduzindo a criança para outro município”*. Ou seja, direcionar a reinserção para a tia materna era, para o juizado, a decisão mais cabível. Mas, e a perspectiva da criança? Infelizmente, não estava sendo considerado o medo e o histórico de maus tratos.

Em tal caso, os aspectos burocráticos não permitiam que fosse considerada uma outra possibilidade de reinserção, que continuaria na família extensa, mas em outro município e junto à família paterna. Assim, Joana encerra este caso informando que: *“saí da instituição e ela continuou e não sei como está agora, tem próximo de oito meses que estive na instituição e ela ainda permanecia lá e não era uma criança para estar em abrigo, ela tem família!”*.

A participante nos informou que era comum que algumas crianças ficassem resistentes à possibilidade de retornar para a família e que mencionavam que gostavam de ficar no abrigo devido ao cuidado que elas tinham e à boa estrutura física da casa (o que não era a motivação do caso supracitado). De acordo com Joana, o abrigo era muito organizado, a presidente da instituição era muito exigente e ela procurava manter uma qualidade do serviço para garantir o bem estar das crianças.

Neste abrigo, também tinha um trabalho engajado de voluntários, que estavam presentes no dia a dia da instituição e não deixavam faltar nada às crianças. Joana ressaltou que:

O abrigo tem um grupo de voluntários muito forte e com poder aquisitivo, eles se reúnem em prol de algum objetivo e resolvem tudo rapidamente. Um exemplo, eles chegam lá e observam que uma cama está quebrada, na mesma hora eles já começam a trocar mensagens, ligações e resolvem a situação. Quando não resolvem é porque realmente era algo que não tinha como ser resolvido, mas o que for possível, eles fazem.

A presença do voluntariado bem articulado e com poder aquisitivo para suprir algumas fragilidades institucionais, ao nosso ver, ameniza alguns dos impactos do acolhimento. A realidade deste contexto que Joana trabalhou, permitia que crianças fossem inseridas em escolas privadas e tivessem uma casa com um espaço adequado para o atendimento de crianças.

8.5.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.

Joana graduou-se em assistente social no ano de 2011 e iniciou a sua trajetória em serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo, no ano de 2014, cumprindo uma carga horária semanal de 30h. No abrigo em que atuou, compôs a equipe técnica juntamente com uma psicóloga.

Refletindo sobre a motivação para adentrar neste universo de trabalho, Joana afirma que:

Adquirir experiência e eu sou apaixonada por crianças, não sou mãe, mas sou apaixonada por criança. E até mesmo a questão do salário [baixa remuneração] não me incomodava, porque eu gostava tanto do que eu fazia e era uma forma de estar me doando àquela situação. Então, eu até esquecia a questão do salário porque era tão prazeroso estar com eles, de poder de alguma forma participar da vida deles, que isso da baixa remuneração até que passava.

Joana, atuou como componente da equipe técnica de uma instituição de acolhimento para crianças, por um período de um ano e quatro meses. Apesar dela mencionar que o salário recebido era um valor considerado baixo, o seu desligamento foi motivado por outra questão, a saber:

Saí do abrigo porque me desentendi com o administrador da instituição, ele queria entrar em uma parte que não cabia a ele. Ocorreu um desentendimento em um final de semana entre duas funcionárias e as crianças se envolveram na discussão, tomaram a defesa de uma e passaram a ofender a outra cuidadora, que passou mal e precisou ser hospitalizada. Mas esta cuidadora era uma pessoa muito difícil, tinha pouco tempo na empresa, mas era uma pessoa difícilíssima no convívio. Volta e meia eu precisava chamar ela para uma conversa, para uma orientação, mas ela tinha um quê de superioridade e não aceitava ser chamada atenção, ela sempre tentava criar alguma situação de tensão. E em um final de semana ela teve essa discussão e as crianças chamaram ela de bruxa, falaram um monte de coisas, chamaram ela até de macumbeira e de feiticeira. Foi um horror, ela foi hospitalizada e ficou internada por dias, e aí o administrador, disse que a culpa era minha. Eu perguntei a ele onde eu entrava no problema, se eu nem

estava presente, e ele disse que eu não estava cuidando da saúde do lar. Tentei conversar, mas ele gritava comigo e eu disse que não tinha condições de conversar com ele daquele jeito, a psicóloga estava na hora, tentou falar e ele também não permitiu. [...] Optei por deixar ele falar, fiquei parada olhando para ele gritar. No dia seguinte entreguei a ele a minha carta de demissão e disse: eu estudei e não estou aqui para ser gritada por ninguém, eu respeito para ser respeitada! Ele é profissional na área dele e eu sou na minha, então eu não aceitei. [...] Muita coisa eu tinha que me reportar a ele e eu sei que seria complicado, não é que eu seja uma pessoa difícil, mas eu vi que ali não cabia mais, no momento que ele não me respeitou, eu sabia que dali para frente seria difícil a nossa relação. Cheguei em casa e conversei com o meu marido e ele me perguntou: “está esperando o quê?”. Não pensei duas vezes e pedi demissão. (Joana).

Assim, o pedido de demissão foi desencadeado por problemas de relacionamento no aspecto organizacional, envolvendo uma postura equivocada do administrador do abrigo, que ocupava uma posição hierárquica em relação à Joana. Foi atribuído ao trabalho da equipe técnica, especificamente à assistente social, a gestão organizacional do abrigo. Incidindo em uma dissociação do lugar da equipe técnica na instituição. A respeito da postura do administrador, Joana relatou que ele, por vezes, interferia nas ações que eram traçadas por elas (equipe técnica), principalmente, no que se referia à rotina das crianças dentro da instituição. O profissional em questão tinha uma função administrativa e estava subordinado à presidente do abrigo, que apesar de ter uma postura diferente do administrador, não interferia em suas decisões e modos de gerir o abrigo e interagir com os funcionários.

Mesmo tendo ficado por um tempo, relativamente curto, Joana afirmou que a sua trajetória neste serviço trouxe algumas modificações em sua vida profissional e pessoal. No âmbito profissional, ela relaciona à experiência obtida e o conhecimento angariado mediante a sua atuação direta nos contextos que compõem o acolhimento institucional de crianças. Já no que se refere à sua vida pessoal, temos o seguinte relato:

Acho que antes de eu estar no abrigo, eu tinha um desejo maior de adoção, e no decorrer do trabalho, quando se vai vendo que na maioria dos casos existe o fator de serem, acho que lá no abrigo era 90% dos casos, situações de drogadição dos genitores. Então normalmente há uma grande tendência daquela criança, posteriormente, serem também usuários, porque o próprio organismo foi exposto. Relatarei um fato ocorrido que me deixou mais claro isso ainda e eu comecei a olhar diferentemente do meu olhar anterior, fui passando a ter menos o desejo de ser mãe adotiva, mais pelo medo de encarar toda essa situação futura. E assim, também tinham muitos casos de esquizofrenia, eram tantos que eu acabei indo buscar mais informações se a

esquizofrenia é hereditária ou não. Eu fiquei muito com isso, então me criou um certo, não posso nem dizer que bloqueio, mas uma resistência. Ainda não estou 100% fechada, não fechei o ciclo não, mas eu sei que o desejo já não é mais tão intenso. (Joana).

Neste momento ela traz um caso para sustentar a sua fala:

Até mesmo porque eu acompanhei um caso em que a criança adotada, que teve os pais [biológicos] dependentes químicos, geralmente, quando passava em um posto de gasolina com os pais adotivos tinha uma reação. Isso também estava acontecendo com a irmã dele que também foi adotada, tive o mesmo relato, porque a gente buscou unir as famílias pra ver se ambos estavam passando pelo mesmo processo e estavam. Passavam em posto de gasolina, quando sentiam cheiro de álcool eles demonstravam um prazer, uma satisfação grande com o cheiro do álcool, aquilo dava uma sensação de saciedade. Então eu passei a avaliar mais as coisas, considerar que tinha um “pesinho” e aí eu comecei a ponderar uma coisa e outra. Ainda não está descartada a possibilidade, porque cada caso é um caso, e não podemos generalizar, até mesmo porque estudamos justamente para desmistificar essas situações. (Joana).

Joana é casada e não tem filhos. O seu marido tem um filho jovem, concebido em uma relação anterior. Ela nos disse que antes de trabalhar no abrigo, tinha um forte desejo em adotar uma criança. Observamos que a sua experiência no dia a dia, tendo contato com o contexto e o sistema parental das crianças acolhidas, foi um redutor deste desejo. Disso, inferimos que o impacto da experiência no abrigo sobre a relação de cada mulher com a própria maternidade é real, embora em diferentes sentidos.

Contudo, ela também nos contou que conheceu uma criança, que na época estava com 03 anos de idade e que já estava acolhida a dois anos, quando Joana chegou na instituição, e esta criança mexeu muito com ela. Era um menino e ocorreu uma forte vinculação afetiva entre eles dois. Ela queria adotar a criança, mas o seu marido ficou um pouco resistente e também calhou da criança ser adotada. Ou seja, é possível inferir, que acompanhar a realidade do contexto de origem das crianças pode ter causado uma angústia em Joana que atingiu diretamente as suas possibilidades em experienciar a maternagem, por meio de um sistema parental adotivo. Mas o desejo de ser mãe continuava presente, ativo, mas silenciado por ela mesma.

Joana se vinculava tanto àquelas crianças, que cada uma que era adotada ou reinserida, fazia com que ela sentisse cada partida e chorasse muito. Ela convivía com as crianças no abrigo e também levava algumas crianças para passar o final de semana com ela e com a sua família (nuclear e extensa), que também acabavam tecendo uma relação afetiva com estas crianças. Como é possível identificar no relato a seguir:

Lá no abrigo, eu ainda levei algumas crianças para passar o final de semana comigo, tanto que tinha uma menina que eu levei umas 4 ou 5 vezes e aí minha sobrinha, que estava recém casada se apegou a essa menina, ela disse: *“minha tia vou entrar na fila [de adoção] quero cuidar desta menina!”*, mas quando ela pensou em entrar na fila, a menina foi adotada. Minha sobrinha chorou, chorou tanto e eu disse para ela: filha, você não pode concorrer com quem já está na fila e ela [a menina] já tinha um tempinho no abrigo, ela chegou *bebezinha*, já estava preste a fazer 4 anos de idade, não tinha como ela esperar mais! (Joana).

A bidirecionalidade nas interações mesossistêmicas, e também microssistêmicas, repercutiram no desenvolvimento de Joana e também refletiu em seu sistema familiar. Assim, para ela esta trajetória de trabalho significou:

Dentro do que eu vivi, foi uma experiência muito boa, eu gostei muito, acho que foi muito enriquecedor! Além de gostar de criança, eu acho que foi algo que me fez muito bem durante o período que eu estive lá. É uma área que eu gostaria de voltar a trabalhar, apesar de que, a minha vontade sempre foi trabalhar na área de hospital com crianças com câncer. Eu tinha duas áreas que eu tinha vontade de trabalhar, que era a área de crianças com câncer e também a área de menores infratores. (Joana).

Por fim, compreendemos que, quando Joana expressa uma vontade em atuar novamente em serviço de acolhimento à criança e ao adolescente, é um indicativo que houve um atravessamento em sua trajetória de atuação nesta área, mas que este caminho ainda não foi dado como concluído. Ela explicou que o sentido dela trabalhar com adolescente em conflito com a Lei, é: *“se eu conseguir salvar uma almazinha, já fico satisfeita!”*. Por fim, relacionando as duas áreas, criança abrigada e adolescente em conflito com a Lei, como pontos diferentes de uma possível trajetória, exceto quando ocorrem intervenções efetivas que possibilitam um ressignificar da vida e também da própria história.

8.6 A Pessoa: Bárbara

A nossa sexta participante, Bárbara, tem 57 anos de idade, vive em uma união estável (mas morando em casas separadas), é mãe adotiva de duas filhas com as idades de 23 e 25 anos, respectivamente, residente em Salvador/BA. Possui curso superior em psicologia, graduada no ano de 2000, e especialização completa em Gestão Social.

A adoção das suas filhas ocorreu um pouco antes da sua entrada na equipe técnica, na função de psicóloga. O processo de adoção de suas filhas advém de uma reinserção em família de origem extensa, como consta na passagem a seguir:

Temos um laço sanguíneo, são minhas primas de segundo grau. Elas [as filhas] perderam a mãe e uma semana depois perderam o pai e ficaram sem ninguém. Na época eu não tinha todo esse conhecimento que eu tenho hoje, mas a gente enquanto família se articulou para alguém ficar com elas. E aí eu me tornei, enquanto família extensa, essa possibilidade para minhas filhas. Hoje, minhas filhas já são mulheres e já estão cursando a faculdade, mas na época, uma tinha 6 e a outra tinha 8 anos de idade. (Bárbara).

A nossa participante já cursava psicologia no momento da reinserção, e reestruturou a sua vida em todos os aspectos, principalmente no espiritual, para acolher as suas primas. Bárbara era freira católica e esta vocação implicava nos votos de castidade, pobreza e de obediência, além de não poder ter dependentes. Assim, quando trouxe para si a responsabilidade com as duas meninas, ela precisou abdicar dos seus votos religiosos, deixar o convento e assumir um sistema parental, com duas meninas que, já estavam traumatizadas com uma tragédia familiar.

A mãe delas se suicidou na frente das duas, então, no mesmo dia, elas perderam a mãe e perderam três irmãos. Porque antes disso [o suicídio] acontecer, ela assassinou os outros três filhos. Foi um surto! Dias depois perdeu o pai [assassinado], então elas perderam cinco pessoas em sete dias na vida delas. (Bárbara).

A história de vida da mãe dessas meninas foi, segundo Bárbara, de sofrimento e violência; ela sofria, constantemente, violência doméstica impetrada pelo marido. Um dia teve um surto em casa, todos os cinco filhos estavam dormindo, ela pegou a arma que o marido tinha em casa, atirou em três das crianças (que imediatamente

foram a óbito), foi quando uma das filhas acordou, reagiu e se colocou na frente da irmã mais nova (que ainda estava dormindo), com a filha acordada e defendendo a irmã, a mãe não conseguiu continuar com a ação, conservou a vida daquelas duas meninas, e cometeu o suicídio em seguida. O pai desapareceu depois do ocorrido e foi encontrado morto uma semana depois.

As duas crianças sobreviveram à tentativa de assassinato e precisavam sobreviver também à esta realidade do seu sistema parental de origem. Mesmo depois de ter adotado as filhas e com uma vinculação afetiva já estabelecida, em prol da manutenção deste sistema, quando Bárbara se envolveu com o seu companheiro, ela fez uma promessa às filhas:

Uma das promessas que eu fiz às minhas filhas, ao longo da nossa aproximação [Bárbara e o companheiro], foi a preservação da individualidade delas. Elas aceitam ele bem, mas ele continuou na casa dele, as vezes dorme lá, mas a casa é nossa, é minha e delas!

Assim, a adoção modificou a Pessoa - Bárbara, assim como a instrumentalizou para o trabalho que desenvolve no abrigo, junto à família das crianças/adolescentes.

Elas [as filhas] precisavam fazer uma reconstrução de tudo, de vida, de pessoa, de espaço, elas perderam tudo assim da noite para o dia. Então o meu trabalho também teve um pouco desse impacto, no aspecto dessa reconstrução. Eu aprendi muito com as minhas filhas no trabalho que hoje eu realizo, porque eu olho para elas e vejo que dá certo. Deu certo comigo! Eu sou prova que dá certo, eu costumo dizer isso no trabalho, principalmente com as nossas adolescentes, que temos problemas, muitos traumas, mas é possível fazermos um caminho, reconstruir a vida. Então eu acredito muito nisso, senão não seria psicóloga, estaria em outra área, outro lugar, não teria sentido a minha profissão se eu não acreditar nisso. (Bárbara).

Bárbara, trabalha há doze anos em uma instituição de acolhimento, cumpre uma carga horária semanal de 30 horas. O abrigo atende crianças e adolescentes, e além de atuar como psicóloga na equipe técnica, atualmente, ela também coordena a instituição. O abrigo atende crianças e adolescentes com a seguinte faixa etária:

A gente sempre trabalhou com a idade de 0 [zero], porque a gente recebe adolescente grávida e os filhos nascem com a gente, Mas, nós por muito tempo, era sempre foi adolescente de 12 anos pra cima, hoje a gente está

com a faixa etária bem menor, então temos hoje, inclusive, meninos com 7, 8 e 9 anos de idade, além dos bebês, mas os bebês nossos são sempre com a mãe [adolescente]. (Bárbara).

O abrigo com capacidade para 40 acolhimentos, que divide em duas unidades (sendo 20 acolhidos em cada unidade), em dois bairros distintos de Salvador/BA. Cada unidade conta com uma equipe técnica composta por uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, com jornada de 20 horas/semanal e a coordenadora, Bárbara, que atende as duas unidades e também o grupo das educadoras.

Bárbara, também trabalha em uma Ação Social, em um projeto, com vertente católica, que atua com pessoas em situação de rua, ela acompanha os acolhidos que estão no tratamento para usuários de drogas. Este trabalho é desvinculado das suas atribuições no abrigo e é remunerado.

8.6.1 O Processo: A participante e o tipo de acompanhamento direcionado à família da criança acolhida.

De acordo com Bárbara, o trabalho com a família de origem já inicia no acolhimento da criança e do adolescente, no momento de entrada na instituição, como podemos observar na descrição que ela tece sobre como se dá o acolhimento e os objetivos:

Normalmente, quando recebemos uma solicitação e disponibilizamos a vaga, [...] a casa sabe que vai acolher um novo membro, então solicitamos à educadora que já deixe a cama arrumada, o espaço no guarda-roupa livre pra quando a criança chegar e os outros[acolhidos] sabem [que chegará outra criança]. Eu tenho um pequeno, que está ali, José, ele é extremamente ciumento, se José sabe que vai chegar alguém novo, ele já diz: “vou matar, viu tia?”. José tem um mês só com a gente e já “matou” muitos aqui. Tudo é, “vou matar, vou fazer isso”, foi uma coisa que eu identifiquei logo, eu disse assim, “ciumentíssimo”. Mas isso porque ele é um filho de outro relacionamento, e tem essa história, a mãe teve mais dois filhos que é do atual companheiro e aí sobrou José e ela abriu mão dele. A mesma coisa José começou, vamos dizer assim, exigir que a gente não abra mão dele quando chega um novo, uma prioridade. Então assim, cada vez que vai chegar um menino ou menina nova, mesmo que não seja mais novo em idade, mas na cabeça dele é que vai ser substituído, não será mais o mais novo na casa. Então assim, a gente faz todo esse trabalho, tem que conversar com eles.

Desta forma, o primeiro procedimento do acolhimento, antecede a chegada de fato da criança/adolescente, e corresponde à preparação do contexto institucional (funcionários, casa e as crianças/adolescentes já em acolhimento), em uma tentativa de preservação da individualidade dos que ali estão e de quem está para chegar. Na continuidade da descrição temos que:

[...] Fazemos esse trabalho, principalmente, porque o menino e a menina quando chegam já chegam assustados, e eles [os que já estão acolhidos] enquanto pares, da mesma idade, eu acho que consegue fazer um acolhimento melhor do que nós, os adultos estranhos que estão aí. [...] Além disso, sempre pedimos que seja no dia e no horário que esteja eu ou a Assistente Social, para termos esse primeiro momento também, da escuta, de conhecer as perspectivas, diminuir os medos e os anseios. [...]E depois, durante a semana vamos fazendo os atendimentos individuais para saber até onde o que está escrito pelo conselheiro é verdadeiro ou não, [...] tentar buscar da criança e do adolescente a identificação, o número de telefone de família, se tem algum familiar. [...] A criança diz logo: “eu tenho uma tia”, perguntamos se ela sabe o número do telefone, [...] se sabe chegar até essa casa. Então, temos esse primeiro momento também para essa identificação, até para compreendermos que tipo de intervenção, que tipo de trabalho vamos fazer com essa criança. (Bárbara).

Logo, esta preparação demonstra uma sensibilização das profissionais técnicas, na tentativa de minorar o impacto da entrada no contexto institucional. Histórias, como a de José, de crianças e adolescentes que são “descartados” do próprio sistema familiar, trazem uma outra roupagem para o contexto, aquela que transformam a instituição como a sua única perspectiva de cuidado.

Dando sequencia às ações direcionadas à família de origem, Bárbara relata que:

Nossas ações hoje ...é muito mais a visita [domiciliar], a escuta dessa família, houve uma época em que a gente tinha assembleia com a família e isso foi diminuindo porque a gente chamava, às vezes até preparava um monte de coisa e as famílias não apareciam. E cada vez está ficando mais difícil, por isso estamos trabalhando de uma forma muito mais individualizada, então chamamos cada família aqui e vamos conversando e vamos ajudando.

Disso decorre que as ações direcionadas à família de origem na perspectiva de uma reinserção, atualmente, se pautam nas visitas domiciliares, reuniões para orientação e também escuta e encaminhamentos para programas e serviços que sejam necessários a cada sistema familiar.

No que tange à família nuclear em acolhimento (mãe-adolescente com a presença do filho), Bárbara esclarece que:

Não trabalhamos como algumas instituições com berçário, eu recebo a criança com a mãe, só trabalhamos junto com a mãe, é o nosso trabalho. Então a adolescente tem que vir junto, fazemos todo um trabalho de vinculação, de cuidado e tudo de forma que, para onde ela for, ela coloque na cabeça que um lugar só cabe para ela se o filho também couber nesse lugar, então se não serve para um, não cabe o outro. Essa é a forma como trabalhamos, nós já tivemos caso assim, que a conselheira dizia: “ah, mas a tia quer ficar com a criança, mas não quer ficar com a adolescente”, e eu respondia que se ela quer ficar com a criança ela vai ter que ficar com a mãe da criança, a não ser que a menina abra mão, “não quero essa filha”, que tenha alguma questão dela [da adolescente], mesmo essas, eu tento. Tive um caso agora, em que a menina veio e a filha não, ficou com a tia e nós trabalhamos essa tia, ela com receio, dizendo que a mãe não cuida da menina. E eu dizia: mas vamos fazer a experiência, colocar as duas na mesma casa e se a gente realmente vê que não dá certo, iremos para outro caminho. Fizemos todo o trabalho e hoje está a menina e a filha morando com essa tia.

Diante do exposto, a atuação da equipe técnica junto à família versava no olhar para o contexto e suas relações e para as vinculações nos subsistemas parental e fraternal. Contudo, a criança e o adolescente estão acolhidos e para este público incidem as maiores atribuições da equipe. Assim, observamos que, neste aspecto, a atuação da psicóloga é mais direcionada para o que se refere aos fatores proximais dos acolhidos no contexto institucionalizado. E também, atuar numa escuta treinada para os aspectos subjetivos do sistema familiar que se apresenta à instituição. Logo, Bárbara elenca as suas atividades na instituição, abrangendo as seguintes ações, em uma perspectiva interdisciplinar:

Trabalhamos muito em conjunto, uma equipe psicossocial, então minhas atividades são: quando há necessidade eu realizo a visita domiciliar com a assistente social, quando não, ela vai só, também tem a discussão dos casos, juntamente com toda a equipe. O meu trabalho também é a identificação de meninos e meninas que precisam de atendimento psicológico fora da instituição, porque não fazemos clínica aqui, não é o nosso trabalho, então sempre preciso identificar [a necessidade] e buscar espaços de atendimento para eles, principalmente os casos quando tem o abuso, é preciso estar muito atento a isso. Também oferecer uma escuta mais qualificada, que muitas vezes uma coisa que não aparece, que não está dita, surge! Às vezes eu sento no banquinho ali fora, aí um dos meninos senta perto, a gente começa a conversar, daqui a pouco tudo está sendo dito, e ali muito coisa aparece. Outra coisa que é o meu trabalho, é com as meninas mais velhas, é um trabalho de grupo em que a gente faz de escuta, de troca, onde elas podem

trabalhar outras questões. Também, com aqueles que já estão em idade, escolaridade compatível, é a busca em inserir no mercado de trabalho e a preparação para isso, tanto que temos algumas já como jovem aprendiz. Faço uma preparação, um treino para as entrevista, conversando sobre como se comportar, como falar... Também ajudo nessa questão da auto estima, do acreditar em si.

Apesar da atuação de Bárbara não seguir uma estruturação de atendimento clínica, observamos que a escuta e o olhar treinado para os elementos que envolvem a subjetividade dos acolhidos, bem como uma disponibilidade dela mesma para buscar além do que se apresenta no concreto, subsidia as ações da equipe e também da própria proposta de acolhimento que a instituição se propõe a oferecer.

A nossa participante também relatou a sua ação, no abrigo, que é voltada para o treinamento de pessoal, um âmbito da psicologia organizacional e da área de gestão de pessoas, como se apresenta a seguir:

Tem também a formação das educadoras, que toda segunda-feira ou de 15 em 15 dias, reunimos as educadoras e a equipe, para fazermos a formação dos educadores que trabalham com eles [os acolhidos]. Que é outra luta, é outro desafio, achar profissionais, como nós trabalhamos na modalidade de casas-lares, as nossas educadoras ficam quatro dias aqui e folgam dois. Então elas ficam aqui quatro dias, dormem, convivem, ficam com os meninos e é uma dificuldade de se encontrar pessoas disponíveis para isso. Então é uma dificuldade fazer com que elas compreendam essa função, essa missão, porque elas não estão ali somente para cozinhar e olhar menino, mas elas são educadoras, então tem todo um trabalho com esse menino, que muitas vezes é esquecido. Nós temos meninos que vem com problemas desde a higiene! Temos menino de 10, 11 anos de idade que, pelo amor de Deus, tivemos que ensinar noções básicas de higiene, que se tem de tomar banho, e três vezes ao dia escovar os dentes... São coisas básicas que temos de fazer e ensinar. (Bárbara).

Inferimos que essa ação, junto às educadoras, se faz necessária para que se consiga ofertar o serviço de acolhimento em conformidade com o que preconiza a Lei, as Normas e as Diretrizes. E que o intervalo entre as capacitações da equipe de educadoras é curto, por conta das demandas internas e também, pela dificuldade na contratação de profissionais mais capacitados e dentro de um perfil estabelecido. A função de educadora envolve o cuidado direto com a casa, com as crianças/adolescentes, e uma disponibilidade para educar os acolhidos dentro de um

contexto afetivo. Elas também pernoitam, como se morassem quatro dias por semana na casa institucional [o abrigo], como adulto de referência naquele lar.

Associada a sua condição de coordenadora, Bárbara tem atribuições específicas do cargo, tais como:

Eu sou coordenadora na instituição, aí eu tenho que fazer relatório, muitos relatórios, pelo amor de Deus! Participo das audiências também, tem audiências concentradas com o Ministério Público, Juizado da infância, além de junto com as coordenações, e equipe técnica, acolher as inspeções, dar repostas aos órgãos, também tem o contato com CREAS, CRAS e conselho tutelar, afim de que também a rede compreenda que esse menino, essa menina não é só responsabilidade do abrigo, mas é uma responsabilidade conjunta.

Por fim, as demandas de trabalho de Bárbara, como psicóloga em um serviço de acolhimento de crianças e adolescentes eram muitas e de ordens diferentes. Ela atuava junto à criança/adolescentes, à família de origem, à família nuclear em acolhimento, acompanhamento e treinamento de funcionários, atendimento às solicitações da Rede de Proteção à Infância e a Adolescência e atividades de coordenação do abrigo.

8.6.2 A participante diante do acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar

No que se fere ao acolhimento institucional de crianças, e aqui acrescentamos, adolescentes, Bárbara aponta para as questões relacionadas à vinculação e ao lugar de pertença que se ocupa em um sistema familiar. Sendo que o primeiro entendimento é buscar os laços de parentesco. Sobre isto, Bárbara afirma que:

Eu sou a favor da reinserção, na medida que tenha espaço para esse menino, essa menina, eu acho que deve ser sempre a primeira opção, lugar de criança e adolescente é com a família. [...] Se tem um espaçozinho e ele se reconhece naquele lugar, é o lugar dele! O resto é firulas!
Antes da adoção, antes de se pensar em família substituta ou em qualquer outra possibilidade, primeiro tem que ser buscado o grupo familiar, seja essa família de origem, pai, mãe ou na família extensa, que é avó, avô, tios, tias, primo, alguém que tenha uma relação sanguínea com ele e que possa de alguma forma se reconhecer neste lugar. Se isso não der certo, então a gente parte para a família substituta e/ou adoção, mas quando ainda é caso de adoção, quando a idade ainda permite, pois nem sempre a idade permite.

Sobre a proposta da reinserção na família de origem, na forma como se apresenta, Bárbara diz que:

É uma coisa extremamente desafiante, ainda mais porque não temos um paradigma, nós temos um modelo de família muito arraigado, que trazemos e que consideramos como modelo e como ideal. Quando você tem isso muito preso em você, dificilmente você vai enxergar essa família de origem como uma possibilidade. Então uma das primeiras coisas que nós enquanto profissionais precisamos fazer, é uma desconstrução nesse aspecto em nosso próprio pensamento, e também com quem trabalhamos. Porque para a criança e o adolescente, mesmo que na minha visão, essa família esteja aquém, na visão deles é “a minha mãe”, principalmente a “minha mãe”, essa figura da mãe, eles não procuram tanto o pai.

Do que foi dito acima, entendemos que além do desafio de se trabalhar com uma clientela com alto nível de vulnerabilidade, para que a reinserção seja concebida como uma possibilidade real, é preciso que todos os profissionais que atuam diretamente com esta questão do acolhimento, revejam o seu olhar direcionado a esta família, para que não incorram em uma propagação de preconceitos e, por um outro lado, numa aceitação desobrigada, que não prioriza o bem estar da criança. Neste ínterim, a nossa participante reafirma a necessidade de mudança de paradigma, como contextualiza com o seu caso pessoal de reinserção, observem:

Eu acho que é preciso primeiro sair desse lugar enquanto profissional de querer uma família perfeita, onde está tudo muito bem arrumadinho. Porque temos de olhar, principalmente, se a criança, se o jovem, o adolescente, tem vinculação com essa pessoa ou se há possibilidade de se vincular. Minhas filhas e eu, nem nos conhecíamos e, praticamente, nos conhecemos no dia em que tudo aconteceu e elas viram essa prima chegar. Eu fui me aproximando delas em uma conquista, até que um dia a mais nova me chamou de mãe. A minha filha mais velha não me chama de mãe até hoje e eu nunca exigir isso dela. Ela me reconhece como mãe, temos uma relação de mãe e filha, mas nunca exigi que ela me chamasse de mãe, isso é uma decisão delas. Mas assim, é a identificação exata disso, se nesse espaço há possibilidade de vinculação por parte dessa família, por essa pessoa que se apresenta como possibilidade e se a criança, o adolescente, reconhece nessa pessoa também essa possibilidade. (Bárbara).

Ou seja, para Bárbara, se na família (nuclear ou extensa) há uma vinculação já estabelecida ou uma disponibilidade para vincular-se entre as duas partes envolvidas (criança/adolescente e pessoa da família), a reinserção é um caminho a ser seguido. Mas, a vinculação por si só, não é garantia. Ela aponta para o pertencimento, mas

não se pode desconsiderar a estrutura do contexto, implicada no cuidado e proteção da criança/adolescente. Este segundo ponto, a participante explicita da seguinte maneira:

É difícil [a reinserção] para nós quando, por exemplo, fazemos todo um trabalho progressivo, porque não é da noite para o dia, e a criança vai no final de semana, e quando ela retorna e vamos investigar, até para irmos percebendo como está o processo, ela volta diferente. Nós, enquanto profissionais, também precisamos avaliar como essa criança retorna cada vez que vai para a casa da família. Por exemplo, agora mesmo temos duas crianças que, toda vez que a mãe pega e os leva, eles voltam com comportamento extremamente agressivo, seja na escola, seja na casa e começamos a observar o porque disso estar acontecendo. A mãe bebe, o padrasto bebe, e espancam a criança. E aí, vamos fazer o quê diante disto? (Bárbara).

Esta indagação de Bárbara, é experimentada constantemente por ela, afinal, o que é possível ser feito quando o cenário de reinserção se apresenta com o mesmo fator de risco e violência, e os adultos envolvidos não se implicam diretamente em uma mudança? Cada caso é singular, e neste específico, citado por Bárbara, ocorreu a seguinte reestruturação:

Enquanto equipe, discutimos o caso e fomos buscar um outro elemento para inserir no processo. Hoje estamos trabalhando a irmã mais velha e fomos praticamente obrigadas a dizer assim para a mãe: “Infelizmente você [a mãe] pode visitar, você pode tudo, mas não é com você que ele vai poder morar!”. Porque nós percebemos também o quanto isso faz mal a essa criança. Então, como profissional também, as vezes temos essa missão que eu acho assim, meio ingrata, dolorosa em alguns momentos, porque para você dizer para uma criança, de 8, 9, 10 anos, que já tem um entendimento, e eu ter que dizer: “olha, infelizmente para sua mãe você não vai poder ir mais!”, e eles: “mas tia não é possível, é minha mãe!”, e eu continuo falando: “sim, mas quando você volta machucado, então não está fazendo bem mesmo, isso é bom para você? Ser espancado, ser deixado a noite do lado de fora porque seu padrasto saiu, levou a chave e deixou sua mãe e você trancado do lado de fora de casa?”, e por aí vai... É tudo muito conversado, fazemos a criança e o adolescente participarem do processo, eu acho que é importante isso. É o nosso trabalho como profissional também trazer esse diálogo para a criança ir percebendo e ela poder também opinar. É a vida dela, então ela tem o direito de dizer o que quer.

Logo, de todo o exposto, identificamos que a busca pela reinserção faz parte dos objetivos de Bárbara, enquanto profissional técnica, contudo, os contextos de

acolhimento de crianças e adolescentes e de reinserção em família de origem, são desafiantes para toda a equipe técnica.

8.6.3 A identificação do Contexto: A participante frente às condições do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada

De uma forma geral, Bárbara caracteriza a família das crianças e adolescentes acolhidos como:

De modo geral são pessoas com baixa escolaridade, vulnerabilidade social grande e a maioria são filhos frutos de outro casamento. [...] Filhos de mulheres que tiveram parceiros diferentes e que hoje, ela tem outro parceiro e outros filhos da relação atual. Nós também temos famílias com uma relação de agressividade muito grande. E com o advento dessa questão das drogas e tudo mais, hoje também temos um perfil de meninos e meninas filhos de mães que passaram pela questão das drogas ou são alcoolista.

A grande maioria é criança de famílias negras, afrodescendentes e com essa questão da vulnerabilidade ou meninos e meninas, cujo os pais, principalmente as mães ou avós ou tias que criaram e quando entram na adolescência é como se perdesse o controle sobre o adolescente. Que é outro advento que a gente tem tido, é de meninos e meninas que começam a se envolver com essa questão do tráfico no espaço onde mora, nos bairros onde mora e aí vem para o abrigo.

Indicando a pobreza como pano de fundo dos motivos que geram o acolhimento em abrigos, a participante afirma que:

Difícilmente você encontra em um abrigo casos de família classe média, [mas] eu já recebi dois, uma inclusive, a mãe mora em um apartamento em um bairro nobre de Salvador e a ela dizia que o apartamento é da senhora com quem ela morava. Ela nunca assumiu essa menina, que hoje está em outro abrigo. (Bárbara).

Ou seja, quando as situações de negligência, violência e abusos em famílias com maior poder aquisitivo, não são facilmente conduzidas para o acolhimento institucional, geralmente, a própria família encontra soluções para resolver a situação, mesmo que a criança e/ou adolescente permaneça emocionalmente vulnerável.

Bárbara também chama à atenção para saúde mental de alguns acolhidos e ela relaciona a presença de transtornos psicológicos/psiquiátricos leves, como um motivo de acolhimento e um perfil de acolhidos, como podemos constar quando ela diz:

Outro coisa presente, é a dificuldade que a família apresenta quando a criança tem algum tipo de transtorno, a grande maioria cognitivo, que não é um transtorno grave ou severo, mas aquela coisa próximo do borderline, que você não consegue aposentar para ganhar o dinheiro. Porque se conseguisse, aí a criança ou adolescente estava com ela [a mãe]. (Bárbara).

Ou seja, de acordo com Bárbara, os casos em que a condição de saúde não implica na garantia de uma aposentadoria por invalidez, são facilmente descartados do sistema familiar e geram uma angústia na equipe técnica, em relação à perspectiva de futuro desta pessoa atingir a idade limite e não estiver em acolhimento.

No que tange a estrutura física do contexto, Bárbara diz que a pobreza não é o maior problema para a reinserção, mas se limita a dizer que são casas com pouca estrutura básica, um ambiente de muita pobreza ou com restrições, e no geral, localizado em áreas com vulnerabilidade social.

8.6.4 O Contexto e as suas relações: A participante frente à família da criança em acolhimento e a rede de proteção à infância

Na perspectiva de Bárbara no contexto de origem da criança, em sua maioria, ocorre uma desvinculação afetiva. Desta maneira, a sua atuação frente a este sistema familiar parte, inicialmente, da investigação quantos aos laços afetivos e funcionamento deste sistema. Para isso, as suas ações na família nuclear ocorrem de maneira a incluir o subsistema parental e, na presença de irmãos mais velhos, o subsistema fraternal, nas reuniões e decisões, no dia a dia do contexto institucional e, quando a reinserção neste núcleo é uma possibilidade, nas ações paulatinas de reaproximação da criança/adolescentes com o seu contexto e suas relações.

Igualmente, diante da constatação da ausência de afetividade e pertença, Bárbara modifica a sua forma de se relacionar com este sistema familiar, como se apresenta a seguir:

Eu olho muito essa questão, como eu falei, de vinculação e de cuidado, quando eu percebo que há muitos maus tratos com essa criança, esse

adolescente ou muito desprezo, nós já tivemos caso com uma menina aqui que a mãe dizia: “não quero nem pintada de ouro, não quero!”, aí eu fico chateada, porque a gente faz os relatórios e diz assim ao juizado: a pessoa precisa, se não quer se responsabilizar afetivamente que seja responsabilizada financeiramente, todo mês abra uma poupança e vá, é obrigada a colocar um dinheiro para um dia essa menina poder construir a vida dela. Mas é feito isso? Não! Então quando eu observo isso, é como se aquele espaço, realmente, já abriu mão dela há muito tempo! Tem criança e adolescente que você percebe que a família já abriu mão e aí não é só abrir mão porque ele fez algo errado, mas é porque aquele lugar nunca foi dele. Eu posso dizer assim porque, a família que não abre mão do seu, mesmo que morra alguém, a família se mobiliza para estar, alguém se mobiliza e quando ninguém se mobiliza é porque essa família já abriu mão desse menino, dessa menina. Então quando isso acontece, normalmente, mesmo que se insista muito na reinserção, não dá certo. (Bárbara)

Além de reafirmar a importância da vinculação afetiva entre os componentes (ou pelo menos uma pessoa) e a criança/adolescente para que o processo de reinserção se configure como uma possibilidade, Bárbara também menciona uma sugestão pessoal, que não consta na Lei, nas Normas e Diretrizes, mas que, em seu entendimento, deveria ser uma decisão do juizado. Assim, a nossa entrevistada sugere que a mãe e/ou pai que abandonam afetivamente a criança/adolescente, devem ser condenados a pagar um tipo de pensão para esta criança/adolescente enquanto esta estiver abrigada. Uma mudança deste tipo, para a nossa entrevistada, implicaria na responsabilização da família frente ao acolhido bem como é uma forma de compensar a ausência criando uma alocação de recursos para que, quando atingir a idade limite, a pessoa tenha como dar um primeiro passo sozinha.

Bárbara ressalta que quando a família se manifesta para reaver a convivência com esta criança/adolescente, a situação material do contexto não é um empecilho, visto que a instituição também se movimentará para auxiliar a família nessa readaptação. Assim, temos que em suas ações enquanto técnica ela diz:

Não olho tanto se é pobre, se é rico. Se der para gente ajudar, colocar um telhado, a gente coloca. Já tivemos casos assim, que a família dizia: “olha, eu queria, mas lá em casa está molhando e tal”, e eu respondia, “vamos dar um jeito, se a gente resolver isso, a senhora quer?” e a resposta era: “se for assim, eu quero”. Então você entende que buscamos? Agora, se a família tem como conseguir sozinha, aí eu digo: “oh! a gente fica um tempo, é o tempo que a senhora dá um jeito de organizar a casa!”, e aí ela corre atrás para colocar esse telhado, entende? Mas, muitas vezes, é a família que não quer! (Bárbara).

Na entrevista é evidenciado o posicionamento de Bárbara, favorável à proposta de reinserção, mas que este processo não implique em prejuízos para a criança. Segundo ela, a equipe técnica tem que ser coerente nas decisões, tendo como centralidade o olhar para o “tempo” da criança:

Lugar de mãe é com o filho, mas onde há espaço! Agora claro, também acho que uma coisa que, a gente enquanto profissional precisa ter, é sair dessa história, desse mito que toda mãe ama, e ter a coragem de sugerir a destituição e a adoção. Eu não acho justo que uma criança espere anos [em um abrigo] para que uma mãe resolva se quer ficar com ela. Então eu preciso, realmente, que em 6 meses ela [a mãe] me mostre o que quer, que venha visitar, que esteja aqui, que ligue, procure. Mas se nada disso é feito, eu preciso notificar aos órgãos competentes, ao Juizado e Ministério Público, porque eu preciso resolver a vida dessa criança. A minha prioridade é a criança, nesse momento, não é a mãe, é a criança! (Bárbara).

Com a fala supracitada, identificamos que, para Bárbara, a equipe técnica fica com uma função que exige de cada profissional um olhar qualificado para subsidiar a sua interpretação quanto às respostas da família e manter um posicionamento claro, quando entender que o “tempo” da família não é compatível ao “tempo” da criança, e assumir a sugestão de destituição da guarda e o encaminhamento para adoção.

De forma a subsidiar a nossa interpretação, apresentamos a seguir, um recorte da fala de Bárbara que nos apresenta um caso-situação que reúne os elementos que, por não ter ocorrido um posicionamento efetivo dos profissionais técnicos em coresponsabilidade com autoridades competentes, uma criança ficou institucionalizada:

As vezes a dificuldade é uma questão financeira, mas questão financeira não é motivo para menino está em abrigo. Então vamos acessar o bolsa família, e ver o que pode ser feito. Tenho umas mães que e eu endureço mesmo porque o que elas alegam não é não é motivo para acolhimento. Estou com uma que o menino é danado demais, fomos para uma audiência e a promotora disse: “isso não é motivo para menino está em abrigo!”, ou seja, é a mãe que quer se livrar dele. Então, ainda temos que ter o trabalho de identificarmos a motivação da família para que esse menino esteja acolhido ou identificar o porque que o conselho tutelar fez isso. Porque ainda tem um bando de conselheiros, que quer se livrar da situação ali, coloca o menino no abrigo, e a equipe do abrigo é que tem de resolver a situação. Tem isso ainda, o nosso trabalho é investigativo, eu digo que psicólogo e assistente social, ainda é detetive! O pior é quando vem de outra instituição, aí me “mata”! Estou com um caso em que a menina chegou na instituição [anterior] com 3 anos de idade e aí agora ela fez 14 anos hoje [no dia da entrevista], e ontem a menina chegou transferida para a gente. Ou seja, dos 3 aos 14 anos, porque não destituiu essa criança e colocou para adoção? É uma mãe

bêbada, prostituída, que quase matou a criança, logo pelos relatórios a gente viu que não se tinha condições de reinserir. E as autoridades, órgãos competentes, também mantiveram, porque eu não posso culpar só o abrigo! Mas pra mim, aí existe uma responsabilidade grande do Ministério Público e do Juizado da Infância, que deixou isso acontecer! Hoje a menina completa 14 anos de idade, o juiz de lá se comunica com o de cá, o abrigo onde a menina está já não aguenta mais ela e resolvem mandar para cá. Quer dizer, o que eu vou fazer agora com a menina com 14 anos? Quer dizer, vamos ter que começar do zero na vida dessa criança. Quando vem de outra instituição dobra o nosso trabalho! Porque se eu recebo logo ali no acolhimento, eu digo ao conselheiro, eu digo ao familiar: olha, é uma situação provisória, viu? Vá se ajeitando, resolvendo sua vida, porque essa criança precisa voltar para casa! (Bárbara).

Ou seja, Bárbara traça as ações dentro de uma perspectiva de tempo que seja o mais breve possível, respeitando as indicações de tempo de acolhimento estabelecidas pelo ECA. Em relação a este seu posicionamento de incluir o quesito “tempo de espera” como um delimitador do investimento na família, a participante justifica que, *“se você der muito tempo, a família se reorganiza sem esse indivíduo. Se a família se reorganizou sem ele, qual o espaço que vai ter mais para ele? Então eu não posso dar tempo para isso!”* (Bárbara).

No que se refere ao investimento na família de origem, Bárbara afirma que a interação abrigo-família ocorre desde o momento em que se inicia o acolhimento e são identificadas as demandas de cada família. As ações interventivas são realizadas para que esta família consiga se reorganizar e, conseqüentemente, reassumir os cuidados com o seu filho. Conquanto, Bárbara avalia o resultado destas ações como incipiente diante das dificuldades para efetivar uma reinserção familiar. Assim, seguindo uma linha avaliativa, a participante considera que

As ações fazem uma diferença, mas ainda é muito incipiente. Eu acho que deveríamos ter mais instrumentos para o trabalho, só que nós não temos perna [alcance] para isso, por isso que essa questão do trabalho em rede tem sido muito exigida. Os CREAS precisam acompanhar essas famílias, só que a área de abrangência dos CREAS é uma área enorme, então como é que uma equipe com um psicólogo e um assistente social, de um determinado CREAS pode dar conta de acompanhar uma área enorme, com mais de um bairro inclusive e ainda dar conta de acompanhar essa família que o abrigo indica? Mas, mesmo sabendo dessa dificuldade, fazemos logo a referência, que é comunicar que essa criança que está acolhida conosco tem a sua família morando na área de abrangência de um determinado CREAS e pedir a este Centro que possa fazer, pelo menos uma escuta e um acompanhamento, porque para nós é muito complicado. (Bárbara).

Neste ponto, Bárbara adentra nas relações estabelecidas entre o contexto institucional a rede de proteção à criança e à adolescência e as suas implicações para o atendimento dessa clientela. Tendo como base a própria experiência, a participante considera que:

A atuação da Rede é péssima, exatamente por causa dessas dificuldades, é uma rede furada. Furada porque nós temos uma gestão municipal em que a área social não é prioridade, porque se fosse, nós teríamos conselhos tutelares bem mais equipados, CREAS bem mais equipados e CRAS bem mais equipados e em número maior para poder acompanhar a população. Quando você tem conselhos tutelares que não se tem gasolina, nem carro para se locomover, quando você tem CREAS que não tem acesso à internet, e se você manda um e-mail e o profissional precisa ir lá na Secretaria, em outro bairro, para acessar o e-mail você mandou, pelo amor de Deus, isso não existe! [...] Realmente, as condições de trabalho dos CREAS, dos CRAS são ridículas. (Bárbara).

Mesmo diante de uma Rede tida como desarticulada, devido as condições de trabalho de cada componente, Bárbara avalia positivamente as mudanças ocorridas com o advento do ECA, como ela aborda a seguir:

Houve melhora no serviço de acolhimento, eu venho para o abrigo já pós o ECA, mas eu já trabalhava na área de criança e adolescente antes do ECA. Eu posso dizer que o Estatuto é um marco histórico, extremamente importante quando ele vem com algumas determinações. Uma das coisas também importante é a Lei de Reordenamento, que a partir de 2006, 2009, teve a obrigatoriedade da presença de equipe técnica. Em 2009 a lei de reordenamento indicava a diminuição de número de atendimento por equipe técnica, mas, faz pouco tempo que foi tornar isso obrigatório. Por exemplo, antes trabalhava eu e a Assistente Social para dar conta de 50 acolhidos. De 50, porque é a capacidade que a instituição tem para atendimento. Com a nova lei a instituição passou a ter duas equipes, e reduzimos a capacidade para trabalhar com 40 acolhidos. Quer dizer, isso melhora de mais a qualidade do nosso trabalho. Então houve mudança, mas a gente também ao mesmo tempo percebe que em algumas áreas a gente tem alguns retrocessos.

Dentro de um percurso de atuação neste sistema, que ultrapassa uma década de experiência como psicóloga técnica em uma mesma instituição de acolhimento, que atende crianças e adolescentes, incluindo adolescentes grávidas, Bárbara, em um tom de desabafo, diz que:

Em minha cabeça, era para termos avançado muito mais do que avançamos, principalmente na questão da rede de proteção. Diz que criança e adolescente são prioridades, mas, por exemplo, quando a criança e o adolescente sofre uma violência e vamos até a DERCCA¹⁴ para abrir uma ocorrência e pedir uma investigação, o descaso da lei em relação a isso é grande. Você chega no IML¹⁵ com a menina que sofreu um abuso [sexual] para que ela possa passar por um exame de corpo delito, para que seja verificado isso, se chegar um criminoso, um assassino, ele passa na frente dessa menina que está ali aguardando. Outras coisas são os espaços de atendimento, já deveríamos a essas alturas ter espaço de atendimentos psicológico e psiquiátrico gratuitos, essa população não tem esse serviço. Outra coisa que não funciona direito é o CAPS¹⁶, para você conseguiu uma triagem é: “ah você tem que acessar a rede pública!”, e aí como você acessa a essa rede pública se essa rede não funciona? Então assim, tem horas que isso nos deixa furiosa, frustrada, que ao invés de avançar, vemos equipamentos muitas vezes fechado, deteriorados, incipientes, você liga e “ah! não tem atendimento, não tem psiquiatra, não tem psicólogo!”. Oxente! O que é que tem então? Fecha as portas de uma vez já que o atendimento não é garantido ou são usados alguns espaços somente como cabide de emprego e questão política.

Assim, diante do exposto, identificamos que Bárbara compreende o impacto das relações que são estabelecidas em cada contexto (institucional e familiar) e mantém uma postura ativa e vigilante para que as interações ocorridas nos três níveis Abrigo – Família – Rede de Proteção, seja para a garantia de melhores condições de desenvolvimento da criança e do adolescente que ela acompanha diretamente no seu dia a dia.

8.6.5 A participante e o tempo de atuação em abrigo: significados e trajetória.

O abrigo que Bárbara atua, faz parte de uma Associação que atua em uma perspectiva comunitária, participativa, fundamentada em valores religiosos católicos e direcionada para o atendimento da família e comunidade. A Associação atua também com ações de proteção e desenvolvimento integral de crianças e

¹⁴ DERCCA: Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Criança e o Adolescente, que tem por finalidade promover a proteção à integridade física e moral da criança e do adolescentes contra a violência sobre eles exercida, observando a legislação pertinente (art. 24, IX do Dec. nº10.186/2006).

¹⁵ IML – Instituto Médico Legal

¹⁶ Centro de Atenção Psicossocial (CAPS): serviço de saúde aberto e comunitário do SUS, local de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e persistentes e demais quadros que justifiquem sua permanência em um dispositivo de atenção diária, personalizado e promotor da vida.

adolescentes. Além de fundar e manter o abrigo que Bárbara coordena, também conta com escola comunitária de educação infantil, centro de capacitação profissional, posto odontológico comunitário e espaço de arte e cultura.

A nossa participante, antes de trabalhar no abrigo, já tinha atuado nesta Associação, como consta a seguir:

Antes da formação [em psicologia] eu trabalhava na coordenação e no acompanhamento das escolas comunitárias da Associação, [...] eu tinha o magistério e trabalhava na formação dos educadores sociais. Foi um dos motivos também que eu busquei cursar a Psicologia, porque também foi uma forma de me instrumentalizar nesse trabalho de formação de educadores, entender melhor esse universo, principalmente o educador que estava na área social. A área social sempre foi o meu interesse. Sempre trabalhei na área social, sempre estive atuando, mesmo em outras instituições, na área de mobilização e formação. Então quando retornei para a Associação, para trabalhar no abrigo, quando eu vim em 2006, foi exatamente quando começou esse advento de que espaços de acolhimento precisava ter uma equipe técnica mínima, presença de Psicólogos e Assistente Social. A Associação imediatamente se enquadrou, buscou e como já me conheciam, eu me encontrei com o Presidente no meio da rua e ele disse: “porque você não vai trabalhar comigo?”, respondi que era só ele me chamar, então ele me chamou, eu vim e estou até hoje! (Bárbara).

Bárbara quando aceitou o convite para compor a equipe técnica do abrigo, ela já tinha seis anos graduada como psicóloga, concluído o curso de especialização e já contava com uma experiência profissional na área social e também como psicóloga. Assim, ela iniciou como profissional técnica na equipe e posteriormente passou a coordenar as atividades do abrigo. Mesmo na função de coordenadora, Bárbara continuou a desenvolver as atividades junto com a equipe técnica. Ela cumpre uma carga horária semanal de trabalho de 30 horas. Mas, constantemente esta carga horária é ultrapassada, inclusive em horários não convencionais, para atender alguma demanda interna.

Já aconteceu das educadoras me ligarem a meia noite, para resolver alguma coisa. É uma grande responsabilidade, mas assim, como eu moro próximo, fica perto para chegar rápido. Então, muitas vezes a educadora liga para eu ir lá e eu saio de casa sábado, domingo, feriado, de noite. (Bárbara).

Segundo Bárbara, essa dedicação, tem alguns reflexos em sua vida pessoal, ela diz que:

Ah! Eu acabo envolvendo o povo da minha família nisso também! O meu companheiro mesmo, quando eu preciso sair assim, digo me leve ali e ele está junto comigo, eu converso sobre as coisas boas, divido algumas angústias. Também tenho meninas [ex-acolhidas] que foram criando uma relação comigo e morou na minha casa depois que saíram. Meninas que chegaram com 16, 17 anos de idade, e essas são as que eu mais trabalho, pela necessidade de trabalhar a autonomia, a cabeça delas para vida e aí, a relação acaba ficando estreita. Aí quando chega o momento de saída e assim, “poxa, eu vou fazer o que da minha vida?”. Antes não tínhamos muito essa questão do aluguel social, hoje já conseguimos avançar um pouco, tentamos fazer república, colocar elas todas em uma casa, mas as meninas brigavam mais que tudo, nunca vi um negócio daquele, eu dizia a elas, pelo amor de Deus! Mas sabe como é, elas trabalhando como jovem aprendiz, então aluga uma casa, duas, três meninas juntas. Mas, não dá certo! Aí está uma coisa que eu não tive êxito, elas preferem alugar sozinhas, gastar o dinheiro todo, do que dividir com a outra, isso é uma dificuldade que algumas delas apresentam. Então algumas que não havia essa possibilidade de conseguir arcar com um aluguel e depois de tanta briga, eu dizia, tudo bem, vai lá para casa! Aí minhas filhas também tem um coração enorme e acabam acolhendo também, junto comigo.

Ou seja, ocorria uma interação bidirecional entre os níveis micro- e mesossistêmico de Bárbara com os das acolhidas e conseqüentemente, considerando que algumas dessas meninas chegaram a morar por um tempo na casa de Bárbara, junto com a sua família, então esta interação também refletiu nos níveis micro-, meso- e exossistêmicos das filhas de Bárbara e também, do companheiro dela.

Dessa interação entre os contextos, temos uma modificação na trajetória de vida de algumas meninas que transferiram um vínculo parental para Bárbara e que foram acolhidas, orientadas e preparadas por ela, para que seguissem em frente.

Elas passavam o Natal, o ano novo, São João, final de semana e acabaram depois algumas delas morando lá em casa. E hoje, temos meninas que estão na faculdade, Ave Maria! Temos meninas que são os nossos orgulhos e que chamamos para que elas possam falar para as meninas que estão no abrigo. Para mostrar um exemplo do tipo: Olha, eu passei por tanta coisa e consegui superar! Tem uma menina que veio ameaçada de morte, uma vida realmente esfacelada e que hoje está cursando ciências sociais em uma universidade pública. Ela é feminista, está engajada nesse mundo! Isso é outra coisa que nós trabalhamos muito, que é a questão da cidadania também, a instituição tem isso muito forte e faz com que eles [os acolhidos] participem de grupos com outros jovens, porque a nossa instituição é aberta para a comunidade. Temos um centro de educação profissional que nós recebemos jovens da comunidade, então as meninas que fazem este curso também fazem amizade com esses jovens, também a participação na escola. E aí também

vamos fortalecendo a participação delas nesses espaços de cidadania, nossas meninas participaram agora do Julho das Pretas, da Marcha das Mulheres, foi a maior felicidade! Algumas das nossas foram para Brasília para a Marcha das Mulheres Negras, é o empoderamento jovem. Trabalhamos muito essa questão da auto estima e eu vejo que faz diferença ser uma psicóloga negra! Faz, faz toda a diferença, penso até no cabelo delas e digo, vamos trabalhar esse reconhecimento, vamos tratar este cabelo! Quando eu cheguei aqui no abrigo, no início, o shampoo era tudo de uma marca que estragava ainda mais o cabelo das meninas e o creme de cabelo não era para cabelo crespo. Aí fui trabalhando isso com a administração, e questionava aquele produto mostrava como estava o cabelo das meninas e dizia, tem que ser produto para cabelo crespo e cacheado! A direção entendeu a minha proposta e mudamos tudo, compramos hidratação própria para os cabelos e cuidamos, e elas ficaram felizes! E são esses detalhes que temos que é um diferencial. A questão da representatividade delas, de poderem também se reconhecer, se enxergar nessa pessoa que está ali em sua frente, isso é diferente!

O olhar de Bárbara para essas crianças e adolescentes acolhidos, é um olhar que prioriza as melhores condições de desenvolvimento para eles. O fato dela se posicionar como psicóloga negra, remete a um reconhecimento de si, da sua caminhada, das suas características físicas e da sua possibilidade de atuar como um agente mediador de transformação, a partir da sua prática profissional e do seu próprio empoderamento, na pessoa de cada acolhida.

A minha motivação para continuar aqui [no abrigo], as minhas filhas dizem que eu sou a mulher que tem mais esperança no mundo. Mas assim, a minha motivação é acreditar nesse trabalho e acreditar que todo menino e menina precisam ter seus direitos garantidos e precisam de verdade ter um espaço para estar em família, seja lá onde for. Eu costumo dizer, que eu trabalho para que aqui esvazie sempre, não é pra estar cheio, pelo contrário, é fazer com que cada vez mais o tempo de permanência desses meninos e meninas sejam o menor possível nos abrigos! [...] Sempre trabalhamos nessa perspectiva, a Associação sempre teve muito isso, muito forte, a questão da reinserção, então isso também é o que me motiva, é a forma como a instituição trabalha, a metodologia de trabalho, aquilo que a instituição acredita! (Bárbara).

Por fim, concluímos a apresentação deste último caso participante, na pessoa de Bárbara, e consideramos que a sua trajetória de vida dialoga diretamente com a profissional quem ela é. A sua experiência de vida que envolve fé, escolhas, renúncias, superações, mudança de uma trajetória para acolher suas filhas adotivas

e se vê como um exemplo de que, quando se tem disponibilidade afetiva e sentimento de pertença, a reinserção na família de origem é sim, o melhor caminho.

9 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados segue em um diálogo que envolve teoria e prática, em um entrelaçar dinâmico que busca analisar a trajetória de reinserção familiar, considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento.

Para cumprir tal finalidade, nos apoiamos no modelo bioecológico do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998) e na teoria estrutural sistêmica familiar (Minuchin, 1966/1990; Minuchin, P., Colapinto & Minuchin, 1999; 2011; Minuchin & Fishman, 2003), para discutirmos os casos que dá a envergadura a este estudo.

Com tudo, é importante advertir ao leitor que, utilizamos desses dois aportes teóricos, mas, ao mesmo tempo, permitimos que ocorresse uma gradação daquilo que ultrapassa e transcorre de uma práxis ainda não, totalmente, teorizada. Assim, teremos em alguns pontos desta discussão geral, aquilo que reverbera da fala dessas profissionais técnicas em relação ao modelo da proteção integral, e que a prática transcende a teoria.

9.1 Mulher, quem é você que compartilha uma trajetória?

A discussão aqui proposta parte da trajetória profissional dos seis casos retratados nas pessoas de Conceição, Marina, Letícia, Maria, Joana e Bárbara. Estas seis mulheres, que atuam/atuaram em equipes técnicas em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, na modalidade de abrigo, representam para este estudo uma rica ilustração dos modos de inserção nesse contexto particular.

Em uma análise comparativa entre as participantes, temos que todas são mulheres e que, com exceção de Conceição, entraram nesta área de atuação em um momento posterior ao ECA, ela tem com o nível superior concluído em uma das áreas estabelecidas como pré-requisito para compor a equipe técnica do serviço. Conceição é a única participante que passou a atuar no serviço antes da criação do ECA (desempenhando funções que hoje são atribuídas à equipe técnica) e que iniciou e concluiu o curso superior alguns anos depois de já estar na condição de coordenadora do abrigo (que, na época, ainda era denominado como orfanato).

No que tange à formação complementar e direcionada ao serviço de acolhimento destas profissionais, identificamos que, há um déficit na qualificação profissional no momento de inserção no serviço, ainda recém formadas (Letícia e Maria), sem experiência direta no acolhimento institucional de crianças e no acompanhamento destas famílias específicas (com exceção de Letícia, que antes de compor a equipe técnica, foi estagiária por mais de dois anos, na mesma instituição, acompanhando a assistente social em suas atividades).

Assim, a qualificação profissional delas foi sendo construída na prática do dia a dia institucional e através dos cursos, seminários e reuniões organizadas pelo Juizado da Infância e Adolescência e pelo Ministério Público. Vale ressaltar, que a temática destas capacitações giram em torno do ECA e atualizações nas Diretrizes, Normas e Orientações Técnicas bem como a confecção de relatórios e atualização de dados no sistema.

No enfoque atual, de acordo com P. Minuchin, Colapinto e Minuchin, (2011),

Espera-se que os profissionais sigam os procedimentos prescritos, colem as informações necessárias e trabalhem no sentido de uma decisão definida para conduzir o caso ao próximo passo. Mesmo que entrem no sistema com ideias inovadoras, os profissionais geralmente sobrevivem por meio do aprendizado de como as coisas são feitas, de quem está na direção e do que é preciso fazer para o acompanhamento dos casos. Quase sempre se assume que os procedimentos estabelecidos são leis inflexíveis ou ordens oficiais: os formulários devem ser preenchidos dessa maneira... As visitas têm de ser marcadas segundo esses procedimentos... É assim que deve ser feito um planejamento. A equipe de profissionais geralmente está sobrecarregada e [...] sabem que são vulneráveis e que, se algo der errado, a burocracia não protegerá um funcionário que não trabalhou de acordo com as normas. (p. 24)

Salientamos que o acolhimento institucional na modalidade de abrigo se constitui em uma medida protetiva de alta complexidade, e com grande impacto nas condições de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além disso, um acolhimento nesta modalidade pode implicar na fragilização ou rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Contudo, diante da complexidade desta medida, que se constitui no afastamento da criança/adolescente de sua casa e rotina, por um tempo que muitas vezes ainda é longo, entendemos que o abrigo, apesar de ser um contexto institucional, acaba se configurando como um contexto familiar. As relações neste contexto são estabelecidas em uma versão adaptada dos sistemas parental e fraternal. Em geral, as profissionais técnicas, devido à sua posição hierárquica dentro

deste sistema institucional, por vezes são colocadas pelas crianças no lugar substituto de referência materna.

A bidirecionalidade nas relações que são construídas no dia a dia do acolhimento institucional exigem da profissional recursos técnicos e também pessoais para o atendimento de demandas, que ultrapassam a dimensão profissional. Nesta interação pessoa-contexto, temos as ações dos processos proximais, que são entendidos como *“formas particulares de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e compreendem os primeiros mecanismos que produzem o desenvolvimento humano”* (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p. 994).

Disso tange que, na medida em que consideramos os aspectos dos contextos institucional e familiar, as relações e as pessoas neles inseridas, identificamos aspectos relevantes para os processos de desenvolvimento e aprendizagem da pessoa (a profissional e a criança/adolescente) ao longo da vida (Bronfenbrenner, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

As características da pessoa/profissional e do ambiente/abrigo são fatores determinantes para o desenvolvimento das crianças que ficam por um período de tempo considerável morando em um ambiente institucional, podendo implicar em suas possibilidades futuras.

A criança, ao ingressar no abrigo, suas relações sociais são ampliadas e novas pessoas e situações são introduzidas para ela, assim como para sua família de origem. Desta forma, a estrutura e o funcionamento dos ambientes da família (casa) e também da instituição passarão por modificações a partir das intervenções e contribuições dos adultos envolvidos na medida protetiva e dos responsáveis pelas crianças (componentes da família).

Assim, as pessoas/técnicas são elementos importantes neste contexto de acolhimento institucional, pois é nas experiências vivenciadas e compartilhadas nas relações que são estabelecidas entre elas e as crianças bem como junto à família de origem, à família adotiva e junto à rede de proteção, que estas profissionais atuam como um elemento do processo de desenvolvimento proximal.

É preciso lembrar que a experiência é um componente alicerçador do modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 2001; 2005). É por meio da experiência que a pessoa apreende as propriedades do contexto, de uma forma objetiva e, também, subjetiva visto que um mesmo acontecimento/evento pode ser interpretado e experienciado de diferentes formas, que direcionarão o desenvolvimento individual.

Neste sentido, Bronfenbrenner (2001; 2005) traz que as experiências vividas são formadas por duas componentes que são dinâmicas e inter-relacionadas, a saber: a experiencial (acontecimento concreto) e a fenomenológica (experiência individual daquilo que acontece, em que os acontecimentos são vividos e avaliados pela pessoa, mediante a sua subjetividade). A relação entre estes componentes influenciará a forma como o ambiente ecológico é apreendido e também, nas mudanças que ocorrerão ao longo do ciclo de vida. Todavia, esses componentes também atuam em sentidos contrários, conseqüentemente, provocam vivências contraditórias na própria pessoa que as experimenta. Dito isso, compreende-se que tanto a experiência subjetiva quanto a objetiva exercem uma forte influência no curso desenvolvimental de cada pessoa (Bronfenbrenner, 2001; 2005).

Do exposto acima, temos que as experiências (anteriores e atuais) das profissionais que atuam diretamente com os acolhidos e os familiares traduziram a sua forma de apreender e agir nos contextos institucional e familiar das crianças e, conseqüentemente, terão também uma forte influência na forma como cada acolhido experimenta os momentos de transição em seus contextos. Ou seja, as contribuições pessoais das profissionais técnicas interagem com os novos ambientes criados e regulados pela esfera jurídica e de políticas públicas, trazendo diferentes crenças, valores, hábitos, formas de se relacionar e de agir.

Outra perspectiva decorre do fato de que, mediante o nível de interações que são estabelecidas nos diferentes ambientes que abrangem o contexto do abrigo, a profissional técnica, enquanto pessoa em desenvolvimento, também passará por um processo de mudança, que repercutirá em seus outros microssistemas. Temos assim, uma pessoa em mudança relacionada com um contexto também em mudança, em que ambos se afetam. No modelo bioecológico, podemos considerar que a pessoa tanto é produtora quanto é produto do desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1999).

Na perspectiva bioecológica, o ser humano também pode ser descrito pela sua complexidade, inúmeras possibilidades desenvolvimentais, capacidade de criar, sentir, pensar e de atuar - o que faz com que o ser humano detenha uma grande capacidade de se adaptar, constantemente, a um ambiente e as suas mudanças ao longo do tempo (BRONFENBRENNER, 2005). Neste contexto de desenvolvimento temos a presença dos processos proximais, que se traduzem pelo estabelecimento de uma interação recíproca, progressivamente mais complexa, entre um organismo

humano e as pessoas/objetos do seu ambiente imediato, em que ambas as partes se mantêm ativas e se estimulam mutuamente. para Bronfenbrenner (1988; 2001; 2005), se constituem como a mola propulsora do desenvolvimento.

A afetividade nas relações e a demonstração de interesse são elementos presentes nas experiências vivenciadas pelas as nossas participantes. Todas elas relacionaram a presença de preocupação e desejo em resolver a vida da criança, bem como uma sensibilidade frente à situação em si de acolhimento e ao afastamento da criança de uma vida em família. Talvez, o entrelaçamento das suas experiências objetivas e subjetivas tenham despertado um olhar empático e até mesmo maternal para estas crianças.

Apresentando uma abordagem convergente com a de Bronfenbrenner, Rodrigo e Acuña (2005) afirmam que “*as interações criam laços de dependência e afetividade entre os indivíduos que se exprimem através de códigos simbólicos, sentimentos e crenças partilhadas e uma ética da vida em comum.*” (p.262). Dessa maneira, as técnicas passavam a ocupar um espaço diferenciado no microsistema dos acolhidos e também ocorria o prolongamento destas relações para o contexto familiar de cada profissional com a presença das crianças também em seu microsistema.

Bronfenbrenner e Evans (2000) asseveram que, em nível microssistêmico, é esperado que as figuras com as quais o ser humano se relacione, em um contato face a face, se revelem disponíveis e que sejam capazes de mobilizar afetos positivos na interação. Por si só, isto já é um aspecto importante em qualquer contexto de desenvolvimento. Contudo, quando consideramos que, em muitos casos, a equipe técnica junto com as cuidadoras, os educadores sociais e um corpo de voluntários permanentes no abrigo, trarão consigo uma forma diferenciada de cuidado e de valores para a relação, compreendemos que esta qualidade relacional será um importante auxílio para o desenvolvimento futuro destas crianças e das relações que ela estabelecerá com outras pessoas (BRONFENBRENNER; EVANS, 2000).

P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (2011) acrescentam que os profissionais que atuam na assistência social levam para a sua prática duas concepções de trabalho: um modo altruísta de pensar sobre os seus atendidos e o incentivo para a autonomia como pessoa, cidadão e profissional.

Todas as seis entrevistadas, mencionaram uma preocupação em garantir à criança em acolhimento os meios possíveis para que conseguisse usufruir de um bem estar, que tivesse oportunidade de crescer em um ambiente familiar e ressignificar a

própria história. Ou seja, são as características biopsicológicas da profissional/técnica, enquanto pessoa em desenvolvimento, que dão o ritmo para a sua atuação.

A inserção das participantes nesta área de atuação foi apresentada por elas como uma ação não planejada e decorrente de um convite (Conceição e Bárbara) ou de uma oportunidade de entrada no mercado de trabalho em sua área de formação (Marina, Maria e Joana). Letícia foi a única profissional que, quando assumiu uma vaga na equipe técnica, já contava com uma experiência prévia na área, visto que ela foi estagiária de serviço social, por um tempo de dois anos, no mesmo abrigo onde, posteriormente, ela foi contratada para compor a equipe técnica.

Mesmo diante da complexidade que envolve o trabalho de uma profissional técnica de uma instituição de acolhimento, inferimos que a abertura para profissionais sem experiência nesta área ou até mesmo recém formados, sem a exigência de cursos de especialização na área, se deve à baixa remuneração e também ao fato destas instituições, em sua maioria, funcionarem em uma vertente religiosa.

As participantes mencionaram uma atuação de cunho também voluntário em sua permanência no abrigo e a possibilidade de colaborar com ações que pudessem ser um diferencial na vida de crianças e adolescentes. Neste quesito, identificamos ainda que as participantes também compartilhavam de perspectivas religiosas e/ou espiritualistas da vida. Conceição, por exemplo, relacionou o seu trabalho a uma missão espiritual de vida. Maria, por sua vez, que é católica praticante, encontrou, em seu caminho de fé, um suporte para seguir o seu caminho e, também partindo de uma concepção espiritualista, associou a sua inserção nesta área como um instrumento para que ela formasse a sua própria família.

Durante as entrevistas, era perceptível o componente de resiliência presente na forma como cada uma colocava a própria história de vida e de trabalho contextualizando-a quanto às superações individuais e também às histórias de vida de crianças, adolescentes e de famílias de que cada uma participou. Essas histórias, ao serem compartilhadas, traziam um pouco do olhar e do sentimento de cada uma, em doação para além do profissional que fazia com que elas buscassem atuar mesmo quando o funcionamento da rede não era colaborativo.

As nossas participantes são mulheres, profissionais, que se mostraram engajadas em uma causa, na defesa, principalmente, da criança. Atuar em um contexto institucional onde as dificuldades impostas pelas condições adversas da instituição, do funcionamento da Rede de Proteção e da realidade de vida das

famílias, já é por si só uma escolha diferenciada que repercute na vida pessoal de cada técnica. Que, como afirmou Walsh (2005), “não basta encorajar a resiliência de crianças e famílias em risco para que elas possam ‘vencer os obstáculos’; devemos também lutar para mudar os obstáculos que são colocados para elas.” (p. 12).

Assim, compreendemos que a equipe técnica ocupa uma posição central na aplicação da medida protetiva, visto que estas profissionais circulam, interagem e agem em todos os contextos que circundam o acolhimento institucional. Elas podem exercer também a função de pontes ou de muros, entre a família e a criança/adolescente. Diante das tais colocações, é importante considerar que os significados individuais dessas profissionais, no que tange ao acolhimento de crianças bem como à proposta de reinserção na família de origem, também são forças que incidem em suas ações para com este público alvo.

De forma a subsidiar esta discussão, apresentamos no quadro 4 a seguir, um recorte do que as nossas participantes concebem o processo de reinserção familiar de crianças acolhidas nos abrigos, enquanto alternativa ao acolhimento institucional duradouro.

Quadro 4 - Acolhimento Institucional X Reinserção na Família de Origem - Perspectiva das Participantes.

PESSOA/ PROFISSIONAL	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL X REINSERÇÃO FAMILIAR
Conceição	Hoje em dia o abrigo é visto como a pior coisa do mundo e eu acho que se não fizer um trabalho cuidadoso, com respeito à família, com preocupação com o tempo da criança, não vai melhorar. Porque depois de adolescente não vai conseguir reinserir mais na família biológica, que tem problema de vínculos, de ressentimentos, de maus tratos, não vai conseguir ver isso. Então quando recebemos uma criança temos que correr, pra tanto dar pra família o tempo, como também não deixar o tempo da criança passar.
Marina	Eu penso que a reinserção é o ideal, mas no caso da família realmente ter condições para assumir uma criança. Quando se percebe que aquela família tem interesse e condições, às vezes a família tem interesse e não tem condições e você vê que dificilmente ela vai ter condições. Nesses casos seria bem melhor para a criança ela ser adotada do que retornar. Você percebe assim um futuro muito tenebroso para essas crianças, porque assim, o Estado está ali, mas ele vai aparecer na hora que acontecer uma tragédia. Vai aparecer muita gente para culpar, mas assim, os problemas da família continuavam ali. As reinserções bem sucedidas eram mais exceções do que as regras, porque por mais que você preparasse a família e ela tentasse, acontecia alguma coisa.
Letícia	Alguns casos eu ainda fico, assim, um pouco preocupada. Preocupada até pela questão da fragilidade da família, não é por ter acontecido uma vez, mas tem casos de pessoas que não lidam bem com a questão da falta de oportunidades, da superação de alguns obstáculos que podem surgir. Por isso mesmo que era feito o acompanhamento, quando a gente percebia a família já poderia se desenvolver sozinha, a gente começava aos poucos a se afastar. Mas eu penso que algumas reinserções, por conta da falta de organização e da fragilidade da

	<p>família eram muito complicadas. Teve até alguns casos que a gente sugeriu que a família fizesse acompanhamento psicossocial e acompanhamento com psicólogo, porque não era só questão de recursos materiais, eram questões também emocionais e por essas questões emocionais eles se desestruturavam. Eles precisavam de alguém que desse o direcionamento, é uma reinserção assistida, depois que a gente reinsere e passa a fazer o acompanhamento, a família também passa a ser acompanhada pelo CRAS e o CREAS até o momento que a pessoa pode seguir sozinha.</p>
Maria	<p>É uma responsabilidade muito grande em cima da equipe, porque se essa criança e adolescente retornam para casa e acontece alguma coisa, a responsabilidade é nossa, que foi lá fazer a visita, principalmente a assistente social que foi lá e fez a visita, que fez o estudo. E como é que eu vejo que não tem uma situação legal lá [na casa] e vou digo que tem condições dessa menina retornar? Então é uma responsabilidade muito grande! [...] Eu sempre tive o pensamento de que eu concordo com a reinserção familiar na família de origem e lutava para essa reinserção, porém se percebesse que não tinha realmente condições, a gente não gostava muito ficar insistindo em algo que percebia que não ia dar certo.</p>
Joana	<p>O objetivo é que a gente faça a reinserção dessa criança em sua família biológica, seja para os pais ou para alguém da família, tio, tia, avó, avô, do núcleo paterno ou materno. Mas o nosso foco maior, é que realmente sejam os pais, desde quando não tenha a questão da criança ter sido agredida pelos pais, nestes casos específico, a gente já tem um olhar diferenciado, quando envolve agressão, violência sexual, esse tipo de coisa, então a gente não tem o objetivo de reinserir essa criança aos pais biológicas e sim à família e posteriormente, se não houver a possibilidade de voltar para a família, aí a gente vai buscar a adoção. Mas isto é só em terceiro caso, porque primeira opção são os pais, segunda a família e terceira que é a adoção.</p> <p>Eu tive mais adoção do que reinserção, eu tive apenas uns três casos de reinserção, os outros eram adoção. Os outros foram adotados e adotados por famílias com boas condições financeiras, famílias bem sucedidas, na maioria dos casos lá. Eram raros os casos de ir para um família de origem humilde, na maioria eram pra família bem sucedidas mesmo.</p>
Bárbara	<p>Eu sou a favor da reinserção, na medida em que tenha espaço para esse menino, essa menina, eu acho que deve ser sempre a primeira opção, lugar de criança e adolescente é com a família. [...] Se tem um espaçozinho e ele se reconhece naquele lugar, é o lugar dele! O resto é firulas!</p> <p>Antes da adoção, antes de se pensar em família substituta ou em qualquer outra possibilidade, primeiro tem que ser buscado o grupo familiar, seja essa família de origem, pai, mãe ou na família extensa, que é avó, avô, tios, tias, primo, alguém que tenha uma relação sanguínea com ele e que possa de alguma forma se reconhecer neste lugar. Se isso não der certo, então a gente parte para a família substituta e/ou adoção, mas quando ainda é caso de adoção, quando a idade ainda permite, pois nem sempre a idade permite.</p>

Entrevistas. Salvador/BA, 2019.

Do quadro acima, podemos inferir que a reinserção familiar é marcada por limites, encontros e desencontros. E que sobre a equipe técnica incorre uma responsabilização quanto aos possíveis resultados deste processo, visto que são elas quem ficam na linha de frente do processo.

De forma basilar, o olhar que é lançado ao contexto familiar dessas crianças, principalmente quando se ventila as possibilidades de reinserção, passa por lentes de aumento que buscam, dentro dos referenciais interno, o que aquela família apresenta como patológico/difuncional e saudável/funcional. Acrescentando que, diante das dificuldades e fragilidades que são levantadas nos processos de reinserção, a adoção passa a ser encarada como uma solução mais efetiva para a criança.

Diante das tais colocações, consideramos importante refletir também sobre a complexidade que é avaliar a condição da família – como é esse processo, é cuidadoso e em um tempo suficiente? Cabe lembrar o caso citado pela participante Letícia (ver página 178) em que a avó impediu o andamento do processo de adoção do neto, que já estava em andamento, para uma segunda tentativa de reinserção familiar e, que depois de um tempo, mais uma vez esta avó devolveu a criança para o abrigo. Ou seja, a prioridade da família de origem permaneceu mesmo diante de uma tentativa anterior de reinserção junto à avó, que tempos depois, ela mesma, devolveu para o acolhimento no abrigo. Depois desta primeira tentativa, a criança já estava a mais de dois anos sem receber visitas de pessoas da família e no momento (que já pode ser considerado tardio) em que a já se tem um processo de adoção em andamento, mais uma vez esta avó reaparece, solicita a guarda da criança, o juiz autoriza, a criança é reinserida na família e depois de um tempo, mais uma vez é devolvida à instituição pela avó. Aqui temos um caso de devolução de crianças por famílias biológicas!

Essas experiências, em que o bem estar da criança é atropelado por precipitações da família e equívocos do judiciário, além de frustrar o profissional técnico, também acabam reafirmando as suas crenças que apontam para o desajuste e a irresponsabilidade dessas famílias de origem.

À vista disto, concordamos com Walsh (2016) quando ela afirma que as construções de normalidade, saúde e disfunção familiar, estão inseridas em nossos sistemas de crenças culturais e profissionais, e como pressupostos, se encontram subjacentes a toda a teoria e prática e exercem uma influência poderosa e que, em boa parte das ações, interferem na forma de conduzir cada avaliação e intervenção familiar. Estes pressupostos implícitos sobre normalidade são trazidos da visão pessoal para o trabalho com as famílias, incluindo padrões culturais, paradigmas clínicos/de pesquisa e experiência pessoal/familiar. Portanto, é preciso desafiar a

estigmatização das diferenças como se fossem patológicas e trabalhar em direção a políticas e atitudes mais inclusivas (Walsh, 2016).

Trazendo como base as perspectivas das duas participantes que possuem o maior tempo de atuação nessa modalidade de acolhimento institucional e que também contam com a experiência na coordenação da equipe técnica, Conceição e Bárbara compartilham de um olhar que conduz para o investimento na família de origem para que a criança possa retornar ao seu meio.

As mães que eu presenciei entregar os filhos não fizeram sem dor, fizeram em absoluto sofrimento. (Entrevista, Conceição, 2019).

Eu comecei a trabalhar muito com os funcionários, que me ajudaram no dia-a-dia com os meninos, pra não julgar. Porque foi uma coisa que eu aprendi no trabalho é que a gente não deve julgar a mãe. Claro que eu tinha mães que só precisavam de um apoio pra voltar a garantir a segurança do filho. E claro que tinham mães negligentes. [...] Mas, muitas vezes o que me convencia ir em frente era o desejo do menino e assim, eu gostava primeiro de investir tudo que estava ao meu alcance, porque se eu tivesse investido tudo e não desse certo, esse menino iria para a adoção e eu estaria com minha consciência tranquila de que eu tinha feito a minha parte. (Entrevista, Conceição, 2019).

É uma coisa extremamente desafiante, ainda mais porque não temos um paradigma, nós temos um modelo de família muito arraigado, que trazemos e que consideramos como modelo e como ideal. Quando você tem isso muito preso em você, dificilmente você vai enxergar essa família de origem como uma possibilidade. Então uma das primeiras coisas que nós enquanto profissionais precisamos fazer, é uma desconstrução nesse aspecto em nosso próprio pensamento, e também com quem trabalhamos. Porque para a criança e o adolescente, mesmo que na minha visão, essa família esteja aquém, na visão deles é “a minha mãe”, principalmente a “minha mãe”, essa figura da mãe, eles não procuram tanto o pai. (Entrevista, Bárbara, 2019)

De acordo com Walsh (2005), uma crise pode ser encarada como um “chamado para despertar” e proporcionar o aumento da atenção de cada envolvido para o que realmente importa em suas vidas. Uma perda dolorosa pode nos impulsionar para direções novas e imprevistas.

As situações de crise e fragilidades na família de origem (seja ela nuclear ou extensa) não devem ser identificadas, somente, como uma confirmação de um “desajuste familiar”, mas como caminhos para o trabalho e, também, uma oportunidade de crescimento e superação das adversidades.

Por fim, das considerações arroladas nessa seção, pode-se reafirmar que a relação entre contexto, características da pessoa e os processos proximais são significativos na medida em que os contextos institucionais que são preparados para as crianças e os adolescentes abrigados são vitais, compõem um contexto de

desenvolvimento e as interações nele estabelecidas são determinantes para o seu desenvolvimento atual e futuro.

9.2 “Onde tem uma casa, se tem uma família?”: as condições do contexto na reinserção familiar

O modelo bioecológico do desenvolvimento compreende o ser humano de um ponto de vista global e integrado. Dessa maneira, a pessoa é vista inserida em seus contextos de vida (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Esta perspectiva de desenvolvimento é fundamental para que consigamos obter uma imagem mais abrangente dos múltiplos fatores, tanto pessoais quanto do contexto, que influenciam a trajetória do desenvolvimento de uma pessoa/criança que experiencia uma situação de acolhimento institucional em abrigos.

As famílias, de crianças que estão abrigadas, são vistas como multi problemáticas devido à sobreposição de suas dificuldades (saúde física e mental, social e econômica), e neste cenário, a pobreza se sobrepõe como uma entidade que desregula e vitimiza o sistema familiar. Concordamos com Macedo (2017) quando ela afirma que a pobreza, apresenta uma dimensão objetiva (falta concreta) e uma subjetiva (como se vêem e são vistos pelos outros).

Assim, dessas famílias pobres, se exige principalmente uma modificação desta dimensão subjetiva. Espera-se que estas famílias se percebam e se posicionem como pessoas capazes de retomarem o cuidado da sua criança e que com isso, consigam também romper com esta visão que relaciona pobreza à inabilidade para gerir a própria vida e da sua família.

Para Macedo (2017),

A construção da desigualdade é um processo contínuo a que estamos sujeitos na cultura em que vivemos, na qual lentes culturais são construídas e adquiridas no processo de socialização que ocorre na família de origem, grupos e subgrupos sociais, comunidades e na sociedade em geral. Esse processo enquanto tal se perde na memória, tornando-se essas lentes “naturalizadas”. Assim influenciam as estruturas que construímos para classificar as pessoas e os grupos (ricos/pobres; normal/anormal; bonito/feio; e outros) bem como as elaboradas maneiras para movê-las de uma categoria a outra com ou sem seu consentimento, ou melhor, mesmo sem o seu conhecimento. As categorias sociais assim construídas constituem pressupostos com os quais operamos para lidar com as diversas diferenças. (p. 328)

A autora acima, dando continuidade ao seu pensamento, relaciona o impacto desse contexto de desigualdade em que as pessoas são colocadas à margem de uma cultura dominante e acreditando-se incapazes de manejar os problemas do cotidiano, com a situação de exclusão e de dependência de ajuda, sobretudo do Estado. E neste alcance, as intervenções do Estado, sendo em geral, pontuais, provisórias e rotativas, só perpetuam esse estado de coisas (Macedo, 2017).

Neste cenário de vulnerabilidade que circunda o contexto familiar de crianças abrigadas, o conceito que cada pessoa que integra uma equipe técnica tem formatado sobre essas famílias é um elemento diferencial para o desencadear de ações. Apresentamos a seguir um quadro onde são elencadas os conceitos formados pelas profissionais em relação ao contexto de origem das crianças abrigadas:

Quadro 5 - Caracterização do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada.

Pessoa	Identificação do contexto de reinserção na família de origem da criança abrigada
Conceição	<p>Existia um problema de escolaridade, se as crianças, que já estavam com dez, doze anos não sabiam escrever o próprio nome, imagine os pais. [...] eles não tinham escolaridade e, acho que 90%, tinha envolvimento com as substâncias psicoativas. [...] Dificuldade da família em relação a emprego, a dificuldade da família para se colocar no lugar e eles se tratarem daquilo que era o motivo da separação que é, por exemplo, a negligência.</p> <p>[...] Eu tinha mães que só precisavam de um apoio para voltar a garantir a segurança do filho. E claro que tinham mães negligentes. Muita droga, muitos pais e mães vítimas, não sei se posso chamar de vítimas, mas eu enxergava assim, dependentes dessas substâncias todas aí viciantes.</p>
Marina	<p>É a história da vida, dificuldades na educação doméstica, é a questão financeira, é a falta da moradia, falta de emprego, a desagregação. [...] As crianças vão aparecendo da troca de parceiros, de uma forma que não é um amor que une, e sim, a necessidade, a displicência, uma relação ocasional. Tinha família [...] que eram muitas gestações e a situação cada vez pior, porque não havia um projeto de família, de crescimento.</p> <p>A maioria era família carente. Carentes não somente pobres, economicamente, mas essas famílias eram muito carentes assim de afeto, as histórias da família eram de muita perda, muito falta de amor, muito falta de vínculo, era o que permeava essas famílias. Algumas tinham uma figura materna, poucas com uma figura paterna presente que dava uma sustentação, mas a grande maioria era filho de adolescentes, filho de ex abrigado, abrigadas, usuários de drogas. [...] Então aquela criança era realmente, ali na ponta, era uma vítima de outras vítimas.</p>
Leticia	<p>São famílias que não tiveram oportunidades, mas não era somente por isso, porque eram também irresponsáveis. Eu penso que a falta de oportunidade era um fator, mas a falta de responsabilidade, eu acho que isto era um fator que mais pesava, tinha muita gente irresponsável, que não se colocava no lugar que era deles. Ficava lá esperando do outro, do governo, do abrigo. [...] Eu via casos que era muita negligência. [...] Eles eram assim muito despreocupados com a situação deles mesmo e das crianças.</p>

Maria	<p>Muitas vezes o local onde elas moravam era de muita vulnerabilidade e pobreza. A estrutura da casa não era boa, eram casas que não tinham banheiro, não tinha fogão, de não ter o mínimo. [...] Era um ambiente completamente vulnerável, sujo, que muitas vezes não tinha vaso sanitário.</p> <p>A maioria das famílias eram bem omissas e ficávamos bem impressionadas com a forma como eles falavam da criança e adolescente. [...] Percebia que as famílias não se importavam, nós tínhamos que ficar ligando para eles irem buscar para passar o Natal ou ir buscar em uma festa comemorativa. Pra eles era como se aquela menina ali, aquele filho fosse qualquer objeto que não fazia diferença estar em casa ou não. Porém, se fossemos avaliar essa família, essa família também teve, essa mãe, essa avó, essa tia que também tiveram toda uma vida de sofrimento, de abandono, toda uma vida complicada! [...] Era uma família que realmente, por não ter tido também uma estrutura, não tinha condições de dar essa estrutura a essa adolescente, a essa criança.</p>
Joana	<p>[...] Na sua grande parte, os pais eram usuários de drogas, viviam em situação de rua. Então é uma situação muito difícil! [...] Mesmo, a gente sabendo que deve existir uma família extensa, mas os pais biológicos estão nas ruas, são dependentes químicos e que não tem nada a oferecer. E uma boa parte das crianças ficava com eles, vivendo em situação de rua.</p> <p>A família extensa nem sempre querem a criança, é lógico que tem aqueles que sim, mas a maioria não quer. Principalmente quando os pais são problemáticos e que aquela criança, em algum momento, vai trazer problemas para família, porque os próprios pais vão querer pegá-la de volta [...].</p>
Bárbara	<p>De modo geral são pessoas com baixa escolaridade, vulnerabilidade social grande e a maioria são filhos frutos de outro casamento. [...] Também temos famílias com uma relação de agressividade muito grande. [...] hoje também temos um perfil de meninos e meninas filhos de mães que passaram pela questão das drogas ou são alcoolista.</p> <p>A grande maioria é criança de famílias negras, afrodescendentes e com essa questão da vulnerabilidade ou meninos e meninas, cujo os pais, principalmente as mães ou avós ou tias que criaram e quando entram na adolescência é como se perdesse o controle sobre o adolescente [...] e que começam a se envolver com essa questão do tráfico no espaço onde moram.</p>

Entrevistas. Salvador/BA, 2019.

Observem que os componentes do contexto que são mencionados sofrem uma variação conforme a pessoa/técnica a que se refere. Assim, vislumbramos que a concepção de diferentes pessoas que atuam na rede de proteção corresponde a diferentes perspectivas para essas famílias, podendo ou não ter elementos comuns, que possibilitem uma atuação mais colaborativa ou mais distanciada. Corresponde também a um desenvolvimento e uma atuação pessoal diferentes.

Ao descrevermos as famílias como possuindo uma estrutura, não estamos buscando apenas referenciar a um mapa das pessoas que a compõem. Com efeito, ao abordarmos a estrutura da família, estamos nos referindo aos padrões repetitivos e previsíveis de interação. Esses padrões refletem filiações, tensões e hierarquias importantes e têm um significado tanto para o comportamento como para os

relacionamentos (P. Minuchin; Colapinto & Minuchin, 1999, 2011; Minuchin & Fishman, 2003).

Como se pode depreender do quadro acima, na identificação do contexto, no que tange a estrutura física da casa e do seu entorno, é relacionado como pertencentes a áreas com maior vulnerabilidade social da cidade de Salvador/BA. As casas são apontadas como espaços com alvenaria comprometida, em alguns casos com ausência de banheiros, falta de móveis e equipamentos domésticos e com higiene doméstica precária.

Observamos que, apesar da estrutura física da casa ser mencionada, não é um elemento com maior relevância nas falas das nossas entrevistadas. Provavelmente, isto se deve ao fato de que a situação de pobreza dessas famílias já é algo intrínseco na realidade dos acolhimentos institucionais. As situações de violência, negligência, abusos e uso de drogas compõem a realidade de famílias de todas as classes sociais. Mas, quando se trata de famílias pobres, as denúncias e as entradas do Estado, ocorrem com maior abertura, dada a maior situação de vulnerabilidade. Outro fato que também pode justificar esta forma de abordar a estrutura física do contexto, são as possibilidades de inclusão destas famílias em programas do governo, nas esferas municipal, estadual e federal, para acesso a auxílios e serviços. Inclusive, esta inclusão das famílias em programas governamentais faz parte do rol de ações que competem à equipe técnica do abrigo.

Como já enunciado, Bronfenbrenner (2005) concebe o desenvolvimento humano enquanto uma relação entre pessoa e contexto, que ocorre ao longo do curso de vida e através de gerações e do tempo histórico. Assim, para entender as possibilidades e dificuldades da reinserção na família de origem, precisamos acessar a relação que é estabelecida entre as características da pessoa (família nuclear e extensa) e do contexto, como fatores determinantes do desenvolvimento do indivíduo/criança abrigada. Estas relações também nos permitem vislumbrar as questões do tempo que tanto repercute no afastamento das crianças de uma possibilidade de crescer em um contexto familiar, seja o da sua família de origem ou adotiva.

No que tange à caracterização do contexto quanto ao funcionamento do sistema familiar e às pessoas nele inseridas, alguns atributos foram associados às pessoas que têm a função parental: inseridas na linha de pobreza, sofrendo as

consequências do desemprego, com baixa escolaridade, presença de dependência química, vítimas, omissas, negligentes e irresponsáveis.

E quanto ao funcionamento do sistema, foram levantadas as seguintes características de um sistema emaranhado: violento, conflituoso, funcionamento dissociado, com a presença de filhos de parceiros diferentes e as pessoas entram e saem de forma mais constante.

A caracterização realizada pelas participantes é consonante com aquela com contida em relatórios, documentos jurídicos e relatos de pesquisas e experiências. Em vista disto, aprofundando o tratamento da questão, P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (2011) consideram que:

Os princípios de estrutura e função familiares são genéricos, mas possuem características especiais quando aplicados a famílias assistidas pelo Poder Judiciário, pelo Sistema Único de Assistência Social e pelos serviços de proteção social especial de média ou alta complexidade. Em primeiro lugar, a afeição e o vínculo nessas famílias geralmente são negligenciados. Ouvimos dizer que as pessoas estão tão perturbadas pelas drogas que não conseguem criar laços, as mães negligenciam seus filhos e os pais abusam deles, as famílias são violentas e as pessoas se isolam. Tudo isto é verdade em algumas famílias, mas só em parte, pois destaca os aspectos mais visíveis da infelicidade individual e familiar, ignorando ao mesmo tempo a lealdade e a afeição que os membros da família dedicam-se mutuamente. Geralmente, os membros compartilham o manter da família, não importando como se veem entre si ou a que ponto chegou sua fragmentação em consequência de intervenções que não só lhes ajudaram, como também os separaram.” (p. 20-21).

Apesar de seus problemas e incertezas, essas pessoas estão vinculadas, os componentes do sistema familiar fazem parte do *self* das crianças e de sua situação (P. Minuchin; Colapinto & Minuchin, 1999, 2011). As profissionais participantes deste estudo, relataram que as crianças acolhidas demonstram interesse e amor pelas suas mães e por pessoas da suas famílias de origem, mesmo quando tenham sido negligenciados ou espancados ou que essa mãe seja dependente química. De acordo com P. Minuchin, Colapinto & Minuchin (2011), “embora esse estado pareça ilógico, reflete um profundo sentimento e uma ambivalência emocional associada aos vínculos familiares.” (p. 21).

Mesmo com todas as vulnerabilidades socioeconômicas do contexto e da presença da violência como um elemento inserido neste espaço, as crianças possuem um senso de pertença a esta família, que não pode ser resumida a mãe, pai, irmãos e avós.

Para P. Minuchin, Colapinto & Minuchin (2011),

A violência, para essas famílias, é um importante fato da vida e assume mais de uma forma. O que nos ocorre primeiro, por ser a associação mais convencional, é a violência dentro das próprias famílias. Pobreza, impotência e desespero estão incorporados aos ciclos familiares dessa população, muitas vezes levando a soluções radicais: drogas, delinquência, sexo impulsivo e violência. Ao examinarmos o interior das famílias violentas, vemos uma perturbação da ordem. Os mecanismos habituais de segurança que protegem os membros da família e asseguram a sobrevivência da sociedade não têm sustentação. (p. 21).

Os autores acima ressaltam que qualquer profissional que atue com a assistência social de famílias que moram em áreas com maior vulnerabilidade enfrenta momentos de uma triste realidade que envolve castigos brutais, abuso sexual e abandono. Para eles, tendo como base a própria experiência teórico-prática,

Como consultores e formadores, sempre investimos no conceito da preservação da família e apoiamos as intervenções que mantêm os filhos em seus próprios lares, mas damos séria atenção ao problema da violência familiar e à questão de como avaliar e garantir a segurança dos membros da família. O pêndulo oficial que oscila de um extremo ao outro, ou seja, do afastamento das crianças para manter a unidade familiar até um novo afastamento das crianças, não consegue dar uma solução sofisticada a esse problema básico. As ordens são globais e usam procedimentos. São bem intencionadas, mas não úteis o suficiente em situações específicas. Um profissional deve estar apto a explorar o conflito familiar e avaliar seu potencial para uma mudança positiva antes de tomar uma decisão dessa natureza". (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011, p. 22)

Os limites familiares configuram as regras que definem “quem participa” e o “como participa” e têm a função de esclarecer e reforçar papéis para proteger a diferenciação do sistema (MINUCHIN, 1974). Desta forma, é imprescindível que estes limites, nas famílias de origem, sejam identificados pelos técnicos o mais breve, para que possam subsidiar a proposta de reinserção. Quando acessamos esta configuração, passamos a compreender o funcionamento dentro dos papéis estabelecidos e reconhecer os elementos do sistema que devem ser acionados de uma forma mais diretiva. Inclusive, identificar as pessoas da família extensa e também os elementos do mesossistema da criança e da sua família, que podem exercer alguma influência no contexto.

Em todas as famílias há múltiplos padrões de aliança, envolvendo pessoas emocionalmente próximas e que dão apoios mútuos. Mas existem outros tipos de alianças menos óbvias e que podem, inclusive, assumir formas diferentes. Dentro do

contexto de origem da criança abrigada, nas entrevistas aqui realizadas, temos uma incidência de um posicionamento da família extensa que resiste à possibilidade de assumir a guarda da criança, como uma ação de oposição aos pais, principalmente nos casos em que envolvem os pais usuários de drogas psicoativas.

Na perspectiva da abordagem sistêmica é identificada como coalizão estas alianças formadas entre pessoas que se unem em oposição a outros membros da família. Contudo, essas coalizões geralmente são transitórias e podem ser relativamente benignas, a depender do seu alcance (MINUCHIN P., COLAPINTO & MINUCHIN, 2011).

Logo, a equipe técnica poderá ter resultados diferenciados em suas ações junto à família extensa da criança, se houver um suporte para identificar e atuar nestes padrões de aliança. A dificuldade em acionar a família extensa também passa por estes limites familiares já estabelecidos, pois existe toda uma história e um funcionamento familiar que antecede a própria criança, alvo da intervenção.

O acolhimento da criança marca um período de transição na família, assim como, a entrada e saída de uma criança também marca um período de transição no abrigo. Esta transição afeta a todos os envolvidos diretos, família e abrigo, e gera modificações no funcionamento nesses sistemas relacionados. Vale ressaltar que a família (pelo menos a parte que apresenta alguma vinculação) tende a se desorganizar ainda mais diante da retirada da criança.

Independente do evento/estímulo, as dificuldades comportamentais que emergem durante os períodos de transição não são necessariamente patológicas ou permanentes. Em geral, representam as tentativas da família para explorar o próprio funcionamento e se adaptar a uma nova demanda ou realidade. Comumente, surgem como componentes afetivos de uma crise, a ansiedade, depressão e irritabilidade. Ainda que o comportamento pareça perturbado ou disfuncional, não é conveniente fixá-lo como uma patologia, pois isto tende a cristalizar a reação e a compor as dificuldades (MINUCHIN P., COLAPINTO & MINUCHIN, 2011).

Mesmo não sendo conveniente fixar esses componentes afetivos que surgem como sendo patológicos, na inserção na trajetória das nossas mulheres, profissionais técnicas, constam histórias de pais e mães que se lançaram ainda mais no uso indiscriminado de bebidas alcoólicas e/ou de outras drogas diante da retirada de suas crianças.

Temos famílias que são desvinculadas e que mesmo contendo uma estrutura possível para receber um filho, neto, sobrinho ou irmão, não oferece espaço afetivo que permita uma reinserção. Contudo, também temos, por outro lado, famílias que são vinculadas emocionalmente, mas que o nível de desorganização das pessoas que deveriam ocupar as funções de cuidadoras/provedoras está em um nível tão acentuado que impossibilita o retorno da criança.

As ações que inicialmente objetivam uma reinserção podem apresentar um impacto maior, inclusive naqueles casos em que o retorno da criança/adolescente não tenha sido possível. Uma intervenção cuidadosa, colaborativa e em uma perspectiva sistêmica poderá colaborar para uma mudança nos padrões transgeracionais e, até mesmo, conduzir para um rompimento deste padrões em alguns elementos do sistema: pois tanto as crianças quanto todas as pessoas do seu sistema familiar, se encontram em um processo constante de desenvolvimento, que ocorre mediante um processo gradativo e complexo de interação recíproca de um indivíduo ativo e as demais pessoas, ambientes e símbolos do seu ambiente imediato, e até mesmo, remoto.

Contudo, essa interação, nomeada de processo proximal, para ter efeitos no desenvolvimento, deve ocorrer de forma regular durante um período extenso de tempo (BRONFENBRENNER, 1995). Ou seja, o acompanhamento psicossocial dessas famílias não pode ser enquadrado em um tempo normativo e regula, visto que o desenvolvimento é uma função conjunta entre um processo proximal, as características próprias da pessoa em desenvolvimento, o contexto imediato no qual ela vive e a quantidade e frequência de tempo no qual a pessoa em desenvolvimento tem estado exposta a um processo proximal específico e ao ambiente (Bronfenbrenner, 1995 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O estabelecimento e a manutenção das interações entre pai e/ou mãe e/ou outra pessoa da família e a criança dependem da disponibilidade e envolvimento de outro adulto (terceira pessoa) que dá apoio e encoraja a pessoa que cuida e interage com a criança (Bronfenbrenner; Evans, 2000). No cenário da medida protetiva, esta “terceira pessoa” geralmente é direcionada para algum componente da equipe técnica, que fica como uma espécie de referência. No acompanhamento desse grupo, realizado pela equipe técnica e demais profissionais envolvidos, deve incluir ações que estimulem a resiliência familiar, como sendo uma capacidade de contrabalançar

a estabilidade e a mudança quando os membros da família enfrentam crises e desafios (WALSH, 2005).

É notadamente reconhecida que a relação que se tem com a família e, por consequência, as aprendizagens que emergem daí, influenciam os demais ambientes em que a pessoa circula. No contexto institucional, que se configura como um microssistema, as suas influências incidem na relação entre as crianças e os demais microssistemas, tais como, as pessoas da instituição (as outras crianças em acolhimento, os profissionais e educadoras sociais), a família, novos colegas escolares, professores e voluntários.

Em relação ao mesossistema, temos as interações entre a instituição/abrigo e a família de origem, entre instituição/abrigo e família de origem das técnicas, entre a escola e o acolhimento, entre instituição religiosa e abrigo, como também entre a família de origem e seus parentes, vizinhos, e o meio social no qual a família circula. É necessário lembrar que, diante das variabilidades de possibilidades de relações que podem ser estabelecidas entre contextos que se configuram como mesossistema, poderá ocorrer uma modificação de pessoa para pessoa.

No exossistema, temos a inserção dos ambientes do judiciário, do ministério público, os Centros de Referência e os de Atendimento de Saúde que as famílias são encaminhadas e também passam a frequentar. Nestes contextos, a vida de cada criança acolhida é discutida, analisada, questionada e, também, decidida. Um outro componente do exossistema, cuja presença pode ser um elemento importante no processo de reinserção, é o ambiente de trabalho em que pais/mães, antes desempregados, passam a atuar como uma tentativa de reorganizar o seu contexto e resgatar a sua criança.

E, de forma imperativa, temos no macrossistema da criança abrigada, as Leis, o Governo, as Normas e as crenças e valores direcionados às famílias pobres com crianças abrigadas. As interações em nível macrossistêmico influenciam as práticas e convenções associadas aos diversos papéis desempenhados pelo indivíduo e pessoas com quem se relaciona Bronfenbrenner, 1995 1998, 2004, 2011).

Como último nível a ser mencionado neste cenário, temos o cronossistema, que como uma flecha, passa por todos os níveis do contexto, constituindo uma dimensão atemporal e que advém da forma como ocorrem as mudança no decorrer do tempo, devido às pressões sofridas pela pessoa em desenvolvimento. Ou seja, temos no cronossistema da criança abrigada, as modificações ocorridas na família

que conduziram ao acolhimento e/ou permanência no serviço, entrada no abrigo, entrada em uma nova escola, e as demais mudanças que ocorrem como consequência da medida protetiva e que podem ter significativa influência no desenvolvimento das pessoas, da família, em um determinado momento do ciclo de vida (Bronfenbrenner, 2011)

Por fim, um outro aspecto que merece a nossa atenção, é o fato de que a psicóloga Bárbara foi a única participante que, em sua descrição do contexto familiar, que apresentou uma referência étnico-racial para as pessoas do contexto. Bárbara os descreveu como sendo “*a grande maioria é criança de famílias negras, afrodescendentes*”. Logo, temos aqui, uma característica étnica para contextualizar as famílias e as crianças/adolescentes em acolhimento. Olhando para a trajetória pessoal e profissional de Bárbara, destacamos que ela também foi a única participante que relatou uma preocupação em trabalhar a autoestima e o empoderamento da menina negra e a valorização do seu cabelo crespo, como podemos identificar no trecho a seguir:

[...] Também vamos fortalecendo a participação delas nesses espaços de cidadania, nossas meninas participaram agora do Julho das Pretas, da Macha das Mulheres, foi a maior felicidade! Algumas das nossas foram para Brasília para a Macha das Mulheres Negras, é o empoderamento fresco. Trabalhamos muito essa questão da auto-estima e eu vejo que faz diferença ser uma psicóloga negra! Faz, faz toda a diferença, penso até no cabelo delas e digo, vamos trabalhar esse reconhecimento, vamos tratar este cabelo! Quando eu cheguei aqui no abrigo, no início, o shampoo era tudo de uma marca que estragava ainda mais o cabelo das meninas e o creme de cabelo não era para cabelo crespo. Aí fui trabalhando isso com a administração, e questionava aquele produto mostrava como estava o cabelo das meninas e dizia, tem que ser produto para cabelo crespo e cacheado! A direção entendeu a minha proposta e mudamos tudo, compramos hidratação própria para os cabelos e cuidamos, e elas ficaram felizes! E são esses detalhes que temos que é um diferencial. A questão da representatividade delas, de poderem também se reconhecer, se enxergar nessa pessoa que está ali em sua frente, isso é diferente! (Entrevista, Bárbara, 2019)

A sensibilidade de Bárbara para o cuidado com as “suas meninas” vai além de uma medida protetiva. Em um fazer empático, ela fomenta a cidadania, o protagonismo jovem e o fortalecimento para a superação dos obstáculos impostos pela história familiar. Dentro de uma “sororidade”¹⁷, ela semeia o empoderamento e a

¹⁷ Sororidade é uma palavra que, apesar de não ser oficializada em nossa língua, provém do latim “sor” que significa irmã e é um termo utilizado no movimento feminista para expressar todas as relações de solidariedade entre as mulheres.

auto valorização desta menina, adolescente, jovem, negra, para que esta, se reconhecendo em seu cabelo crespo, cacheado e em toda a herança cultural que ele carrega, encontre a sua força interior e supere as barreiras lançadas em seu caminho.

Todo o exposto serve para traçar uma identificação das condições do contexto (a casa e a estrutura familiar) da criança acolhida em abrigos, que influencia diretamente no processo de reinserção familiar, na perspectiva das profissionais que executam esta ação.

Por fim, compreendemos que as relações que são estabelecidas nos contextos, família e abrigo, influenciam de forma significativa a visão de mundo, o comportamento e as relações em nível simbólico que conduzem à construção de novos significados. Por conseguinte, compreender e interpretar as inter-relações entre os contextos, nos permite acessar as estruturas e o funcionamento do sistema familiar das crianças e também as crenças de profissionais que atuam na área e que, pela complexidade do seu trabalho, se transformam em agentes de desenvolvimento.

9.3 Traçando caminhos para a reinserção familiar: do papel para o concreto

A reinserção da criança em sua família de origem, é um objetivo inicial e também um desafio para a equipe técnica. Iniciando este tópico da discussão, consideramos basilar resgatar a trajetória profissional de Conceição, única entrevistada em que o tempo de experiência antecede ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Conceição foi a única entrevistada que passou a incluir a família em suas ações, mesmo sem haver orientações técnicas para isto, e de uma forma intuitiva. Ela nos conta que:

Quando eu comecei a conhecer os prontuários, eu queria saber de onde eles tinham vindo, mas lá não tinha a origem deles. Muitos tinham sido abandonados na rua, esquecidos na rodoviária, abandonados em hospital e eu percebia que isso era muito forte, muito ruim. Aí, o que foi que eu fiz? Eu, a partir dali, comecei aos novos [meninos] que iam chegando, que o juizado me mandava como órfão, [...] eu comecei a conversar com os meninos e colocava eles no carro e depois que eles adquiriam um pouco de confiança, eles me revelavam a verdadeira história. Porque quando eles chegavam no juizado contavam uma história, mas aquela história era de quem não queria voltar pra casa, então muitas vezes eles matavam mãe, avó, todo mundo. Pequeninhos, eles contavam histórias que não eram verdadeiras e não tinha ninguém pra investigar, jogava no orfanato como órfão. Só que eu comecei a desconfiar que não era bem isso e eu prometia a eles: me leve, eu lhe prometo te trazer de volta, sua mãe pode está preocupada, sua família pode estar desesperada, é uma hora que eu matriculo você sem documento?

Porque uma coisa muito forte que mexia muito nos meninos era o fato de na certidão de nascimento ter pais ignorados [...]. E eles [os meninos] queriam ter acesso a isso e eu dava, deixava entrar em minha sala, sentava com eles e a gente lia o prontuário juntos. Eles tinham tanto desejo por isso, eu não posso lembrar que eu me emociono. (Conceição, 2019).

As investidas em identificar as famílias de origem, em um primeiro momento partiu da sensibilidade de Conceição, que convivia no dia a dia com uma angústia dos “seus meninos” (maneira como ela nomeia as crianças e os adolescentes que ela acompanhou) e também dela, que acolhia aquela angústia e que também pensava na possibilidade de uma mãe ou outra pessoa da família estar procurando aquele menino.

Mas um aspecto que chamou a nossa atenção foi o fato de que, mesmo Conceição, investigando e buscando informações sobre a família de origem, ela não percebia como viável a possibilidade de entregar aquele menino para a sua famílias, como podemos observar a seguir:

[...] Eu não fiz isso com a intenção de devolver nenhuma criança, eu achava nessa época que eu tinha o melhor a oferecer, que eu ia fazer tudo, que eu amava o bastante. Eu fiz porque eu percebia que eles precisavam conhecer a origem deles e que aquela angústia que eu via nos adolescentes, só iria parar e não se repetir, se essas crianças que estavam chegando pudessem saber onde o pai estava, onde a mãe estava e ter uma relação[...].(Conceição, 2019).

A mudança do olhar de Conceição para a possibilidade de reinserção, foi emergindo a partir das mudanças ocorridas com a criação do ECA e também das discussões em que ela participou, no momento de implantação do Estatuto. Conceição atuou em instituição de acolhimento dentro de duas configurações, orfanato e abrigo.

A diferenciação de orfanato para abrigo vai para além do ato de nomear, reflete uma mudança na forma de entendimento em relação àquele espaço, visto que a maioria das crianças possuem famílias e com um amplo número de parentes (Cardoso, 2014). Esta foi uma mudança que ocorreu no nível do macrosistema e que afetou diretamente o microsistema de crianças e adolescentes abrigados e, também, todas as relações mesossistêmicas que são estabelecidas no contexto da medida protetiva. Inclusive, Conceição utiliza essas duas formas de nomeação para situar a sua experiência dentro do tempo, nas situações vivenciadas antes da promulgação

do ECA, ela se refere ao contexto institucional na nomeação de orfanato, e para as experiências posteriores, ela nomeia como abrigo.

Desta maneira, temos que o ECA, além de zelar para que as crianças e os adolescentes tenham acesso efetivo aos seus direitos, ele trouxe para esta realidade institucional, uma normatização para o serviço e também uma indicação de tempo de acolhimento. Somado a isto, temos em dezembro de 2006, a aprovação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que foi aprovado em assembleia pelos Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e de Assistência Social (CNAS). O Plano trouxe consigo uma concepção de políticas integradas que não focava apenas na criança e no adolescente, mas incluía as famílias e o reordenamento dos abrigos.

Todas as nossas participantes, mencionaram a implementação deste novo paradigma advindo com o PNCFC e referenciou o reordenamento dos serviços de acolhimento no ano de 2006, como um marco de tempo que divide o tipo e o formato dos atendimentos realizados antes e depois do reordenamento. Ele aparece como um referencial, inclusive, para as nossas participantes que não estavam inseridas nesse tipo de serviço no período.

Contudo, nas nossas entrevistas, os pontos mais evidenciados como implicações do reordenamento na prestação do serviço nas instituições de acolhimento, foram: o enquadramento do tipo de atendimento que deve ser ofertado aos acolhidos e à família; o direcionamento da capacidade de atendimento de vinte crianças e/ou adolescentes para cada equipe profissional mínima, que deve ser composta por coordenador (curso superior), equipe técnica (composta por uma psicóloga e uma assistente social), dois educadores/cuidadores (com nível médio e formação específica) e dois auxiliares de educador/cuidador (com nível fundamental e formação específica); e o olhar mais atento para o tempo de acolhimento das crianças e dos adolescentes.

Provavelmente, essas mudanças foram mais sinalizadas por três motivos: o primeiro por ter implicado na contratação de profissionais técnicos (psicólogos e assistentes sociais) para compor a equipe técnica e profissional de nível superior para a função de coordenação; segundo, por estabelecer uma quantidade máxima de vinte acolhidos para cada equipe de trabalho; e terceiro, por estabelecer eixos de ações que enquadraram a prática e atribuições dos profissionais, dentro de um tempo regulamentar.

Todavia, o enquadre das ações dentro de um tempo previsto, é algo complexo e até distante da realidade das instituições e objetivos elencados nas diretrizes, normas e orientações. É notório o descompasso entre o elemento tempo, que inclusive se apresenta em diferentes frentes, o tempo da norma, o tempo do juiz, o tempo da instituição, o tempo da profissional, o tempo da família e o tempo da criança. Assim, questionamos: qual é o limite existente entre estes diferentes tempos? E, entre o tempo da criança e o da família, qual dos dois tempos deve ser prioritário?

Esse olhar preocupado com o tempo da criança também era compartilhado com entre as nossas entrevistadas. Visto que as questões que geravam o abrigo de crianças estavam tão consolidadas no sistema familiar, que uma alteração mais significativa deste funcionamento, exigia um investimento em ações e um tempo superior ao que uma equipe técnica poderia referenciar. Assim, envolta em uma preocupação em priorizar o tempo da criança, Conceição argumenta que:

[...]Infelizmente, talvez essa família um dia pudesse dar condições, mas a criança tinha um tempo. Eu sempre tive colocado dentro de mim, com muita lucidez, de que eu acredito na família, mas eu acho que o tempo da família pode não ser, e muitas vezes não é, o tempo da criança. E eu não vacilava se eu tivesse essa certeza. Depois de ter feito o que estava ao meu alcance e sabia que essa criança iria estar correndo riscos, eu comprava briga com essa família e com *moral* dentro do juizado, do ministério público, porque eu tinha ações que provavam que tinha sido feito alguma coisa com aquela família, tudo que estava ao nosso alcance, mas que, pelo bem daquela criança, aquela criança tinha que ir para adoção. (Conceição, 2019).

A participante Bárbara, de forma veemente, defende que as ações junto à família precisam ser imediatas e direcionadas, justificando que, *“se você der muito tempo, a família se reorganiza sem esse indivíduo. Se a família se reorganizou sem ele, qual o espaço que vai ter mais para ele? Então eu não posso dar tempo para isso!”* (Bárbara).

Quanto maior o tempo que a criança permanece abrigada, sem concretizar a decisão quanto à possibilidade de reinserção, maior será o distanciamento dela dos seus subsistemas parental e fraterno de origem e isso por si só trará implicações concretas e subjetivas. Concretas, porque o sistema se reorganizará sem a presença dela, e também subjetivas, pois aumentará a sua angústia no mesmo passo que aumentará o sentimento da abandono. Neste ponto, reafirmamos o pensamento de Walsh (2005) quando ela diz que,

É mais provável que as crianças se sintam abandonadas ou não cuidadas quando um pai/mãe entra e sai de suas vidas sem expectativas claras sobre a próxima visita, ou quando as promessas de telefonar são vagas e os planos repetidamente não cumpridos. (p. 79)

A equipe técnica tem atribuições que são previamente estabelecidas nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, como já foi anteriormente abordado. De forma a subsidiar este tópico da discussão geral dos casos, retomaremos estas atribuições.

Isto posto, temos como perfil traçado para esta área: profissionais com nível superior em psicologia e serviço social, com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco. É indicada a presença de dois profissionais para o atendimento a até 20 crianças e adolescentes, em uma carga horária mínima de 30 horas semanais. Dentre as principais atividades a serem desempenhadas por estes profissionais, temos:

- Elaboração do Projeto Político Pedagógico do serviço, em conjunto com a coordenação e demais colaboradores;
- Acompanhamento psicossocial das crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, com vistas à reinserção familiar;
- Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários da instituição;
- Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores;
- Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
- Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: possibilidades de reinserção familiar; necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;

- Preparação da criança/adolescente para o desligamento da instituição, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência;
- Mediação do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva (quando for o caso), em parceria com o educador/cuidador de referência.

Apesar de, nas Orientações Técnicas, não ocorrerem uma divisão entre as atribuições de cada profissional técnica, observamos ser uma conduta adotada pelas nossas entrevistadas, uma divisão nas ações que são executadas por cada uma, como consta no quadro a seguir:

Quadro 6 - A equipe técnica e as ações direcionadas à reinserção familiar.

PESSOA/PROFISSIONAL	AÇÕES PARA A REINserÇÃO FAMILIAR
Conceição, Letícia, Maria e Joana	Identificação e busca pela família e pessoas de referência para a criança; visita domiciliar; reuniões com a família para orientação e escuta; identificação de demandas de atendimentos no sistema familiar; encaminhamento para os órgão que emitem documentos pessoais tais como, Certidão de Nascimento, Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); encaminhamento para os serviços de saúde, diante da presença de quadros clínicos de doença em nível físico e/ou mental; centros especializados de atendimento e demais serviços de acompanhamento psicossocial; cadastro em programas sociais que envolvam a geração de benefícios de ordem financeira, tais como: Bolsa Família, Aluguel Social, Benefício de Prestação Continuada e o Programa de Habitação Minha Casa, Minha Vida; Encaminhamento para locais que ofereçam cursos profissionalizantes e/ou intermediação da mão de obra para inserção no mercado de trabalho.
Marina e Bárbara	Levantamento de informações junto à criança/adolescente que possam identificar pessoas da família; acolhimento e atendimento da família na instituição; acolhimento e escuta direcionada aos fatores subjetivos que envolvem o funcionamento e estrutura do sistema familiar; orientação da família e/ou pessoa de referência quanto aos cuidados com a criança; Momentos de mediação do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo da criança com a família de origem (nuclear ou extensa); visitas domiciliares nos casos em que eram solicitados pela assistente social da equipe técnica.

Entrevistas. Salvador/BA, 2019.

É importante acrescentarmos que, para o exercício profissional de Conceição e Bárbara há o acréscimo das atividades relativas à coordenação da instituição. Cabe aqui fazer uma diferenciação entre estas duas profissionais, a primeira assumiu a função de coordenadora desde a fase inicial da sua atividade no abrigo enquanto a

segunda, se tornou coordenadora depois de um tempo atuando como psicóloga na equipe técnica. Assim, a entrada de Bárbara na função de coordenadora, gerou a contratação de mais uma profissional de psicologia para compor a equipe técnica.

Diante do quadro acima apresentado, temos que as ações junto à família de origem da criança, com vistas à reinserção, podem ser agrupadas em quatro eixos: identificação do sistema familiar e acolhimento; ações de reaproximação, fortalecimento e/ou construção de vínculos afetivos entre acolhido e família, e direcionamentos/encaminhamentos, para possibilitar a reorganização do contexto e efetivar o retorno da criança; a reinserção familiar propriamente dita; e o acompanhamento pós-reinserção, por um período de seis meses.

No primeiro eixo, as entrevistadas relatam a dificuldade em se obter informações precisas quanto à família e motivação para o acolhimento. O abrigo recebe a criança e/ou adolescente trazida por outro elemento da Rede de Proteção, geralmente o Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Adolescência. Por conseguinte, as informações iniciais de cada caso são repassadas no momento da entrega da criança por quem tenha dado início à medida.

Todas as seis entrevistadas indicaram que há uma falha inicial no registro de informações e também na busca inicial por outras pessoas do sistema familiar, como um aspecto que dificulta as ações iniciais junto à criança e a sua família. Dentre este tipo de dificuldade, foram registradas nas entrevistas: as informações incompletas, quando as crianças eram recolhidas pelo Conselho Tutelar ou algum outro equipamento ou instância; também, quando se tratava de uma transferência entre instituições de acolhimento, o que infligia principalmente aos adolescentes acolhidos desde a infância. Elencamos a seguir, algumas passagens que ilustram estas questões:

[...] Tem um bando de conselheiros, que quer se livrar da situação ali, coloca o menino no abrigo, e a equipe do abrigo é que tem de resolver a situação. Tem isso ainda, o nosso trabalho é investigativo, eu digo que psicólogo e assistente social, ainda é detetive! (Bárbara, 2018).

O acolhimento era a primeira coisa importante, quando aquela mãe vai a primeira vez. Não é porque o sistema mudou, muitas vezes a mãe sabe onde seus filhos estão, outras não sabem e você vai ao encontro, mesmo depois, anos e anos depois do nascimento do ECA. (Conceição, 2018)

Eles passaram a ter mais cuidado em trazer informações, mesmo assim, essa parte aí é muito deficiente, se nós não tivermos, digo, não tivéssemos assim o interesse, a intenção de *arregaçar as mangas* e sair com a informação

mínima que o menino tinha pra desenrolar a história dele toda, eu não tinha material para isso. Não vinha! (Conceição, 2018)

O Conselho acolhia, o Ministério Público acolhia, o Juizado acolhia e todo mundo encaminhava as crianças para o abrigo. Então tinha uns que chegavam sem nada, sem história, porque foi encontrado na rua, sozinho no carnaval. Outros tinham uma história que chegava dita em relatório e aí tinha algo para partirmos na busca por mais informações, buscar outras respostas, outras perguntas e geralmente a gente começava por buscar a família. (Marina, 2018)

Mas as crianças, quando chegavam, a gente primeiro procurava saber da família, procurava todos os endereços, levantava o que poderia ser feito com relação a família, fazia um plano de ação e aplicava. (Letícia, 2018)

[...] Essas irmãs, retornaram para o abrigo, depois de dez anos morando com a família adotiva, mas retornaram no final da adolescência, faltavam dois meses para Marta completar 18 anos e tinha todo um desejo em obter informações sobre a família biológica e eu como assistente social, em meu primeiro dia de trabalho, recebi Marta e Teresa. Elas foram o meu primeiro acolhimento! Foi o primeiro caso que eu dei início a todo o processo, consegui localizar a família biológica, que era o maior sonho de Marta [...]. (Maria, 2018)

[...] Quando a criança teve um problema de saúde e foi levada ao mesmo hospital onde nasceu, essa mãe desapareceu do hospital. A criança foi conduzida para o abrigo e conseguimos localizar o pai através do registro que foi feito na maternidade, quando a criança nasceu. (Joana, 2018)

Se, para a fase inicial da condução do acolhimento tinha a dificuldade em se obter informações quanto à origem da criança, uma situação diferencial foi identificada na vivência de Maria, que, provavelmente por atuar também com adolescentes, se deparava com alguns equívocos na condução da medida protetiva, como observamos a seguir:

Às vezes vinha [o adolescente] acompanhado da família, que era uma coisa que a gente percebia que estava mudando o perfil dessas crianças e adolescentes. Não era só a função de abrigo! Pois a gente tem a ideia de que quem vai para lá é quem não tem família e quem é abandonado e estava acontecendo muito de as famílias (mãe, pai, avó) irem para o Conselho Tutelar, ir para os Órgãos e dizerem: *“eu não tenho mais condições de criar, de cuidar desse menino, então leva para o Conselho Tutelar que o abrigo vai dar soluções nesses caso!”*. E a gente percebia isso acontecendo muito, então muitos acolhimentos já chegavam com toda a família e a gente achava aquilo um absurdo. (Maria, 2018)

Em situações como a mencionada acima na fala de Maria, temos um sistema familiar que já chega desacreditado em sua própria dinâmica interna. A entrega do adolescente para que o Estado cuide em uma instituição de acolhimento, com a alegação de não se ter mais controle sobre ele, não é apenas de um abandono ou de “um abrir de mão”, é um pedido de socorro de um subsistema cuja as fronteiras estão

em risco a muito tempo. Por um outro lado, o profissional técnico é colocado diante de um dilema ético, que consiste em: até quando lutar pela reunificação de um sistema familiar que já “abriu mão” daquela pessoa?

Nesses momentos, a crença e a perspectiva de cada profissional conduzirão as suas ações, podendo inclusive, encerrar qualquer possibilidade de reinserção na família de origem, diante do que seja interpretado como uma negativa da família.

Contudo, quando nos remetemos ao primeiro acolhimento institucional, ocorrido ainda na infância, independente das crenças da equipe técnica, a busca e as tentativas de intervenção no contexto familiar seguirá um roteiro, que implica no aguardo de um tempo e ações de acompanhamento junto à família. Desta forma, a equipe técnica avança para cumprir todos os eixos que envolvem o processo de reinserção familiar, sem garantias de que o retorno da criança seja efetivado.

Neste ínterim, a equipe técnica segue no planejamento do processo de reinserção fazendo o levantamento das demandas das famílias, que são identificadas através da análise do contexto, feita pela assistente social durante as visitas domiciliares e também nas situações mencionadas/indicadas/observadas durante as abordagens feitas junto à família, nas reuniões e conversas realizadas no abrigo. Essas conversas, de acordo com as nossas entrevistadas, eram conduzidas pela equipe técnica e coordenação, em conjunto ou por cada profissional, a depender da disponibilidade e do objetivo do encontro.

O diagnóstico situacional do contexto familiar bem como a identificação das demandas desse grupo, fornecem a base para ações que compõem o segundo eixo de trabalho, onde serão priorizados os encaminhamentos para outros equipamentos e serviços e também encontros/reuniões com os profissionais e família, visando possibilitar a reorganização do contexto para efetivar o retorno da criança. Também faz parte deste eixo, as ações que possibilitam a reaproximação, o fortalecimento e/ou construção de vínculos afetivos entre acolhido e família, que constam de orientações para o cuidado com a criança/adolescente, espaço aberto para que a família visite estabeleça uma rotina de visitas e acompanhamento da rotina e decisões em relação à criança/adolescente; flexibilização de horários de visita à instituição; essas visitas geralmente são monitoradas por algum profissional; orientação para que a família leve a criança/adolescente para passar o final de semana e datas comemorativas (nos casos em que não há impedimento para a aproximação com o contexto familiar); e as visitas domiciliares às famílias, realizadas geralmente pela assistente social, para

observação do contexto e/ou identificação/aproximação de outras pessoas que fazem parte do sistema familiar e que podem colaborar com a proposta de reinserção.

Todas as participantes deste estudo evidenciaram que em suas práticas, dentro da instituição, havia uma busca pela família de origem da criança, inicialmente a família nuclear (mãe e/ou pai) e diante de impossibilidades, morte, casos de violência e abuso sexual ou qualquer outro impedimento, havia uma tentativa de incluir a família extensa, que na maioria dos casos, apresentavam resistência às investidas da equipe técnica.

Torna-se primaz revisitar o que é comumente rotulado como uma resistência da família diante da necessidade de mudanças em seu funcionamento, estrutura e também no contexto. Uma criança que foi retirada de uma família representa, para este grupo, uma ameaça para os que permaneceram na casa, uma invasão da esfera pública no contexto privado, uma exposição dos seus silêncios íntimos e um julgamento quanto à capacidade de conduzir a própria vida. Nesta amplitude, tanto a retirada da criança quanto à possibilidade de reinserção, constitui uma instabilidade do sistema e também uma mudança. Walsh (2005), em seus estudos sobre resiliência familiar, aponta que a mudança tende a ser vista como ameaçadora, pois os membros da família temem perder o controle de suas vidas e adentram em um processo de fuga que pode deixá-los em uma situação pior do que estavam no momento da dificuldade atual.

Apresentando uma abordagem aproximada de Walsh, P. Minuchin, Colapinto, Minuchin (2011) sinalizam que, quando as famílias sofrem uma intervenção ativa, os profissionais passam a participar do sistema familiar. Nesta inserção, o papel desses profissionais no trabalho com as famílias nos serviços de proteção social especial, é muito mais poderosos que o dos professores, médicos ou sacerdotes em relação a famílias mais estáveis e privilegiadas. *“A força motriz de uma abordagem orientada à família envolve o reconhecimento dessas realidades e um estilo de intervenção que permite que uma família se ajude.”* (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011, p. 22)

Logo, o contato efetivado pela família, seja em visita domiciliar ou em um espaço institucional, com a equipe técnica de um serviço de acolhimento, com conselheiros e representantes do juizado, do ministério público e defensoria pública, pode ser particularmente ameaçador. E para a equipe técnica, ainda cabe a função de conduzir em suas ações a mediação do sistema familiar com o sistema institucional

e trabalhar esta família para a proposta de mudança, a partir de suas fragilidades e também potencialidades. “Para os indivíduos e suas famílias superarem a adversidade, os membros precisam acreditar que podem recorrer um ao outro e, ao mesmo tempo, que seus próprios esforços, sensação de competência e autovalor serão nutridos e reforçados.” (Walsh, 2005 p. 83)

O planejamento para atuar nessa realidade requer, pelo menos, maior sensibilidade à diversidade cultural nos padrões familiares existentes. Quando estes padrões não estão funcionando bem, é conveniente examinar separadamente os diferentes subsistemas. Por exemplo, uma reunião somente com o grupo de crianças oferece uma visão de baixo para cima e não de cima para baixo da hierarquia e correntes da família. Pode também esclarecer um pouco o repertório dos membros da família, em que alguns podem atuar de modo muito diferente nos diferentes subgrupos. Cada família contém vários subsistemas (exemplo: idade, gênero, crianças, adolescentes, irmãos) e as regras explícitas e implícitas regem os relacionamentos entre estas unidades. (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011)

O choque entre os valores e regras internalizados por profissionais técnicos e demais funcionários da instituição de acolhimento e as famílias pode incorrer em um comportamento reativo por parte de todos os envolvidos e, muitas vezes, de forma silenciosa, reforçar os sentimentos de incapacidade e de inadequação. Também é preciso considerar que também, “é difícil para os pais manterem os programas de visitas, que geralmente são avaliados como um sinal de interesse em audiências posteriores para determinação da guarda” (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011, p. 10).

Em uma visão associada com o seu constructo teórico e prático, P. Minuchin, Colapinto, Minuchin (2011), afirmam que as intervenções sociais muitas vezes são necessárias, ainda que com menos frequência do que ocorrem e não na forma em que geralmente são realizadas. Mas, ao se reconhecer que a família possui estruturas, vínculos, padrões repetitivos e limites significativos, ainda que estes não funcionem muito bem, os procedimentos se tornarão mais orientados a ela. Eles afirmam que

As políticas e procedimentos atuais focam-se primariamente no indivíduo. Cada caso centra-se em uma pessoa identificada, que é encaminhada para um serviço específico e especializado para ajuda em um determinado problema. [...] É difícil desafiar essa orientação individual, tendo em vista que os procedimentos estão vinculados a estruturas burocráticas bem

entrincheiradas. [...] a ênfase no indivíduo é certa, não só pelas autoridades que administram o sistema, mas pela maioria dos profissionais que nele trabalham. (P. MINUCHIN, COLAPINTO, MINUCHIN, 2011, p. 23-24)

Nesta seara de incertezas e de conflitos de perspectivas, a equipe técnica caminha para o terceiro eixo de ações, quando identifica que as ações realizadas na etapa anterior surtiram um efeito e, seguem para as audiências concentradas. Nestas audiências, os casos são discutidos com os representantes do judiciário, do ministério público e com a presença da família, para que se decida quanto ao retorno da criança ou não.

Portanto, o terceiro eixo de ações corresponde à reinserção propriamente dita e consiste no retorno da criança junto à pessoa da família (nuclear ou extensa) que tenha sido autorizada pelo juiz para receber a criança.

Efetivada esta transferência, iniciam-se as ações do quarto eixo, em que a equipe técnica realiza o acompanhamento por um período instituído de seis meses. Para o acompanhamento desta família reinserida, de acordo com as nossas entrevistadas, também são acionadas a equipe técnica dos CRAS e CREAS e o Conselho Tutelar que estejam lotados na área de abrangência em que a criança passou a residir, para que também incluam estas pessoas em suas intervenções e acompanhamento. A equipe técnica, principalmente a assistente social, também estabelece o contato com a unidade escolar e/ou creche para que sejam estabelecidas a inclusão e parcerias no acompanhamento da criança (ou, grupo de irmãos, quando for o caso).

Após realizada a solicitação para que os outros equipamentos, ao tomarem conhecimento da reinserção, insiram a família em seus planos de ação e intervenção, a equipe técnica (principalmente a assistente social) passa a realizar visitas domiciliares com uma certa frequência para verificação do contexto e das condições em que se encontra a criança. As nossas entrevistadas relataram como uma ação desta fase, a entrega de cestas básicas para as famílias nesse processo, como uma iniciativa do abrigo e visando uma garantia mínima para a criança.

Chegamos aqui a um ponto no mínimo delicado da reinserção, pois as profissionais entrevistadas, em sua experiência, relataram a dificuldade no acompanhamento destas famílias, visto que, as questões familiares que geraram o abrigo, na maior parte dos casos, permaneciam naquele contexto. Outro aspecto relatado também está em um aumento na demanda de trabalho, pois, junto

com o acompanhamento das crianças reinseridas, se tem as crianças que permaneceram na instituição e as novas crianças que dão entrada na instituição.

De acordo com as nossas entrevistadas, as ações de reinserção duravam um tempo considerável e, na maior parte dos casos, as crianças não eram reinseridas ou, quando reinseridas em suas famílias, acabavam retornando ao acolhimento institucional pelos mesmos motivos de antes. Sobre isso, selecionamos algumas passagens das entrevistas que trazem os sentimentos experienciados por estas profissionais diante das reinserções realizadas:

Eu tenho a sensação, mesmo com todas as que eu consegui encaminhar para a adoção, de consciência tranquila. Algumas famílias eu fiz reinserção e eu fiquei inquieta e eu fiquei angustiada por causa da situação do pai, por causa das questões mesmo daquela família, mas eu tive que conviver com isso. Algumas vezes eu consegui... (Entrevista, Conceição, 2019).

É a realidade dessas crianças e os outros irmãos estão ali também, porque é que você vai tirar aquela criança, aquele filho tinha vínculo com aquela mãe. Aquela mãe que batia, aquela mãe que maltratava até sem querer, mas maltratava, e que ele amava mesmo assim! Ele queria voltar para aquela mãe e você não pode dizer que vai fazer tudo para que aquela mãe corresponda um pouco com a perspectiva da criança! Então trabalhava muito em cima disso, mas com o coração apertadinho torcendo pra que tudo desse certo. (Marina, 2019).

É uma responsabilidade de acompanhar e é complicado ver tudo por fora. O que facilitava o processo era quando a família queria a criança de volta e a família se organizava, eu acho que vai muito da responsabilização deles, quando eles se colocavam mesmo no processo eles queriam resolver a situação. (Entrevista, Letícia, 2019)

O que algumas vezes fazia com que a família se disponibilizasse para a reinserção das meninas, e por um lado era negativo, era que algumas famílias quando viam que a gente conseguiu fornecer pra a menina alguns benefícios, que tinha a possibilidade de inscrever no programa de habitação, que tinha coisas positivas a ganhar, benefícios [em dinheiro ou aluguel ou uma casa] a ganhar, aí a gente percebia que eles se interessavam por essa menina, a querer que ela voltasse pra casa. Mas era com outro interesse! (Entrevista, Maria, 2019)

Eu tive mais adoção do que reinserção, eu tive apenas uns três casos de reinserção, os outros eram adoção. (Entrevista, Joana, 2019)

Eu acho que é preciso primeiro sair desse lugar enquanto profissional de querer uma família perfeita, onde está tudo muito bem arrumadinho. Porque temos de olhar, principalmente, se a criança, se o jovem, o adolescente, tem vinculação com essa pessoa ou se há possibilidade de se vincular.

É difícil [a reinserção] para nós quando, por exemplo, fazemos todo um trabalho progressivo, porque não é da noite para o dia, e a criança vai no final de semana, e quando ela retorna e vamos investigar, até para irmos percebendo como está o processo, ela volta diferente. Nós, enquanto profissionais, também precisamos avaliar como essa criança retorna cada vez que vai para a casa da família. (Entrevista, Bárbara, 2019)

Vale ressaltar que, apesar de um tempo estipulado de seis meses, a duração do acompanhamento destas famílias poderia ser estendido, a depender da

perspectiva de trabalho de cada instituição. Assim, temos experiências diferenciadas entre as nossas entrevistadas, Conceição, Marina e Leticia (por terem atuado na mesma instituição) relataram situações de acolhimento de extrapolaram os seis meses e, até mesmo, alcançaram um tempo maior que dois anos.

Também identificamos que, Conceição disponibilizava o número do telefone para algumas crianças que eram reinseridas e que, devido a este acesso facilitado, ela também recebia ligações a cobrar destas crianças a noite ou na madrugada ou finais de semana, contando que estavam sozinhas em casa e pedindo ajuda. A postura desta entrevistada, em relação a estes contatos realizados pelas crianças, era de intervir o mais breve possível, indo à casa e questionando a família, bem como, quando percebia a necessidade, Conceição não esperava uma situação mais extrema acontecer, ela mesma acionava a rede e levava a situação do caso ao juizado, para que as medidas cabíveis fossem tomadas. Em alguns casos, isto gerava um acompanhamento mais direcionado dos representantes do juizado e/ou o reacolhimento institucional da(s) criança(s)

Cabe informar, que desse tipo de interação mesossistêmica decorrente do processo de reinserção, em que indicava uma situação de risco iminente da criança, Conceição relatou um impacto em sua saúde, devido as alterações em nível psicofisiológico que ela experienciava, tais como: aumento da pressão, enxaquecas e taquicardia.

Diferentemente, Joana nos trouxe um outro posicionamento quando ela relatou o caso (ver página 218-219) em que uma criança pequena que havia sido acolhida devido as agressões e negligencia da mãe, mas que tinha sido reinserida junto ao pai, e este, depois de passado o período de seis meses que abrangia o acompanhamento e também a entrega de cestas básicas (ação do abrigo), devolveu a criança para esta mãe, sem o conhecimento e, conseqüentemente, autorização do juiz. Uma pessoa da comunidade, entrou em contato com a equipe técnica do abrigo e trouxe esta informação de que a criança estava morando novamente com a mãe e que estava acontecendo as mesmas situações de antes. Mas, como já havia encerrado o período de acompanhamento, a ação adotada por Joana, foi orientar a pessoa denunciante para que procurasse o órgão competente para acolher esta denúncia, o conselho tutelar.

Por fim, consideramos que as ações para estas famílias devem acontecer de forma mais concreta, agindo diretamente no contexto e, incorrendo em todos os níveis

do micro-, meso-, exo-, macro- e cronossistema. As conversas e reuniões são necessárias, enquanto espaço de escuta, acolhimento e orientações. Contudo, as dificuldades das famílias para se reorganizarem e interromperem ciclos de violência, negligência e abandono que, muitas, vezes ocorrem dentro de um movimento transgeracional, exigem intervenções em um contexto sistêmico, colaborativo e integrado, o que ultrapassa a esfera de ação dos abrigos e convoca outros setores da sociedade.

9.4 “Reinserir ou não reinserir, é uma questão de escolha?”: a equipe técnica diante da família e da Rede.

Ao discutirmos a problemática que envolve a situação do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em abrigos, é imprescindível ampliar o alcance desta ação interventiva, não apenas para a situação atual de abrigamento da criança e as suas implicações futuras, mas para o contexto familiar precipitante dessa medida protetiva, como um elemento implicado diretamente.

Constatamos nas falas das duas participantes que são psicólogas, Marina e Bárbara, que elas tinham um posicionamento que implicava o acolhimento institucional de uma criança/adolescente como uma ação que deve ser estendida à família, por perceber aquela pessoa em acolhimento como parte de um sistema. Marina, por atuar a maior parte do tempo com crianças, questionava o porque da retirada de uma ou mais crianças da sua família, quando havia outras crianças na mesma família e que permaneciam no ambiente em contato direto com quem negligenciou, agrediu e, até mesmo, abusou. Já Bárbara, questionava o porque que a família não era acionada legalmente para que assumisse responsabilidades financeiras com aquela criança e/ou adolescente, durante o período de acolhimento. Essas duas entrevistadas, concebiam a criança e o adolescente como parte de um sistema.

P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (2011) afirmam que o indivíduo é a menor unidade do sistema familiar, uma entidade separada, mas também uma peça do todo. Logo, é preciso que os profissionais que atuem com essa clientela estejam capacitados para pensar o indivíduo como incorporado a um contexto e que, em seu campo de ação, se concentre em padrões, vínculos, subsistemas, fronteiras e

transições, a fim de que se compreenda o sistema familiar em sua estrutura, funcionamento e relações.

Compartilhamos da premissa que o desenvolvimento humano é gradual e ocorre em todos os ciclos de vida do indivíduo/pessoa e que, por o contexto ser composto por pessoas em desenvolvimento, cada elemento integra, interage e modifica este sistema como um todo (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1998, 2004, 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Retomamos aqui o conceito de Bronfenbrenner (1999) que de forma assertiva apresenta o desenvolvimento como fruto das interações entre a pessoa e as forças que emanam dos vários ambientes e das relações entre estes ambientes. E ao associarmos esta abordagem teórica com a teoria estrutural sistêmica familiar (Minuchin, 1966/1990; Minuchin, P., Colapinto & Minuchin, 1999; 2011; Minuchin & Fishman, 2003), que além de compreender que cada pessoa em desenvolvimento contribui para a formação de padrões familiares e a personalidade e o comportamento são moldados pelo que a família espera e permite, instrumentaliza o profissional para atuar e intervir em sistemas familiares.

Minuchin, P., Colapinto e Minuchin, (1999; 2011) chamam a atenção para o fato de que o Sistema Único de Assistência Social tem o foco na família como um todo, mas, em seu funcionamento, tende a restringir suas ações aos indivíduos específicos da família.

Desta forma, a nosso ver, o acompanhamento familiar de crianças acolhidas, com vista à reinserção, será mais efetivo quando todos os profissionais e instituições envolvidas pautarem as suas intervenções e decisões ampliando o olhar para o sistema familiar e não apenas focando no indivíduo. A criança acolhida vem de um determinado contexto e, mesmo diante da fragilidade dos vínculos afetivos, ela originalmente pertence a um sistema familiar. É importante observar os pontos fortes deste sistema, para que seja estimulada uma coesão e não uma ruptura.

A partir das afirmações dos autores, é bom ressaltar que o processo de transição ecológica vivenciado por uma criança, durante o processo de reinserção do abrigo para a família, pode ser comprometido quando o contexto familiar não dispõe de condições favoráveis para um desenvolvimento saudável. Disso decorre, que os serviços direcionados precisam lançar mão de uma postura mais otimizada e em um tempo mais abreviado, para que os encaminhamentos decorram de forma efetiva e que consiga sanar algumas das condições que sejam desfavoráveis no contexto familiar. Contudo, Minuchin, P., Colapinto e Minuchin, (2011) discorre que:

Muitos problemas que atingem uma família situam-se em um contexto de sistemas mais amplos. As pessoas em situação de vulnerabilidade social que vivenciam suas múltiplas crises não lidam muito bem com seus contatos com organizações e profissionais. As dificuldades são semelhantes às já existentes dentro da família: vias de comunicação confusas, fronteiras indistintas, precárias habilidades para a solução de conflitos. Os problemas são compostos pelo fato de que o sistema é tendencioso e as famílias encontram-se em uma posição de menor poder do que as pessoas investidas de autoridade. Para se reequilibrar o sistema, muitas vezes são necessárias mudanças de procedimentos dentro das organizações. (p. 48)

Neste contexto relacional que integra o abrigo, as famílias e a medida protetiva, observamos que as profissionais técnicas, entrevistadas, exercem uma figura de autoridade diante das famílias, e que elas fazem uso desta condição quando se ver dentro de uma situação limite, como podemos conferir nos recortes a seguir:

Muitas vezes eu percebo a Lei muito conivente [com a família], eu digo assim, porque eu não tinha medo de no momento dizer: “não mãe, essa criança precisa ser feliz, você está com muita dificuldade, eu já fiz o que estava ao meu alcance e você continua expondo ele ao risco! Esse menino precisa ter oportunidade de ser feliz, de ter o desenvolvimento dele garantido, eu vou brigar com você na justiça! Sinto muito, mas você não vai ver mais esse menino!”. E o juizado me chamava e dizia: “a mãe está sendo impedida de ver o filho por quê?”. E eu dizia, por isso, isso e isso, eu estou aqui no lugar de guardião, eu estou fazendo o que a Lei me diz o que eu tenho que fazer. (Entrevistada, Conceição, 2019).

Mas com relação as leis não tinha como ficar satisfeita, você via que aquela família poderia ser melhor trabalhada de uma outra forma, que era possível encaminhar para um trabalho para família ter renda suficiente para sustentar a criança e as vezes tínhamos que passar por cima de algumas coisas, porque se fosse realmente cumprir, aquela família realmente não teria condição de dar o que era previsto. Então a família tinha os pais que estavam desempregados, não tinha uma casa adequada pra morar, e eu cheguei a ter que segurar uma criança no abrigo quando tinha outros irmãos vivendo a mesma situação e estavam com a família. Isso era assim uma coisa terrível, você vê que tinha uma criança lá fora vivendo no meio familiar, mas porque houve uma denúncia apenas envolvendo uma criança, as outras irmãs continuavam vivendo sobre o mesmo teto com alguém que violentou, com uma mãe que usa drogas. Os outros irmãos estavam lá e ela não podia estar. (Entrevista, Marina, 2019).

Quando sugeríamos a colocação em uma família substituta [adoção], já tínhamos explorado todas as possibilidades, procurado tio, tia, avô, avó, primo, e eles diziam que não tinham condições de assumir. Diante disso já colocávamos para ele esta possibilidade e dizíamos: “ele vai para adoção, já tem esse determinado tempo, a gente não encontrou meio de reinsserir e vocês não dispõem de condições.”. Então a criança vai para a adoção, não é porque não queremos priorizar a família, mas ali é um lugar provisório de medida protetiva, não é para criança passar ali a vida dela toda e sair como 18 anos. (Entrevista, Letícia, 2019)

Aconteceram situações mesmo de adolescentes que tiveram as crianças [acolhidas na instituição] e percebíamos que não tinham condições, afinidades [com o filho], e já tínhamos tentado de tudo com aquela menina e junto com a família [extensa] e não se conseguia ter uma relação com aquela criança. Então a gente vai ficar esperando essa criança que já nasceu, que já estava com dois anos e ficar esperando essa mãe criar uma afinidade com

essa criança, com esse filho? E se ela não criar vínculo? Esta criança com 7 ou 8 anos de idade, negra, menino, com cabelo crespo, ele vai ficar no abrigo? Vai para adoção? Então tentávamos ter um olhar mais adiante. (Entrevista, Maria, 2019).

Tive um caso de reinserção na família extensa em que a mãe pegou os filhos na casa da irmã dela para passar um final de semana e não devolveu mais. [...] A mãe não tinha condições de ter a guarda dos filhos e eram duas crianças. A tia quem ficou com a guarda, me ligou e disse: “Joana, e agora, eu não sei o que fazer!”, e eu disse para ela que se acontecer qualquer coisa com as crianças era ela quem iria responder, porque a guarda estava com ela. (Entrevista, Joana, 2019).

Enquanto equipe, discutimos o caso e fomos buscar um outro elemento para inserir no processo. Hoje estamos trabalhando a irmã mais velha e fomos praticamente obrigadas a dizer assim para a mãe: “Infelizmente você [a mãe] pode visitar, você pode tudo, mas não é com você que ele vai poder morar!”. Porque nós percebemos também o quanto isso faz mal a essa criança. Então, como profissional também, as vezes temos essa missão que eu acho assim, meio ingrata, dolorosa em alguns momentos, porque para você dizer para uma criança, de 8, 9, 10 anos, que já tem um entendimento, e eu ter que dizer: “olha, infelizmente para sua mãe você não vai poder ir mais!” (Entrevista, Bárbara, 2019).

Dos depoimentos acima, vislumbramos o lugar desafiador que estas profissionais são convidadas/intimidadas a estarem. Elas se mantêm vigilantes à situação da criança/adolescente ao mesmo tempo em que precisam: acolher a família; realizar uma avaliação diagnóstica; entrar na casa das famílias; conduzir e acompanhar os encaminhamentos que são realizados para que estas pessoas tenham uma possibilidade de se reorganizar; identificar se a família está seguindo os combinados; discutir internamente cada caso; discutir em Rede cada caso; cuidar dos vínculos e das demandas internas dos acolhidos; movimentar a rede; confeccionar documentos; se posicionar a favor da família (quando acharem que é o caso); “brigar” *pela* família para que sejam atendidos nos serviços; “brigar” *com* a família quando entendem que o melhor para criança/adolescente é não retornar mais para eles; viabilizar o processo de adoção quando esgotadas as possibilidades com a família; acatar as decisões do judiciário; tentar se impor neste mesmo judiciário; e por fim, mas não menos importante, vigiar a si mesma para que consiga desempenhar a sua função sem reproduzir um discurso demasiadamente assistencialista e também preconceituoso para com aquelas pessoas.

Diante de tais colocações, é importante considerar que a atenção à família versa em quatro situações: no acolhimento da criança/adolescente; durante o processo de reinserção; após a reinserção; e, quando a reinserção não é viabilizada e se opta pela disponibilização da criança/adolescente para a adoção.

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2009), ressalta que:

[...] mesmo decidindo-se pelo afastamento da criança ou adolescente da família, deve-se perseverar na atenção à família de origem, como forma de abreviar a separação e promover a reintegração familiar. Nesse sentido, os Programas de Apoio Sócio-Familiar devem articular-se com os serviços especializados de prestação de cuidados alternativos, para garantir a continuidade do acompanhamento da criança ou do adolescente e de sua família, durante o período de acolhimento e após a reintegração à família de origem. Somente quando esgotadas as possibilidades de reintegração familiar é que se deverá proceder à busca por uma colocação familiar definitiva, por meio da adoção. (Brasil, Plano Nacional de Promoção, proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, p. 39-40)

No que tange à disposição desses serviços, em linhas gerais, P. Minuchin, Colapinto e Minuchin (2011) afirmam que os serviços de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade são presos a estruturas burocráticas de funcionamento. Também são hierarquizadas em seções e subseções, em que, cada qual fica encarregada de um aspecto do caso, na matéria específica de sua área, trabalhando os problemas de forma dicotomizada e estagnada, conforme suas regras (saúde, assistência social, justiça). Para estes autores, essa abordagem, além de morosa, raramente consegue dar uma solução eficaz às situações complexas e multiproblemáticas das famílias, cujos membros necessitam de um atendimento em diferentes instâncias.

A análise dos dados obtidos nas entrevistas realizadas nos permitiu acessar a interação mesossistêmica das profissionais técnicas com os elementos da Rede, além de trazer a tona uma avaliação crítica destas pessoas sobre o funcionamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Observamos que a forma de reagir aos impactos advindos da atuação dos componentes da Rede de Proteção também era influenciada pelas condições estruturais do contexto de cada abrigo, no qual a profissional atuava. Assim, temos um olhar que aponta para os elementos do macrossistema, no universo das políticas públicas, dos valores e crenças, e ação destes diretamente na aplicação da medida protetiva que tange o acolhimento institucional de crianças e adolescentes bem como o acompanhamento familiar de suas famílias de origem. Além deste aspecto em nível macro, temos também uma reflexão quanto a estruturação e o funcionamento dos contextos institucionais, cujas relações mesossistêmicas refletem a interação entre toda a Rede.

Nessa perspectiva, Conceição pondera que:

Eu acho que não existe uma política que possa garantir os direitos da família tampouco das crianças, eu falo em termos de moradia, de educação, de segurança, de, de lugares, de instituições ou de clínicas para esse público, que pudesse ter um psiquiatra, pudesse ter um psicólogo, que pudesse ter um médico para ajudar essa pessoa que deseja muitas vezes sair daquela dependência das substâncias. Eu acho que todos os atores desse sistema de proteção da criança e do adolescente precisavam se trabalhar no sentido de também rever os conceitos sobre família. [...] Eu acho que existem tantos preconceitos, não apenas na estrutura da família porque é pobre, mas cada família tem a sua forma de criar, claro que tem que ter aqueles direitos que estão na lei. [...] A gente precisava ter assistentes sociais que fossem preparadas de fato pra poder orientar essa família. Porque quando eu reinseria uma criança numa família, já durante um tempo eu fazia um relatório comunicando ao conselho tutelar que eu tinha reinserido uma criança, sabe qual era o medo? Porque o conselho tutelar estava vendo aquela família muito pobre, aquela criança ali, a escola eu tinha também que tá frequentando para convencer a escola de que a escola não pode ter mais esse papel de julgar a família ou achar que tudo é problema da família, a escola tinha que ser mais atuante. [...] as escolas ligavam pra mim porque queriam não ter a responsabilidade daquela criança ali por causa do pai que é na mesma rua e deixava a criança até mais tarde ou podia acontecer alguma coisa no meio do caminho e a escola se comprometer, não sei se a preocupação era tanto com a criança. (Entrevista, Conceição, 2019).

Em Marina percebe-se uma postura semelhante e ela acrescenta a comunicação como um aspecto facilitador ou não, da interação entre os elementos da Rede e entre estes e a família. Como podemos observar na passagem a baixo:

Eu acho assim, o que facilitava [a reinserção] era o diálogo, era ter acesso a diálogo com a família e com a rede. O diálogo com rede, isto é muito importante, poder contar com essa troca. E o que dificultava o processo [de reinserção], eu penso que era as dificuldades da família, era justamente o nosso sistema. O sistema maior era perverso! As famílias ficavam muito perdidas, rodando, circulando de um local para outro. (Entrevista, Marina, 2019).

A participante Marina, também acrescenta em sua avaliação o impacto do conceito de família e das crenças que os profissionais nutriam em relação ao sistema familiar da criança:

Eu ficava com muita desconfiança de alguns membros do Conselho e tudo mais, do CRAS, CREAS, eles não apostavam muito nas famílias, era uma opinião minha. Por isso eu fico sempre ponderando pra vê se eu não estou sendo também preconceituosa nesse sentido com as famílias. Mas, eu via muito eles vendo a situação e decretava que a família era incompetente para cuidar daquela criança, daquele caso ou de qualquer criança. Então eles não faziam um trabalho de base pra transformar a família, tentar fazer com que essa família encontrasse um outro caminho. (Entrevista, Marina, 2019).

Se por um lado tinha uma visão negativa para com a família que atrapalhava a condução das ações, Marina também registrou como uma crítica, a precipitação por parte do Juiz, em alguns casos, em que não são considerados as análises da equipe técnica quanto a possibilidade ou não de uma reinserção.

[...] Então quando, tinha que cumprir a lei devolvendo a criança [quando o Juiz decide pela reinserção sem levar em conta o parecer técnico], porque tínhamos feito até onde foi possível e não poderíamos segurar mais, ficava um mal-estar interno. Porque ficava na perspectiva de que a qualquer momento a criança poderia voltar. E voltavam! Cada retorno era muito mais difícil para a criança, era muito mais sofrimento, mais revolta e, assim, o futuro daquela criança estava cada vez mais comprometido. (Entrevista, Marina, 2019).

Conceição, Marina e Leticia apresentam argumentos da mesma natureza, sendo que a última, acrescenta as dificuldades no funcionamento no funcionamento da Rede, associada também a uma falta de estrutura nos serviços:

Diálogo tinha, apoio não! Porque é o que todo mundo fala, que a rede de atenção existe, mas não é aplicada, que não funciona. E realmente não funciona! Quem dela precisa e realmente busca, a gente verifica que não funciona, tinha o diálogo, tinha a conversa e nós éramos visitados por profissionais do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar. Mas, a partir do momento que o Conselho abrigava e a gente acionava e pedia retorno, este retorno era bem escasso e em alguns casos a gente não recebia retorno nenhum. Até pela questão da estrutura, as vezes o Conselho estava no interesse até mesmo da própria Secretaria de Assistência Social e estava funcionando em uma determinada localidade. [...] Já com relação aos CRAS e CREAS, tinham espaço físico, tinha telefone (que as vezes funcionava, as vezes não) ou então não tinha telefone, mas tinha o espaço físico e o profissional com uma meta de trabalho toda dentro do ideal, mas quando eu acionava, em alguns casos eu obtive retorno, em outros casos não. E eu sei que essa falta de retorno também acontecia porque as famílias estavam em algumas localidades que eram muito distantes do equipamento e o local não dispunha de transporte pra o deslocamento das profissionais e elas as vezes ficavam com receio de entrar em determinadas localidades sozinhas ou então de se deslocar de ônibus, porque só iria dar tempo para fazer aquela visita, mas tinha todo um horário de trabalho para cumprir. (Entrevista, Leticia, 2019)

Uma perspectiva diferente de avaliação da Rede, foi apresentada por Maria, que por ter atuado em uma instituição que o foco maior de atendimento eram adolescentes, ela se deparava com equívocos em relação ao acato pelas autoridades de determinadas motivação apresentadas pela família quando solicitava o acolhimento:

Havia um conflito muito grande com a Rede de Proteção por conta dos casos que chegavam, a gente percebia que todos os casos que estavam chegando no abrigo, partiam dessa questão da família falar: "ah! Meu filho está me

dando trabalho, está rebelde, está usando drogas e eu vou deixar lá no Conselho". E o Conselho Tutelar, o Ministério Público, até o Juizado, não faziam um trabalho de orientação. [...] Já recebíamos falando do retorno, da reinserção e eles garantiam que iriam apoiar. [...] Eles diziam que dariam apoio e que fariam as visitas junto conosco. A instituição não tinha carro, e as nossas visitas tinham que ser feita de ônibus, [...] as vezes, precisávamos dessa parceria com o CRAS, com o Conselho Tutelar, para efetivar algumas visitas, mas eram poucos os profissionais que continuava com essa parceria, até porque a demanda deles é grande também. (Entrevista, Maria, 2019).

Diferentemente das condições de trabalho de Conceição, Marina e Letícia, no caso de Maria, a brevidade do suporte oferecido pelo Juizado, Conselho Tutelar e Ministério Público, fazia uma diferença expressiva no atuar de Maria. Visto que o abrigo não tinha carro, o meio de transporte utilizado para as visitas domiciliares eram o transporte coletivo, o que gerava um acréscimo de tempo no deslocamento e uma redução do número de visitas.

Já a participante Joana, atuava em um abrigo que também não tinha um veículo a serviço da instituição, mas que contava com uma parceria já estabelecida com o Conselho, como temos a seguir:

Normalmente eu ia com o conselho tutelar, porque na maioria dos casos as famílias moram em zonas de perigo, [...] então normalmente ia acompanhada daquele conselheiro que foi quem encaminhou a criança. Agendávamos com eles antes, para que pudessem nos acompanhar, acho que só fiz sem conselho tutelar umas duas visitas, as demais, todas eu fiz acompanhada pelo conselho. (Entrevista, Joana, 2019).

Outro elemento que traz um posicionamento diferenciado de Joana para o funcionamento da Rede, se deve ao fato dela atuar em uma instituição que acolhe recém nascidos e crianças pequenas, e haver um número maior de adoções do que reinserção, assim, ela considera que:

Eu penso que existem burocracias muito grande, porque tem muita gente na fila para adotar, passam anos, e as crianças também passam anos nos abrigos. Tem coisas que eu acho que deveriam ser mais praticas. As vezes fica naquele processo, enviando relatórios e mais relatórios, você vai e volta muitas vezes e não vê o processo andar. Tem situações que você deixa claro que não tem condições de reinserção e não é considerado. Muitas vezes eles [juizado] colocam muito que é a forma como determinamos no cadastro o perfil daquelas crianças, só que muitas vezes não é isso, porque tem pessoas que deixam em aberto as características e mesmo assim ficam na fila. (Entrevista, Joana, 2019)

Em conformidade com as entrevistadas Conceição, Marina, Letícia e Maria, que tiveram mais experiências com processos de reinserção com períodos mais alongados, Bárbara, partindo da sua práxis, adverte que:

As ações fazem uma diferença, mas ainda é muito incipiente [para a reinserção]. Eu acho que deveríamos ter mais instrumentos para o trabalho, só que nós não temos perna [alcance] para isso, por isso que essa questão do trabalho em rede tem sido muito exigida. Os CREAS precisam acompanhar essas famílias, só que a área de abrangência dos CREAS é uma área enorme, então como é que uma equipe com um psicólogo e um assistente social, de um determinado CREAS pode dar conta de acompanhar uma área enorme, com mais de um bairro inclusive e ainda dar conta de acompanhar essa família que o abrigo indica?

A atuação da Rede é péssima, exatamente por causa dessas dificuldades, é uma rede furada. Furada porque nós temos uma gestão municipal em que a área social não é prioridade, porque se fosse, nós teríamos conselhos tutelares bem mais equipados, CREAS bem mais equipados e CRAS bem mais equipados e em número maior para poder acompanhar a população. (Entrevista, Bárbara, 2019).

Diante das tais colocações, é importante considerar que a transitoriedade no suporte que é oferecido à equipe técnica pelos demais componentes da Rede, em um primeiro momento pode ser facilmente identificado como um descaso ou uma falta de comprometimento. No entanto, inferimos que as falhas e as dificuldades relatadas pelas nossas entrevistadas, trazem à tona uma questão maior, que vai além de um descaso. Aqui existe uma falta de estrutura material e/ou humana nos equipamentos, programas e serviços que são direcionados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial. As condições de trabalho que são disponibilizadas para a maioria dos profissionais, principalmente para os que não atuam dentro de gabinetes, comprometem o seu desempenho e também o alcance das ações por eles realizadas.

É necessário ressaltar ainda que, além da condição acima, temos um número representativo de profissionais que passam a atuar neste espaço, com pouca experiência e/ou sem uma formação complementar que subsidie a sua prática junto ao sistema familiar, ao contexto institucional e ao atendimento da crianças e adolescentes em acolhimento. Dessa maneira, os desencontros entre a realidade da medida protetiva e o que preconiza o ECA, as Diretrizes, Orientações Técnicas e o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, são os pontos de tensão e de fragilidade da Rede.

Contudo, positivamente, chama a nossa atenção o que consideramos como uma importante ação para a melhoria do funcionamento da Rede. Todas as nossas entrevistadas mencionaram a presença regular de reuniões promovidas pelo Juizado e Ministério Público, que possuíam um formato de capacitação e orientavam quanto aos aspectos legais da medida protetiva, a confecção de documentos e também os

registros que precisavam ser atualizados frequentemente e, também, se configurava como um espaço de diálogo entre profissionais de diferentes instituições e serviços. Mesmo que estas capacitações estejam ainda distantes das demandas dos profissionais que atuam na área, ela acabam oferecendo um suporte razoável para que os profissional – principalmente os inexperientes – reconheça as suas possibilidades e obrigações e que sejam pontos de partidas para a busca de uma qualificação mais adequada à complexidade do serviço.

O funcionamento da Rede de Proteção na atualidade, enfrenta desafios significativos, como foi exposto acima. Contudo, proporcionando uma visão numa perspectiva mais ampla, a participante Conceição compartilha conosco uma trajetória profissional em serviço de acolhimento, que antecede a promulgação do ECA. Em sua perspectiva, o Estatuto trouxe a criança para o foco e com isto, modificou o funcionamento e a estrutura dos abrigos. Assim, mesmo considerando que ainda há muito preconceito em relação a família, o ECA prevê a convivência familiar e inseriu em seu escopo de ações, o planejamento da reinserção familiar como uma primeira alternativa. Como é possível identificar no trecho a seguir:

[...] é muito complicado porque elas [as mães] já são olhadas assim, “você é incapaz” ou outros preconceitos piores entendeu? Então, eu... Eu dependia muito da resposta da família, porque eu estava sempre disposta a investir e também era uma estratégia minha porque se eu não tentasse tudo que eu pudesse imaginar e colher daquela família, daquela mãe, com a ajuda da psicóloga e a ajuda da assistente social e contando com a minha experiência e com tudo que eu buscava também ler, eu investia, corria para ter tempo de salvar esse menino se fosse o caso. Salvar no sentido de dar tempo a ele de ter a convivência familiar ainda na infância, **porque o que acontecia antigamente antes do ECA? Entregava e a gente criava.**

Eu acho que a vida em abrigo mudou pra melhor, apesar de umas coisas que a gente discorda, mas eu acho que tudo está melhorando porque ruim ou não, errando ou não, **hoje a criança é foco e antes a criança não era nada.** Isso já é uma mudança, você se importar com o destino dela ou se ela está sendo tratada dentro do abrigo com individualização ou no coletivo, como se ela fosse uma produção em série. (Entrevista, Conceição, 2019).

Conceição atuou dentro do conceito de “orfanato” e depois participou da construção do conceito de “abrigo”, esteve presente nas reuniões, assembleias e fórum com a presença de representantes nos Estados, continuou no período de transição e depois do modelo de abrigo já consolidado.

Neste mesmo segmento, a pesar de não atuar diretamente em serviço de acolhimento, a participante Bárbara também acompanhou este momento de mudança de legislação e paradigma advindo com o ECA. Ela narrou que:

Houve melhora no serviço de acolhimento, eu venho para o abrigo já pós o ECA, mas eu já trabalhava na área de criança e adolescente antes do ECA. Eu posso dizer que o Estatuto é um marco histórico, extremamente importante quando ele vem com algumas determinações. Uma das coisas também importante é a Lei de Reordenamento, que a partir de 2006, 2009, teve a obrigatoriedade da presença de equipe técnica. Em 2009 a lei de reordenamento indicava a diminuição de número de atendimento por equipe técnica, mas, faz pouco tempo que foi tornar isso obrigatório. Por exemplo, antes trabalhava eu e a Assistente Social para dar conta de 50 acolhidos. De 50, porque é a capacidade que a instituição tem para atendimento. Com a nova lei a instituição passou a ter duas equipes, e reduzimos a capacidade para trabalhar com 40 acolhidos. Quer dizer, isso melhora de mais a qualidade do nosso trabalho. Então houve mudança, mas a gente também ao mesmo tempo percebe que em algumas áreas a gente tem alguns retrocessos. (Entrevista, Bárbara, 2019).

Os retrocessos que Bárbara pontua estão relacionados à precariedade na oferta de alguns serviços que são necessários à reinserção, afirmando não haver prioridade nos atendimentos necessários e à dificuldade em ter acesso a serviços especializados de tratamento.

Uma alternativa para os abrigos conseguirem suprir algumas das suas demandas e obter alguns suportes, que não eram constantemente disponibilizados pelos integrantes da Rede de Proteção, era contar com a participação de pessoas voluntárias na instituição e também, por terem um viés religioso, contarem com um posicionamento mais resignado dos responsáveis pela instituição.

Apreendemos que a relação que o profissional componente da equipe estabelece junto à família da criança/adolescente em acolhimento e os demais sistemas que integram a rede sócio assistencial e jurídica de proteção à infância, é marcada por momentos de transições e desafios. Cada transição traz consigo consequências diretas para o desenvolvimento da pessoa/profissional, da pessoa em acolhimento e da pessoa/cuidadora (mãe, pai, avó, avô, tio, tia, prima, irmã e etc.). As políticas públicas, assentadas no nível macrossistêmico, inserem a equipe técnica em um determinado modelo de serviços e possibilidades e o seu potencial de atuação seguirão delimitados pelas possibilidades que esta equipe terá acesso dentro de uma cultura institucional e em um determinado tempo histórico.

Por fim, fundamentalmente, o fato do abrigo ser o componente que acolhe a criança e o adolescente, não implica o encargo de suprir todas as ações de acompanhamento e intervenção que compõem a medida protetiva. É preciso repensar os mecanismos de funcionamento e de atribuições desta instituição de alta complexidade, para que ela, enquanto contexto de desenvolvimento, encontre condições mais favoráveis em sua atuação. Diante desse entendimento, compreendemos que estabelecer uma parceria efetiva entre o abrigo e os demais componentes da Rede, não deve ser apenas previsto que aconteça, mas obrigatório. Uma ação integrada terá um alcance maior e, conseqüentemente, melhores resultados.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nem o futuro nem o passado existem. Esta é uma coisa que está muito clara agora [...]. Talvez fosse melhor dizer que os tempos são: o presente do passado, o presente do presente, o presente do futuro. E estão na alma, não os vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a intuição; o presente do futuro é a espera...
Confissões – Santo Agostinho*

O objetivo maior deste estudo doutoral foi analisar a trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento.

Para alcançar tal propósito acreditamos que o diálogo com as profissionais que atuaram e atuam em equipe técnica em instituições de acolhimento na modalidade de abrigo, possibilitou acessar as narrativas, significados e sentidos que elas produzem em seus contextos profissionais e pessoais, gerando daí novas compreensões, segundo sua experiência, trajetória profissional, valores, crenças e disponibilidades.

As profissionais que compõem a equipe técnica possuem funções específicas e complexas no acompanhamento dos acolhidos e no processo de reinserção. Elas representam uma porta de entrada e também de saída; na tradução do olhar delas são construídos uma análise psicossocial das famílias e o levantamento das suas demandas e possibilidades.

A atuação no contexto de abrigo exige dessas profissionais recursos técnicos e também pessoais para o atendimento de demandas que ultrapassam a dimensão profissional. Devido à natureza desta modalidade de serviço, as profissionais técnicas não cumprem apenas o papel de psicólogas e assistentes sociais, elas são as pessoas adultas cuja ações direcionam o funcionamento do contexto do abrigo.

Fundamentalmente, as características da pessoa/profissional e do ambiente/abrigo são fatores determinantes para o desenvolvimento das crianças que permanecem inseridas por um período de tempo considerável, em um contexto de desenvolvimento institucional.

Compreendemos como contexto de desenvolvimento institucional, a configuração na qual uma pessoa em desenvolvimento vive por um dado período de tempo e que todos os seus cuidados, comportamentos e interações sejam conduzidos

pela instituição e que não haja uma previsão de saída, modificando assim o funcionamento da pessoa e das suas possibilidades de desenvolvimento e atuação.

Constatamos aqui a presença de trajetórias profissionais singulares que geraram um impacto significativo na vida pessoal de cada uma das participantes deste estudo. A bidirecionalidade nas relações que são estabelecidas entre profissional e criança/adolescente em acolhimento ultrapassa os limites funcionais do abrigo. Temos aqui uma interseção de microssistemas que, conseqüentemente, modulam o mesossistema desta criança/adolescente e desta profissional técnica.

As crianças, por vezes, chegam fragilizadas, confusas e machucadas física e emocionalmente, elas precisam de um ambiente afetivo para superar as suas dificuldades e para mediar o desenvolvimento de uma forma mais saudável possível. Pela sua condição de especialista, as profissionais técnicas tendem a buscar formas de minorar alguns impactos do acolhimento e, diante de um contato próximo e diário, acabam estabelecendo vínculos afetivos com as crianças/adolescentes, que passam a frequentar a casa e a família da técnica e a compartilharem de momentos importantes da trajetória de vida dessas mulheres.

Considerando as questões de apego, é preciso repensar o atual formato de acolhimento, principalmente ao se atentar para as crianças em que não há uma perspectiva de retorno para a família de origem e que possuem poucas possibilidades de serem inseridas em uma família adotiva, principalmente devido à faixa etária. Neste cenário temos dois vínculos que precisam ser cuidadosamente dimensionados e cuidados, a vinculação com o sistema familiar de origem e os vínculos que são originários do contexto institucional onde ocorrem uma interação. Tais vínculos são indicativos de uma criação de um tipo de contexto familiar substituto, em que ocorre a relocação e acomodação de papéis parentais. Assim, a instituição torna-se um referencial para os acolhidos e também para os egressos.

Outro aspecto relevante que identificamos nessa realidade de trabalho foi que essas profissionais possuem uma referência religiosa que, somada à essência filantrópica dos abrigos - geralmente ligados a uma instituição religiosa -, empregam ao trabalho um sentido de missão, que as mantêm na função, mesmo diante da baixa remuneração e de condições difíceis de trabalho.

É um desafio para as técnicas manterem a própria resiliência para o trabalho e ao mesmo tempo favorecer o desenvolvimento dos elementos de resiliência nos acolhidos e nas suas famílias. A família já adentra neste sistema de proteção à

infância e à adolescência desacreditada em suas funções. É preciso manter-se atenta a este olhar estigmatizante sobre as famílias vulneráveis.

A presença do preconceito para com estas pessoas nas diversas modalidades de serviços que deveriam funcionar como espaço de acolhimento e de intervenção foi vista, em nossas análises, como um elemento que dificulta o processo de reinserção familiar. Contudo, aprofundamos esta questão: o preconceito não apenas dificulta a reinserção, ele legitima uma crença de que a pobreza é um elemento limitante das funções parentais, direcionando as medidas de proteção apenas para as crianças de contextos marginalizados e com baixo poder aquisitivo, onde os equipamentos e serviços do Estado e da lei, circulam com livre acesso. Afinal, apenas as crianças e os adolescentes advindos de famílias pobres sofrem as ações de violência, abusos e negligência? E a quem interessa a situação da criança pobre que é acolhida e cresce em abrigos espalhados pelo Brasil? Logo, o primeiro passo para o processo de reinserção na família de origem é desafiar esta lógica dos serviços que estigmatiza essas famílias e também modificar a forma como estas famílias se percebem e como se movimentam diante de uma intervenção que retira uma criança da sua casa.

Em seguida, é preciso investir imediatamente em ações direcionadas e mais concretas junto à família nuclear e extensa. Foram identificadas como ações que compõem o plano estratégico para a reinserção: as visitas domiciliares realizadas, com maior frequência, pela assistente social; os encaminhamentos para serviços especializados da rede (que nem sempre conseguiam efetivá-los); as reuniões realizadas no abrigo com a família e a equipe técnica; as ações assistenciais do abrigo com a doação de cestas básicas e, quando necessário, doação de materiais de construção para reforma de residências e de matérias que pudessem ser utilizados com a finalidade de geração de renda (tais como, kit de manicure, carrinho de pipoca e etc.). Lembremos que estas ações assistenciais eram realizadas com recursos próprios da instituição e/ou com o apoio de parceiros e voluntários.

No que tange às interações estabelecidas entre as profissionais técnicas e a Rede, foi indicada uma fragilidade nas ações de acompanhamento e de intervenção. É preciso reconsiderar as propostas de intervenção e de acompanhamento que são comumente utilizadas, de forma a incluir o sistema familiar como parte integrante das ações, desde o primeiro momento do acolhimento da criança.

Mesmo diante dos casos relatados pelas participantes deste estudo, que demonstraram a fragilidade, e até mesmo a condição de risco iminente para a criança,

em alguns casos de reinserção, consideramos um avanço importante as atualizações legais que asseguraram o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Deste modo, a proposta de reinserção na família de origem (nuclear ou extensa) foi incorporada como uma ação previamente estabelecida entre o rol de atividades da equipe técnica e que também devem ser acompanhadas pelo juizado, ministério público, defensoria pública e conselho tutelar. Portanto, as orientações legais já foram estabelecidas, sendo necessário agora que ocorra uma implicação de todos os profissionais que, de alguma forma, são incluídos nos processos de reinserção e que compõe a Rede de Proteção à Infância e Adolescência.

Os resultados obtidos nos permitiram inferir que, diante das dificuldades apresentadas pela família nuclear e até mesmo a negativa da família extensa em assumir o cuidado, apesar da reinserção familiar ser a primeira ação a ser buscada, ela não é vista pela maioria dos profissionais como uma melhor escolha. A adoção aparece como alternativa que permite melhores condições de cuidados para a criança. Inclusive, trazendo uma força para o argumento de que as ações junto à família precisam ser delimitadas a um tempo mais abreviado, de maneira, que não comprometa a possibilidade da criança ter maiores chances de ser adotada.

Se olharmos isoladamente para as dificuldades implícitas em um processo de reinserção familiar, podemos, equivocadamente, adotar um posicionamento restritivo, até mesmo punitivo, para a família de origem e vislumbramos a adoção como uma ação acessível para os que estão em acolhimento institucional. Porém, apesar de, neste estudo, não termos discutido os elementos de uma adoção, é do nosso conhecimento profissional e também constam nos dados oficiais e relatos de pesquisa, as dificuldades latentes no processo de adoção. Há uma busca por um perfil específico entre os candidatos a adotantes, que geralmente, ao preencherem o cadastro nacional de adoção, delimitam uma faixa etária, cor de pele e gênero.. Também é muito baixo o índice de pretendentes à adoção dispostos a acolher de uma só vez dois ou mais irmãos. Ou seja, a possibilidade de adoção não é um elemento acessível para todas as crianças, principalmente as que já possuem uma idade superior a sete anos, como foi relatado em algumas das entrevistas.

Ressaltamos que aqui, não foi focalizado o fenômeno da pobreza, mas o fenômeno da quebra do vínculo familiar e das possibilidades de reinserção, partindo de exemplos concretos que verbalizam essa “ferida social”, que é o abrigo de crianças. Buscamos com a voz das profissionais técnicas uma tradução real do

abandono, da violência, da fragmentação do vínculo familiar, mediada pela perspectiva de pessoas que estão há alguns anos atuando e acompanhando essas dinâmicas de quebras desses vínculos. Em nossa análise delineamos uma ancoragem real de pertencimento e acolhimento e, não apenas teórico conceitual, dessa problemática que envolve o abrigo de crianças e o processo de reinserção na família de origem. Mediante os dados que aqui foram contextualizados, apresentados e discutidos, reafirmamos que as características dessas instituições (abrigo), das pessoas nelas inseridas e as relações estabelecidas, são aspectos relevantes para o estudo e pesquisa que envolvem os contextos de desenvolvimento, familiar e institucional de crianças em situação de vulnerabilidades de diversa natureza.

Para nós, foi desvelada uma linha tênue que envolve e conduz a medida protetiva e o processo de reinserção familiar, seja ele na família nuclear ou extensa. Assim, temos em uma ponta, a criança acolhida e a sua família com múltiplas crises e demandas e na outra ponta, em uma condição distanciada, o macrossistema, com todas as suas implicações, configurações e ramificações. Contudo, entre a criança, a família e o macrossistema, temos a operacionalização da rede de proteção à infância e à adolescência, e a pessoa/profissional técnica que, a serviço do abrigo, acolhe, atende, intervém e também media as relações e interações da criança junto à sua própria família e toda a Rede.

A questão da criança acolhida e da separação do sistema familiar remete a conjunturas muito caras para a nossa sociedade. Embora tenhamos no Brasil um corpo de leis bem fundamentadas na defesa do direito da criança e do adolescente, inclusive com um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e Orientações Técnicas bem estruturadas e uma série de Políticas Públicas voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade, mesmo com todo este aparato, as ações ainda são insipientes e mantêm uma distância, considerável, entre o que é determinado/orientado e o que se faz efetivamente.

Ao nos debruçarmos na trajetória da reinserção familiar, adentramos em uma trajetória de vulnerabilidade e de ausências. Os profissionais, em seu dia a dia, no trabalho com a criança e com a família, são convidados a reconhecer os seus componentes de resiliência e a ampliar às suas crenças, dinâmicas e a sua forma de olhar para a família e para a situação da criança em acolhimento. Ele – melhor dizendo, ela, dada a presença quase absoluta de mulheres nesse setor - inicia sua

atuação, geralmente, com pouca qualificação profissional, e da experiência ele vai edificando novas formas de agir e de se posicionar dentro da círculo da Rede de Proteção.

Diante das demandas internas do abrigo, vemos como uma necessidade tangível o aumento da quantidade mínima da equipe técnica, para a presença obrigatória de dois profissionais de psicologia e dois de serviço social para cada grupo composto por vinte crianças/adolescentes acolhidos. Também indicamos a inclusão do psicólogo em todas as visitas domiciliares junto à assistente social. As visitas domiciliares precisam ocorrer dentro de uma perspectiva interdisciplinar, visto que a inclusão da especificidade da práxis da psicologia, permitirá um olhar e uma intervenção direcionados, nos aspectos subjetivos do sistema familiar, ainda em loco e com uma efetividade maior.

Da mesma forma, que para nós também é imprescindível o investimento na especialização e atualização do profissional que compõe a equipe técnica do abrigo, uma vez que os cursos de graduação são generalistas e a experiência por si só, não confere as habilidades técnicas específicas ao atendimento nesta modalidade de serviço de alta complexidade. As reuniões, oficinas e os cursos promovidos por componentes da Rede, instrumentalizam quanto ao entendimento das leis, normas, operacionalização da medida protetiva e confecção de documentos oficiais e produção de dados, Contudo, não incluem a especificidade da práxis da equipe técnica.

As ações que compõem um processo de reinserção familiar podem ser mais efetivas quando há uma atenção aos vínculos familiares, permitindo uma reconstrução dos laços ou uma superação das rupturas e conflitos que foram estabelecidos no sistema de origem.

Entendemos que o abrigo, enquanto instituição, não consegue atuar em todas as frentes de atendimentos. Por isso, sugerimos que em centros maiores e capitais, sejam efetivados espaços de atendimento direcionado ao grupo familiar, compostos por equipe multidisciplinar, funcionando em uma interlocução com os abrigos e as outras modalidades de acolhimento institucional.

Cabe ainda mencionar que, se quisermos modificar essa realidade, é necessário que ocorra um maior investimento no sistema familiar como um todo, principalmente na inclusão/ampliação de serviços especializados. Contudo, consideramos que ao defender um campo de ações que tenha a família dentro de

uma prioridade, não pode trazer implícito que o “tempo da família” esteja à frente do “tempo da criança”.

Logo, caso o processo de reinserção não seja efetivado, pelo tempo e/ou pelas dificuldades de modificações no contexto e/ou no funcionamento do sistema e/ou da negativa da família extensa, o subsistema familiar precisa continuar dentro de um plano de intervenção, para que as dificuldades sejam minimizadas e outras crianças deste sistema não sejam também retiradas.

Mesmo trabalhando a criança como uma parte de um sistema, é preciso estar atento para o fato de que ao abrigo compete a função de contexto institucional que atua como espaço de cuidado, transformação e de desenvolvimento. A criança abrigada replicará no abrigo uma adaptação do seu contexto, sistema e subsistemas com a mesma intensidade com que ela é modelada para sobreviver a esta realidade, no dia a dia com as outras crianças, profissionais e demais pessoas que sejam significantes neste novo cenário.

A dicotomia de sentimentos que envolve o abrigamento de crianças e a proposta de reinserção familiar – por parte de profissionais e familiares - nos gera o questionamento quanto a operacionalização dos serviços de acolhimento no que se refere às possibilidades das instituições adotarem estratégias de acompanhamento psicossocial das famílias em um formato integrado e adequado à realidade desses contextos.

Assim, tendo em vista o fato de que o acolhimento institucional de crianças compõe um território complexo, em que o acesso a informação e aos profissionais é limitado, é válido destacar que a metodologia adotada neste estudo permitiu que as participantes narrassem livremente a sua perspectiva em relação ao acolhimento institucional de crianças e da proposta de reinserção familiar, advinda de uma trajetória profissional, que por vezes se entrelaçava e se confundia com a sua trajetória de vida. Contudo, consideramos que, de forma a garantir um retrato ampliado dessa problemática e reunir elementos para uma intervenção efetiva, é imprescindível incluir em novas pesquisas as narrativas das famílias que estão inseridas na proposta de reinserção, para que sejam acessadas as suas crenças, dificuldades, vinculações, trajetórias, funcionamento e elemento que favoreçam a reinserção.

As postulações disponibilizadas nos permitem assegurar a contribuição suficientemente original e inédita do presente estudo a respeito do processo de

reinserção familiar de crianças acolhidas em abrigo. As entrevistas foram realmente em profundidade, contribuindo para revelar uma realidade pouco vista de dentro. Além disso, o estudo acabou por iluminar tanto a perspectiva da família e da criança, ainda que indiretamente; e especialmente a dos profissionais. Diante dos dados, análises e colocações, cabe ainda afirmar que este estudo doutoral fornece elementos relevantes para repensar a formação dos profissionais desde a graduação até a formação continuada. Atuar em realidades complexas envolvendo o acompanhamento de crianças/adolescentes em acolhimento e de famílias em situação de vulnerabilidade e que tiveram seus filhos retirados da sua casa, requer recursos técnicos específicos que não constam nas grades curriculares dos cursos de graduação em psicologia e serviço social, que são generalistas. Os cursos de formação continuada precisam contemplar a instrumentalização teórico-prática destes profissionais para um fazer direcionado à atuação junto aos acolhidos e as suas famílias, com ações sólidas e um olhar e escuta treinados para compreender o funcionamento dos sistemas familiares dentro dos diversos níveis do sistema bioecológico de desenvolvimento e agir de forma mais efetiva.

Por fim, encerramos este estudo levantando a necessidade de que ocorram mais pesquisas voltadas para o acompanhamento dos profissionais técnicos e também, contemplando, os outros profissionais que compõem o quadro pessoal dessas instituições de acolhimento. Trata-se de criar nos abrigos espaços apropriados de conversa, diálogos e encontros, para que os profissionais, as crianças e os adolescentes expressem e reelaborem os diversos significados atribuídos a si e ao mundo, e em uma perspectiva bioecológica, passem a interagir funcionalmente dentro dos sistemas e reconstruam os sentidos de sua experiência.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). **Confissões**. Tradução J.Oliveira Santos, S.J. e A, Ambrósio de Pina, S. J. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.
- ANDRADE, Anderson Pereira. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**: prevenção, repressão e proteção à vítima no âmbito brasileiro e latino-americano. *Revista de Informação Legislativa*, 160, 147- 162. 2003
- ARIÈS, F. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AZOR, Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 25,n. 1,p. 77-89, Mar. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100008>.
- BASTOS, Ana Cecília de Souza; TRAD, Leny A. Bonfim. A Família enquanto Contexto de Desenvolvimento Humano: Implicações para a Investigação em Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 3,n. 1,p. 106-115, June 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000100106&lng=en&nrm=iso>. access on 23 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812319983100272014>.
- BATISTA PINTO, Elizabeth. **A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica**. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 15, n. 1-2, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000100012&lng=en&nrm=iso>.access on 07 Mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000100012>.
- BAPTISTA, Makilim Nunes; CARDOSO, Hugo Ferrari; GOMES, Juliana Oliveira. **Intergeracionalidade familiar**. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Orgs). *Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2012. (pp. 16-26).
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL.**Relatório da Infância e juventude** – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério público, 2013.
- BRASIL. **Lei 8742**. Lei Orgânica de Assistência Social LOAS). Brasília, DF, 1993.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004

BRASIL. **Lei 12.010**, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção, altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

BRASIL – **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Organização: CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006..

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Secretaria Nacional de Assistência Social e CONANDA. Brasília, 2007.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília, 2013.

BRASIL. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. **Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009. BOWEN, M. **De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo en el sistema familiar**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

BOWEN, M. **De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo en el sistema familiar**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

BOWLBY, John. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1969; 1984. Trilogia Apego e Perda, v. 1.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. **The ecology of developmental processes**. In W. Damon (Series Ed.) & M. Lerner (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons. 1998

BRONFENBRENNER, Urie. Toward an experimental ecology of human development. **American Psychologist**, Washington, DC: American Psychological Association, n.32, p. 513-531, 1977.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecological systems theory. **Annals of Child Development**, Greenwich, CT, JAI Press, n.6, p. 187-249, 1989.

BRONFENBRENNER, Urie; Ceci, Stephen J. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model, **Psychological Review**, Washington, D.C., American Psychological Association, n.101, p. 568-586, 1994.

BRONFENBRENNER, Urie. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. FRIEDMAN, S.L.; WACKS, T. D. (Orgs.) **Conceptualization and Assessment of Environment across the life span**, Washington D. C: American Psychological Association, 1999. p. 3-30.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Trad. André de Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. **Ecology of the family as a context for human development**: research perspectives. *Developmental Psychology*. Vp. 6, 1986. (pp.723-742).

BRONFENBRENNER, Urie; CROUTER, A. C. The evolution of environmental models in developmental research. In: W. Kessen & P. H. Mussen (eds). *Handbook of child psychology: Vol. I. History, theory, and methods (4th ed.)*. New York: Wiley. 1983 (pp. 357-414).

CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento. **A criança abrigada e a sua família: marcas e trajetórias**. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador, Salvador: Bahia, 2014.

CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento, ROSIER, Mirna Veloso & COLOMBO, Priscila Brito. **Sobrenome subjetivo: narrativas e significados**. In: RABINOVICH, Elaine Pedreira, AZAMBUJA, Rosa Maria da Motta, SOUZA, Cinthia Barreto Santos & NEVES, Sinara Dantas (Orgs.). *Nomes de Família: Subjetividade, Genealogia, Juridicidade e Historicidade*. Salvador: Quarteto Editora, 2013 (pp. 45-52).

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Em busca da natureza do vínculo – Uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais**. In: PETRINI, João Carlos & CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. (pp. 183-194).

CARVALHO, Ana Maria Almeida; BUSSAB, Vera Silvia Raad; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e cuidado parental no ser humano: um olhar psicossocial**. In: ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos; RABINOVICH, Elaine Pedreira; PETRINI, Giancarlo (Orgs.). *Família, natureza e cultura: cenários de uma transição*. Salvador: EDUFBA, 2013. (pp. 77-126).

CASAS, Ferrán. Desafios atuais da psicologia na interenção social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 17, n. 2, p. 42-49, ago. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200007>.

CASTRO, Lucia Rabello de. **O futuro da infância e outros escritos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

CASTRO, Lucia Rabello. A infância e seus destinos no contemporâneo. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/134/127>

CASTRO, Lucia Rabello. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 mar. 2018.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; COSTA SILVA, Simone Souza da; MAGALHAES, Celina Maria Colino. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 4, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 out. 2014.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Violência Simbólica e organizações familiares**. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). Família e Casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005 (pp. 266 - 277)

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **A Família como Modelo: desconstruindo a patologia**. Campinas: Psy, 1994.

CINTRA, Ana Lúcia; SOUZA, Mériti de. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 809-833, set. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jan. 2018.

COURT, Pedro Morandé. **Família e sociedade contemporâneas**. In: PETRINI, João Carlos & CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. (pp. 13-28)

DAVID, Myriam. Les besoins psycho-affectifs des enfants privés de famille. **L'information Psychologique**, 1972, 45, 43-50.

DE ANTONI, Clarissa & KOLLER, Silvia H. **Perfil da violência em famílias com história de abuso físico**. In: HABIGZANG, Luísa F. & KOLLER, Silvia H. (Orgs.). Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012 (pp. 43-54).

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6 Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BISINOTO, Cynthia. **Avanços conceituais e teóricos em desenvolvimento humano: as bases para o diálogo multidisciplinar**. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; MACIEL, Diva Albuquerque (Orgs.). A Ciência do Desenvolvimento Humano: desafios para a Psicologia e a Educação. Curitiba: Juruá Editora, 2014 (p. 27-69).

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. **A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano**. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Jr. (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005 (pp. 113-131).

DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia Helena. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 36, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Sept. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000100006>.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de. Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. **São Paulo : CORTEZ, 2006**.

GRANDESSO, Marilene. Sobre a reconstrução do significado: **uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GRANDESSO, Marilene. **Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2002.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono** (ed. rev. e ampl.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

JAFFE, Peter G., WOLFE, David A. & WILSON, Susan K. **Children of battered women**. (Developmental clinical psychology and psychiatry, v. 21). Newbury Park: Sage Publications, 1990.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 175-197, June 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100011>.

Koller, Sílvia H.; DE ANTONI, Clarissa; CARPENA, Maria Elisa Fontana. **Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social**. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Orgs). *Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2012. (pp. 156-165).

LADVOCAT, Cynthia. **Famílias com crianças e adolescentes em situação de risco**. In: OSORIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do. (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. Volume II. Porto Alegre: ARTMED, 2011 (PP. 39 - 50)

LAUZ, Gianni Vanessa Mayer; BORGES, Jeane Lessinger. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 852-867, 2013. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>.

LIBIO, Larissa; ZACHARIAS, Dulce Grasel. Voltando pra casa: a experiência do acolhimento institucional e os impactos na família. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 21, n. 2, p. 118-133, dez. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 fev. 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, cap.3, p.52-69

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo – Rio de Janeiro, Hucitec – Abrasco, 1994

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINUCHIN, Patricia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MINUCHIN, Patricia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. **O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social: uma abordagem sistêmica**. 2ªed. Tradução Silvia M. Spada. São Paulo: Roca, 2011.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, S. Charles. Técnicas de terapia familiar. Tradução Claudine Kinsch, Maria Efigênia F. R. Maia. Porto Alegre: Artmed, 1990.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia M. S Dojas. A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 17, n. 1, abr. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jun. 2015.

NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C.. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 7. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORIONTE, Ivana; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. O significado do abandono para crianças institucionalizadas / The meaning of abandonment for children in institution.. **Psicologia em Revista**, [S.l.], v. 11, n. 17, p. 29-42, out. 2008. ISSN 1678-9563. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/218>>. Acesso em: 06 Nov. 2012. doi:10.5752/218.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PAPALIA, Diane & OLDS, Sally W. **Desenvolvimento Humano**. (D. Bueno, trad.) Porto Alegre: Artmed, 2000.

PALACIOS, Jesús; HIDALGO, Maria Victoria; MORENO, Maria Del Carmen. **Familia y vida cotidiana**. In: RODRIGO, Maria José; PALACIOS, Jesús. (coords.). *Familia y desarrollo humano*. Alianza Editorial: Madrid, 2005. (pp. 71-89)

PARREIRA, Stella Maris de Castro Pipinis; JUSTO, José Sterza. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 10, n. 2, ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200003>.

PENSO, Maria Aparecida; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. (2016). Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 14 (2), pp. 1523-1535.

PEREIRA, Melina de Carvalho; LIRA, Pedro Paulo Bezerra de & PEDROSA, Maria Isabel. **Observando brincadeiras e conversando com crianças sobre família**. In: RABINOVICH, Elaine Pedreira & MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (Orgs.). *Família e Parentalidade: olhares da psicologia e da história*. Curitiba: Juruá, 2011. (pp. 41-62).

PETRINI, João Carlos. **Mudanças sociais e mudanças familiares**. IN: PETRINI, João Carlos & CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. (pp. 29-53)

PINHEIRO, Odette de Godoy. **Entrevista: uma prática discursiva**. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximação teóricas e metodológicas*. 3 ed. São paulo: Cortez, 2004. (p. 183 - 214).

SANI, Ana I. **Vitimização indirecta de crianças em contexto familiar**. *Análise Social*, vol. XLI (180), 2006, 849-864.

SILVA, Adriana Pacheco da; CABRAL, Claudia (Orgs.). **Grupo de trabalho nacional pró-convivência familiar e comunitária (Brasil)**: Fazendo valer um direito (2ª ed.). Rio de Janeiro: Terra dos Homens, 2009.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Crianças com síndrome de Down e suas interações familiares. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 503-514, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000300009>.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Col. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás, Ministério da Cultura, USU Ed. Universitária: Amais, 1997

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás, Ministério da Cultura, USU Ed. Universitária: Amais, 1997

RIZINI, Ireme; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Loyola Editora, 2004.

RIZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves (Orgs.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011)

RODRIGO, Maria José; ACUÑA, Marciano. **El escenario y el currículum educativo familiar**. In: RODRIGO, Maria José; PALACIOS, Jesús. (coords.). Familia y desarrollo humano. Alianza Editorial: Madrid, 2005. (pp. 261-277)

RODRIGO, Maria José; PALACIOS, Jesús. **Conceptos y dimensiones em el análisis evolutivo-educativo de la familia**. In: RODRIGO, Maria José; PALACIOS, Jesús. (coords.). Familia y desarrollo humano. Alianza Editorial: Madrid, 2005. (pp. 45-70)

SÁNCHEZ, Félix López. **Evolución de los vínculos de apego em las relaciones familiares**. In: RODRIGO, Maria José; PALACIOS, Jesús. (coords.). Familia y desarrollo humano. Alianza Editorial: Madrid, 2005. (pp. 117-139)

SANCHEZ, Fátima Abad. **A família na visão sistêmica**. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Orgs). Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2012. (pp. 38-47).

SANI, Ana I. **Vitimação indireta de crianças em contexto familiar**. Análise Social, vol. XLI (180), 2006, 849-864.

SERRANO, Solange Aparecida. **O abrigo de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto**. 250f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP - Departamento de Psicologia e Educação, 2008.

SILVA, Nancy Capretz Batista da et al . Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2017.

SILVA, *Mara Regina Santos da*; NUNES, *Karina da Silva* (2004). Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. **Cogitare Enfermagem**, 9(1), 42-49.

Silveira, Jacira Cabral da. **Infância na Mídia: sujeito, discurso, poderes**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. 2 ed. Atualizada. RJ: Editora FGV, 2004.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Crianças, adolescentes e transições ecológicas: Instituições de abrigo e família como contextos de desenvolvimento**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 23, n. 2, p. 262-271, Aug. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200007>.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Retornando para a Família de Origem: Fatores de risco e proteção no Processo de Reinserção de uma Adolescente Institucionalizada. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo , v. 17, n. 3, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 out. 2014.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 19, n. 37, p. 35-58, Sept. 1999 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100003>.

VALSINER, Jaan. **Fundamentos de uma psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida**. Tradução e revisão técnica: Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , v. 19, n. 43, p. 221-229, Aug. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2009000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200010>.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas , v. 12, n. 2, p. 441-449, Dec. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção Social: introduzindo o debate.** *IN:* VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBÁÑEZ, Nelson. (Orgs.). *Proteção Social: dilemas e desafios.* São Paulo: Hucitec, 2005 (pp. 15-57).

VICENTE, Cenise Monte. **O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo.** *In:* KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo.* 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2008 (pp. 47-59).

WALSH, Froma. **Fortalecendo a resiliência familiar.** Trad. Magda França Lopes. São Paulo: Roca, 2005.

WALSH, Froma. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade.** 4ªed. Porto Alegre: Artmed, 2016

WIESE, Elizabeth Batista. **Parentalidade, cultura e trauma: Influências na saúde mental da criança.** *In:* PICCININI, Cesar Augusto; ALVARENGA, Patrícia. *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012 (pp. 197 - 220).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Original publicado em 2003; 2 ed. Em 2005)

ZAPPE, Jana Gonçalves; YUNES, Maria Angela Mattar; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. *Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização.* **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 83-98, jul. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jun. 2018.

ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. **Construção da parentalidade: da infância dos pais ao nascimento dos filhos.** *In:* PICCININI, Cesar Augusto; ALVARENGA, Patrícia. *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012 (pp. 17 - 34).

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1ª PARTE – caracterização do entrevistado

Idade: _____ Sexo: _____
 Estado Civil: _____ Filhos (nº e idade): _____
 Profissão: _____ Ano de formação: _____

2ª PARTE – o profissional técnico

- Tempo de atuação em serviços de acolhimento institucional na modalidade abrigo?
- Atividades desempenhadas no abrigo:
- Carga horária de trabalho
- Número de crianças que acompanha no momento?
- Motivações para atuar em abrigos com crianças
- Você fez curso de especialização e/ou capacitação para atuar nesta área?
- Você está satisfeito com o seu trabalho? Por quê?

3ª PARTE – o abrigo e a reinserção familiar

- Como você caracteriza o seu local de trabalho?
- Como você caracteriza a família das crianças que estão acolhidas no abrigo?
- Você desenvolve algum tipo de acompanhamento/intervençãodirecionado à família? Quais?
- Em caso positivo, qual é a sua opinião acerca dos possíveis resultados dessas ações para o processo de reinserção familiar?
- O que você pensa sobre a reinserção familiar?
- A partir da sua realidade de trabalho: Quais são os elementos facilitadores da reinserção familiar? E quais os elementos dificultadores?
- A partir da sua experiência, você identifica algum ou alguns momentos e/ou eventos ou mudanças no sistema de proteção à criança e ao adolescente que pode ter contribuído para o processo de reinserção no formato de referência atual?
- Como você avalia a atuação da rede de proteção à criança na região em que você atua?
- O que passa na sua cabeça quando você pensa nas crianças que foram reinseridas em suas famílias de origem? E em relação às crianças que não foram reinseridas e permaneceram na instituição?
- Relate um caso de reinserção familiar que você tenha acompanhado e que tenha sido bem sucedido e outro caso mal sucedido
 - ⇒ O seu trabalho no abrigo gerou algum tipo de interferência na sua vida pessoal?
 - ⇒ Considerando os momentos que você viveu e vive na instituição, tem alguma história de criança acolhida que tenha sido marcante para você? O que aconteceu?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O ABRIGO, A CRIANÇA E A FAMÍLIA: caminhos da reinserção familiar.

Pesquisador Responsável: Lorena Márcia Nascimento Cardoso

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Católica do Salvador – UCSAL

Endereço e telefones Institucionais: Avenida Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40.231-902 Salvador, BA. Fone/Fax: (71) 3203-8902

Telefone para contato: (71) 99277-4644 **E-mail:** psi.lorena@yahoo.com.br

Código de identificação do entrevistado: _____

O(A) Sr. (ª), está sendo convidado a participar da pesquisa “O ABRIGO, A CRIANÇA E A FAMÍLIA: caminhos da reinserção familiar”, de responsabilidade da pesquisadora Lorena Márcia Nascimento Cardoso e sob orientação da professora Dra. Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos, para tese de doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador - UCSAL.

Os aspectos sociais e familiares relacionados ao afastamento de crianças de suas moradias e, em alguns casos, do convívio familiar, põem em cena a situação de vulnerabilidade em que se encontram muitas famílias brasileiras. Segundo o relatório apresentado pela Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao período de março/2012 a março/2013, existem no Brasil mais de 30 mil crianças e adolescentes vivendo em 2.247 entidades de acolhimento institucional, tendo o fator econômico como principal motivo desencadeador do acolhimento.

Diante de tal realidade, o estudo aqui proposto tem como objetivo central analisar a trajetória de reinserção familiar considerando o contexto institucional e da família de origem da criança abrigada, na perspectiva dos profissionais técnicos que atuam nesta modalidade de acolhimento.

O método adotado para a pesquisa será o qualitativo, cujo delineamento será de estudo de caso múltiplo, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que será aplicada individualmente a profissionais técnicos que atuam em abrigos para crianças na cidade de Salvador/BA. A escolha por este formato de entrevista emergiu da necessidade de permitir aos participantes se expressarem livremente, facilitando o acesso aos conteúdos mais profundos.

O estudo seguirá as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12), do Conselho Nacional de Saúde. Em atendimento à referida Resolução, os informantes serão devidamente esclarecidos quanto aos propósitos do estudo e terão garantidos os seus direitos quanto à participação livre, sigilo da sua identificação e confidencialidade dos dados fornecidos. Serão incluídos no estudo os que aceitarem participar mediante o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Diante dos objetivos e do público alvo desse estudo, considera-se que a aplicação de entrevistas semiestruturada que contempla experiências pessoais poderá gerar riscos decorrentes da participação na pesquisa, ainda que possam ser mínimos. Dessa forma sintomas de ansiedade e/ou stress e sentimento de tristeza e desconforto

emocional, podem neste sentido serem considerados como riscos para os participantes.

Como procedimentos possíveis para minimizar riscos e desconforto a pesquisadora garantirá a privacidade e sigilo a cada entrevistado buscando realizar a entrevista individualmente e em um espaço físico e horário mais adequado. Caso se identifique algum risco ou dano ao entrevistado, haverá a suspensão imediata da pesquisa, a pesquisadora irá ainda disponibilizar seus meios de contato direto como e-mail e telefone. Caso seja observada a necessidade de uma intervenção psicoterapêutica seja pela pesquisadora ou pela instituição, a pesquisadora, que possui formação em Psicologia, com especialização e experiência clínica em atendimento individual e familiar, será a profissional responsável pela psicoterapia.

Eu, _____, portador do RG nº _____ declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa.

Salvador/BA, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Lorena Márcia Nascimento Cardoso
Pesquisadora responsável